

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

BRUNO PESSOA VILLELA

**A GUERRA CIVIL DE 1932, O GENERAL GÓES MONTEIRO E A
MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.**

NITERÓI

2014

BRUNO PESSOA VILLELA

A GUERRA CIVIL DE 1932, O GENERAL GÓES MONTEIRO E A
MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política (PPGCP) da Universidade Federal
Fluminense (UFF), como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Ciência Política.
Área de Concentração: Estudos Estratégicos.

Orientador: Prof. Dr. VÁGNER CAMILO ALVES

NITERÓI

2014

BRUNO PESSOA VILLELA

A GUERRA CIVIL DE 1932, O GENERAL GÓES MONTEIRO E A
MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política (PPGCP) da Universidade Federal
Fluminense (UFF), como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Ciência Política.
Área de Concentração: Estudos Estratégicos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. VÁGNER CAMILO ALVES (Orientador)
Universidade Federal Fluminense-UFF.

Prof. Dr. ADRIANO FREIXO (Membro Interno)
Universidade Federal Fluminense - UFF.

Prof. Dr. Renato Petrocchi (Membro Interno)
Universidade Federal Fluminense - UFF..

Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (Membro Externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Fabricio Jesus Teixeira Neves (Membro Externo)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFFRJ.

NITERÓI

2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá
UFF

B698 VILLELA, Bruno Pessoa.

A Guerra Civil de 1932: o General Góes Monteiro e a Modernização do Exército Brasileiro /
Bruno Pessoa Villela. – 2014.

246 f.; il.

Orientador: Vágner Camilo Alves.

Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2011.

Bibliografia: f. 223-231.

1. Ciência Política. 2. Exército Brasileiro. 3. Guerra de Civil
1932. 4. Cultura organizacional. I. Alves, Vágner
Camilo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 320

RESUMO

Após a Revolução de 1930 o Brasil passa por transformações em suas estruturas sócio-político-militares. Nesse sentido o novo governo irá se deparar com dois problemas estabelecer um novo arranjo político e combater as resistências e emaranhamentos do sistema político anterior. Este último terá seu “canto do cisne” por assim dizer na eclosão do movimento armado, o qual ficou conhecido como “Revolução Constitucionalista”, que para nós tratamos como “Guerra Civil” de 1932.

Esse movimento político-militar deflagrado em São Paulo e que arrastou todo o Brasil para um embate militar durante três meses, serviu ao seu final para duas transformações: a primeira delineou-se em um novo rearranjo político, com um processo de (re) constitucionalização em 1934, já o segundo refletiu duramente dentro das forças armadas, especialmente no exército.

A partir dessa experiência bélica o exército passara por um profundo processo de remodelação e modernização, implementados pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Essas mudanças objetivavam tornar o exército uma força única e estruturada em todo o território nacional, reorganizar seus quadros dentro das normas e preceitos de Hierarquia e Disciplina e enfraquecer as Forças Públicas, as quais agiam como milícias ou exércitos estaduais, competindo na primazia da função militar.

Palavras-chave: Guerra Civil de 1932; Reestruturação Militar; Doutrina Góis Monteiro.

ABSTRACT

After the Revolution of 1930 Brazil has undergone changes in their socio-politico-military structures. In this sense the new government will be faced with two problems to establish a new political arrangement and combat resistance and entanglements of the previous political system. The latter will have his "swan song", so to speak, at the outbreak of the armed movement, which became known as "Constitutional Revolution", to which we treat as "Civil War" of 1932.

This politico-military movement triggered in São Paulo and throughout Brazil dragged to a military clash for three months served its end for dus transformations: first outlined in a new political rearrangement, a process of (re) constitutionalising in 1934, the second ever pondered hard within the armed forces, especially the army.

From that experience war the army had undergone a profound process of refurbishment and modernization, implemented by General Pedro Aurélio de Góis. These changes aimed to make the army a unique and structured force throughout the national territory, rearrange your tables within the norms and principles of hierarchy and discipline and weaken the Public Forces, which acted as state militias or armies, competing in the primacy of the military function .

Keywords: Civil War 1932; Military restructuring; Doctrine Góis Monteiro.

LISTA DE ABREVIATURAS

Alto Comando Paulista (ACC)
Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
Estado-Maior do Exército (EME)
Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB)
Força Pública Mineira (FPM)
Força Pública Paulista (FPP)
Frente Única Paulista (FUP)
Partido democrático (PD)
Partido Republicano Paulista (PRP)
Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD)
Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD)
RI (Regimento de Infantaria)

Arquivos e formas de citações em notas de rodapé:

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO - AHE_x
ARQUIVO NACIONAL – AN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - CPDOC
REVISTA DEFESA NACIONAL - RDN

FUNDOS:

Arquivo Revolução Constitucionalista – ARC
Bertoldo Klinger – BK
Getúlio Vargas – GV
Juraci Magalhães - JM
Manuel Rabelo – MR
Ministro da Guerra – MG
Oswaldo Aranha - AO
Pedro Aurélio de Góis Monteiro - PAGM
Valdomiro Lima - VL.

DEDICATÓRIA

Dedico à memória de meu pai, eterna figura sempre presente, mesmo que em espírito. Obrigado, pois sem você eu não seria nada.

A minha amada mãe quem sempre me insentivo a continuar a caminhada, mesmo nos momentos mais árduos e com palavras e gestos de carinho e conforto.

A minha querida Irmã sempre presente e a leitora mais critica que já tive.
Obrigado

AGRADECIMENTOS

Ao término de um trabalho sempre é fundamental agradecer aos que foram fundamentais em sua construção. Aqueles que estiveram ao nosso lado nas vitórias, derrotas e contratempos vão meu agradecimento.

Meu grande companheiro de todas as noites, manhãs, tardes e madrugadas, Deus, muito obrigado por ajudar a cada instante, recuperando forças, inspirações e protegendo a mim e aos que estiveram ao meu lado.

Mãe e Irmã obrigado, não por esse trabalho, mas pela vida que me deram, e como souberam a cada dia mostrar o melhor caminho. O maior acerto foi ter mostrado o que é ser homem, e não cuidar de nós para ficarmos sempre atrelados a vocês. Isso demonstra o quanto nos ama, e pode ter certeza, que sem vocês eu não estaria nem perto de onde estou. As loucuras se transformaram em vitórias, e muitas ainda estarão por vir. Não tenho como expressar meu amor por vocês, desculpe...

Ao amigo, mais que amigo, praticamente um irmão mais velho, Serginho, sem seu auxílio, ajuda e principalmente motivação não teria conseguido terminar este trabalho. Agradeço- termo que não expressa tudo o que sinto- por todas as horas de dedicação, momento em que você por livre, espontânea vontade e altruísmo dedicou a ajudar uma “alma sem salvação”. Agradeço também a Jane por ser tão compreensiva e por não me julgar ou ficar com raiva, pelo desprendimento dos atos do Serginho, lhe foram roubados momentos compartilhados, para que ele fosse capaz de me ajudar. Isso nunca será esquecido, o ato de vocês dois.

Todo o meu reconhecimento à toda a família Camilo Alves que me acolheu e me ajudou, sempre se preocupando e me incentivando, minha gratidão eterna.

João Macedo Loro, muito obrigado por estar comigo. Meu maior amigo, meu Irmão que desde sempre foi quem esteve ao meu lado e nunca se esqueceu de mim. Obrigado por ter sido como é, nem mais nem menos, simplesmente você, o “JOHN”.

Muito obrigado ao Prof. Vágner Camilo Alves. Depois de longos anos de trabalho duro, de dedicação e entendimentos chegamos onde queríamos. Esse objetivo cumprido tem muito mais de você do que de mim, sou grato por ter a percepção de como o mundo é diferente para cada um. Agradeço todas as vezes em que acreditou me apoio e me auxiliou não apenas nesse trabalho mas em todos os aspectos da minha vida, você é não apenas um professor mais um mestre e um grande amigo.

Aos amigos, Edson e Eduardo Heleno. Os grandes amigos não são aqueles que estão a todo o momento conosco, mas que enxergam no olhar que precisamos de ajuda. Obrigado por terem me ajudado sempre que precisei.

Agradeço, também, aos funcionários do Memorial'32, em especial a Andrezza S. Moreira, aos funcionários do Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro e Brasília).

Aos que esqueci, agradeço também....

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I - A Revolução de 30 e as articulações para a Guerra Civil	40
1 Cenário e Antecedentes	40
1.2. A Conspiração	42
1.2.1. A Ação Armada	48
1.2.1.1. O Movimento “Pacificador”	51
1.3. O Início do Governo Provisório	57
1.4.. O Núcleo do Poder e os “Tenentes”	60
1.4.1. O "Gabinete Negro”	64
1.5. O Organizador	68
1.5.1. O Articulador e Formulador	70
1.6. A Instabilidade no Exército	76
1.6.1. Novas Manifestações de Instabilidade	79
1.7. O Discurso dos Revolucionários Militares e o de Getúlio Vargas	81
1.8. A Atuação da Missão Militar Francesa	83
Capítulo II - O “Caso de São Paulo”	86
2 Novos Interventores	89
2.1. Aumentam As Pressões	90
2.1.1. Ofensiva Paulista	93
2.2. Reação do Clube 3 de Outubro	97
2.3. A Tentativa de Góis Monteiro	103
2.4. Conspiração Aberta	105
2.4.1. Confronto Inevitável	108
Capítulo III - Guerra Civil de 1932	111
3.2 . Ações e reações Federais	115
3.3. Preparação para a guerra pelo lado paulista	125
3.3.2. Preparação para a guerra pelo lado federal	136

3.4- A guerra pelo lado Federal – Setor Sul	145
3.4.1- A guerra pelo lado Federal – Setor Leste (Vale do Paraíba)	152
3.4.2 - A guerra pelo lado Paulista – Setor Leste(Vale do Paraíba)	153
3.5- O fim da Guerra	169
3.6- Logística e o Material Bélico Paulista	174
3.6.1- Logística e o Material Bélico Federal	176
3.6.1.1- Logística e o Material Bélico Federal-tentativas de soluções	189
Capítulo IV - A (re)modernização e (re)profissionalização: O Projeto Góes Monteiro-Vargas	197
4. A Modernização: Um Espírito Novo no Exército Nacional (1931-1937)	197
4.1 Disciplina e Coesão na Caserna	198
4.2 Organização e renovação militar	212
4.2.1 O armamento militar	224
4.3 O calcanhar de Aquiles: o Exército e as Forças Públicas Estaduais	228
CONCLUSÃO	254
BIBLIOGRAFIA	262

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa que realizei sobre o Exército brasileiro durante o período de 1930-1937, parte da constatação da importância da instituição dentro da sociedade brasileira. Durante o transcorrer da história brasileira, o Exército adquiriu a condição de articulador da política nacional. Particularmente, desde 1930, o Exército atuou decisivamente na constituição da história do Brasil. Historiadores, sociólogos, cientistas sociais e analistas políticos de diversas matrizes teóricas, concordam em afirmar que a chegada de Vargas ao poder em 1930 e seus desdobramentos dependeu da intervenção decisiva dos militares do Alto Comando do Exército. Diversos momentos da história brasileira, desde então, evidenciam o caráter decisivo da intervenção social e política das Forças Armadas, especialmente o Exército, em 1937, 1945, 1954, 1961, 1964. As intervenções militares no Brasil são lembradas por seu teor político, notadamente quanto a práticas de poder e controle dos meios de repressão e coerção social.

No Brasil contemporâneo, os militares são associados à Ditadura Militar (1964-1985) e a seus aspectos mais sombrios: censura da informação, desrespeito à Constituição, coerção e repressão política, tortura e eliminação física. O período autoritário inaugurado com o golpe militar de 1964 marcou um período específico da história brasileira.

Não é objetivo do trabalho que desenvolvi rastrear a memória social contemporânea sobre os militares, mas acredito que a população, sobretudo a faixa etária dos nascidos a partir da década de 1960, identifica a atuação política dos militares à repressão política e a ausência de liberdade de expressão. É substantiva a produção da indústria cultural sobre o período no cinema e na televisão. A intensidade da ditadura militar remonta não apenas ao processo de maior envolvimento dos militares no processo decisório desde 1930, mas revela, em uma análise, relativa à organização institucional, a preparação para a maior participação social em comparação às posições desfrutadas pelo Exército no século XIX. Atualmente as instituições militares buscam redefinir sua inserção social. Temas como a biosegurança, globalização, o papel das Forças Armadas na democracia e o poder militar nacional em relação à extraordinária estrutura bélica da única superpotência do globo, os EUA, são debatidos profundamente pelos militares e os responsáveis por políticas públicas. Situações que evidenciam o

reposicionamento social dos militares, em consonância com as transformações históricas das últimas décadas e também assinalam as diferenças entre as atuais instituições militares e a constituição das ações militares durante a história brasileira. Aliás, a trajetória do Exército é assunto vital para a compreensão do Brasil, o que estimulou a realização de diversos trabalhos sobre as Forças Armadas brasileiras. A trajetória histórica do Exército brasileiro foi discutida por pesquisadores interessados em perceber o impacto da instituição na sociedade brasileira, ou inversamente, como as contradições sociais afetaram essa instituição.

Entre os diversos agentes históricos relacionados à complexidade sócio-cultural brasileira, o Exército é considerado historicamente decisivo. Desde a Guerra do Paraguai (1865-1869) o Exército, segundo a historiografia brasileira, é fundamental na dinâmica política nacional. Ao longo de vários decênios, questões corporativas conectaram-se com outros atores históricos, provocando a tomada de decisões relativas à conservação e depois à ampliação do poder social do Exército. Nos capítulos apresentados a seguir, objetiva-se discutir as características institucionais do Exército e suas relações com os diversos grupos sociais, considerando as divisões pertinentes aos membros da instituição. A pesquisa que subsidiou sua redação foi organizada mediante o objetivo de entender a possibilidade da constituição de uma doutrina militar na década de 1930, responsável por facilitar a reorganização do Exército em uma nova perspectiva institucional. Obviamente, a constituição de uma doutrina militar envolveu a reelaboração de aspectos da cultura militar brasileira, passando pela educação militar, e de uma disciplina militar mais eficiente, capaz de equacionar as divisões internas do Exército, cujo ponto de inflexão foi 1930.

Para tal, observamos a necessidade de realizar um apanhado geral, dos principais debates historiográficos e das ciências sociais, em torno da temática da doutrina militar, educação e formação militar, politização das forças armadas durante a Primeira República, Revolução de 1930 e a Guerra Civil de 1932.

Este apanhado, deve direcionar não apenas a presente tese, como serviu de arcabouço teórico, para o entendimento das demandas e disputas internas as Forças Armadas, nesse período, e como foi possível a articulação e a sobrepujança de um “Projeto de Exército” sobre os demais em disputa, no período.

Busco esmiuçar a trajetória histórica da instituição nos aspectos mais relevantes para a compreensão do objeto e do problema. Discutirei a própria natureza das fontes e do

conhecimento produzido quanto ao Exército. Afinal, no transcorrer da pesquisa foi possível perceber o quanto o tema proposto é importante e pouco estudado.

Ao estudar a constituição da doutrina militar do Exército brasileiro no período imediatamente anterior ao Estado Novo (1937 - 1945), percebi que essa “doutrina” militar constitui fator fundamental para explicar a ação do Exército no período entre 1930 e 1937, principalmente as ações e reações internas e externas a Força. Dois fatores devem ser salientados logo no início, primeiro o embate entre as distintas correntes de pensamento militar que estão a disputar poder- dentro e fora do Exército- principalmente após a vitória da revolução de 1930 e segundo o impacto que a Guerra Civil de 1932, teve sobre estas correntes o próprio destino da Força terrestre após sua finalização.

É importante salientar que o objeto e o problema da pesquisa que desenvolvi não atraíram os historiadores nem cientistas sociais desde a segunda metade da década de 1980. Os temas referentes à doutrina militar e a influencia dos conflitos internos ou externos em sua formulação ficaram durante muito tempo restrito ao ambiente puramente da caserna e suas próprias instituições de pesquisa e ensino.

Não obstante, no âmbito da exploração da história militar brasileira, houve a conexão de vários temas e problemas, na sua maioria influenciada pelas abordagens desenvolvidas pela nova história francesa e a nova história cultural. O principal exemplo da renovação dos estudos acerca dos militares, particularmente o Exército brasileiro, é a reunião e a apresentação de diversas pesquisas sob a forma de artigos, que compõe a obra “Nova História Militar Brasileira”¹, organizada por Celso Castro.

¹ Quando observamos apenas o índice desta obra podemos constatar que determinada agenda de estudos é bem definida, quanto ao tema da História Militar, ou da Sociologia. A obra citada encontra-se dividida da seguinte forma: *Da história militar à “nova” história militar* - Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay ; Capítulo 1- *A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)* - Pedro Puntoni; Capítulo 2 - *A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais* - Christiane Figueiredo Pagano de Mello; Capítulo 3 - *“Esses miseráveis delinquentes”: desertores no Grão-Pará setecentista* - Shirley Maria Silva Nogueira; Capítulo 4 - *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX* - Fábio Faria Mendes; Capítulo 5 - *A presiganga e as punições da Marinha (1808-31)* - Paloma Siqueira Fonseca; Capítulo 6 - *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)* - Adriana Barreto de Souza; Capítulo 7 - *Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai* - Vitor Izecksohn; Capítulo 8 - *A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76)* - Francisco Fernando Monteoliva Doratioto; Capítulo 9

Os organizadores e autores da referida obra buscaram divulgar novas perspectivas da pesquisa histórica sobre os militares brasileiros. Esta iniciativa é fundamental para renovar tanto a pesquisa sobre a história militar brasileira quanto o interesse dos leitores a partir de novas abordagens. Exemplo profícuo é o interesse por problematizar o cotidiano e o fazer histórico de homens e mulheres comuns, cujo impacto no estudo das instituições militares no Brasil ocorre com a pesquisa sobre o cotidiano dos soldados.

Tal perspectiva é explorada adequadamente por Shirley Maria Silva Nogueira ao estudar os desertores militares do Pará colonial, que buscavam recuperar suas experiências sociais anteriores a participação na tropa auxiliar de Cametá, no Grão-Pará, no final do século XVIII. Outro trabalho exposto na obra e revelador da renovação dos estudos sobre os militares é o artigo de Maria Celina D'Araújo em relação a atitude dos militares quanto à homossexualidade e a participação feminina nas Forças Armadas. O trabalho de D'Araújo é pertinente na medida em que uma experiente pesquisadora de temas ligados à história militar brasileira desenvolve uma pesquisa que incorpora as discussões sobre sexo e gênero realizado no âmbito da historiografia, além, é claro, de evidenciar a impossibilidade das instituições militares em negligenciar os debates contemporâneos quanto à inserção social de mulheres e homossexuais na sociedade

- *O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89)* - Hendrik Kraay; Capítulo 10 - *Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930)* - Peter M. Beattie; Capítulo 11 - *Revoltas de soldados contra a República* - Celso Castro; Capítulo 12 - *Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)* - Álvaro Pereira do Nascimento; Capítulo 13 - *Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/45)* - Cesar Campiani Maximiano; Capítulo 14 - *Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira* - Francisco César Alves Ferraz; Capítulo 15 - *A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64)* - Shawn C. Smallman; Capítulo 16 - *Poder Judiciário e poder militar (1964-69)* - Renato Lemos; Capítulo 17 - *Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil* - Maria Celina D'Araújo. Os capítulos 1 ao 9 versam sobre temas específicos das Forças Armadas no período Colonial e Imperial. Destes cinco debruçam-se nas questões referentes ao recrutamento- some-se o capítulo 12 que abrange recrutamento e cotidiano entre o império e a República. Dois são específicos a guerra do Paraguai e da Tríplice Aliança e outros dois a participação das forças brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Dois compõem temas relativos a questões jurídico-militares e por fim dois que se debruçam nos temas referentes a gênero. O que podemos observar por esta obra, apenas é uma agenda de pesquisa que de certa forma domina os estudos referentes a História Militar nas academias brasileiras. Vide anexo 1 com tabela dos temas mais recorrentes desenvolvidos nos últimos 10 anos nos campos da História, sociologia, Antropologia e Ciência Política.

moderna.

Obviamente, trabalhos anteriores foram constituídos e formaram o lastro para a realização de uma obra coletiva capaz de delinear a renovação dos estudos sobre os militares brasileiros, especialmente do Exército. Cito duas obras que contribuíram para o fortalecimento da historiografia militar brasileira. Primeiro o trabalho de Hendrik Kraay² sobre a atuação militar na luta pela independência brasileira na Bahia, conjugando a história política e social à análise regional em relação ao Exército, a Guarda Nacional e as milícias formadas nas lutas contra as tropas portuguesas.

O segundo é o trabalho de Francisco Doratiotto³ sobre a Guerra do Paraguai, reunindo de modo competente história política e história militar, cujo mérito reside em dois aspectos: sintetizar a literatura relevante acerca da Guerra do Paraguai; construir uma nova interpretação sobre o conflito platino, cuja existência é percebida por Doratiotto como crucial para consolidar a formação dos Estados- Nação envolvidos na guerra, notadamente o Brasil.

Dentro do campo de estudo da história militar brasileira considero pertinente o trabalho de averiguação e preservação da memória militar no Brasil, promovido pelo CPDOC/FGV, inserido no âmbito de um trabalho coletivo e contínuo de estudo e constituição de fontes sobre os múltiplos aspectos da história do Brasil durante o século XX, coordenado pelo antropólogo Celso Castro e a historiadora Maria C. de D'Araújo⁴.

Importantes depoimentos acerca da implantação e condução da ditadura militar (1964-1985) foram coletados e publicados. O trabalho de D'Araújo e Castro conjugado a todos os envolvidos foi essencial na preservação de fontes e informações que simplesmente desapareceriam sem as entrevistas com importantes personagens do regime militar, como por exemplo, o depoimento do ex-presidente Ernesto Geisel.

Mas em relação ao objeto de pesquisa que desenvolvo, salvo o trabalho desenvolvido por Castro e D'Araújo, não houve uma renovação dos estudos sobre os

²CASTRO, Celso (org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

³DORATIOTTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. (2002). São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

⁴D'ARAÚJO, Maria Celina Soares, e CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. 2 edição, Fundação Getúlio Vargas, Editora, 1997; *Visões do Golpe - A Memória Militar de 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994; *Os Anos de chumbo - A Memória Militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994; *A volta aos quartéis - a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995 e *Os militares e a política na Nova República*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

militares no Brasil.

A pesquisa da constituição de uma doutrina militar do Exército durante a década de 1930 não pode ser realizada sem a exploração de trabalhos que mesmo produzidos há mais de 20 anos, tornam-se fundamentais para pesquisar o Exército brasileiro. Novamente reitero a importância do trabalho de coleta de depoimentos de personalidades político e militares da história do Brasil, os quais foram de fundamental importância para a construção desse quebra-cabeça, que busca conjugar o pensamento militar, político e os eventos da Guerra Civil de 1932, na construção de uma doutrina político-militar que irá perdurar durante quase todo o século XX. Esta doutrina será posteriormente a base fundadora de pensamentos políticos e militares mais elaborados, que nos levaram e constituirão o corolário do golpe militar de 1964.

Afinal, o surgimento de pesquisas vinculadas à renovação da historiografia e da ciência social brasileira deslocou as abordagens sobre os militares para outros problemas e objetos. Outra observação importante acerca dos trabalhos consultados é quanto às características de produção, que não são homogêneas. Por exemplo, José Murilo de Carvalho⁵ constituiu, em nossa análise, a produção individual mais fecunda para o conhecimento do Exército no período entre 1889-1945. Entretanto, é fundamental, perceber que seu trabalho em relação aos militares foi realizado durante a segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980.

Aliás, a maior parte da produção acadêmica sobre os militares ocorreu entre a constituição e o final da ditadura militar. Perceber o intuito de cada trabalho realizado sobre o Exército no período delimitado para a pesquisa e sua relação com as fontes é imprescindível para evitar obliterar as diferenças conceituais e de abordagem que particularizam cada trabalho.

O decréscimo de estudos significativos quanto à relação entre militares e política ocorreu na medida em que novos problemas ligados a aspectos sociais e culturais adquiriram preferência entre os historiadores, convergindo inclusive com a consolidação na historiografia brasileira do trabalho com temas e métodos próprios à história social e cultural.

A escassez de estudos sobre os militares a partir do ângulo político nos últimos anos, também está relacionada ao distanciamento que a produção historiográfica tomou

⁵CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

em relação às Ciências Sociais. Até a década de 1970, a historiografia brasileira foi caracterizada por uma forte aproximação com as correntes interpretativas da vida social, particularmente o marxismo, enquanto modelo teórico, e a sociologia.

Com a aproximação mais intensa da historiografia francesa ocorre uma redefinição dos objetos e das fontes de pesquisa. Os modelos teóricos, temas e objetos das ciências sociais são questionados pelos historiadores em relação às particularidades da produção do conhecimento histórico, implicando inclusive na seleção de novos temas, especificamente as mentalidades coletivas, a experiência religiosa e mágica, a sexualidade e a cultura. Essa reformulação na pesquisa histórica, cujo impacto começa na década de 1970, mas toma vulto no decênio seguinte, evidenciou no Brasil, para muitos historiadores a necessidade de um distanciamento mais significativo das Ciências Sociais em relação à tendência que estas possuem em organizar modelos de interpretação da experiência humana. Embora seja errôneo considerar que o desenvolvimento da historiografia não implicou a elaboração de temas, conceitos, objetos e métodos cujo conjunto pode ser designado como modelo de produção do conhecimento.

O esforço dos historiadores é compreensivelmente relacionado à elaboração, no âmbito do debate historiográfico, de mecanismos de pesquisa apropriados ao trabalho do historiador. Acredito que esse esforço não resultou, necessariamente, em um rompimento com as Ciências Sociais ou a Sociologia, mas no estabelecimento de problemas mais específicos que possibilitam aos historiadores uma área de pesquisa mais definida e propiciadora de maior autonomia em relação a outras áreas do conhecimento.

Ao pesquisar a formação de uma doutrina militar durante a década de 1930, durante a maior crise do Exército brasileiro, procurei evitar a formulação de uma abordagem fundada em um modelo de interpretação fechado e desvinculado das peculiaridades da pesquisa histórica, mas considerando que todo conjunto de procedimentos de pesquisa pode ser considerado uma espécie de modelo.

A partir das características discutidas, torna-se mais evidente por que as investigações desenvolvidas sobre essa instituição buscaram entender as consequências da ação social do Exército, que numa síntese elementar, primeiro concentraram-se sobre seus quadros de comando e depois sobre o aspecto organizacional. Porém todos os pesquisadores concordam que a Guerra do Paraguai foi o momento de definição da

necessidade do Exército em ser interlocutor fundamental na sociedade brasileira, o que passou a pautar as ações da corporação.

No período anterior ao conflito platino, a Guarda Nacional, cuja estrutura correspondia à preservação do poder político dos chefes locais, constituiu obstáculo premente à ampliação do poder do Exército, tratado como instância secundária.

A Guerra do Paraguai, na visão de José Murilo de Carvalho⁶, permitiu a constituição de um ideário militar correspondente a uma concepção de nação com a efetiva participação do Exército. A importância da instituição no conflito platino despertou seus membros para a necessidade de preservar a posição adquirida durante a guerra.

Para Edgar Carone⁷, o último quartel do século XIX revela o Exército com quadros técnicos habilitados em áreas militares específicas, como a engenharia, mas defasado nas práticas bélicas do período. A expressiva presença do ideário positivista nos cursos de formação dos novos oficiais e a desconfiança dos oficiais veteranos da Guerra do Paraguai em relação à instrução técnica favoreciam a secundarização da formação profissional. Segundo Carone, parte dos jovens militares estava imbuída de ideais civilizadores de inspiração positivista, vislumbrando o Exército como a instituição apta a transformar a nação, enquanto os mais experientes desejavam uma maior participação do Exército nas questões decisivas para o país e a instituição.

Evidentemente, o Exército não pode ser apreendido como instituição fechada e homogênea. No período é possível perceber diversas clivagens em seu interior. Exemplo pertinente é a divisão entre tarimbeiros e científicos, que remonta ao processo de profissionalização iniciado na década de 1850. Esse processo de profissionalização foi caracterizado por uma racionalização no sistema de promoções, cuja realização deixava de depender de vínculos aristocráticos ou políticos, deslocando-se para parâmetros acadêmicos e profissionais. A promoção nas denominadas armas científicas, artilharia e engenharia, ficaram condicionadas à conclusão de curso científico na Escola

⁶CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

⁷CARONE, Edgar. Carone, Edgar. *A primeira república, 1889-1930*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969; *A república velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972; *A segunda república, 1930-1937*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973; *A república nova, 1930-1937*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1974; *A república velha: Evolução política*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1975 (a) e *O tenentismo: Acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo, Difel/Difusão Editorial, 1975(b).

Militar. Mesmo nas armas não científicas, cavalaria e infantaria, havia vantagens para os portadores de curso superior.

Apesar das divergências entre os militares tarimbeiros e os científicos, cabia à instituição, na visão dos membros do Exército, a regeneração da nação em relação às dificuldades enfrentadas no final do século XIX.

José Murilo de Carvalho desenvolve acuradamente, reflexões sobre a inevitável convergência entre a busca da ampliação do poder social do Exército e a construção de um ideário de nação próprio à instituição. Em "Os Bestializados", Carvalho discute como Floriano Peixoto e seus partidários percebiam a construção da nação a partir da ótica militar e inevitavelmente comprometiam-se com outros grupos sociais, como os profissionais liberais, a partir dessa premissa. A participação social do Exército ocorre com a definição, no relacionamento da instituição com a sociedade, do que é a Nação. A definição de uma identidade própria ao Exército para exercer sua função social, implica a construção de um projeto de nação, orientador das práticas institucionais e sociais.

Observo, entretanto, que o conceito de identidade do Exército em relação a seus membros e sua interação com a sociedade correlaciona-se ao cuidado de não elaborar e aplicar um conceito a-histórico. No caso, o conceito de identidade é uma ferramenta para observar em uma conjuntura específica, os elementos de coesão interna e solidariedade institucional relativa ao acirramento ou diluição de conflitos entre os militares, cuja consequência pode ser a estruturação da ação social mais contundente da corporação.

Evidentemente a visão dos membros da corporação sobre o país alterou-se desde a segunda metade do século XIX, incluindo a inexistência, mesmo em uma conjuntura específica, de uma homogeneidade de representações e concepções sobre o Exército por parte dos próprios militares. Captar essas mudanças e disputas internas é fundamental para o objetivo principal do trabalho, ou seja, verificar a elaboração de uma doutrina militar do Exército e suas consequências para a instituição na década de 1930, principalmente com as consequências advindas da Guerra Civil de 1932.

A hipótese principal aponta para a constituição de uma doutrina militar circunscrita às peculiaridades do período analisado, onde a Guerra Civil de 1932 tornou-se o ponto de inflexão desta dinâmica, cuja pertinência foi permitir uma reorganização da corporação em paralelo a um maior impacto em relação à sociedade.

Partindo das premissas indicadas anteriormente torna-se mais compreensível a ausência de um grau de coerência elevado para orientar com eficiência as ações dos membros do Exército. A fragmentação do controle do poder de coerção dificultava o estabelecimento do Exército como principal instituição militar. Durante a Primeira República, o Exército tem como concorrentes nos estados, as forças públicas estaduais, antecessoras das atuais corporações de policiais militares.

Em sua obra “Política e Segurança”⁸, Heloísa Rodrigues Fernandes analisa a constituição da Força Pública Paulista, apreendendo o processo de constituição e aperfeiçoamento desta força repressiva do Estado de São Paulo.

A autora afirma que as forças repressivas estaduais foram fortalecidas em detrimento do Exército, particularmente em São Paulo, militarização resultante da política dos governadores e da subordinação aos interesses do grupo dominante no estado, os cafeicultores.

Fernandes considera que a Força Pública paulista atende à manutenção das condições políticas e sociais que propiciaram até 1930 a preservação do poder da fração de classe que detinha o poder no estado de São Paulo. Para a autora a diferença principal entre o Exército e a Polícia Militar paulista durante a Primeira República é o sentido do processo de militarização: enquanto o primeiro é identificado com a autonomia do poder central e da instituição em relação à ordem civil, a segunda representa a garantia de preponderância da ordem civil, segundo os interesses dos grupos dominantes de São Paulo.

A concorrência entre a Força Pública paulista e o Exército ocorre em diversos meios de preparação militar. A vinda da Missão Francesa de instrução militar, no ano de 1920 é considerada um marco para o processo de profissionalização do Exército brasileiro.

Porém, a partir de 1906 a Força Pública do Estado de São Paulo passou a receber instrução da Missão Francesa. Embora entre os anos de 1906 e 1910, não

⁸FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Os militares como categoria social*. São Paulo, Global, 1979; *Política e Segurança. A Força Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo, ALFA E OMEGA, 1974; “A Força Pública do Estado de São Paulo”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Volume III- O Brasil Republicano, Tomo 2: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Difel, Difusão Editorial S.A., Rio de Janeiro, 1977, p. 235-256; e “Forças Armadas; Autonomia e Hegemonia”. In: CPDOC (org.). *A Revolução de 30: Seminário Organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 255-263.

continuamente,⁹ vários oficiais do Exército Brasileiro tenham participado de instrução junto ao Exército alemão, quando eram presidentes Afonso Pena (1906-1909) e Nilo Peçanha (1909-1910), o pioneirismo da modernização coube à polícia paulista. Diversas críticas foram feitas na época, principalmente por grupos receosos quanto à proeminência paulista e os defensores do Exército¹⁰.

Durante o período das “salvações hermistas”, o secretário da Justiça, Washington Luís, designou o chefe da Missão Francesa, coronel Balagny, para organizar o sistema de defesas das fronteiras paulistas. Esta força repressiva, frente ao Exército no Estado de São Paulo, estava mais bem equipada, em materiais bélicos e efetivos militares, contando durante a Primeira República com artilharia e uma esquadrilha de aviação. Além de atuar como um pequeno exército relativo à preservação dos interesses de São Paulo quanto à política dos governadores, a Força Pública exerceu a função de repressão ostensiva aos movimentos dos trabalhadores. Nas palavras de Fernandes:

“Até 1930 esta sofrerá melhoramentos contínuos, desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia, até a criação de uma esquadrilha de aviação. A Primeira República inaugura,

⁹Além da turma enviada em 1906, foram enviadas outras duas turmas em 1908 e 1910, respectivamente. No ano de 1908 o futuro presidente Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra, recebe convite, do Kaiser Guilherme II, para assistir manobras militares que ocorreriam entre os meses de agosto e setembro daquele ANO. A Comitativa brasileira era então composta pelos seguintes membros, além de Hermes da Fonseca: pelo general Mendes de Moraes, pelo major Tasso Fragoso, pelo capitão Deschamps Cavalcanti, figuras que terão importante papel na história do exército e principalmente no período estudado. Para mais informações vide: LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *Pela vinda da missão militar alemã ao Brasil*. In: Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, p. 1-10 acessado em < <http://revistadiscentepghis.files.wordpress.com/2009/05/cristina-luna-pela-vinda-da-missao-militar-alema-ao-brasil.pdf> > e também o artigo de RODRIGUES, Fernando da Silva. *Os Jovens Turcos e o Projeto de Modernização Profissional do Exército Brasileiro*. In: ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007, p. 1-8 acessar em < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0019.pdf> >.

¹⁰Diário Popular, 8 de março de 1906/ A Platéia, 26 de abril de 1906, Apud FERNANDES, Op.Cit.,1974, p.161 - 162.

de fato, o período áureo desta força repressiva.¹¹”.

Apenas como ilustração do poderio bélico e preparo da Força Pública paulista citamos os seguintes exemplos: em 1922 combateu o levante tenentista enviando um batalhão ao Mato Grosso; auxiliou com 2400 soldados no combate à Coluna Prestes; postou-se ao lado de Washington Luís em 1930 enviando 3000 homens a Itararé, e foi à base militar do levante paulista de 1932 contra o governo provisório de Vargas.

Comparando os estudos realizados por José Murilo de Carvalho e Heloísa Rodrigues Fernandes, é perceptível o desafio latente das Forças Públicas em relação ao Exército. Embora o Exército e as Forças Públicas tenham crescido paralelamente em 200% entre a proclamação da República e 1930, em 10 estados as forças públicas¹² superavam em número de efetivos o Exército, no caso de São Paulo uma diferença considerável, de 7538 homens contra 3675 elementos do Exército.

A regionalização do poder militar durante a Primeira República significou uma forte barreira para o fortalecimento do Exército e a aquisição do monopólio do poder de coerção.

Este tema foi recorrente nas discussões e ações políticas realizadas após a Revolução de 1930, particularmente por Vargas conquistar o apoio do Exército mediante promessas de modernização e fortalecimento da corporação.

O governo oligárquico relegou ao Exército um papel de coadjuvante, aproximando-se dos militares, somente para alcançar os objetivos relativos aos interesses, dos grupos em competição dentro do sistema político, cuja preservação para as elites beneficiadas, era prioridade. Todas as disputas entre os elementos das oligarquias eram aplacadas quando da divulgação do resultado das eleições, como ocorreu em 1922, na eleição de Artur Bernardes. O episódio das "Cartas Falsas" evidenciou o interesse dos cardeais do sistema político, em contar com o Exército apenas como elemento de prestígio eleitoral. Os políticos de oposição à candidatura Artur Bernardes contavam com a corporação apenas para derrotar o adversário, sem oferecer a perspectiva de uma participação mais ativa dos militares no poder.

Edgar Carone¹³, José Murilo de Carvalho¹⁴, Virginio Santa Rosa¹⁵ e Nelson

¹¹FERNANDES, Op.Cit., 1974,p.167.

¹² Vide Anexo 2.

¹³CARONE (1971).

¹⁴CARVALHO (1987).

Werneck Sodré¹⁶ assinalam a República Velha como período, em que a condição do Exército, de guardião dos interesses nacionais, correspondia à busca dos políticos do apoio da corporação na época das eleições.

Para Edmundo Campos Coelho¹⁷, a ausência de uma política do Exército, afinada aos princípios hierárquicos impedia os comandantes militares de posicionarem-se em busca dos interesses próprios à corporação, resultando na perseguição de objetivos pessoais em relação às práticas de poder. A não incorporação de um projeto de nação articulado à inserção social do Exército constituía obstáculo substancial à elaboração de ações institucionais coerentes e objetivas.

A secundarização do Exército dentro do sistema de poder despertou em certos grupos militares de alta patente à necessidade de reformas que dotassem a instituição de condições organizacionais próprias à efetivação do que consideravam ser sua função. A defesa da pátria passava por meios bélicos e humanos, pois bons soldados deveriam saber o momento de agir para resguardar as instituições e valores caros à nação. O principal problema seria o estado de penúria material e humana dos recursos do Exército, somado às dificuldades de preparação técnico-militar, aspectos estruturais internos, distribuição dos recursos humanos e deficiência material. A solução almejada foi a profissionalização, que corresponderia à resolução desses problemas, buscada insistentemente durante as décadas de 1910 e 1920.

Em 1913 foi fundado a revista militar “A Defesa Nacional”, uma tentativa de elaborar mecanismos adequados à profissionalização dos militares, aperfeiçoando a qualidade do Exército brasileiro, que segundo os responsáveis, estava deteriorado em razão dos meios bizarros de conscrição e do atraso na utilização das modernas técnicas bélicas. Os jovens militares que propugnavam essas ideias na revista foram denominados “jovens turcos”, referência aos reformadores turcos. A profissionalização para os jovens turcos resultaria da adoção de material humano qualificado, necessário para a modernização e sistematização do sistema de treinamento.

Além do questionamento da incapacidade de aplicar adequadamente o alistamento militar, os jovens turcos evidenciaram formalmente problemas que

¹⁵SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do Tenentismo?*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

¹⁶SODRÉ, Nelson Werneck. *A História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

¹⁷COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

comprometiam profundamente a capacidade de operação do Exército. A formação militar estava defasada, segundo o grupo, em relação às modernas técnicas de combate. Apregoavam a necessidade de ampliar as instâncias de formação, em particular as escolas militares, representadas naquele momento somente por duas instituições¹⁸. Outras queixas fundamentais foram formuladas, como a falta de um sistema de promoções adequado à profissionalização militar e uma maior autonomia de gerenciamento dos recursos militares em relação ao Estado.

Fundamental, na visão dos jovens turcos, era a aquisição do monopólio da força militar. A concorrência das forças públicas estaduais além de constituir obstáculo premente, evidencia, pelo elevado número de unidades da federação em que os policiais superavam em contingente e recursos os membros do Exército, o reduzido número de efetivos da instituição e a vulnerabilidade em relação às Forças Públicas.

As deficiências do Exército eram potencializadas pela deficiência de material bélico e de meios industriais para suprir as necessidades militares, conjugadas à falta de uma política de defesa nacional correspondente à eficiente organização da cúpula militar.

Os jovens turcos receberam a influência da tradição militar alemã, tomando-a como referência de Exército moderno. Mas a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e a adesão do Brasil às forças da Entente em 1917 foi decisiva para que, em 1920, a Missão Militar Francesa viesse ao Brasil auxiliar na profissionalização do Exército.

A principal contribuição dos consultores técnicos franceses foi a formação de bons oficiais de Estado-Maior, que passam efetivamente a exercer a política de defesa nacional a partir dos interesses do Alto Comando militar. Isso significou a busca da expansão do Exército, do fortalecimento da hierarquia e a incompatibilidade de movimentos como o tenentismo com a instituição, ou seja, da ação autônoma dos escalões inferiores. O padrão almejado é o soldado-profissional, a não intervenção política.

É válido afirmar que os jovens turcos estimulam dentro do Exército a crença de que o desenvolvimento da instituição e o sucesso de seus membros dependeriam de uma ampla reforma da instituição, adequando-a às exigências do mundo moderno. Porém, o grupo caracterizava-se por almejar mudar a instituição de acordo com a legalidade,

¹⁸A Escola Militar do Realengo, no Distrito Federal e a Escola Militar de Porto Alegre.

reprovando toda e qualquer forma de expressão militar que caracterizasse insubordinação contra as autoridades constituídas. A revista "A Defesa Nacional" condenou explicitamente a revolta militar de 1922. Já em seu primeiro editorial, em 1916, explicita o conceito relativo à ação social do Exército, segundo os responsáveis:

“O Exército precisa estar preparado para a sua ação conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.”¹⁹

No entanto, é necessário observar que a luta pela profissionalização caracterizou-se por muitas dificuldades. Foi insuficiente apontar os problemas que caracterizavam a corporação sem a conquista de certa autonomia em relação às demais esferas administrativas do Estado. Exemplo contundente desta situação paradoxal vivida pelos jovens turcos ocorreu em 1916, nos primórdios da constituição do grupo. Em 1916 os jovens turcos conseguiram o apoio do Ministro da Guerra, José Caetano de Faria, para a implantação da Lei do Sorteio Militar, visando amparar e tornar equânime o alistamento universal e o serviço militar obrigatório. Contrariando as expectativas dos jovens turcos, ocorreram resistências à lei. A falta de órgãos militares dedicados ao controle dos alistamentos, que foram usados como instrumentos políticos de controle social, pois eram realizados por juntas municipais coordenadas pelos presidentes das câmaras de vereadores, impediu o alcance dos resultados almejados.

O impacto mais significativo da experiência dos militares brasileiros em relação à organização militar alemã a partir de 1906 foi a preconização do afastamento do militar da política, considerado fator de estabilidade da corporação, somada a profissionalização do recrutamento e à adequada provisão dos recursos bélicos. José Murilo de Carvalho considera que os postulados apreendidos pelos jovens turcos repercutiram no ideal de profissionalização da corporação, orientando inclusive a rebeldia reformista dos tenentes, que percebiam na reforma política do Estado a efetivação das condições de exercício da missão militar. Sua semente mais significativa foi, na visão de Carvalho, a implantação da Escola Militar do Realengo sob a influência dos jovens turcos:

¹⁹A Defesa Nacional, Editorial, outubro de 1913, nº1

“Ao se abrir em 1911 a Escola do Realengo era muito distinta de sua antecessora. O ensino já era quase todo militar como também era militar a disciplina interna. Em 1916, como consequência da influência dos renovadores, é mandada à Escola o que se chamou de Missão Indígena, ou seja, um grupo de jovens instrutores, alguns turcos”, imbuídos da nova mentalidade. Juarez Távora, que frequentou a Escola de 1917 a 1919, diz destes "jovens: “Coube-lhes, sem dúvida, o mérito de darem à instrução das várias armas uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera”. Esta maior preocupação profissional, aliada ao relativo isolamento físico em que se encontrava a nova Escola foram fatores que afetaram seu comportamento político²⁰”.

Para Boris Fausto, a Escola Militar do Realengo contribuiu significativamente para a profissionalização, refletindo-se na formação dos tenentes que a frequentaram, mesmo no momento de quebra de hierarquia em relação ao não apoio das cúpulas militares para com os levantes realizados antes de 1930. A Escola impregnou essa geração com ideais enobrecedoras da missão profissional dos militares. Este autor ainda observa que a Escola: *“(...) favoreceu a formação de uma certa coesão grupal, de uma consciência militar, em um meio social em que a supremacia das oligarquias civis começava a ser contestada²¹”.*

Certamente o envio de militares brasileiros à Alemanha preparou terreno para a Missão Militar Francesa contratada a partir de 1918 e instalada no país em 1920, perdurando até 1940. A experiência da Primeira Guerra Mundial significou para os militares a renovação de muitos conceitos bélicos, especialmente o de defesa nacional. A intensidade da conflagração europeia foi responsável por envolver todos os setores sociais no esforço de guerra. Os estrategistas militares europeus acreditavam em 1914, em uma guerra rápida, ilusão destruída mediante o amplo poder de conflagração e

²⁰Carvalho (1977: 199).

²¹Fausto (1972:31).

destruição dos beligerantes.

O conflito durou quatro anos e três meses, mobilizando exércitos de milhões de homens. Para equipá-los, foi necessária uma imensa mobilização de recursos em suprimentos e armas. A produção agrícola e industrial passou a ser dirigida para suprir as exigências bélicas. Mulheres passaram a ocupar postos de trabalho reservados anteriormente aos homens. O Estado, nos países em guerra, adquire a preeminência do planejamento econômico e da produção. Militarmente cria-se um novo conceito de defesa nacional, envolvendo como constituintes da estratégia militar todos aspectos relevantes da vida de um país, incluindo a estrutura militar propriamente caracterizada até o desenvolvimento de indústrias estratégicas para a defesa, como a siderurgia e o controle das fontes de energia.

José Murilo de Carvalho aponta a criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927, como influência da Missão Francesa, cuja insistência na formulação do planejamento da defesa nacional aliava mobilização nacional, recursos econômicos e aspectos psicológicos.

Segundo autores como José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, a Missão Militar Francesa foi decisiva para a alteração na mentalidade dos oficiais e na própria estrutura do Exército. São construídos quartéis, distribui-se melhor a jovem oficialidade pelos corpos do Exército, particularmente, reorganiza-se o ensino militar de formação e aperfeiçoamento. Daí decorre à procura de um maior distanciamento entre o Estado-Maior e a tropa, implicando no reforço da hierarquia e dos quadros superiores como condutores privilegiados da corporação. No entanto, os jovens turcos ao evitarem discutir as relações entre suas funções militares e a política no Brasil, deixavam de definir o papel do Exército em relação às questões nacionais que afetavam a instituição. Gerava-se um hiato entre a ideia básica de organização e eficiência profissional e a realidade social da instituição. Os jovens turcos contribuíram, para Edmundo Campos Coelho, com um aprofundamento da crise latente que se expressou a partir do tenentismo, pois formaram uma dissidência legal. Sem romper os regulamentos disciplinares apontaram os problemas que limitavam socialmente o Exército.

Neste aspecto, é importante a análise do depoimento dos contemporâneos do período e ligados as questões militares. A obra do pesquisador Nelson Werneck Sodré constitui uma referência importante, não obstante, possuir um caráter ensaístico e memorialista comprometido com o projeto nacional-populista de transformação social.

Em razão de suas opções políticas e ideológicas, Werneck Sodré projetava o Exército como a expressão autêntica do povo brasileiro, particularmente por sua abrangência nacional, mas na visão do escritor, deturpado por suas lideranças. Suas informações são pertinentes, mas devem ser avaliadas com cuidado, em virtude de suas opções ideológicas e ligações afetivas com o Exército. Da mesma forma, explica-se seu endosso integral ao trabalho, de outro analista do período estudado e também dos militares, de Virgínio Santa Rosa. Na postura de Werneck Sodré fica clara a defesa da postura do soldado-cidadão, protetor das instituições, do Exército e ativo na resolução das mazelas populares. Daí seu ceticismo quanto a todas as propostas e projetos exclusivamente profissionalizantes, e também em relação aos tenentes considerados por Sodré como expressão militar da burguesia urbana.

Já Edmundo Campos Coelho acredita que a aceitação do programa de reformas dos jovens turcos não obteve sucesso quanto ao politicismo defendido. Não havia precedentes históricos para sustentar essa intenção e, para Coelho, a abstenção política dos militares correspondia à subalternidade imposta pelas elites civis, sem ganhos em modernização e profissionalização do aparato militar do Exército.

O trabalho dos reformadores despertava a percepção de problemas individuais como as dificuldades materiais de vida, ausência de oportunidades de ascensão na carreira e também organizacionais, relativas à formação profissional deficiente, incompetência das chefias, falta de renovação do quadro de oficiais superiores.

As medidas implantadas no Exército brasileiro a partir da experiência dos jovens turcos e da instalação da Missão Francesa, não atacaram um aspecto fundamental para a manutenção da corporação. Os recursos destinados ao Exército eram insuficientes para a manutenção da máquina militar. Outro obstáculo constante foi à formação das Forças Públicas estaduais, que cresceram em poder bélico e político durante a Primeira República.

A deficiência material, financeira e a concorrência das Forças Públicas estaduais, despertaram parcela da oficialidade para os problemas políticos que afetavam instituição. O tenentismo, movimento gerado no Exército que buscava solucionar os problemas relativos à instituição, surgiu na década de 1920, aglutinando a jovem oficialidade do Exército, atraindo o apoio dos setores sociais urbanos. Muitas das características do movimento originam-se da jovem oficialidade, por exemplo, a ideia de centralização política ou o elitismo do movimento. As raízes do tenentismo

vinculam-se às transformações processadas no interior da instituição militar que é o Exército. O ensino de base positivista, que dotava os cadetes de preocupações com questões nacionais, superando as puramente militares, não se esgotou com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, nem com o ensino eminentemente técnico oferecido pela Escola Militar do Realengo, criada em 1911. Havia aspectos próprios a definição da missão militar que inquietavam a jovem oficialidade, em particular a contribuição dos militares para o sistema político necessário à construção de um país moderno.

Para Nelson Werneck Sodré, o tenentismo conjuga particularidades da vida militar com a posição de vanguarda defensora da ascensão burguesa. O clima político propiciado pelas "Cartas Falsas" em 1922, deu expressão, na visão do autor, a uma corporação em crise, que se percebia instrumento inadequado do latifúndio, desde as intervenções incipientes de Hermes da Fonseca com sua política de salvações estaduais, quando o marechal foi presidente da República. A ascensão tardia da burguesia, na opinião de Sodré, necessitava de uma contraparte militar cujo alcance nacional possibilitaria a reconfiguração do poder. A avaliação de Sodré é corroborada por Virgínio Santa Rosa, que definiu o tenentismo como a primeira expressão política das classes médias, de alcance nacional.

Segundo Santa Rosa, os tenentes estavam providos de forte consciência de classe e experiência revolucionária conquistada durante os anos de exílio. Para ambos autores, o tenentismo expressa a diversificação da sociedade brasileira, efeito direto do desenvolvimento da indústria, do comércio, de funções e cargos relativos à ampliação da estratificação social.

O tenentismo, portanto, representava a luta da burguesia contra as elites rurais. Aliás, Sodré atribui ao Exército um caráter democrático inerente à sua constituição popular, afirmando constantemente em sua análise que uma corporação ordenada por seus verdadeiros princípios contribuiria para um país mais justo, não aplicando a suas conclusões a premissa que fundamentava suas análises, que as relações sociais são construídas em vez de serem etéreas.

Sodré e Santa Rosa desenvolveram reflexões privilegiando as raízes sociais do tenentismo. Porém, negligenciaram a importância de uma visão de mundo própria aos membros de uma instituição como o Exército. Deste modo, Edmundo Campos Coelho contrapõe-se às ideias dos autores anteriores, criticando o que denomina visão

instrumental do Exército conceituada como ferramenta de grupos sociais em competição.

Segundo Coelho, essa concepção reduz o Exército a mero reflexo da sociedade civil, inviabilizando a compreensão, por exemplo, das posições aparentemente contraditórias da cúpula militar no controle do Exército em 1954, 1955, 1961 e 1964. O tenentismo e o Exército devem, para Coelho, ser alvos de uma compreensão organizacional, priorizando essencialmente fatores de estímulo do comportamento social e político, relevantes para a aquisição de autonomia social, que filtram os influxos da sociedade civil. Daí, a pressão dos tenentistas pela mudança do sistema político que subsidiou a República Velha, identificando o sistema liberal vigente como corrupto e provocador da precariedade organizacional, bélica e política do Exército.

Ainda para este autor, a competição com as Forças Públicas estaduais, verdadeiras guardas pretorianas da política dos governadores, realçaria os obstáculos colocados a uma instituição que por ser nacional, deveria opor-se à fragmentação.

Apesar das diferenças entre as análises de Santa Rosa e Sodré em comparação a Coelho, um traço comum permeia esses autores, o Exército como instituição nas três primeiras décadas do século XX estava desprovido das condições necessárias à orientação de práticas sociais que possibilitassem um maior poder de interlocução com a sociedade. A fragmentação da instituição impedia a elaboração de um conceito de nação correspondente às funções da instituição, que por sua vez orientasse a ação social do Exército. A luta dos jovens turcos pela profissionalização do Exército correspondeu à primeira tentativa de fazê-lo. Um contemporâneo apontava as lastimáveis condições dos quartéis antes das iniciativas encampadas pelos jovens turcos, como a vinda da Missão Militar Francesa:

”(...) enquanto um certo número de oficiais, sargentos e outros praças se esbaforiam, a escrever, na secretaria, na casa das ordens, na arrecadação (hoje denominada almoxarifado) ou nas dependência do rancho, a maioria dos capitães e tenentes matava o tempo numa sala do estado maior, trepando, isto é, falando da vida alheia, jogando gamão ou dominó. Quando a gritaria dos jogadores ou da assistência se tornava insuportável, o ajudante vinha da parte do major por um jato de água fria naqueles

entusiasmos.²²”

Os tenentistas buscavam o processo revolucionário, na década de 1920, para romper as limitações políticas e profissionais que caracterizavam o Exército em relação ao sistema político e ao exercício do poder. Os participantes do tenentismo partiam do pressuposto que a profissionalização implicava a racionalização do poder, para benefício da instituição. Sua erupção significou a explicitação do questionamento do poder da elite militar vista pelos tenentes como comprometida com o regime liberal. A contestação dentro do “regulamento disciplinar” ou através do rompimento da hierarquia expressava o esgotamento do controle do Exército pelos oficiais desvinculados do compromisso com as mudanças necessárias para o fortalecimento da instituição. Entretanto, essas transformações conectaram-se a mudanças externas à corporação, provocando disputas entre os militares, que se envolveram com as questões mais candentes do período, na crise relativa ao fim da República das oligarquias e da consolidação de Getúlio Vargas no poder.

Deste modo, os levantes de 1922 cujo estopim foi o episódio de supostas injúrias do candidato Artur Bernardes ao Exército, representam uma reação possibilitada pela leitura institucional de fatos relativos às relações da corporação com os demais setores da sociedade. Apesar das dificuldades expostas anteriormente, o Exército brasileiro conseguira impregnar seus membros de certo espírito de corpo, manifesto nas situações mais graves para a instituição como um todo. As reivindicações dos militares rebelados e dos "jovens turcos" ecoavam na cúpula da instituição. A criação do Conselho de Defesa Nacional revela que a preocupação com a modernização da instituição para a realização da missão do Exército permeava a alta oficialidade.

O estudo realizado por Joseph Love²³, que mensurou as relações entre os militares do Exército e os políticos do Partido Republicano gaúcho naquele estado.

Segundo Love, a concentração de 20% das tropas federais no Rio Grande do Sul em 1920, da única academia militar-profissional além da existente na capital federal, de oito dos 30 generais de divisão serem gaúchos, condicionaram a formação de uma lealdade regional entre as forças federais e os políticos locais. Fator significativo foi,

²²Carone (1971:355).

²³LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

também na visão de Love, a defesa dos políticos gaúchos do aumento das verbas militares.

As evidências levantadas por Love permitem verificar que havia uma percepção comum a todos oficiais do Exército dos problemas que afligiam a instituição e da necessidade de formular soluções. A radicalidade dos tenentes e o reformismo dos jovens turcos foram tentativas diferentes de resolver os problemas da corporação.

A adesão da cúpula do Exército à Revolução de 1930 resultou, portanto, da consideração de fatores de caráter profissional-militar, cuja resolução implicava a eliminação dos aspectos mais fortes da organização oligárquico-regionalista do Estado. A opção da cúpula do Exército pela Revolução de 1930 decorre da crença em sua viabilidade, especialmente na mudança política na administração do Estado e no encaminhamento considerado mais adequado para as questões militares.

Os debates realizados em torno da participação política dos militares do Exército revelam a importância da instituição para a ação de seus membros. As fontes documentais exploradas permitem afirmar que tanto militares legalistas e rebeldes durante as décadas de 1920 e 1930, agiam a partir das considerações realizadas sobre as necessidades do Exército. As memórias dos principais líderes do período como Juarez Tavóra, Bertoldo Klinger, Góis Monteiro, Juracy Magalhães, Osvaldo Cordeiro de Farias, Setembrino de Carvalho, João Alberto Lins de Barros, Estevão Leitão de Carvalho, entre outros, enfatizam as considerações de ordem militar para as intervenções políticas realizadas a partir de 1922, o que também justificava para os militares legalistas o combate dos rebeldes militares.

Enquanto manifestação militar com objetivos políticos, o tenentismo contém os seguintes elementos: resolução dos problemas nacionais mediante a aplicação da força; não formulação da proposta de um governo militar; participação maciça de jovens oficiais de baixa patente; persistência, ao longo de vários anos de cisão com o Exército mediante o ideal de agirem na defesa da corporação. A manutenção do tenentismo durante vários anos ocorreu principalmente em relação ao ideário de defesa da nação representada pelo Exército. Contudo, o tenentismo não pode ser caracterizado como um movimento homogêneo.

A série de rebeliões militares dos anos 20 e a marcha da Coluna Prestes forneceram a muitos contemporâneos e analistas a impressão incorreta de que o movimento possuía um elevado grau de coesão ideológica. As pesquisas realizadas por

historiadores apontam no sentido oposto. Especialmente a partir de 1930. A chegada dos tenentes ao poder implicou na formação de uma grande variedade de alianças políticas, o que caracterizou para muitos historiadores a fragilidade do movimento tenentista. A incapacidade de organizar um partido político ou associação capaz de coordenar nacionalmente a ação do grupo evidenciou a falta de perspectiva política mais ampla e profunda do grupo.

As análises empreendidas por historiadores e sociólogos dividem o tenentismo em duas fases distintas: antes de 1930 e depois da Revolução, marcada pela progressiva diluição do movimento a partir da participação cada vez maior de seus membros na administração do Estado, ocupando cargos no governo federal ou no comando das interventorias estaduais e respectivos órgãos administrativos. Para uma análise mais matizada do Exército, é necessário verificar suas condições de existência pré-1930. As raízes do tenentismo e o estudo da oposição militar à sua existência propiciam uma compreensão aprofundada da cisão militar e também dos aspectos que ligavam os grupos militares em conflito. Historicamente, o tenentismo representou para o Exército brasileiro sua mais grave cisão. Há um aspecto específico, no entanto, que torna a secessão institucional peculiar: os tenentes delinearam e empreenderam suas ações valorizando o Exército, em busca do estabelecimento do papel político arbitral que acreditavam fundamentar as atribuições da corporação. A crítica dos tenentes se dirigia não à instituição, mas à cúpula de generais considerados inaptos para aplicar o papel político do Exército e de defender sua independência dos políticos civis. Esses elementos possibilitam perceber que as manifestações militares somente são inteligíveis quando pensadas a partir do cruzamento da historicidade do período analisado com o caráter institucional do Exército, organização estatal permanente e complexa.

O controle da instituição e a definição de seu papel político passam exatamente pela definição da relação do Exército com os demais grupos sociais, mediado na identificação com uma ideia de nação. O objetivo desta tese de doutorado é perceber como a elaboração de uma doutrina militar, entre o período de 1930 a 1937, foi fundamental para reestruturar o Exército e suas ações, bem como podemos afirmar que a Guerra Civil de 1932 foi o evento catalisador, que impulsionou as reformas dentro do exército e a consubstanciação de uma “doutrina militar”, esta passando a ter efetivamente um caráter nacional.

Superando as idéias de Virgínio Santa Rosa, diversos pesquisadores propuseram

a necessidade de averiguar a partir da avaliação institucional o papel dos militares do Exército. Edmundo Campos Coelho trata-o como ator político autônomo, enquanto Bóris Fausto percebe o tenentismo como movimento de conteúdo militar específico: “(...) *Um movimento político e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião.*”²⁴

Fausto também observa que ações dos tenentes ocorreram independentemente do apoio de setores civis, rompendo inclusive com os instrumentos recorrentes das oposições estaduais, particularmente, candidaturas, protestos, rearranjos. O historiador aponta a falta de apoio popular para caracterizar o tenentismo como movimento militar, notadamente quando em suas manifestações os tenentes assumem a condição de oficiais do Exército responsáveis pela mediação entre a instituição regeneradora da nação e o povo. Apesar dos confrontos realizados contra as forças militares legalistas, em todos os manifestos, os rebeldes atribuem suas ações ao Exército.

Essa percepção revela um aspecto fundamental, a formação e ressocialização dos elementos dentro do Exército. Como os militares não provêm de uma origem homogênea e desenvolvem laços de identificação com a instituição, é evidente a importância dos mecanismos de integração e educação militares. Sobre os tenentes em particular, que compunham apenas parte de um segmento hierárquico dentro do Exército, Boris afirma:

“Como membros das Forças Armadas, os tenentes participam de uma categoria específica - parcela do aparelho do Estado - que não é diretamente determinada pelo critério de classe, dependendo do funcionamento concreto desse aparelho, no conjunto de uma formação e de suas relações com as diferentes classes ou frações. Mas a vinculação de classe não é indiferente e introduz uma variável importante na compreensão do comportamento tenentista, ao possibilitar um certo tipo de ação e de ideologia, cujo exemplo mais claro são as formulações desenvolvimentistas. As relações entre classes médias e tenentismo não se concretizam nem sob a forma de efetiva

²⁴Fausto (1978:37).

organização destas classes pelo movimento, nem pela sua representação específica como "potência governamental" . A aproximação mais segura entre a categoria social e a corrente deriva do fato de um setor do movimento, detendo alguns postos de direção do Estado, propor-se a realizar um programa de reformas, pequeno-burguês em essência, embora com escassa correspondência na pequena burguesia do tempo. Do ponto de vista do episódio de 1930, está incorrespondência não permite defini-lo como movimento de ascensão das classes médias ao poder, através da representação política do tenentismo.²⁵"

Fausto afirma que as semelhanças entre o ideário clássico da pequena burguesia, identificado na análise das relações de classe próprias das sociedades industriais da Europa Ocidental não são um modelo aplicável às relações sociais no Brasil. O caráter militar do tenentismo constitui um filtro que medeia as relações do movimento com o restante da sociedade. Em razão desse aspecto, mesmo atingindo o poder, os tenentistas foram incapazes de produzir um programa de reformas coincidente com sua classificação de aparato político e armado da pequena burguesia. A impossibilidade de gestar propostas políticas com o mínimo de homogeneidade repousaria na impossibilidade de estender a compreensão militar das relações sociais à divisão entre classes e grupos sociais. A visão hierárquica das relações sociais impedia os tenentes de negociar um programa político que integrasse de modo mais concreto suas propostas, cujo caráter genérico fragmentou o movimento e facilitou sua absorção em um Exército recomposto durante a década de 1930.

A projeção do Exército como partido político representante das camadas médias da sociedade baseia-se na confusão conceitual entre a origem social dos militares do Exército e o conteúdo de classe de sua ação política. As características institucionais do Exército permitem afirmar que a natureza de suas ações originava-se na não dependência da oligarquia. A natureza de suas funções exigia coesão, organização e comprometimento com uma estrutura nacionalizada, que partindo de uma base profissionalizada poderia basear ações políticas não vinculadas a frações de classe civis. Outro fator importante é a inserção do Exército no aparelho do Estado, propiciando aos

²⁵Fausto (1978:43).

oficiais um conhecimento aprofundado dos mecanismos institucionais e seu uso na competição política intra-oligárquica, favorecendo a formação de propostas de reformas de sistema político.

Nesse sentido o objetivo desse trabalho é identificar os fatores preponderantes na reestruturação do Exército Brasileiro após o fim da Guerra Civil de 1932 e em quais aspectos e com que relevância este movimento armado influenciou nesse processo de modernização das forças armadas. O projeto para o exército foi desenvolvido por diversas figuras político e militares influentes, mas a maior de todas e que recebe um amplo destaque e ênfase não apenas pelo seu pensamento militar mais também por ter sido o implementador dessas mudanças, foi o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

O trabalho organizou-se no seguinte esquema:

Capítulo I: A partir da Revolução de 30 e da apresentação das disputas internas, tanto na sua fase de organização, quanto em seu período de instalação buscamos compreender, os principais atores e objetivos em disputa, que iriam formar o governo provisório em seus níveis político e militar. Nossa ênfase em apresentar os principais personagens, deve-se a importância que estes iriam desenvolver no combate político-militar durante a guerra Civil de 1932 e principalmente no período posterior, onde iriam se tornar os porta-vozes e condutores da política de reestruturação das Forças Armadas, no nosso caso específico do exército.

Capítulo II: Nesta parte apresentamos as disputas políticas que levaram ao início do conflito bélico. Salientamos as tentativas do governo Provisório em resolver de forma diplomática e “amigável” as demandas dos grupos descontentes, enfocando principalmente nas propostas e demandas paulistas, as quais se mostravam diversas e muitas vezes não conciliatórias, a todo o momento testando os limites da negociação com o Governo Provisório.

Capítulo III: Neste capítulo apresentamos de forma detalhada o desenvolvimento e desfecho da Guerra Civil, pelo olhar militar. Observamos os embates de força, os desequilíbrios no preparo e organização dos combatentes. As diversas carências e dificuldades de pessoal e material durante toda a campanha.

Capítulo IV: Nesta parte apresentamos a efetivação das demandas militares surgidas ou reforçadas pela Guerra Civil de 1932. Apresentamos o que ficou conhecido como “Doutrina Goís Monteiro” ou projeto Goís para reestruturação do exército. O qual apoiou-se em três pilares gerais: reorganização da estrutura militar ([re]ordenamento e reestruturação da Hierarquia e da Disciplina), rearmamento (aquisição de armamentos para as distintas Armas do exército no exterior e tentativas de desenvolvimento de um sistema fabril que fosse capaz de atender as necessidades militares em tempos de guerra) e o mais forte e importante do período o combate e desestruturação das Forças Públicas.

Capítulo I

A Revolução de 30 e as articulações para a Guerra Civil

1. *Cenário e Antecedentes*

Para analisar a articulação política e a ação militar que resultaram na chamada Revolução²⁶ de 30 e, na conseqüente Guerra Civil²⁷ de 1932, é necessário fazer menção às conjunturas nacional e internacional, apontando a correlação entre as influências que esses acontecimentos têm lugar.

A Grande Depressão²⁸ - que se seguiu até 1933 - teve como consequência básica o desemprego em larga escala; o protecionismo foi utilizado para enfrentar a crise, o que comprometeu o sistema mundial de comércio. Em última análise, a Depressão provocou o colapso do liberalismo econômico.²⁹ Em boa parte da Europa e no Japão houve uma guinada política para a direita; os novos governos eram, em geral, de tendência nacionalista, autoritários, contra a revolução social, contra as instituições políticas liberais, tendentes a favorecer os militares e as forças ou grupos de direita.³⁰

A ascensão da direita foi uma reação à revolução social e ao poder operário; não apenas ao bolchevismo, mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem vigente, relacionados ao crescimento da força dos trabalhadores. Entretanto, o fascismo só se manifestou onde ocorreu o colapso do poder das velhas classes dominantes. Em resumo: Estado decadente, ameaça à ordem social, ressentimento nacionalista e homens descontentes, desencantados e desorientados - eis as condições favoráveis ao

²⁶Para fins deste trabalho o termo Revolução será utilizado para referir-se a Revolução de outubro de 1930, a qual instaura um novo regime político econômico e social no Brasil.

²⁷Optamos pelo termo “Guerra Civil” para nomear o movimento político-militar armado que eclodiu no estado de São Paulo no ano de 1932 e perdurou por três meses, consumindo vidas humanas, destruindo bens materiais. A bibliografia corrente trata o evento como “Revolução Constitucionalista”, entretanto, pelas razões apontadas em capítulo específico explicarei com maior minúcia a escolha do termo usado neste trabalho.

²⁸HOBBSAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2003, p101-106.

²⁹Ibid.p. 97-99.

³⁰Ibid. p. 108, 116-117.

surgimento dos governos autoritários de direita.³¹

Com a crise, o preço dos produtos primários sofreu grande queda, o que abalou países como o Brasil, cujo comércio internacional dependia essencialmente deles. A Depressão acabou com a República Velha e levou ao poder Getúlio Vargas, um político populista-nacionalista. Entendendo que a crise econômica mundial, isoladamente, não explica o caso brasileiro, que tem dinâmica própria, não se deve, porém, subestimar sua importância, uma vez que, nos anos de 1930-31, houve dez golpes militares na América Latina.³² Quem o confirma é Góis Monteiro: “Com a depressão econômico-financeira, a crise política, que já se tinha manifestado entrou numa fase aguda, permitindo o surto revolucionário vitorioso em 1930.”³³

De acordo com a alternância entre os “grandes estados”, característica da política da Primeira República, a candidatura do presidente de Minas, Antonio Carlos, era “natural”. Entretanto, a insistência de Washington Luís em relação ao nome de Júlio Prestes mostrou aos mineiros a necessidade de união com o Rio Grande do Sul, “para enfrentar a prepotência do Catete”. Dessa união resultaram a candidatura de Getúlio Vargas e a Aliança Liberal,³⁴ que incorporou a Paraíba, governada por João Pessoa, sobrinho de Epitácio Pessoa. A Aliança surge, portanto, como expressão de interesses da política regional.³⁵

Os líderes tradicionais, em especial Borges de Medeiros, Antônio Carlos, Artur Bernardes, João Pessoa e Francisco Campos, repudiavam o recurso às armas ou a aproximação com os “revolucionários/tenentistas”; o próprio Vargas hesitou em tomar a

³¹ Ibid., p. 127-130.

³² Ibid., p. 96, 108, 110. Hobsbawm relata que, na América Latina, entre 1930 e 1931, doze países mudaram de governo ou regime, dos quais dez por golpe militar. FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In FAUSTO, Boris (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9, 3ª ed., São Paulo, Difel, 1985, p. 101, citando José Nun, menciona “onze movimentos revolucionários [América Latina], predominantemente militares, em apenas dois anos” (entre 1930 e 32), As pequenas diferenças não alteram a validade do argumento.

³³ MONTEIRO, Góis. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro, Adersen - Editores, s.d., p. 204.

³⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Um estadista da República. Vol. III, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 1310-1312.

³⁵ LIMA SOBRINHO, Barbosa, A verdade sobre a revolução de outubro. Rio de Janeiro, Ed. Unidas, 1933, p. 253-272.

decisão que levasse o país a uma luta armada.³⁶

Como observou Boris Fausto, com a vitória de Júlio Prestes, enquanto Borges de Medeiros aceita o resultado, as reações do governo federal contra Minas Gerais e Paraíba alteram a posição dos líderes desses estados, embora não cessem as hesitações de Getúlio Vargas e Antônio Carlos. Para a “Ala Jovem” - os gaúchos Osvaldo Aranha, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, o mineiro Virgílio de Melo Franco, entre outros - a única alternativa era a revolução. Nessa fase, o manifesto de maio, de Carlos Prestes, a morte de Siqueira Campos e o assassinato de João Pessoa foram acontecimentos decisivos. .³⁷

1.2. *A Conspiração*

Góis Monteiro combatera a Coluna Prestes e era considerado legalista, mas seu relato autobiográfico revela que viajou para o Sul muito ressentido e descrente das instituições da República oligárquica.³⁸ Eufusivamente recebido, logo se viu assediado a participar do “movimento revolucionário”, que esta em articulação pelos integrantes da Aliança Liberal – representada por Borges de Medeiros, João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco sendo os principais articuladores - que vinha mantendo contatos com os “Tenentes Históricos”, representados principalmente pela figura de Luis Carlos Prestes, bem como oficiais de diversas patentes em diversos estados da federação, que encontravam-se descontentes com as condições do Exército e da política nacional.

Os primeiros dias em Porto Alegre, antes de assumir o comando, foram de encontros com significado afetivo, mas também de conteúdo político: visita a Getúlio Vargas, longas conversas com Osvaldo Aranha, João Neves, o cunhado Antônio Saint-Pastous e vários oficiais, entre os quais o irmão Cícero Monteiro e João Alberto, também seu parente.³⁹

Esses detalhes, à primeira vista supérfluos, ganharam sentido pela observação de Sergio Buarque de Holanda para o qual, ao longo de nossa história, a escolha dos homens faz-

³⁶ Ver, por exemplo, SOBRINHO, *Ibid.*, p. 139-141.

³⁷ FAOSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp - FDE, 1995, p. 316-317.

³⁸ COUTINHO, Lourival. *O General Góis Depõe*. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955, p. 52, 55-56.

³⁹ *Ibid.*, p. 56-57, 60-69.

se “de acordo com a confiança pessoal”, sem a “distinção fundamental entre os domínios do privado e do público”.⁴⁰

Os contatos prosseguiram e Góis relatou que se impressionou com Osvaldo Aranha e ficou “com a cabeça atormentada por ideias em conflito”. Procurou resistir às investidas, declarando-se legalista, mas os ressentimentos pessoais e sua visão crítica dos governos da Primeira República o impeliam em sentido oposto.

Em seu depoimento de 1955, declara que “em abril me comunicaram que os oficiais revolucionários me haviam escolhido para chefe militar do movimento em preparação.”⁴¹ Parece claro, entretanto, que se trata de um equívoco de Góis, como demonstra Luiz Lago,⁴² pois é pouco provável que Osvaldo Aranha o tivesse convidado para a chefia antes da divulgação do manifesto de maio de Carlos Prestes.⁴³

Segundo Stanley Hilton, após o rompimento com Carlos Prestes, João Alberto fora escolhido “chefe dos oficiais revolucionários”, mas “Osvaldo Aranha preferia um oficial regular do Exército para o comando militar do movimento e redobrou seus esforços para recrutar Góis Monteiro.” Acrescenta, ainda, que Aranha “intensificou as *démarches* para recrutar ou neutralizar os comandantes de unidades do Exército no estado.”⁴⁴ Nesse sentido, foram sondados os coronéis Leitão de Carvalho e Euclides Figueiredo, ex-jovens turcos, muito conceituados.

No caso de Euclides Figueiredo, tudo indica que Osvaldo Aranha também cogitou a pessoa dele para a chefia, por seu prestígio como militar, pelas boas relações com o próprio e com Borges de Medeiros e, talvez, devido às hesitações de Góis Monteiro. O assédio se fez por contato direto e através de intermediário. Provavelmente em junho de 1930, Aranha enviou-lhe uma carta em que afirma, categoricamente, não admitir “que não venhas a assumir na ação o lugar de comando e relevo que tudo está a ditar ao teu caráter e à tua capacidade militar e às tuas virtudes cidadãs.”⁴⁵ Entretanto,

⁴⁰HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1976, p. 105-106.

⁴¹COUTINHO, Lourival. *Op. cit.*, p. 57, 64, 70.

⁴²LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Osvaldo Aranha: o Rio Grande e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996, p. 323- 330.

⁴³Carta-circular de João Alberto, de 24/06/30, reproduzida em *A Revolução de 30: textos e documentos*, vol.1, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 332-333,

⁴⁴HILTON, Stanley. *Osvaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1994, p. 45, 47, 52-53.

⁴⁵ Arquivo Nacional- arquivo pessoal de Osvaldo Aranha- OA 30.06.00/3.

mesmo com a influência de Borges de Medeiros, o coronel Euclides Figueiredo declarou que só participaria se pudesse comunicar sua decisão ao general comandante da Região, o que, evidentemente, não era aceitável.⁴⁶

O contato com Leitão de Carvalho foi feito no início de agosto, por Virgílio de Melo Franco, que lhe levou uma carta de Osvaldo Aranha. O coronel “não aceitou, porém, nenhum papel na revolução, nem assumiu nenhum compromisso, a não ser o de não revelar a ninguém a conversa que comigo tivera”. Em meados de setembro, ainda a pedido de Aranha, Virgílio fez nova investida, também repelida por Leitão, que alegou convicções legalistas.⁴⁷

Em seu relato do início dos anos 1930, Góis Monteiro, ao contrário do depoimento de 1955, dá a entender que foi convidado para chefiar o movimento somente após o manifesto de maio de Carlos Prestes, o que parece correto.⁴⁸ Entende-se que a confusão a esse respeito se deve, além das imprecisões nos relatos, ao fato de que Góis Monteiro foi chamado a participar, não especificamente como chefe, tão logo chegou ao Rio Grande do Sul.

Osvaldo Aranha certamente instou a muitos outros oficiais nesse sentido: Góis Monteiro, Euclides Figueiredo e Leitão de Carvalho são mais lembrados por serem atores destacados. Ademais, pelas características de Aranha, é plausível supor que tenha cogitado, simultaneamente, vários nomes.

Prosseguiram as articulações quando, “na segunda metade de junho”, Góis Monteiro, conforme seu depoimento, foi chamado a Porto Alegre e informado de que “o movimento ia rebentar dentro de pouco”. Objetou que, sem a necessária preparação, seria uma insensatez, mas Aranha argumentou que “assim queriam todos” e “permaneceu intransigente”.⁴⁹ Juarez também faz menção a esse fato e Hilton confirma que João Alberto pressionou e “Aranha acabou concordando”.⁵⁰

⁴⁶FONTOURA, João Neves da. Memórias, vol. II, Porto Alegre, Editora Globo, 1963, p. 379-381. HILTON, Stanley. Op. cit., p. 58-61.

⁴⁷ HILTON, Stanley. Ibid., p. 90 e 117.

⁴⁸MONTEIRO, Góis. Op. cit., p. 41. Os detalhes relativos à escolha do chefe militar do movimento não são irrelevantes, pois a trajetória de Góis Monteiro durante os anos 1930 sugere atenção às principais articulações políticas de que participou.

⁴⁹COUTINHO, Lourival. Op. cit., p. 72-73.

⁵⁰TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. Memórias. Vol. II, Op. cit., p. 277, Hilton, Stanley. Op. cit., p. 47, a divergência quanto à data não compromete a informação.

Ao final de junho, porém, as vacilações de Antônio Carlos e Getúlio Vargas provocaram um impasse que paralisou a atividade dos principais líderes conspiradores, notadamente Osvaldo Aranha e João Alberto.⁵¹ Entretanto, Aranha não desistira da ideia de revolução, com a qual estava comprometido. Afastara-se para uma “reavaliação da situação político-militar em face da recusa das cúpulas mineira e rio-grandense em sancionar o levante.”⁵² O movimento estava em refluxo quando, a 26 de julho, o assassinato de João Pessoa teve o efeito de uma centelha para reacender o ímpeto de seus organizadores e a exaltação nas ruas.

Foi durante os meses de agosto e setembro, portanto, que o movimento se recompôs e o planejamento mais detalhado da ação militar propriamente dita foram elaborados. O relato de Virgílio de Melo Franco indica que, a 30 de julho, já estava decidido que a chefia seria dada a Góis Monteiro,⁵³ que, todavia, continuava indeciso, diante das vacilações dos líderes políticos.

Finalmente, a 20 de agosto, Góis Monteiro escreve a Osvaldo Aranha uma carta em que fala como chefe militar e apresenta as “bases estabelecidas” para a ação. É de interesse conhecer os tópicos mais importantes: (1) preparação demorada e completa, execução tão rápida quanto possível e de surpresa; (2) previsão para início de outubro ou, mais cedo, fim de setembro; (3) acelerar o trabalho de catequese nas guarnições federais, com técnica própria para oficiais, sargentos e praças; (4) considerar como objetivos de extrema urgência (24 horas) Porto Alegre e outras importantes cidades do Rio Grande do Sul; (5) obtida a rendição integral do estado, passar à segunda fase, que consiste em auxiliar os aliados de fora; os objetivos imediatos são, sucessivamente, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.⁵⁴

Juarez Távora encontrava-se, desde março, na Paraíba, onde permaneceu até o início das operações militares de outubro. Lá desenvolvia intensa atividade como coordenador das chefias revolucionárias "do Norte". Seu relato leva a crer que acompanhava os acontecimentos, era consultado, mas não tinha participação direta no processo de tomada de decisões. Revelou que João Alberto, ao renunciar à liderança militar do movimento em consequência da crise de fins de junho, indicou-o para

⁵¹É desse momento a citada carta-circular de João Alberto, em que considera encerrada essa fase da atividade revolucionária e indica Juarez Távora para substituí-lo na chefia.

⁵²HILTON. Op. cit., p. 51. COUTIHO, Lourival. Op. cit., p.73. FRANCO, Virgílio de Melo. Op. cit., p. 168-177.

⁵³FRANCO, V. Ibid., p. 187-188.

⁵⁴Arquivo Nacional- Fundo Góis Monteiro: Góis a Osvaldo Aranha, 20/08/30.

substituí-lo, mas que “o comando militar efetivo da revolução” pouco depois escaparia das mãos dos “tenentes” para as de Góis Monteiro.⁵⁵

No Rio Grande do Sul, “já não se fazia segredo nenhum do movimento, porque o clima reinante era quase que inteiramente de revolta.”⁵⁶ Ainda ao final de julho, Vargas escreve a Borges de Medeiros, relatando que o clima político em Porto Alegre era de “acentuada tendência revolucionária”; reconhece os desmandos do governo federal e manifesta-se favorável a um movimento de insurreição nacional, desde que conte “com o apoio das forças armadas, o que não ocorre.” Adverte, porém, que não concorda com a responsabilidade “de lançar o Rio Grande do Sul na aventura duma guerra civil” e reitera sua subordinação “à orientação do Chefe do Partido”.⁵⁷

O mês de agosto e o início de setembro foram de inquietação. Os conspiradores, de vários pontos do país - em especial Minas Gerais, Rio de Janeiro (Pedro Ernesto) e Paraíba (Juarez Távora), assim como de cidades do interior do Rio Grande do Sul - pressionavam para que o movimento fosse desencadeado, preocupados com o ânimo revolucionário. Foram estabelecidas datas, depois não confirmadas, devido à insistência de Góis Monteiro por uma preparação cuidadosa e à indecisão dos chefes políticos. Os adiamentos provocavam irritação.⁵⁸

A 11 de setembro, após conferenciar com Góis Monteiro e João Alberto, Osvaldo Aranha “deu por concluídos os trabalhos preparatórios” e comunicou isto a Vargas, que, entretanto, “insistiu em ter informações mais detalhadas” e ainda considerou necessário enviar um emissário ao Rio de Janeiro, para entender-se com generais “sabidamente simpáticos à causa da Aliança”.⁵⁹

No que diz respeito à solicitação de informações, Aranha entregou a Vargas, dois dias depois, um relatório no qual considera a revolução “um imperativo cívico” e apresenta um exame da correlação de forças na Capital Federal, nos principais estados e, em particular, no Rio Grande do Sul; a exposição revela tranquilidade e segurança. Ao concluir, afirma que “já não nos será possível recuar, (...), uma vez que

⁵⁵TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas: memórias. vol. II. Op. cit., p. 277-279.

⁵⁶COUTIHO, Lourival. Op. cit., p. 77.

⁵⁷Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) arquivo Getúlio Vargas, documento: GV 30,07,29/2.

⁵⁸FRANCO, Virgílio de Melo. Ibid., p. 190-212.

⁵⁹Ibid., p. 212-213; HILTON, Stanley. Op. cit., p. 60; FONTOURA, João Neves da. Op. cit., p. 405,

está em nossas mãos decidir o futuro deste País.”⁶⁰

A tarefa de entendimento com os generais coube a Lindolfo Collor, que se encontrou com Tasso Fragoso, Andrade Neves e Malan d'Angrogne. Os generais teriam se declarado a favor do movimento, embora nada pudessem fazer, pois não tinham comando de tropa. Todavia comprometeu-se que caso o governo caísse antes da chegada de Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro, eles deveriam assumir e formar uma junta governante.⁶¹

Hélio Silva, entretanto, com base em depoimentos escritos do general Tasso Fragoso, de Bertholdo Klinger e do filho homônimo do general Mena Barreto, então seu ajudante-de-ordens, conclui que houve, apenas, “dois movimentos convergentes”.⁶² No início do mês de outubro, o general Mena Barreto fora procurado por seu chefe de Estado-Maior, coronel Bertholdo Klinger, “em nome de um grupo de jovens oficiais do Exército”, pedindo-lhe que interviesse, de acordo com a tradição moderadora das Forças Armadas nacionais, no sentido de evitar o derramamento de sangue decorrente da revolução; o general teria aceitado “a chefia do movimento”.⁶³

O general Tasso Fragoso confirma a visita de Lindolfo Collor e relata que declarou-se legalista e que, portanto, “não pactuaria com levantes armados”:

“Sou contrário aos movimentos de rebelião contra a autoridade constituída. Se, porém, como os Srs. afirmam, em vez de um mero levante militar como os que já vimos nos últimos tempos, sobrevier uma revolução em todo o País, só lhes posso assegurar que não ficarei neutro, mas tomarei a atitude que meu patriotismo me indicar.”⁶⁴

A sucessão dos acontecimentos revelou a situação difícil em que se achava o governo. O mais eloquente sintoma de que a opinião pública o abandonara foi à

⁶⁰OA 30.09.13/1.

⁶¹FONTOURA, João Neves da. Op, cit. , p, 405-406. Barbosa Lima Sobrinho [A verdade sobre a revolução de outubro, op. cit., p, 206) também apóia essa conclusão.

⁶²SILVA, Hélio, 1930 - a revolução traída. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 367.

⁶³BARRETO, João de Deus N. Os Mena Barreto, seis gerações de soldados. Rio de Janeiro, Gráfica Laesnert, 1950, p, 461-462. Apud SILVA, Hélio. Ibid., p. 368.

⁶⁴Depoimento do gen, Tasso Fragoso sobre os acontecimentos políticos e militares do período de 1922 a 1932, intitulado “A Revolução de 1930”, datado de fevereiro de 1937 e publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 211, de abril-junho de 1951.

oposição das famílias à convocação dos reservistas. Também no Exército, a falta de entusiasmo para defender o governo, considerado o maior responsável pela situação, era patente. “A história mostrará no porvir que a maioria dos oficiais que se mantiveram leais ao governo, assim procederam por princípio e não por simpatia ou adesão à política governamental”, comentou o general Tasso Fragoso, apontando a falta de coesão como outro fator relevante.⁶⁵

O relato do general mostra como a ideia de contribuir para a pacificação impôs-se progressivamente, diante do fato de que o governo não dominaria o movimento revolucionário. No dia 23 de outubro, Mena Barreto finalmente convenceu-se a aderir à articulação para a deposição do presidente, a essa altura dada por concluída.

Quando Washington Luís finalmente cedeu à imposição dos generais, constituiu-se uma Junta, presidida por Tasso Fragoso, para exercer o governo até a chegada de Getúlio Vargas.⁶⁶

Esses depoimentos indicam, pois, que as negociações com os chefes militares que viriam a compor a “Junta Provisória de governo” (formada pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha) teria partido de um grupo de oficiais jovens e, por intermédio direto de Bertholdo Klinger, que teve papel saliente na articulação, próximo a Mena Barreto, que aceitou liderá-lo. Tasso Fragoso foi sondado por Lindolfo Collor, mas limitou-se a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos, até a véspera do golpe.⁶⁷ O desprestígio e o pouco reconhecimento legado a Bertoldo Klinger, após a Revolução de Outubro, levou este oficial a distanciar-se cada vez mais do cenário político e a direcionar sua carreira para a vida militar. Esse evento pode ter sido um importante catalisador para as suas posturas em 1932.

A intervenção da Junta Pacificadora não me parece, portanto, um desdobramento da iniciativa dos líderes gaúchos, concretizada pelo encontro de Lindolfo Collor com alguns generais no Rio de Janeiro. É mais consistente a conclusão de Hélio Silva, com base nos citados depoimentos de personagens destacados da trama, que aponta a ocorrência de um movimento na Capital Federal, desencadeado a partir da surpresa do 3 de outubro, “uma revolução tantas vezes iminente e sempre adiada que ninguém

⁶⁵Ibid., p. 547-548.

⁶⁶Ibid., p. 550-572.

⁶⁷SILVA, Hélio, Op.cit., p. 369-371.

contava com ela.”⁶⁸ A relevância dos acontecimentos relativos a essa intervenção “pacificadora” será examinada mais detidamente adiante.

1.3. *A Ação Armada*

Após o regresso de Lindolfo Collor, atendidas as últimas exigências de Getúlio Vargas, foi escolhida a data de 3 de outubro para o início do movimento, consultados Juarez Távora, coordenador das ações no Norte, e os líderes mineiros. Osvaldo Aranha comunicou, então, a decisão ao estado-maior revolucionário, cuja chefia Góis Monteiro já havia assumido, integrado por João Alberto, Newton Estillac Leal, Hercolino Cascardo, Henrique Ricardo Holl e outros. Virgílio de Melo Franco, que se destacou na articulação entre mineiros e gaúchos, era secretário de Góis Monteiro.⁶⁹

A mobilização da opinião pública para a ideia de revolução cresceu desde a marcha da Coluna Prestes; recebeu novo alento da campanha da Aliança Liberal e atingiu o clímax com o assassinato de João Pessoa. Relata Barbosa Lima Sobrinho que “o Rio Grande do Sul acha-se, de um dia para outro, em pé de guerra” e “os próprios intendentes municipais dirigem a compra de armas e a formação de corpos militares”.⁷⁰ Segundo Góis Monteiro, a mobilização geral no estado teve de ser suspensa, “tal a afluência de homens que não podiam ser incorporados nem armados por falta de meios”; a brigada militar (força pública estadual) duplicou os efetivos. Nas unidades do Exército a conspiração fora feita cuidadosamente entre os oficiais, os sargentos e as praças.⁷¹

Em Minas Gerais, com o apoio do governo do estado, o levante contava com a Força Pública e grande contingente de civis, mas o governo federal dispunha de força considerável do Exército. A coordenação militar revolucionária coube ao coronel Aristarco Pessoa, irmão de João Pessoa, que contava em seu estado-maior com Cordeiro

⁶⁸ Ibid., p. 368.

⁶⁹ FRANCO, Virgílio de Melo. Op. cit., p. 223-224. COUTINHO, Lourival. Op. cit., p.85. Cascardo, oficial de Marinha, participou da sublevação do Encouraçado São Paulo, ao final de 1924, juntamente com Augusto Amaral Peixoto; ambos exilaram-se, mais tarde foram excluídos da Marinha, integraram-se ao movimento de 30 e, beneficiados pela anistia, reassumiram a carreira e vieram a desempenhar papel importante no Governo Provisório. Henrique Holl era veterano de 22, 24 e da Coluna.

⁷⁰LIMA SOBRINHO, Barbosa. A verdade sobre a revolução de outubro. Op. cit., p. 190 e 193.

⁷¹MONTEIRO, Góis. Op. cit., p. 47, 68-70.

de Farias e Leopoldo Néri da Fonseca. Vários “tenentes” foram deslocados para lá, pois era vital neutralizar as forças federais no estado.⁷²

No Norte e Nordeste, o movimento, sob a liderança de Juarez Távora, foi organizado por “tenentes”, com a participação de sargentos, de alguns oficiais das forças públicas e de civis; apenas no Amazonas e em Alagoas não havia contatos, mas o clima era favorável em toda a região.⁷³ Na Paraíba, especialmente, o ambiente era “puramente revolucionário”; o estado vivia “dias fantásticos de exaltação popular”.⁷⁴

Havia poucos líderes atuando na cidade do Rio de Janeiro - então Distrito Federal. O centro da conspiração era a casa de saúde de Pedro Ernesto. Para Cordeiro de Farias, “era impossível revoltar a cidade naquele momento”, mas “havia uma adesão latente da população.”⁷⁵ Nos outros estados, havia “núcleos importantes de conspiradores, principalmente no Paraná e Pernambuco.”⁷⁶

Em resumo, a composição das forças revolucionárias que participaram da ação armada de outubro pode ser apresentada como se segue. Além dos “tenentes”, tanto veteranos como de segunda geração, houve importante participação de sargentos, dos quais muitos foram comissionados devido à falta de oficiais. Decisiva foi à atuação das forças públicas, sobretudo as dos três estados (Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais) que integravam a Aliança Liberal.

Nesses estados, mas também na maioria dos outros, foi grande a participação de civis armados. Pode-se ainda incluir os “simpatizantes passivos” - integrantes de tropas governistas que não reagiram à ação revolucionária - e, por último, o expressivo apoio popular.⁷⁷

Decidido a deslocar-se para o teatro de operações, Getúlio Vargas, no dia 11 de outubro, passa o governo do Rio Grande do Sul a Osvaldo Aranha e parte de Porto Alegre, de trem, acompanhado do estado-maior sob a chefia de Góis Monteiro. Por onde passa, recebe “vivas demonstrações de simpatia” da população e vai sendo

⁷²CAMARGO, Aspásia Alcântara de. e GÓES, Walder de. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 177-185.

⁷³TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas: memórias. vol. I. Op. cit., p. 288-293.

⁷⁴ LIMA SOBRINHO, Barbosa. A verdade sobre a revolução de outubro. Op. cit., p. 200-201.

⁷⁵CAMARGO, A. e GÓES, W. de. Op. cit., p. 176-177.

⁷⁶MONTEIRO, Góis. Op. cit., p. 46-47.

⁷⁷Neste resumo, utilizo livremente elementos extraídos do texto de DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 196-201.

informado a respeito da situação, cada vez mais favorável. A viagem foi lenta, devido às manifestações festivas e ao intenso tráfego ferroviário para transporte de tropas.

A 24 do mesmo mês, em Ponta Grossa, no Paraná, onde se preparava o ataque a São Paulo, recebe as primeiras notícias da deposição do presidente Washington Luís e da formação de uma Junta Governativa. Surgem apreensões, no grupo mais próximo a Vargas, de que os generais, no Rio, queiram aproveitar-se da situação para tomar o poder.⁷⁸

Do ponto de vista militar, nesse momento, o quadro era francamente favorável. O Espírito Santo fora invadido por forças irregulares de Minas Gerais e, a 19, os revolucionários haviam entrado em Vitória, isolando a Bahia. As tropas governistas mostravam-se cada vez menos dispostas a resistir. O embate decisivo, tudo indica, ocorreria na região da divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. Segundo o depoimento de Góis Monteiro, o inimigo havia sido rechaçado para além da linha do rio Itararé e o ataque, previsto para o dia 23, fora adiado para 25, em razão do mau tempo.⁷⁹

1.3.1. *O Movimento “Pacificador”*

A Junta, constituída pelos generais Tasso Fragoso, presidente, Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha, tratou de constituir um governo provisório e, tomou deliberações, como nomear interventor em São Paulo um general legalista.⁸⁰

Vargas, além de solicitar a presença de um emissário para esclarecer os propósitos da Junta, menciona a aceitação integral do programa revolucionário como condição de entendimento; Góis é ainda mais veemente. Tasso decide-se, então, expor seus propósitos e afirma estar pronto a passar o governo assim que Vargas chegar ao Rio de Janeiro.⁸¹

Esse último telegrama - que, segundo Getúlio Vargas, determinou o fim das hostilidades - foi assinado apenas por Tasso e não pela Junta, como os demais. O fato é revelador da existência, na Junta, de visões distintas da situação. Tasso, mais ponderado

⁷⁸VARGAS, Getúlio, *Diário Pessoal*, vol. 1. Op. cit., p. 9-16.

⁷⁹MONTEIRO, Góis. Op. cit., p. 82-84.

⁸⁰FRANCO, Virgílio de Melo. Op. cit., p. 248.

⁸¹FRAGOSO, Tasso Apud ARARIPE, Tristão. Op. cit., p. 573-575 (grifo do autor). Circular de Góis Monteiro, de 24/10/1930, reproduzida em *A Revolução de 30: textos e documentos*. vol. II. Op. cit., p. 168.

e recomendando respeito à ordem, acompanhava o rumo dos acontecimentos e só se dispôs a participar quando a situação do governo se tornou insustentável. É plausível que, de fato, não tivesse o poder como objetivo, mas apenas o término da luta, como sustenta em seu depoimento e reitera em carta a Afrânio de Melo Franco.⁸² O propósito de Mena Barreto, porém, era bem diverso.

De acordo com o depoimento de seu filho, o general Mena Barreto decidiu, por solicitação de Klinger, liderar uma conspiração no Rio de Janeiro, que tinha por princípio a ideia de um movimento "sob a égide dos chefes naturais, de maneira que se processasse dentro da mais inalterada ordem". Antes de Mena Barreto, os dois generais mais antigos - Tasso Fragoso e Newton Stilac Leal - foram consultados, mas recusaram.⁸³ A ligação com a Armada foi feita por intermédio do alte. Isaías de Noronha, parente de Mena Barreto, firmando-se o compromisso de que "a Marinha não defenderia Washington Luís, nem se oporia ao Exército". Em seguida, Mena Barreto "começou a colher as assinaturas dos generais de terra e mar ao manifesto de intimação ao presidente da República"⁸⁴ A adesão de Tasso Fragoso, como já mencionei, ocorreu somente à véspera da intervenção.

Já no dia 27 de outubro, no Rio de Janeiro, após manifestações populares "para defender a revolução vencedora" e a tentativa de levante de um batalhão da Força Pública, a Junta divulga uma nota oficial - visando acalmar a população - e, mais tarde, um manifesto em que afirma, por duas vezes, aguardar apenas a chegada de Vargas e que as nomeações feitas têm caráter interino.⁸⁵ No mesmo dia chegava Osvaldo Aranha, enviado por Getúlio Vargas para entender-se com a Junta.

A despeito desses fatos, o cel. Bertoldo Klinger, que havia sido nomeado chefe de polícia, distribui uma nota à imprensa contrariando as últimas declarações da Junta. Reproduzo a passagem mais reveladora:

"Senhor do pensamento que congrega as vontades dos dirigentes nas diversas frentes, declaro que é destituída de qualquer consistência a balela de que a Junta Governativa será sumariamente substituída, que ela entregará as rédeas do

⁸²FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Op. cit., vol. III, p. 1358-1360.

⁸³BARRETO, Apud SILVA, Hélio. Op. cit., p. 369-370.

⁸⁴SILVA, Hélio. Ibid., p. 371.

⁸⁵SILVA, Hélio. Ibid., p. 401-402.

governo ao Dr. Getúlio Vargas, cujos partidários, segundo tal invencionice, o considerariam como perfeitamente vencedor no último pleito eleitoral.”⁸⁶

Ao tomar conhecimento da nota, Tasso Fragoso chama Bertoldo Klinger ao Palácio do Catete e, na presença de Osvaldo Aranha e Afrânio de Melo Franco, entre outros, pede-lhe explicações. Como Klinger não as houvesse apresentado satisfatoriamente, solicita a Melo Franco que redija uma contestação a ser divulgada, reafirmando a intenção de transmitir o governo a Vargas.⁸⁷

No mesmo dia, cessadas as hostilidades e esclarecida, por Tasso Fragoso, a posição da Junta, Getúlio Vargas deixa Ponta Grossa, ainda por via férrea, com destino a São Paulo, onde a acolhida foi excelente.

Finalmente, na noite do dia 31, chega ao Rio de Janeiro, sendo recebido pela Junta e “com uma manifestação extraordinária de entusiasmo” pelo povo nas ruas.⁸⁸ No dia 3 de novembro, assume a chefia do Governo Provisório.

A avaliação do episódio da intervenção “pacificadora” requer algumas prévias considerações sobre as ideias e a ação política do então coronel Bertholdo Klinger. Para esse fim, baseio-me nos comentários de um companheiro de armas bastante próximo, o também coronel Leitão de Carvalho, que comandava um regimento em Passo Fundo e, como mencionei, não aceitou participar do levante no Rio Grande do Sul.

Após elogiar a capacidade profissional, Leitão de Carvalho reporta-se ao volume III das *Narrativas autobiográficas* de Klinger, onde o colega formula uma “doutrina do dever militar”, em que “deu-nos (...) uma nova concepção ao comportamento de nossas forças armadas e de seus membros, nas crises políticas que tão frequentemente têm sobressaltado a Nação.”

Esse pensamento explicitado na forma de uma doutrina fora resultado de reflexões de quando Klinger esteve preso, em 1924. Leitão de Carvalho comenta que essa concepção difere da dos revolucionários de 1922 e 1924, mas “não nos parece mais defensável do que ela”.⁸⁹

⁸⁶ SILVA, Hélio. *Ibid.*, p. 407-412.

⁸⁷FRAGOSO, Tasso apud ARARIPE, Tristão, *Op. cit.*, p. 584-586.

⁸⁸ VARGAS, Getúlio. *Diário Pessoal*, vol. I. *Op. cit.*, p. 18-22.

⁸⁹CARVALHO, Estevão Leitão de. *Dever militar e política partidária*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, p. 200-201

Em seus comentários sobre a doutrina de Klinger, que considera confusa, Leitão de Carvalho destaca as ideias de “revolução pelo alto”, para “atender ao superior interesse coletivo”, e a distinção entre política e politicagem, devendo o militar abster-se da segunda, mas não da primeira.⁹⁰

Constituída a Junta, aflora a já mencionada questão da divergência entre seus membros, que Klinger esclarece:

“Os próprios chefes da Junta Governativa divergiam inicialmente, entre si, e, notadamente o mais graduado (...) que se impacientava por ‘largar’ o cargo, sumariamente entregá-lo à facção dos revolucionários em armas, cego e surdo à evidência de que isso atraía, na letra e no espírito, o próprio movimento pacificador, momentaneamente vitorioso.”⁹¹

Não há dúvida, portanto, de que os objetivos de Tasso Fragoso e Mena Barreto foram, ao menos inicialmente, distintos. Como sustenta Leitão de Carvalho, “a opinião do general Tasso Fragoso preponderou sobre a dos seus dois companheiros da Junta”.⁹²

Como verdadeiro coordenador, Bertholdo Klinger redigiu as duas ordens de operações do movimento de 24 de outubro. Na primeira, de caráter mais geral, afirma que a substituição dos dirigentes da Nação era “vontade nacional” e a voz das Forças Armadas traduziria essa vontade; as forças pacificadoras “concretizam o protesto nacional contra a luta desencadeada” e contam com a adesão dos militares de ambos os lados (legalistas e revolucionários); o governo provisório (a Junta) estabelecerá as bases da pacificação.⁹³

A expectativa de Klinger, segundo Leitão de Carvalho, era no sentido de que a solução ditada por sua doutrina fosse aceita por todos, em especial pelos chefes revolucionários.⁹⁴ Para concretizá-la, não hesitou em fazer afirmações no texto - amplamente divulgado - de uma ordem de operações que não eram verdadeiras, como a “adesão” dos revolucionários e a autonomia da Junta para estabelecer “as bases da pacificação”. Oportunista e movido por ambição de poder, que não conseguiu

⁹⁰Ibid., p. 203-207.

⁹¹ Ibid., p. 212-213.

⁹² CARVALHO, Ibid., p. 214.

⁹³ BARRETO apud SILVA, Hélio. Op. cit., p. 377-380.

⁹⁴ CARVALHO, Estevão Leitão de. Op. cit., p. 220.

dissimular, parecia estar jogando uma cartada. De outro modo não se explica o fato de ter desafiado, ao mesmo tempo, o chefe da revolução e o general presidente da Junta. O risco envolvido por seu desafio contradiz a versão de que tenha agido com intuito “pacificador”. Atuou como se considerasse o objetivo do movimento de 3 de outubro restrito à substituição de Washington Luís; tratou, pois, de se antecipar. É possível que Mena Barreto tenha sido, inicialmente, envolvido por ele, mas depois se curvou à prudência de Tasso Fragoso.

Em 1930, a situação do Exército tornara-se tão complexa que Paulo Sérgio Pinheiro⁹⁵ qualifica sua situação como resultado de um processo de desagregação. José Augusto Drummond⁹⁶ estabelece como indicador da situação de desagregação a existência de cinco grupos de oficiais envolvidos em episódios de outubro de 1930. Primeiro os próprios tenentes, incluindo os jovens recrutados na Escola Militar do Realengo entre 1927-1930, perfazendo no máximo 600 oficiais. No segundo grupo, havia oficiais associados às oligarquias rebeladas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, antigos oficiais legalistas, cuja liderança repousava em oficiais de média patente (coronéis, tenentes-coronéis e majores), não atuaram para formar um governo militar naquele momento, alinhando-se à liderança de Getúlio Vargas. Suas lideranças mais importantes foram o tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro e o coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti, rebelado em Minas Gerais e irmão de João Pessoa, vice da chapa de Vargas, assassinado na Paraíba. No terceiro grupo, militares adesistas, legalistas escalados para combater os rebeldes e que aderiram à rebelião após rendição voluntária, prisão quando localizados em quartéis controlados por uma maioria de oficiais rebelados, ou durante as tentativas de resistência militar ao movimento de 1930. O quarto grupo foi formado por oficiais que resistiram ao movimento de 1930, até o cessar-fogo ordenado pela Junta Militar que assumiu o poder em 24 de outubro, incluindo entre os que lutaram até essa data os indivíduos que, mesmo presos, não aderiram ao movimento ou fugiram para o exterior. O último grupo é formado pela cúpula que conspirou e articulou a derrubada de Washington Luís, buscando negociar alternativas para um governo desligado dos dois grupos em conflito, mas que finalmente aceitou empossar Vargas.

⁹⁵PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. *"Getúlio Vargas (1883-1954): reexame de alguns mitos"*. Estudos Cebrap (10), out./dez. de 1974. Editora Brasileira de Ciências Ltda, p.55.

⁹⁶DRUMMOND (1986:197).

Para Drummond⁹⁷, a posse de Vargas sinaliza a implosão do Exército brasileiro. Incapaz de defender a legalidade, a cúpula da instituição percebeu sua fragmentação, não restando outra opção viável que a entrega do poder ao movimento revolucionário. Para o autor, é importante frisar que a derrota da ordem vigente foi possibilitada pela participação das policiais militares dos estados da Aliança Liberal, suprimindo as forças rebeldes. Mesmo considerando a importante contribuição de adesão de parcela do Exército até então legalista para a vitória do movimento de 1930, Drummond caracteriza o contingente armado como constituído também por civis e forças públicas dos estados. Nas palavras do autor:

“(...) Longe de ser um momento em que o Exército Brasileiro tenha feito alguma coisa, o movimento revolucionário de 1930 foi uma ação civil armada no qual correntes militares favoráveis ou adversas foram, respectivamente, subordinadas ou derrotadas. Mais que um participante do movimento revolucionário de 1930, o Exército brasileiro enquanto instituição e enquanto ator político (com um mínimo de coerência) foi uma vítima dele. O que ocorreu foi uma vigorosa intervenção da política civil no Exército, uma experiência traumática que marcou profundamente a forma das intervenções posteriores do Exército na política brasileira, as quais passaram a partir quase sempre da cúpula militar.”⁹⁸

Exemplo pertinente da análise feita por Drummond foi a reação dos militares rebeldes à ação da Junta Governativa que depôs Washington Luís. Apesar da cúpula militar ter tomado o poder sob a justificativa de pacificar o país, sua legitimidade foi contestada.

Juarez Távora⁹⁹, por exemplo, não reconheceu nenhuma legitimidade na Junta Militar, afirmando a necessidade da formação de um governo civil provisório para a moralização e democratização do país, segundo os preceitos que uniram civis e militares

⁹⁷DRUMMOND (1986:203).

⁹⁸DRUMMOND (1986: 201).

⁹⁹TÁVORA (1973:328-329).

revolucionários.

Provavelmente, um dos objetivos da alta cúpula militar ao assumir o poder foi limitar os efeitos da cisão militar daquele momento, embora, como vários autores insistam, já havia ocorrido a implosão do Exército.

Alcançada a vitória em 1930, os tenentes exilados e que participaram da rebelião vitoriosa passaram por duas experiências fundamentais para a constituição da doutrina militar do Exército naquele momento: integrar o Estado ou retornar à instituição.

Tratarei com mais profundidade do segundo aspecto, abordando o primeiro somente quanto aos elementos que podem favorecer a percepção adequada da busca da solução dos dilemas que cindiam a corporação, que sem a definição de uma doutrina militar compatível com o momento ficariam insolúveis.

A intervenção militar conhecida como “pacificadora”, que depôs Washington Luís e, de fato, fez cessar a luta armada prestes a entrar em fase aguda, não me parece “a primeira tomada do poder pelos militares planejada e executada pelos altos escalões das duas armas” ou “o primeiro ensaio” de uma intervenção controladora, como a ela se referiu José Murilo de Carvalho.¹⁰⁰ Inicialmente, porque a cúpula militar não tomou o poder, senão para transferi-lo a Vargas, poucos dias depois; ademais, porque o Exército estava dividido, sem coesão e comando (o ministro da guerra parecia alheio aos acontecimentos), hierarquia e disciplina comprometidas, sequer na cúpula havia homogeneidade de pontos de vista; esse conjunto de características não é compatível com o tipo de intervenção mencionado. As condições históricas para um novo tipo de intervenção militar ainda estavam sendo criadas. Observadas as marcantes diferenças entre os contextos históricos, o pronunciamento de 24 de outubro assemelha-se mais ao de 15 de novembro de 1889 que ao golpe do Estado Novo.

1.4. *O Início do Governo Provisório*

O fim do sistema oligárquico foi marcado, como se viu, por uma crise de hegemonia em seu ponto crítico, no qual a classe dirigente não mais conseguia manter o consentimento ativo dos governados, por não representar seus interesses. Essas crises

¹⁰⁰CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol 9, 3ed, São Paulo, Difel, 1985, p. 213-215, 223-224.

fortalecem os setores organizados da sociedade, como a burocracia civil e militar.

A crise deu lugar a um tipo de Estado que Boris Fausto denomina “de compromisso”, entre as várias frações da classe dominante. Inicialmente, trata-se de um equilíbrio instável, enquanto se processa a homogeneização das Forças Armadas - basicamente do Exército -, que vai dar sustentação ao governo.

João Quartim de Moraes argumenta que os conhecidos vícios da Primeira República não poderiam ser corrigidos sem uma profunda reforma institucional, que, naquele contexto, não seria efetivada senão por um governo forte.¹⁰¹ O novo Estado é caracterizado pela centralização do poder e a crescente influência do pensamento nacionalista autoritário que se vinha impondo no país, em conformidade com as tendências internacionais. O fortalecimento do Estado confere, pela reestruturação da burocracia, maior expressão às camadas médias urbanas, enquanto a classe operária ganha reconhecimento e proteção na medida em que se submeta ao controle estatal.¹⁰²

Os primeiros tempos do governo provisório foram de dificuldades. No plano econômico-financeiro, as decorrências da crise mundial atingiam fortemente o setor agro-exportador cafeeiro, principal gerador de divisas; por outro lado, a alternativa da industrialização era prejudicada pela conjuntura internacional recessiva, que impedia a importação de capital e tecnologia.¹⁰³

No campo político, de composição heterogênea, era previsível que houvesse luta interna no governo entre as duas principais forças vitoriosas em outubro: as oligarquias regionais que integravam a Aliança Liberal - onde coexistiam tendências regionalistas e centralizantes - e os “tenentes” que a ela se aliaram. O propósito de Vargas era fortalecer o poder central; os “tenentes” o apoiariam, mas constituía, por sua vez, um grupo difícil de controlar, o que repercutia no Exército e na política.¹⁰⁴

No ato de sua posse na chefia do Governo Provisório, Vargas leu o discurso em que resume as ideias centrais do “programa de reconstrução nacional”. A maioria dos tópicos focalizados constava da plataforma do candidato da Aliança Liberal, lida em janeiro de 1930; é interessante comparar alguns aspectos dos dois textos.¹⁰⁵ No que diz

¹⁰¹MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. vol. II, São Paulo, Siciliano, 1994, p. 72.

¹⁰²FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. Op. cit., p. 104-111.

¹⁰³ MENDONÇA, Sonia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Graal, 1985, p. 25.

¹⁰⁴FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1995, p. 332.

¹⁰⁵VARGAS, Getúlio. Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930. In: *A nova*

respeito especificamente aos militares, ambos os programas mencionam a concessão da anistia a todos os envolvidos - também os civis - nos movimentos revolucionários, o que de fato veio a ocorrer logo a 8 de novembro; mencionam, ainda, o atendimento das necessidades do Exército e da Armada, detalhado na plataforma, que alude ao aperfeiçoamento da justiça militar, da lei do serviço militar, à criação de uma lei que regule as promoções e ao desenvolvimento da indústria militar. Os dois documentos mencionam também a difusão do ensino público, principalmente o profissionalizante; a reforma do sistema eleitoral, com referência específica, na plataforma, ao voto secreto; e a extinção progressiva do latifúndio.

Em complemento a esse registro das ideias que Vargas tornou públicas no início de seu governo, cabe lembrar algumas passagens de seu discurso no banquete que lhe ofereceram as Forças Armadas, no começo de 1931.¹⁰⁶ O texto começa e termina com referências à unidade, principal preocupação em face das clivagens que se agravaram na década que findara. Vargas entende a homenagem como demonstração de "apoio integral" ao governo para cumprir o programa da revolução, que resume em poucas palavras, sem qualquer acréscimo relevante ao apresentado no discurso da posse, exceto uma referência à representação classista. Lembra que a revolução não terminou e só então iria começar "o lento processo de transformação". Compromete-se a tratar, "com especial carinho", o problema da eficiência militar, mencionando as indústrias de guerra como essenciais. Em suma, as velhas aspirações do Exército e da Armada serão atendidas, cumprindo aos seus oficiais manterem-se afastados da luta dos partidos.

As primeiras medidas centralizadoras importantes foram adotadas já em novembro de 1930: a dissolução do Congresso Nacional e dos legislativos estaduais e municipais; e a exoneração de todos os governantes estaduais, substituídos por interventores federais, à exceção do presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel.

Mais adiante, em agosto de 1931, será promulgada a lei que cria o Código dos Interventores, limitando a autonomia dos estados, inclusive o orçamento e a dotação de material bélico das forças públicas.¹⁰⁷ Essa era uma antiga preocupação do Exército, por certo reavivada pela decisiva atuação das forças públicas na revolução de outubro.

política do Brasil. vol. I. Rio de Janeiro, José Olyapio, 1938, p. 65-74, esp. p. 72-73. Para a plataforma da Aliança Liberal, ver *ibid.*, p. 19-54.

¹⁰⁶VARGAS, Getúlio. Discurso em 2 de janeiro de 1931, *Ibid.*, p. 75-87.

¹⁰⁷*Ibid.*, p. 333. CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973, p.28.

Embora o governo ainda não tivesse, no pós-30 imediato, uma política econômica industrialista bem definida, a “redefinição do papel do Estado em matéria econômica” já se faz sentir.¹⁰⁸ O processo de centralização da política cafeeira teve início em maio de 1931, mas a situação financeira do país, atrelada aos problemas do café, era muito difícil e, em julho, o governo decidiu passar a comprar e destruir uma parte dos estoques, para sustentar os preços. Atuava, pois, no sentido de preservar a lucratividade do setor, procurando, ao mesmo tempo, impedir que o produto voltasse à posição destacada que anteriormente ocupara o que seria viabilizado por uma política financeira que visava a transferir recursos da agricultura para a indústria. Em setembro, foram suspensos os pagamentos relativos à dívida externa do setor público.¹⁰⁹

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, outra iniciativa governamental, tem o significado de reconhecimento da existência de novos atores políticos e inaugura uma política trabalhista caracterizada pelo controle dos sindicatos pelo Estado e a criação de leis de proteção ao trabalhador. Os esforços de organização autônoma da classe trabalhadora são sistematicamente reprimidos e operários manifestam-se favoravelmente à nova legislação. As associações patronais reagem aos novos direitos dos trabalhadores, mas acabam por aceitá-los.¹¹⁰

Também no campo da educação a iniciativa centralizadora do governo se faz presente desde novembro de 1930, quando é criado o Ministério da Educação e Saúde. O titular, até setembro de 1932, Francisco Campos, promoveu uma reforma voltada principalmente para o ensino médio e superior, de acordo com o objetivo de formar uma nova “elite” mais ampla e bem preparada. Defensor do ensino religioso, Campos atuou no sentido de convencer Vargas a fazer concessões à Igreja Católica, em troca de apoio ao governo.¹¹¹

1.4.1. *O Núcleo do Poder e os “Tenentes”*

É conhecida a caracterização do período compreendido entre o início do Governo Provisório e a chamada “Guerra Civil de 1932” como do embate do Tenentismo contra

¹⁰⁸MENDONÇA, Sonia Regina de, Op. cit., p. 13 e 18.

¹⁰⁹Ibid., p. 26-27; FAUSTO, Boris. História do Brasil. Op. cit., p. 333-334.

¹¹⁰FAUSTO, Boris, Ibid., p. 335-336.

¹¹¹Ibid., p. 336-340. Sobre o ensino religioso, ver carta de Francisco Campos a Vargas, de 18/04/31 (CPDOC-RJ/AGV: GV 31.04,18/1).

as oligarquias tradicionais.¹¹² Trata-se, na verdade, como mostra Anita Prestes, do “crescente conflito entre o novo grupo civil e militar no poder, no pós-30, e as oligarquias agrárias”. A visão consagrada, ao atribuir a Getúlio Vargas o papel de mediador entre aquelas duas forças políticas, retira dele “qualquer traço de ação baseada em *projeto político próprio*”.¹¹³

Parece claro, porém, que as iniciativas mais importantes desse período, bem como o controle da situação - até onde era possível - provinham do núcleo do poder, constituído por Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro.

Os “tenentes” de maior prestígio conseguem formar um grupo ativo de pressão, junto ao poder central, apoiando a manutenção da ditadura, para cumprir um programa de reformas. Além da sempre mencionada moralização da política, porém, sabe-se que tal programa ainda não existia, assim como o do governo; quem o confirma é o próprio Juarez Távora, em suas *Memórias*.¹¹⁴

O fato de considerarem suas posições reformistas mais avançadas que as da Aliança Liberal, não têm, até então, fundamento concreto. A insistência nessa argumentação talvez derivasse da necessidade de justificarem a posição de que aderiram à Aliança circunstancialmente, mas eram diferentes dos políticos que a integravam.

Ao início do Governo provisório, é fundamental que se faça um breve inventário da situação em que se encontra o Exército, para que seja possível compreender sua participação no processo político subsequente. Talvez *instabilidade* seja a palavra que melhor represente a síntese dos problemas que a força terrestre terá de enfrentar para assumir a tarefa de dar sustentação ao governo. Instabilidade é também a principal característica do panorama internacional do pós-primeira guerra mundial, para que não nos limitemos à simplificação de buscar, no campo restrito da organização militar, a origem de tais problemas. A expressão “os anos loucos” é frequentemente usada para designar essa conjuntura porque “sublinha as expressões de inquietação, de nervosismo, de incertezas radicais, fenômenos típicos de um período espremido entre duas guerras

¹¹²Ver, por exemplo, FORJAZ. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30; CARONE, Edgard. Tenentismo; FAUSTO, História do Brasil.

¹¹³PRESTES, Anita Leocádia. Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, p. 53-54 (grifo da autora).

¹¹⁴TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas: memórias. vol. II, Rio de Janeiro,; Biblioteca do Exército Editora, 1976. Logo às primeiras páginas, ao tratar do início do Governo Provisório, Juarez alude várias vezes à falta de programa (p. 7, 8, 15, 18).

mundiais”.¹¹⁵

Essa inquietação manifestou-se claramente, no Brasil, nas áreas política, econômica, social e cultural, sob a forma genérica de recusa da velha ordem e busca de novos caminhos para o país. Na sociedade brasileira dos anos 1920, contudo, tais manifestações, embora crescentes, ainda partiam de grupos minoritários. No Exército sua expressão foi o movimento tenentista, cuja intensa atuação política, nesse contexto instável, imprimiu nova dinâmica ao processo de reelaboração do pensamento militar. Essa aceleração do processo, a partir da ação política, dá origem à radicalização das concepções de Prestes e o grupo que o seguiu, a uma limitada revisão de algumas ideias de Juarez Távora, ao esboço de programa que será formulado no Clube 3 de Outubro e às primeiras formulações do que virá a ser o pensamento político-militar de Góis Monteiro.

O movimento tenentista acentuou a clivagem na hierarquia, já presente no começo da década de 1920, agravando o comprometimento da disciplina e o descrédito dos chefes. Os principais líderes da *geração politizada e rebelde*, atuando na clandestinidade, influenciaram muitos jovens das turmas seguintes.

Outros sérios problemas foram à reintegração e promoções de muitos ex-alunos da Escola Militar que haviam sido expulsos e o tratamento dado ao caso dos sargentos comissionados como oficiais. O resultado dessa conjunção de fatores adversos é “uma organização fragmentada”, com um “ambiente quase caótico”.¹¹⁶ A situação ainda tende a se agravar com a nomeação de interventores “tenentes” e aspectos da atuação do Clube 3 de Outubro.

A esse respeito, Cecília Forjaz menciona que, no imediato pós-30, “a fragilidade política do tenentismo era devida à sua dispersão e à ausência de uma organização centralizada, assim como à carência de um programa revolucionário (...)”. O Clube 3 de Outubro, segundo a autora, possibilitou ao Tenentismo reconstituir sua unidade.¹¹⁷ Ocorre, na minha opinião, que aquela fragilidade inicial se devia ao fato de que o movimento tenentista não mais existia e os “tenentes” tentavam afirmar-se em sua nova

¹¹⁵KONDER, Leandro. Cultura e política nos anos críticos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e outros (org.). *O século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismo e guerras*. vol, II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 77.

¹¹⁶A esse respeito e para mais detalhes, ver CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política: 1930-1945*. Op, cit., p, 109-110.

¹¹⁷FORJAZ, Cecília. Op. cit., p. 98 e 108.

composição. O Tenentismo não “reconstituiu sua unidade”; os “tenentes” procuraram construir *outra* unidade, em aliança com o grupo pró-Vargas, que mantinha relativo controle sobre o processo.

A fragilidade decorria da perda da identidade do movimento e gerou uma busca - que José Augusto Drummond chamou de “sôfrega” - de nova identidade, facilmente perceptível nas “alianças com diferentes grupos civis”, que davam origem a outros tantos programas.¹¹⁸

Em síntese, acredita Drummond que “a característica mais marcante da trajetória do tenentismo depois de outubro de 1930 é a *grande diversidade de experiências e reflexões*”¹¹⁹. Essa afirmação, em si, torna dispensáveis outros comentários.

Dentre os remanescentes do movimento tenentista, Juarez Távora e João Alberto tornaram-se, nesse começo do Governo Provisório, os de maior destaque e mais próximos do centro do poder. Em suas *Memórias*, João Alberto queixa-se de que “não tínhamos ainda um mês de vitória e já se organizava uma verdadeira guerra de descrédito contra os revolucionários”. Finda a missão, diziam os políticos, “chegara o momento de entregar o poder aos civis”. Entretanto, prossegue o relato, Vargas não pensava assim e, “fiel aos seus compromissos com os amigos da primeira hora e sentindo, naquele ardor civilista, uma ambição política mal disfarçada”, nomeou-o (João Alberto) interventor no estado de São Paulo.¹²⁰

Essa “ambição política” constitui um dos fatores a considerar na origem do chamado “caso de São Paulo”, como se verá.

Acredita Drummond que as ações de João Alberto, logo no início de sua interventoria, correspondem a uma necessidade de afirmar diferenças em relação ao governo da República Velha e aos políticos mais conservadores da Aliança Liberal simultaneamente. João Alberto empenhou-se em apresentar alternativas próprias para a questão social, que também comprovassem que o programa dos “Tenentes” era mais avançado que o da Aliança Liberal, como tantas vezes afirmou Juarez Távora. Assim propôs, para São Paulo, a participação dos trabalhadores no lucro das empresas e um programa de reforma agrária em fazendas arruinadas pela crise econômica. A pressão de

¹¹⁸DRUMMOND, José Augusto. O Movimento Tenentista: intervenção e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 214.

¹¹⁹Ibid., p. 210 (grifo do autor).

¹²⁰BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 252.

empresários e políticos, entretanto, o fez recuar.¹²¹ João Alberto autorizou, ainda, o funcionamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em um momento em que a preocupação com o comunismo era grande - devido, principalmente, à influência de Prestes - e a opinião conservadora já associava tenentismo e comunismo.¹²²

Os muitos problemas de João Alberto em sua breve gestão como interventor em São Paulo - de que volto a tratar adiante - contrastam com o êxito de Juarez Távora no Nordeste, o que reflete o significado da “revolução” e da presença dos “Tenentes” nessas duas realidades tão distintas. Só aceitou ser empossado no Ministério da Viação e Obras Públicas enquanto Vargas escolhia outro nome, mas foi, em seguida, nomeado delegado militar do Governo Provisório e seu representante nos estados do Norte, desde a Bahia - ou “vice-rei do Norte”, como a imprensa o tratou -, tendo como secretário o tenente Agildo Barata. Os “Tenentes” que, liderados por Juarez Távora, se haviam destacado no Nordeste, constituíam então um grupo coeso, na opinião de Agildo Barata.¹²³

Considero que alguns aspectos das concepções de Juarez Távora, bem como de sua ação político-militar - como o conservadorismo e as decorrentes alianças -, merecem restrições, mas não há dúvida de que conquistou liderança incontestável junto à oficialidade jovem, por sua efetiva participação durante todo o movimento tenentista e, em especial, por sua atuação no planejamento e coordenação dos levantes de outubro no Nordeste. Essa participação lhe valeu prestígio e reconhecimento, passando a integrar, no pós-30 imediato, o reduzido grupo de assessores próximos de Vargas. O prestígio de “tenentes históricos” como Juarez - e João Alberto - era valorizado desde os tempos da Aliança Liberal e a liderança que Juarez exercia junto aos interventores e revolucionários “do Norte” constituía um fator de tranquilidade para Getúlio Vargas, em meio aos conflitos da política “do Sul”, que se manifestavam com intensidade crescente. Entretanto, ao acompanhar a progressão dos acontecimentos que mostram Vargas e seu grupo empenhados em consolidar uma estrutura ainda precária de poder, percebe-se que Juarez Távora, embora ouvido e respeitado, não exercia influência comparável à de Osvaldo Aranha e Góis Monteiro.

¹²¹DRUMMOND, José Augusto. Op. cit., p. 215.

¹²²Ver, a esse respeito: FORJAZ, Cecília. Op. cit., p. 15 e 38; TÁVORA, Juarez, Memórias, vol. II. Op. Cit., p. 15 e 16; Arquivos Osvaldo Aranha- CPDOC- OA 31.03.25/3.

¹²³BARATA, Agildo, Vida de um revolucionário: memórias. 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, cap. VI, esp. p, 154-156. TÁVORA, Juarez. Ibid., p, 9.

1.4.2. O "Gabinete Negro"

Desde a posse, o grupo, que a imprensa denominou “gabinete negro”, reunia-se à noite com Getúlio Vargas, para avaliar os primeiros passos do governo e definir seus rumos. Dentre os mais assíduos, alguns ministros, como Osvaldo Aranha, da Justiça, o general Leite de Castro, da Guerra e José Américo, da Viação; Góis Monteiro, ainda chefiando o Estado-Maior Revolucionário, que só viria a ser desativado em abril de 1931; Ari Parreiras, oficial de gabinete do ministro da Marinha e futuro interventor no Estado do Rio de Janeiro; Pedro Ernesto, antigo aliado dos “tenentes”, que viria a ser interventor no Distrito Federal; e, quando estavam no Rio de Janeiro, Juarez Távora e João Alberto. Góis Monteiro referiu-se às reuniões como estéreis e intermináveis, mas elas por certo refletiam a insegurança daqueles primeiros momentos.¹²⁴

De alguns integrantes do grupo partiram as principais iniciativas, tanto no sentido de tentar formular os pontos essenciais de um “programa revolucionário”, como no de organizar as ações. A primeira delas foi a Legião de Outubro, em que me deterei adiante. Interessa, aqui, antecipar que a proclamação que a constituiu, em âmbito nacional, foi divulgada a 15 de novembro de 1930, assinada por Osvaldo Aranha e Góis Monteiro.

Houve diversas ações logo no início do Governo Provisório, o que confirma a inexistência de um programa e a grande preocupação em formulá-lo. Ainda em dezembro, ocorreu a reunião que deu origem a um documento intitulado “pacto revolucionário”.¹²⁵ Vargas, em seu Diário, menciona o encontro do grupo, em Poços de Caldas, a fim de “meditar sobre o plano de prosseguimento da obra revolucionária”.¹²⁶

O documento resultante, segundo Juarez Távora, foi redigido por ele, Góis

¹²⁴COUTINHO, Lourival. Op. cit., p, 163. ABREU, Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB: pós-30. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001. Verbetes “Gabinete negro”. vide <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Todas as referências a esta obra serão realizadas da seguinte forma: DHBB e o nome do verbete.

¹²⁵Arquivo Nacional do Rio de Janeiro-Fundo Góis Monteiro: *Pacto Revolucionário* - cópia s/data e s/assinatura. TÁVORA, Juarez. Memórias. vol. II, p. 18, afirma que O Jornal publicou o texto em 12/12/30. CAROME, Edgard. O Tenentismo. Op. cit., p. 386, o reproduz na íntegra, mas se equivoca ao situá-lo em “fins de 1931”.

¹²⁶ VARGAS, Getúlio. *Diário Pessoal*, vol. 1. Op. cit., p. 28 e 31.

Monteiro e Osvaldo Aranha, e assinado por oficiais “sinceramente interessados em que a obra da revolução não venha a ser destruída ou entravada (...)”. O pleito, em síntese, era a execução das seguintes metas: saneamento da força armada, cuja missão principal, naquele momento, era “garantir completa liberdade de ação ao governo (...)”; adoção das medidas econômicas e financeiras julgadas necessárias, sem considerar interesses de partidos, classes ou pessoas; o saneamento da administração pública e o desenvolvimento de uma nova mentalidade político-administrativa; “solução nacional para os problemas sociais brasileiros, especialmente os que se referem ao proletariado urbano e rural”.¹²⁷

O compromisso que assumiam consistia em assegurar, enquanto necessário, a continuidade do governo provisório com Getúlio Vargas, apoiada e defendida pela força armada; para isso, a força armada deveria ser “controlada” pela oficialidade revolucionária e obediente à orientação “de alguns poucos chefes de absoluta confiança”, intitulados, “delegados militares revolucionários”.

Osvaldo Aranha seria o delegado junto ao governo; Góis Monteiro junto à 1ª Região Militar (Distrito Federal); Mendonça Lima junto à 2ª Região, sediada em São Paulo; Juarez Távora junto às três regiões “do Norte”; Alcides Etchegoyen, revolucionário gaúcho, junto à 3ª Região (Porto Alegre); o major Plínio Tourinho, revolucionário do Paraná, onde seu irmão fora nomeado interventor, seria delegado junto à 5ª Região (Curitiba). O espaço correspondente ao nome do delegado junto à 4ª Região Militar (Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora) foi deixado em branco.¹²⁸

Assinalou Juarez Távora que a reunião de Poços de Caldas não definiu o programa revolucionário, mas formalizou um compromisso de apoio ao chefe do Governo Provisório.¹²⁹ O essencial do “pacto”, em verdade, apenas reafirmava a opção pela ditadura com Vargas, sustentada pelas Forças Armadas, que estariam controladas por uma minoria revolucionária sob o comando de um pequeno grupo de delegados. Essa duplicidade de comando - o formal e o revolucionário - comprometia a hierarquia,

¹²⁷Arquivo Nacional do Rio de Janeiro-Fundo Góis Monteiro: *Pacto Revolucionário* - cópia s/data e s/assinatura. TÁVORA, Juarez. Memórias. vol. II, p. 18, afirma que O Jornal publicou o texto em 12/12/30. CAROME, Edgard. O Tenentismo. Op. cit., p. 386, o reproduz na íntegra, mas se equivoca ao situá-lo em “fins de 1931”.

¹²⁸Arquivo Nacional do Rio de Janeiro-Fundo Góis Monteiro: *Pacto Revolucionário* - cópia s/data e s/assinatura. TÁVORA, Juarez. Memórias. vol. II, p. 25-27.

¹²⁹TÁVORA, Juarez. Op. cit., p. 19.

o que iria agravar a divisão e acarretar problemas sérios no período subsequente.

Outro exemplo da situação em que se encontrava a hierarquia do Exército ao início do Governo Provisório é a carta de Góis Monteiro ao ministro da Guerra, general Leite de Castro, convidando-o e, ao mesmo tempo, solicitando autorização para realizar um congresso revolucionário, que reuniria “os chefes e maiores responsáveis pelos destinos da revolução”, para “decidirem sobre o programa e plano de ação que cabe ao governo executar”.¹³⁰ Como premissas, o governo deveria ser fortalecido para cumprir o programa e só então se cogitaria da Constituinte.

Documento similar ao que deu origem ao pacto de Poços de Caldas foi produzido em fevereiro de 1931, intitulado “pacto de honra” e classificado como “absolutamente secreto”.¹³¹ O compromisso firmado era no sentido de conceder liberdade de ação ao Governo Revolucionário para, sustentado pelas Forças Armadas, adotar as medidas necessárias à reorganização do Exército e da Nação. Era considerado imprescindível afastar o Exército da política partidária.

O Exército foi “naturalmente” dividido em três setores com características distintas. Esses setores tinham chefes “naturais” e Vargas era o único homem capaz de, no momento, congregá-los. Os signatários delegavam poderes a esses três chefes para representarem os interesses militares de cada setor junto ao governo. Eram eles: no Norte, Juarez Távora; no Centro, o general Leite de Castro e no Sul, Góis Monteiro. Esses delegados deveriam manter-se em contato com os comandantes das regiões militares, de modo a levarem ao governo as necessidades da tropa.

O conteúdo básico do documento é bastante semelhante ao do produzido em Poços de Caldas. Os delegados são agora apenas três: ainda Góis Monteiro e Juarez Távora e, curiosamente, o próprio ministro da Guerra, numa duplicidade de funções que aparenta ser uma tentativa de conciliação com a hierarquia formal. A tentativa,

¹³⁰ AN-AGM - minuta de carta de Góis Monteiro ao general Leite de Castro, s/data. Tudo indica ser a carta do início de 1931, É possível que o “pacto de honra” de que trato a seguir tenha origem nesse congresso.

¹³¹AN-AGM - Pacto de Honra. Documento datado e assinado a 24 de fevereiro de 1931 por Góis Monteiro, Na cópia a que tive acesso, seguem-se, em página não numerada, 19 outras assinaturas de oficiais; entre elas, contudo, não estão as dos “tenentes” Alcides Etchegoyen e Jurandir Mamede, que, assim como Góis Monteiro, rubricaram as páginas do texto, o que deixa em aberto a possibilidade de existência de outra(s) página(s) com assinaturas, porventura extraviada(s). A comparação do conteúdo deste documento com o da mencionada carta de Góis Monteiro a Leite de Castro (ver nota anterior) permite supor que este pacto tenha tido origem no congresso a que se refere à carta.

entretanto, não vai além, pois caberia aos delegados propor a substituição dos comandantes de regiões militares que não inspirassem confiança. Os cargos de comando e chefia deveriam ser preenchidos por oficiais revolucionários ou confiáveis.

A documentação mostra que o “gabinete negro”, os “pactos”, as legiões e o “Clube 3 de Outubro” foram iniciativas de um período em que as diretrizes do novo governo ainda não estavam definidas, apenas esboçadas. Os encontros que deram origem aos “pactos” foram eventos isolados, que visavam basicamente a consolidar a ideia de uma estrutura de poder “revolucionário”; as legiões tinham caráter mobilizador, enquanto o Clube, na primeira fase - a segunda é bem distinta - tem características de um fórum de debates, restrito a “revolucionários autênticos”.

Importante é observar que essas iniciativas contavam com a participação de integrantes do grupo restrito, próximo de Vargas, cujas ações eram circundadas com a aprovação dele e que em quase todas aparecem, em posição de destaque, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Aparentemente óbvia, tratando-se da “alma” e do chefe militar do movimento de três de outubro, essa observação justifica-se pelo fato de predominar na historiografia a visão de que esse conjunto de iniciativas seria representativo da ação política do “Tenentismo pós-30”.

1.5. *O Organizador*

Em seus primórdios do Governo Provisório a atuação de Osvaldo Aranha destacava-se por um grande dinamismo e pelo prestígio de que desfrutava como demonstra Hilton.¹³² Já mencionei o reconhecimento, por Getúlio Vargas, de que Osvaldo Aranha concebeu o plano revolucionário que culminou no movimento de outubro e o pôs em execução no Rio Grande, articulando-o com o resto do país.

Essa liderança só foi compartilhada na fase final, no que diz respeito à direção militar, por Góis Monteiro. Procurei, também, apresentar evidências de que, desde o início, os rumos do Governo Provisório foram traçados, sob a direção de Vargas, principalmente a partir de iniciativas de Aranha e Góis Monteiro, este último movendo-se no sentido de assumir a primazia na área militar. Foi Aranha, entretanto, sem dúvida, o articulador de todo o movimento, até quase o final do Governo Provisório, em 1934. Ele próprio, ao final do ano de 1931, afirmou: “entreguei-me à organização da vitória com o mesmo afã

¹³² HILTON, Stanley. Op. cit., p. 78.

com que me entregara à preparação da Revolução.”¹³³

A grande capacidade de persuasão de Osvaldo Aranha, seu talento e empenho como organizador são inegáveis. Como formulador de programas, entretanto, não foi prolífico como Góis Monteiro, o que talvez fizesse com que se completassem. “Não tenho, pessoalmente, programa algum. O meu programa é o da revolução”, declarou ao início do Governo Provisório.¹³⁴ Receava a ditadura militar, mas não a ditadura revolucionária. Acredito seja mais correto dizer que não desejava que os militares se apropriassem da revolução.

Como coautor do texto do “pacto revolucionário”, defendeu a continuidade da revolução até atingir integralmente seus objetivos. Um ano depois, afirmava que o governo provisório é passageiro, todos querem a Constituição; ela, porém, “não pode vir antes, nem depois, mas ao seu tempo.”¹³⁵

A preocupação com a ditadura militar está mais explícita na correspondência com Borges de Medeiros, de março de 1931. Em duas cartas, Osvaldo Aranha insiste na criação das legiões para organizar a opinião pública, de modo a fortalecer o poder civil “contra as ameaças de predomínio militar”. Na segunda, parece tentar assustar Borges com o perigo militar, o maior de todos os males, que se deixa contaminar “de esquerdismo e até de *comunismo*’.”¹³⁶

Critica ainda a ocupação de cargos civis por militares, citando o caso de São Paulo, embora tenha insistido com Getúlio Vargas na nomeação de João Alberto para interventor naquele estado. Em suma, tudo indica que seu objetivo era vencer a resistência de Borges contra a legião.¹³⁷

Ao responder, entretanto, Borges mostra que não se deixou convencer pela argumentação de Aranha. Considera que a legião é uma corporação partidária, “fora dos moldes legais”, uma “instituição extravagante”, e defende a organização militar dos estados. Constata que a revolução subverteu a hierarquia, a disciplina e a unidade do

¹³³ARANHA, Osvaldo. Discurso ao transmitir o cargo de Ministro da Justiça, em 21/12/31. Apud *Revolução de 30: textos e documentos*. Vol. II. Op. cit., p. 45.

¹³⁴ARANHA, Osvaldo. Entrevista ao *Correio da Manhã*, 5/11/30, Apud SILVA, Hélio. 1931.

¹³⁵ARANHA, Osvaldo. Discurso ao transmitir o cargo de Ministro da Justiça, em 21/12/31. Apud *Revolução de 30: textos e documentos*. Vol. II. Op. cit., p. 51, 56 e 59.

¹³⁶ Correspondência trocada entre Osvaldo Aranha e Borges de Medeiros, Apud SILVA, Hélio. 193-anexos..

¹³⁷CPDOC-RJ/Arquivo Osvaldo Aranha: OA 31.03.12/9 e OA 31.03.25/3 (grifo de Aranha).

Exército; os jovens oficiais, que conquistaram a preeminência na classe e nos postos políticos, conspiram contra a ordem civil. É necessário, pois, apressar a volta do regime constitucional.¹³⁸ Essa carta de Borges de Medeiros permite antever os problemas que o governo Vargas terá de enfrentar no Rio Grande do Sul.

Ainda que Osvaldo Aranha tenha exagerado ao mencionar a “contaminação” dos militares pelo comunismo, sua preocupação com a “subversão comunista” era grande, principalmente após assumir o cargo de ministro da Justiça, pois, como mostra Stanley Hilton, “notícias perturbadoras inundavam os gabinetes ministeriais”.¹³⁹ De fato, é comum, ao percorrer os textos políticos da época, deparar com informações sobre o tema.

Thomas Skidmore, entretanto, considera que a “‘agitação’ proletária” era “uma força de potencial desprezível no Brasil da década de 30”.¹⁴⁰

Acredito que esse alarmismo diante da ameaça comunista deriva basicamente do reconhecimento de que Luiz Carlos Prestes, a despeito de seu rompimento com os “tenentes” e com a Aliança Liberal, assim como de sua adesão ao movimento comunista, continuava a ser um líder de prestígio nacional, cuja influência era preocupante.

Deve-se acrescentar que seu manifesto de 6 de novembro de 1930 usa linguagem muito agressiva e concita os camponeses a se apossarem da terra em que trabalham, a confraternizar com os operários e soldados, que lhes deveriam fornecer armas para, juntos, fazerem a revolução proletária.¹⁴¹ Pode-se imaginar o efeito de tais palavras na classe dominante da sociedade brasileira do início dos anos 1930, ainda convulsionada pelo movimento de outubro e, em especial, nas Forças Armadas, com a hierarquia e a disciplina comprometidas.

Uma das referências explícitas a essa preocupação com Prestes está nas Memórias de Juarez, que menciona especificamente “a agitação comunista que, *muito provavelmente*, estaria excitando nas massas - a começar pelas de soldados e marinheiros - as promessas do manifesto extremista de Luís Carlos Prestes”. Adiante,

¹³⁸CPDOC-RJ/Arquivo Osvaldo Aranha: OA 31.03.31/4.

¹³⁹HILTON, Stanley. Osvaldo Aranha. Op. cit., p. 86-87.

¹⁴⁰SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7.ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 29.

¹⁴¹CPDOC-RJ/Arquivo Getúlio Vargas: GV 1930.11.06/2, “Aos revolucionários do Brasil”. Manifesto de 6/11/30, de Luiz Carlos Prestes.

afirma que o objetivo da Legião de Outubro era defender a revolução, “ameaçada - *pelo menos potencialmente* - pela propaganda comunista, que, era *de esperar*, já estivesse sendo executada, em todo o país, sob a chefia (...) de Prestes.”¹⁴² Em telegrama ao interventor federal em Pernambuco, em abril de 1931, Aranha aplaudiu a firmeza da polícia “em face de distúrbios populares *aparentemente* estimulados por comunistas.”¹⁴³ As expressões assinaladas, curiosamente, indicam suposições, confirmando que manifestações relacionadas à “questão social” continuavam inaceitáveis, a menos que fossem encaminhadas pelas vias criadas pela nova burocracia.

1.6. *O Articulador e Formulator*

Também Góis Monteiro faz, nesse período, frequentes comentários a respeito do perigo comunista. Durante sua permanência no Rio Grande do Sul, antes do movimento de outubro, manteve correspondência com o capitão Caiado de Castro, que o substituiria no gabinete do general Mariante. Em uma dessas cartas, fala da preocupação do governo do estado com o comunismo e as manobras de Carlos Prestes.¹⁴⁴

Em outra, menciona a existência de “sintomas de caráter comunista” em várias guarnições do estado; acredita que “a doutrina comunista está ganhando terreno, inclusive no seio da tropa”; e considera o perigo comunista o “mal maior”, o que o tem levado a estudar sua “técnica revolucionária”. Ressalta, ainda, o despreparo das Forças Armadas e aponta as deficiências: disciplina artificial, falta de coesão e enquadramento da tropa, incapacidade dos chefes e carências de material.

Diante da sombria realidade do país e das instituições militares, só vê uma solução:

“organização de associações secretas, em forma de fascismo nacional, com a finalidade de combater por todos os meios esses males orgânicos, com sanções inexoráveis para os que faltarem aos deveres e compromissos assumidos. Sei que é um perigo;

¹⁴² TAVORA, Juarez. Memórias. vol. 2. Op. cit., p, 15-16 (grifos meus).

¹⁴³ Apud HILTON, Stanley. Op. cit., p. 87 (grifo meu).

¹⁴⁴ AN-AGM. Carta de Góis Monteiro a Caiado, de 30/6/30.

mas talvez o perigo evite outro maior.”¹⁴⁵

Em resposta a Góis Monteiro, Caiado comenta, “parece que há, nas altas esferas, um grande medo do comunismo, cuja propaganda está forte aqui no Rio de Janeiro e também em São Paulo.”¹⁴⁶

No mesmo período, Góis Monteiro volta a expor, resumidamente, suas concepções sobre política e Forças Armadas.¹⁴⁷ No plano político, vê o “predomínio despótico da política perrepista” sobre São Paulo e todo o Brasil. Os homens que dominam o PRP não recuarão; “só abatidos de qualquer forma, o Brasil poderá respirar e prosperar.” O quadro social dramático, agravado pela crise econômico- financeira, favorece a difusão das ideias comunistas. As Forças Armadas, em termos de eficiência, pouco significa. Não tem coesão, nem chefes, tropa ou material. “A disciplina artificial quebra-se ao primeiro choque. Poderão se tornar um perigo, se forem minadas pelo surto da questão social em gestação.” As “bases para um movimento regenerador” devem consistir no repúdio a qualquer ideia separatista ou comunista; “deve primar a ideia nacionalista, sob forma de fascismo ou outra qualquer”. A feição fascista - afirma em outra passagem - deverá ter cunho nacional, “abolidos os exageros ditatoriais de Mussolini.” O Exército terá de ser afastado das questões de política interna.

A singularidade, no caso de Góis Monteiro, reside no fato de que, ao contrário da maioria dos “tenentes” - o exemplo típico é Juarez, por assumir o papel de ideólogo e exercer muita influência - que não vão além do objetivo da igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, ele adquire consciência de que os interesses corporativos “podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”. Essa é a fase em que as ideologias entram em choque até que uma se imponha e se irradie em toda a área social, determinando, também, a “unidade intelectual e moral”.

Em 1924, recém-nomeado professor da Escola de Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro participou das forças governamentais que atacaram os rebeldes em São Paulo. No ano seguinte, foi convidado para chefiar o estado-maior do destacamento do então coronel Mariante, que iria combater os rebeldes no Paraná. A partir de então, esteve, a maior parte do tempo, envolvido no combate à Coluna Prestes, até o início de

¹⁴⁵AN-AGM. Carta de Góis Monteiro a Caiado, de 29/7/30.

¹⁴⁶AN-AGM. Carta de Caiado a Góis Monteiro, de 15/8/30.

¹⁴⁷As considerações que se seguem são baseadas em documento, já citado neste capítulo, datado de 1 e 2 de agosto de 1930, cópia sem assinatura.

1927, quando retornou a Capital Federal.

Essa experiência em campanha foi, certamente, marcante para formar sua visão crítica a respeito da capacidade operacional do Exército, dos chefes militares e, por extensão, da relação do governo com a força terrestre.

O diagnóstico é alarmante: o Brasil não dispõe de um instrumento eficiente para sua defesa, ou, em outras palavras, “nossas forças de terra e mar são inaptas para entrar em campanha e pouco significam como valor militar.” Há uma necessidade premente de reconstruir o Exército, o que é obra para gerações. No caso específico do Brasil, essa obra envolve a solução de outros problemas: econômico-financeiro, agrícola, industrial, educação do povo, viação e outros; importa, sobretudo, na criação de “uma mentalidade sadia e vigorosa”.¹⁴⁸

Essa conclusão remete ao conceito de “guerra de massa”, que surge com a Grande Guerra, envolvendo a economia e a infraestrutura dos Estados e mobilizando o sentimento nacional das populações. É possível, aqui, esclarecer melhor uma das passagens mais citadas - e nem sempre bem compreendida - deste texto. Góis afirma que “nas lutas políticas, o Exército não deve passar do Grande Mudo (...). Sua verdadeira e única política é a preparação para a guerra.” Logo a seguir, porém, explica o significado dessa preparação: “Na guerra, não é o Exército que se mobiliza, é toda a nação, que, mobilizando integralmente suas forças vivas, se vai bater.” Portanto, para que o Exército se mantenha afastado da “politicagem”, para que seja o Grande Mudo, integralmente dedicado à preparação para a guerra, a nação precisa mobilizar todas as suas forças vivas. Essa ideia é fundamental no pensamento político de Góis Monteiro e estará presente em todas as suas formulações.

O general Góis Monteiro por inúmeras vezes manifestou suas ideias sobre Forças Armadas e política - temas, aliás, que não dissociava fosse publicamente, por frequentes entrevistas, artigo publicado na imprensa, muitas vezes em série, ou, bem mais raramente, textos de maior fôlego; fosse em caráter restrito, por meio das geralmente longas cartas de sua vasta correspondência, em que os comentários pessoais se misturam a análises sobre o Exército e a política nacional. O trabalho mais importante de toda essa produção é, sem dúvida, *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Trata-se, na verdade, de uma coletânea que pode ser

¹⁴⁸AN-AGH. MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. *O Destacamento "Mariante" ao Paraná Ocidental*. Texto datilografado. Rio de Janeiro, junho de 1925, p. 3-11.

dividida em duas partes: a primeira é, basicamente, uma exposição sobre o movimento de outubro e foi escrita, provavelmente, durante os anos de 1931-32; a segunda, que contém o essencial da doutrina político-militar, em uma formulação mais amadurecida, é de 1933-34.

Góis destaca a importância da “revolução”, que recebeu uma “massa falida”; a organização político-administrativa remonta ao passado colonial; por isso, o processo revolucionário terá de durar no mínimo dez anos. O Governo Provisório deve ser forte, dentro dos princípios da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação; tem de se basear na força, para durar o tempo necessário, até o estabelecimento das fundações do regime futuro, mais centralizado e radicalmente nacionalista - ou “social-nacionalista”.

Será preciso mudar a mentalidade coletiva, buscar a coesão e a unidade, assim como evitar o particularismo e o regionalismo; o interesse coletivo deve prevalecer sobre o individual. Góis Monteiro atribui importância ao trabalho da terra, menciona a necessidade de eliminar os “quistos latifundiários”, de aumentar e distribuir as riquezas.¹⁴⁹

Após essas considerações sobre a situação nacional, Góis Monteiro se volta especificamente para o Exército. Parte de uma crítica de sua eficiência ao longo da história e, ao contrário da opinião predominante no pensamento militar, não atribui a ineficiência ao “descaso” e a “incúria” dos políticos, mas a fatores relacionados à própria instituição.

Esses fatores são, mais uma vez, classificados em três grupos, em ordem crescente, de importância, a saber: material, tropa e chefe. Considera o material insuficiente, antiquado e inadequado, basicamente pela quase inexistência de indústria militar. A tropa, cujos efetivos são insuficientes e mal distribuídos, carece de organização, equipamento, não é disciplinada e tem pouco valor combativo, embora a “matéria-prima” seja de “primeira ordem”. Esse elogio à qualidade do soldado não é coerente com as críticas que fazia à seleção e ao próprio homem brasileiro. Os chefes são ineptos e de “caráter mal formado”.

Em decorrência, a estrutura e a organização das Forças Armadas devem ser mudadas, simultaneamente ou até antecipadamente ao “surto renovador da nação”, o que representará “maior garantia de segurança do Governo Provisório, da consolidação

¹⁴⁹ MONTEIRO, Góis. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército, Op. cit., p. 96-102

da unidade nacional e da execução do programa revolucionário”. As Forças Armadas devem ser revolucionárias, “o sentido da transformação evolutiva”, para estabelecer, em pouco tempo, “uma disciplina férrea” e “uma mentalidade sadia”; deve ser feito um “saneamento implacável do pessoal”; seus recursos devem ser “progressivamente aumentados”. Há outras questões menos urgentes, “ubordinadas ao aumento de nossa riqueza”, que podem ser objeto de um plano cuja execução deve abranger no mínimo sete anos.¹⁵⁰

Dentre as ideias mais presentes merecem destaque a grande preocupação com o comunismo; a crítica severa à situação em que se encontram as Forças Armadas, cuja superação é tarefa de longo prazo; a necessidade de “saneá-las” em curto prazo, de modo que estejam em condições de apoiar um governo forte, para cumprir o programa revolucionário; o “fascismo nacional”. Essas ideias não diferem, no essencial, das que constam dos “pactos” assinados ao início do Governo Provisório e, em seu conjunto, revelam considerável influência das concepções dos “jovens turcos”.

As promoções rápidas de Góis Monteiro denotam que desde o início do Governo Provisório a liderança militar - ou, pelo menos, uma coliderança - estava a ele destinada; tenente-coronel havia pouco mais de dois anos, foi promovido a coronel em março de 1931 e, dois meses depois, a general de brigada. Góis reclamava de suas promoções,¹⁵¹ mas falava e agia como chefe, o que fica claro na importante proclamação que fez ao Exército, quando, em abril de 1931, o último escalão do Quartel General Revolucionário foi, finalmente, dissolvido.¹⁵²

A apresentação desses textos de Góis Monteiro - anteriores à “Guerra Civil de 32” - e a conseqüente repetição dos aspectos essenciais de seu pensamento político-militar têm a intenção de revelar o desenvolvimento e a coerência de suas ideias e como utilizava os meios disponíveis à época para divulgá-las incansavelmente.

Ao mencionar uma das muitas entrevistas de Góis à imprensa, de março de

¹⁵⁰Ibid., p. 103-111. Na p. 111 há uma referência ao gen. Leite de Castro como Ministro da Guerra, cargo que ocupou até junho de 1932; o texto, portanto, é anterior a essa data. Entretanto, a análise do conteúdo e sua comparação com outros escritos de Góis me levam a crer e afirmar que sua produção não é anterior ao ano de 1931.

¹⁵¹AN-AGM. Carta (minuta) de Góis ao Ministro da Guerra, de 18/03/31, VARGAS, Getúlio, *Diário Pessoal*. vol. I, p. 61.

¹⁵²Proclamação de Góis Monteiro ao Exército, publicada em “A Pátria”, de 18/04/31, apud *A Revolução de 30: textos e documentos*. Vol. II. Op. Cit., p, 193-202.

1931, Jarbas Medeiros comenta: “Já se percebe aqui, talvez, (...), ainda em germe, o projeto que afinal veio a ser desenvolvido e implementado objetivamente no decorrer da década de 30.”¹⁵³

Dispomos de elementos suficientes para tentar identificar os principais objetivos políticos que levaram Góis Monteiro a realizar uma disseminação sistemática de suas ideias: - prolongar ao máximo a duração do “processo revolucionário”, pois as transformações a serem implementadas - ainda não plenamente definidas - eram complexas e algumas só seriam exequíveis o mais longo prazo, por um governo com poder discricionário (centralizado, autoritário e nacionalista): (1) fortalecer as Forças Armadas, pois tal governo teria de ser por elas sustentado; esse fortalecimento, por sua vez, dependia de recursos do governo, assim como da concessão de certo grau de autonomia; criava-se, pois, uma dependência mútua entre governo e Forças Armadas; (2) o fortalecimento das Forças Armadas visava a torná-las eficientes (à altura da missão) e consistia em “saneá-las” (por meio de expurgos, promoções por mérito) e submetê-las a severa disciplina, para torná-las coesas e homogêneas; dotá-las de material suficiente e atualizado, o que implicava promover a indústria nacional; e entregar os comandos a oficiais “revolucionários”, concedendo autonomia ao estado-maior para formular a política militar.

A dependência mútua entre governo e Forças Armadas - vale lembrar que a Marinha era coadjuvante - acentuou-se à medida que cresceu a oposição e sucederam-se as crises políticas. Isso não significa que os militares estivessem coesos no apoio ao governo; ao contrário, como se verá a seguir. Havia, porém, uma parcela que assegurava esse apoio, na qual emergia progressivamente a liderança de Góis Monteiro, o que contribuiu para explicar sua posição privilegiada junto a Vargas e, em contrapartida, sua atuação em defesa do governo.

1.7. A *Instabilidade no Exército*

A ação política de Getúlio Vargas, à qual Góis Monteiro mostrava-se integrado, desagradava, porém, a Juarez Távora. Embora tenha participado do mencionado

¹⁵³MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil - 1930-1945. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 430 e 547.

encontro de Poços de Caldas e revelado ser coautor do texto - cujo conteúdo muito se aproxima do ideário de Góis - Juarez discordava em relação aos “caminhos mais adequados” para realizar as transformações, como relata em suas Memórias. Refere-se, especificamente, à proclamação de Góis Monteiro ao povo de São Paulo, em que afirma que o futuro governo só reconhece compromissos “decorrentes dos princípios expostos no programa da Aliança Liberal.” Possivelmente por dificuldade de compreender o jogo político, o documento causou “perplexidade” a Juarez e desapontou “setores militares e, mesmo, civis, ansiosos por transformações radicais, que só uma ditadura plena poderia realizar”¹⁵⁴

A questão do desapontamento fica mais clara na carta que Juarez Távora, em sua primeira viagem ao Nordeste como delegado militar, escreve ao general Isidoro Dias Lopes, comandante da 2ª Região Militar (São Paulo).¹⁵⁵ Afirma que “a obra da revolução está sendo falseada” em muitos pontos, em razão do destaque dado por Vargas “aos fatores puramente políticos”. Discorda e não se conforma em “cruzar os braços diante disso”. O Exército pode, “com um simples gesto decidido”, concitar o governo “pelo conselho ou pela violência a seguir o rumo certo”.

É preciso dar força ao ministro da Guerra para que reúna em torno de si a “elite revolucionária” e imponha ao governo vetos e exigências. Elogia o ministro, discorda de que queiram substituir e acrescenta: “estou certo, irá conosco até as últimas consequências” para impedir que a revolução degenera. Diz que vai escrever a Plínio Tourinho e Alcides Etchegoyen e compromete-se a redigir um programa “com o auxílio dos camaradas e correligionários do Norte”.¹⁵⁶

O sentido dessa carta se completa com outra, escrita dias antes, em que o general Isidoro solicita a Vargas que o substitua no cargo de comandante da Região, por discordar da ação política de João Alberto e Miguel Costa – interventor na Secretaria de Segurança Pública, que, por isso, desejariam seu afastamento.¹⁵⁷ Como os dirigentes mencionados haviam sido nomeados por Getúlio Vargas - João Alberto, em especial, com o apoio de Aranha e Góis Monteiro compreende-se a insatisfação de Isidoro com o governo; compreende-se, também, o fato de Juarez Távora, em sua carta, manifestar a

¹⁵⁴ TÁVORA, Juarez. Memórias. vol. 2. Op. cit., p. 11.

¹⁵⁵ AN-ÁGM. Carta de Juarez Távora ao general Isidoro Dias Lopes, de 16/02/31.

¹⁵⁶ Grifos de Juarez Távora.

¹⁵⁷ GV 31.01,29/1 - carta de Isidoro a Vargas, de 29/01/31.

intenção de escrever a Plínio Tourinho e Alcides Etchegoyen, mas não a Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e Mendonça Lima, mais próximos de Vargas.¹⁵⁸

Este é um exemplo de que, com pouco mais de três meses de Governo Provisório, “revolucionários históricos” formavam grupos e conspiravam, cogitando de pronunciamentos. Juarez Távora continua em busca de um programa e, tratando Isidoro Dias Lopes de “velho chefe de 24”, completa um quadro que parece nostálgico e marca a diferença, no campo do pensamento militar, entre sua visão do momento político e a de Góis.

A instabilidade, como foi ressaltada, era a característica mais marcante do Exército após o movimento de outubro, assim como do panorama internacional, no período entre as duas grandes guerras. É lugar-comum entre os militares considerar que a estabilidade das Forças Armadas depende de dois pilares: hierarquia e disciplina.

O conhecido estudo de José Murilo de Carvalho mostra que durante o Governo Provisório houve um total de 50 movimentos militares, sendo 32 classificados como agitações, 8 como protestos e 10 como revoltas.¹⁵⁹ Mesmo não sendo precisos, como reconhece o autor, trata-se de números impressionantes. Góis Monteiro relembra que, como o quartel-general revolucionário só foi dissolvido em abril, havia, até então, praticamente dois exércitos. Muitos oficiais, desprestigiados e sem autoridade, transferiram-se para a reserva ou foram compulsoriamente reformados.¹⁶⁰

O processo teve início ao final de novembro de 1930, com a reforma do ex-ministro da Guerra de Washington Luís e vários outros generais, prosseguindo em fevereiro; em 1931 foram promovidos dez novos generais-de-brigada.¹⁶¹ Começava a renovação da cúpula do Exército, que terá continuidade nos anos subsequentes. Além disso, eram comuns as acusações a generais por participarem de conspirações para tomar o poder. Os mais citados, nesses primeiros meses de governo, eram o ministro da Guerra, general Leite de Castro, e o general Isidoro Dias Lopes.

Com relação a Isidoro Dias Lopes, além da mencionada carta de Juarez Távora,

¹⁵⁸Esses nomes integravam o grupo dos “delegados militares revolucionários” do citado “pacto de Poços de Caldas”.

¹⁵⁹CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: *A Revolução de 30 - Seminário Internacional*. Op. cit., p. 111-113, 151-179

¹⁶⁰COUTINHO, Lourival. Op.cit., p. 150.

¹⁶¹SILVA, Hélio. *1931 - os tenentes no poder*. Op. cit., p. 10 e 149. CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930- 1945. Op. cit., p. 131-132.

também Aranha e Mendonça Lima o acusaram de conspiração. Em abril, Isidoro novamente solicita demissão a Vargas. Poucos dias depois, a Força Pública de São Paulo rebela-se com o objetivo de depor João Alberto; o levante é debelado e Isidoro é acusado de conspirar e de manter neutras as forças da 2ª Região, que comandava. Góis Monteiro também acusa Isidoro, sugerindo sua substituição. Vargas o afasta, bem como o comandante da Força Pública, substituindo-os por Góis e Miguel Costa. O prestígio de Isidoro em São Paulo fez com que seu afastamento provocasse reações e Vargas conciliou, nomeando-o inspetor do 2º Grupo de Regiões Militares.¹⁶²

Esses exemplos de disputas de poder entre generais retratam uma parcela das muitas que compunham o problema da instabilidade no Exército. Havia o ressentimento de oficiais legalistas, derrotados e presos em outubro, alguns dos quais vieram a conspirar contra o governo. Os oficiais mais jovens estavam impacientes com a morosidade das reformas. Ainda em abril, um grupo autointitulado “Comitê Revolucionário do Rio de Janeiro” lança uma “Proclamação ao Exército”, que propunha a união dos oficiais revolucionários para instituir uma ditadura militar, que cumpriria o programa de reformas proposto.¹⁶³

Outro motivo de grande descontentamento residia na questão da carreira. Trata-se do problema conhecido como dos “picolés” e “rabanetes”, cujos desdobramentos marcaram as relações internas e externas do Exército até meados de 1932, merecendo, pois, uma breve explanação.

Cerca de 600 alunos da Escola Militar, participantes da rebelião de cinco de julho de 1922, foram excluídos. Com a anistia, a maioria deles decidiu retornar ao Exército; alguns continuaram envolvidos com o movimento tenentista, mas a maior parte trazia mais de oito anos de experiência de vida civil; eram “picolés” porque haviam ficado “na geladeira”. Sua formação militar interrompida se resumia ao tempo de Escola, que, para uns, era de apenas poucos meses; tiveram, por isso, de fazer cursos de readaptação. Sua reintegração, contando tempo de serviço desde 1922, provocou protestos dos “rabanetes”, que haviam cursado a Escola Militar a partir de 1922, atingido o oficialato e se engajados no “movimento revolucionário” após o fim da

¹⁶²VARGAS, Getúlio. *Ibid.*, p. 48, 59, 64-65. GV 31.04.19 - carta de Isidoro a Vargas. GV 31.05.22 - Carta de Góis a Vargas. CARVALHO, José Murilo. *Ibid.*, p. 175.

¹⁶³GV 31.06.01/1- carta de Flores da Cunha a Vargas; o manifesto consta dos anexos. CARVALHO, José Murilo. *Ibid.*, p. 119 e 154.

marcha da Coluna.

Os “rabanetes”, assim como os oficiais legalistas das mesmas turmas, sentiram-se prejudicados. A polêmica se agravaria com as promoções em agosto de 1931, quando “rabanetes” e legalistas foram preteridos pelos “picolés”. Do desfecho deste problema trato adiante.¹⁶⁴

1.7.1. *Novas Manifestações de Instabilidade*

A partir de maio, Vargas começa registrar, em seu Diário, notas sobre descontentamento devido às promoções: crise entre o ministro da Guerra e oficiais revolucionários relacionados à promoção de generais; críticas também de Góis Monteiro, inclusive à sua própria promoção; novas críticas de oficiais revolucionários, agora por causa das preterições nas promoções; oficiais preteridos provocam desentendimentos com interventores de alguns estados.¹⁶⁵

O problema das promoções ganha realce também na correspondência de Getúlio Vargas. O amigo Florêncio de Abreu pede justiça para os oficiais revolucionários, prejudicados pela promoção retroativa dos “picolés”. De São Paulo, no comando da 2ª Região Militar, Góis Monteiro envia três cartas a Vargas, abordando, entre outros assuntos, a questão das promoções. Na primeira, defende a necessidade de mudar a Comissão, que demonstra “ojeriza” pelos oficiais revolucionários; sugere que Vargas se guie por uma lista elaborada pelo próprio Góis. Propõe, na segunda, a criação de um quadro especial, para promover oficiais que “prestaram serviços relevantes à causa da Revolução”. A terceira carta reitera as anteriores, por ser o assunto “de extrema importância para a homogeneização do Exército”. Sugere promover, no quadro especial, oficiais propostos por ele, Juarez Távora, Aristarco e Leite de Castro.¹⁶⁶

No mesmo período, Góis Monteiro escreve também ao ministro Leite de Castro, criticando a Comissão de Promoções pela mesma razão e propondo a lista alternativa que sugeriu a Vargas. A insistência de Góis Monteiro, que a correspondência registra,

¹⁶⁴CARVALHO, José Murilo. *Ibid.*, p. 110 e 119. FORJAZ, M, Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na revolução de 30*. Op. cit., p. 99-102, DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista*. Op. cit., p. 245-7. TÁVORA, Juarez. *Memórias*. vol. 2. Op. cit., p. 63-4.

¹⁶⁵VARGAS, Getúlio. *Diário Pessoal*. vol. 1. Op. cit., p. 61, 62, 65, 66.

¹⁶⁶GV 31.06.21/1 - carta de Florêncio a Vargas. AN-AGM - cópia de carta de Góis a Vargas, s.d. [jul 31], AN-AGM - cópia de carta de Góis a Vargas, de 28/07/31. GV 31.08.13/2 - carta de Góis a Vargas.

mostra a grande importância que conferia às promoções, como instrumento essencial ao processo de homogeneização do quadro de oficiais. Além desse tema, porém, as cartas contêm opiniões de Góis sobre outros assuntos relevantes. A respeito do “caso de São Paulo”, que agora acompanha de perto, considera que a revolução “perdeu” o estado pela “incompreensão” de Miguel Costa, que, de boa fé, deixa-se envolver. Vargas registra, em seu Diário, que “Góis acusou Miguel de estar servindo de instrumento aos comunistas”. Góis preocupa-se também com o operariado paulista, devido à irradiação do bolchevismo.

Esses problemas contribuem para que solicite ao ministro uma lei federal que regule a situação das forças públicas, limitando-lhes efetivo, armamento e munição. Uma nota anexada à carta de 28 de julho de 1931, apresenta uma lista de sugestões para esse fim, propondo considerar as forças públicas tropas auxiliares do Exército, com organização controlada pelo Estado-Maior e efetivos inferiores aos das guarnições federais nos respectivos estados; e proibir a aquisição de material bélico no exterior, sem autorização do Governo Federal.¹⁶⁷

Alguns dos problemas que provocam essa instabilidade são antigos, constituindo continuidades na vida do Exército, com características novas relacionadas à conjuntura que se inicia em 1930. É o caso das questões relativas à carreira, em especial a interferência política nas promoções, e às forças públicas. O Exército sempre visou a organizar-se nacionalmente, de modo a exercer o controle da segurança do Estado, opondo-se, assim, ao federalismo, em defesa da centralização política. Com o fim do Império, cessou a subordinação dos comandantes das forças federais nas províncias aos respectivos presidentes, as oligarquias estaduais trataram com base na Constituição de 1891, de fortalecer suas forças públicas. Isso ocorreu especialmente em São Paulo, onde a Força Pública passa, durante a Primeira República, por um intenso processo de militarização, chegando a dispor de artilharia e aviação. Tendo a instrução de uma missão Militar Francesa a qual teve duas fases 1906-1914.¹⁶⁸

¹⁶⁷AN-AGM - cópia de carta de Góis a Leite de Castro, de [27?] de julho de 1931. VARGAS, Getúlio, *Diário*, vol. I. Op, cit., p. 67, As cartas de Góis a Vargas são as citadas na nota anterior.

¹⁶⁸Vide reportagem referente a MMF na F.P.S.P. em <http://internet.comunicacao.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=71501&c=6&q=Seguran%27a:+Centen%27E1rio+da+Miss%27E3o+Militar+Francesa+de+Instru%27E7%E3o+da+PM> e no livro : ANDRADE, Euclides. A Força Pública de São Paulo: esboço histórico: 1831-1931. São Paulo, Impr. Oficial do Estado, 1982.

Era, pois, natural que os líderes do movimento de 30 se preocupassem com a questão, das forças públicas; Góis Monteiro em particular, se considerarmos suas ideias com relação ao Exército e ao país.

1.8. *O Discurso dos Revolucionários Militares e o de Getúlio Vargas*

Vivia-se um período de grande turbulência política, que repercutia no Exército, onde era agravada, como se viu, por fatores endógenos. No início de maio, um grupo de nove oficiais envia uma carta a Getúlio Vargas, que lembra os “pactos”; eram eles: Góis Monteiro, que assinou por ele e por João Alberto; Juarez Távora, que se curava de séria enfermidade; Buys, Cascardo e Eduardo Gomes, revolucionários de prestígio; o general Afonso Pinho de Castilho e os almirantes Burlamaqui, comandante-em-chefe da Esquadra e Protógenes, futuro ministro da Marinha. Tratava a carta de política geral, das Forças Armadas e apresentava sugestões, “para que se torne possível a fiel e real observância do programa revolucionário”.¹⁶⁹

Decorridos seis meses, pouco se fez de concreto. O programa revolucionário não foi divulgado; a situação do país não foi exposta e os responsáveis por ela não foram punidos. O “Grande Partido Nacional” dividiu-se em Legiões estaduais com programas diferentes; a de Minas pende para a direita e a de São Paulo para a esquerda; a do Rio Grande do Sul foi repelida pelos partidos; assim, partidos e legiões continuam sem cor nacional. Falta, também, uma orientação única aos interventores.

O regime unitário, com um governo ditatorial, embora temporário, significa nacionalismo e centralização política. As sugestões são simples: (1) “V.Exa. governará pelo espaço de tempo que baste, com os poderes que possui atualmente”, para possibilitar a integração do programa revolucionário às realidades nacionais e (2) “V.Exa. outorgará, quando for oportuno, uma Carta Constitucional Provisória, ou fará público, por decreto, o Programa Revolucionário, para o período ditatorial”¹⁷⁰.

Entendo que a importância desse texto reside no fato de que, tendo sido assinado por alguns dos principais líderes revolucionários e dois integrantes da cúpula da Marinha, expõe ideias que, em seu conjunto, são muito semelhantes às de Góis

¹⁶⁹GV 31.05.02/1.

¹⁷⁰ CARVALHO, José Murilo. *Ibid.*, p. 110 e 119. FORJAZ, M, Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na revolução de 30*. Op. cit., p. 99-102.

Monteiro. A carta concede a Vargas, mais uma vez, a estabilidade, assegurada pelas Forças Armadas, para governar livre de injunções, pautado apenas pelo “programa revolucionário”.

Esse programa, tão mencionado, mas até então não divulgado, parece estar em construção, “respeitadas as soluções provindas do entendimento de todos”, o que pode ser uma advertência tanto a oligarcas como a “revolucionários radicais”. Vargas conta com a força, mas é alertado para o fato de que “pouco se há feito de concreto”, o que parece uma concessão a Juarez e aos “tenentes” mais insatisfeitos. Em síntese, fortalecer as Forças Armadas para sustentarem o governo, prolongando ao máximo a ditadura - o que implica evitar a convocação da Constituinte -, pois o “processo revolucionário” é lento e de duração imprevisível.

Apenas dois dias depois, ao discursar na instalação da Comissão Legislativa, perante todo o Ministério, Getúlio Vargas parece ter levado em consideração a carta dos militares. Seu Diário não esclarece se isso de fato ocorreu, mas deixa claro que o discurso foi cuidadosamente preparado. Vargas registra que pretendeu “assinalar uma diretriz mais uniforme nos negócios públicos, desfazer alguns equívocos e agir com mais decisão” e comenta que parece ter produzido “funda impressão”.¹⁷¹ Apresento, a seguir, uma síntese, que apenas menciona os pontos essenciais.

“O momento é propício à execução de vasta reforma na ordem jurídica e, portanto, social, dados os poderes extraordinários do Governo (...)”. Para isso, “é indispensável investigar e compreender as modificações sociais do mundo moderno.”, que conferem primazia ao campo econômico. Os sistemas econômicos falham pela falta de organização do capital e do trabalho. É necessário promover a colaboração de todas as classes e integrá-las ao organismo político do Estado, elemento coordenador dos múltiplos esforços. Essa coordenação deve prevalecer sobre o “individualismo, sinônimo de excesso de liberdade”, e o “comunismo, nova modalidade de escravidão”. A fórmula política “patrocinadora dos direitos do homem parece estar decadente.” No tempo presente, ampliou-se o poder de ação do Estado; com base no interesse social, “o poder de polícia do Estado chega a atingir e absorver os interesses privados.” A política econômica deve, em parte, “defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza.” Não se deve apressar a volta ao constitucionalismo, pois “seria, talvez, recair na amarga experiência do regime anterior, tornando inúteis os

¹⁷¹VARGAS, Getúlio.Op. cit., vol. 1., p. 60-61.

sacrifícios impostos pela Revolução.” (...) “Tudo virá a seu tempo.”

O problema brasileiro é, antes de tudo, “um problema de administração (...) O Governo Provisório, embora ditatorial, tem procurado governar legalmente”, alheio aos interesses dos partidos. “Prestigiado pela solidariedade do povo brasileiro” e “pelo apoio decidido das forças armadas”, deseja, apenas, não ser perturbado por “incidentes meramente políticos”, durante o tempo “indispensável ao estudo e à solução dos problemas administrativos”.¹⁷²

O discurso não expõe um programa, mas esclarece as diretrizes governamentais nas áreas econômicas, social, política e jurídica. Seu conteúdo está afinado com o do discurso militar, mas não o reproduz simplesmente, pois o de Getúlio Vargas é mais maleável e reflete - ainda que sem explicitar - um conjunto mais amplo de interesses.

1.8. *A Atuação da Missão Militar Francesa*

A avaliação do trabalho da Missão Militar Francesa (MMF), a qual teve sua atuação entre 1920-1940, no Brasil é controversa. Fatores como limitações contratuais, vários tipos de resistência que lhe foram impostas e o próprio período de sua atuação, um dos mais conturbados da história do Exército, não permitiram que sua influência fosse mais significativa.

Acredita Magalhães que o trabalho foi mais fecundo na fase anterior a 1930, com várias iniciativas no que diz respeito à organização e à ação do Estado-Maior na mobilização para a guerra. Por influência da Missão foi criado, em 1927, o Conselho de Defesa Nacional, como parte do desenvolvimento de uma nova política de defesa, que abrangia todos os aspectos relevantes da vida do país. Destacou-se, também, por formar oficiais de Estado-Maior competentes, o que lhes conferiu prestígio e valorizou o curso.¹⁷³

A visão da MMF em relação à capacidade industrial brasileira e suas implicações para a defesa nacional é comentada por João Quartim de Moraes, citando documentos da Missão, que ressaltam a “dependência quase absoluta” do país em

¹⁷²VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 04 de maio de 1931. In *A nova política do Brasil*. vol. I. Op. cit., p. 109-128.

¹⁷³MAGALHÃES, J. B. A evolução militar do Brasil. Op. cit., p. 349-360. CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República. Op. cit., p. 199-200.

relação ao exterior, no que diz respeito a material bélico, e a necessidade de liberar-se da dependência, em tempo de guerra, “de fornecimentos estrangeiros de material de uso rápido.” Ao mesmo tempo, a competição imperialista fazia com que os oficiais franceses atuassem como “representantes comerciais discretos” da indústria de armamentos de seu país.¹⁷⁴

Três documentos do Estado-Maior do Exército comentam a atuação da MMF e dão uma ideia de como foi avaliada ao longo dos anos 1920. O primeiro, extraído do relatório de 1922, é altamente elogioso e considera que, após três anos de trabalho, sua influência tem sido “intensa e fecunda”.

O segundo documento, referente a 1925, reitera o reconhecimento da contribuição da MMF para o aperfeiçoamento profissional do Exército, mas critica a tentativa da missão de se envolver nos planos de defesa do Brasil. O terceiro é parte do relatório de 1929 e critica, entre outros aspectos, a qualidade dos cursos, considerados inferiores aos dos primeiros anos; sugere, então, que se reflita sobre a renovação ou o término do contrato da missão.¹⁷⁵

Na já citada carta ao capitão Caiado de Castro, de 30/06/30, afirma Góis: “(...) julgo uma inutilidade a permanência da Missão. Já se tornou uma tapeação, depois que saiu desiludido de nós e de nossos chefes o clarividente gen. Gamelin.”

Acredita McCann que a Missão desenvolveu seu trabalho tomando o Exército Francês por modelo, sem considerar as diferenças geográficas e climáticas entre França e Brasil; critica também a insistência dos oficiais franceses na compra de material bélico de seu país.¹⁷⁶

Em 1933, ao fazer uma avaliação mais abrangente, Góis Monteiro considera que a MMF prestou relevantes serviços ao Exército, atualizando-o nos campos da doutrina, organização, mobilização e combate. Sua contribuição aprimorou progressivamente o desempenho das funções de alto-comando e estado-maior; desenvolveu, também, a formação de técnicos e especialistas. Para Carvalho, as principais consequências do trabalho da Missão foram o planejamento e controle das atividades pelo Estado-Maior e

¹⁷⁴MORAES, João Quartio de. *A esquerda militar do Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo, Siciliano, 1994, p. 75.

¹⁷⁵ESTEVES, Diniz (org.). *Documtos históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília, Ed. do E.M.E., 1996, p. 99-103, 117-118,139-142.

¹⁷⁶McCANN, Frank. *A Nação Armada*. Op. cit., p. 84.

uma organização mais centralizada e coesa.¹⁷⁷

Os contratos assinados nos anos 1930 apresentam uma progressiva redução do efetivo da Missão, com instrutores brasileiros assumindo, em várias escolas, funções antes exercidas por franceses. A atividade da missão concentra-se na assessoria ao Estado-Maior do Exército e ao curso de Estado-Maior.¹⁷⁸ A questão relevante para este trabalho diz respeito à contribuição da MMF para a transformação do Exército e, mais especificamente, para a mudança do tipo de intervenção militar na política. Uma súpula das opiniões expostas destaca o desenvolvimento de uma nova política de defesa, envolvendo doutrina, organização mais centralizada e coesa, mobilização e combate, melhor desempenho das funções de alto-comando e estado-maior, formação de bons oficiais de estado-maior, de técnicos e especialistas e crítica à dependência de material bélico importado. Já dispomos de elementos suficientes para afirmar que esses aspectos concorrem para fortalecer e homogeneizar o Exército, de modo a sustentar um governo forte - ponto de partida para a formulação do pensamento estratégico de Góis Monteiro que, lentamente, vai se impondo.

A guisa de conclusão este capítulo teve o intuito de apresentar os principais atores da “Guerra Civil de 1932” durante a organização e execução da Revolução de 1930. Apontamos também as principais ideias e debates acerca da condição a época da Revolução de 30 do Exército, bem como das disputas e do pensamento militar deste período, sendo este capitaneado por Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

No capítulo seguinte apresentaremos o “Caso Paulista”, onde aprofundaremos as distensões políticas e militares que levaram a eclosão da “Guerra Civil” em 1932.

¹⁷⁷ MONTEIRO, Góis. A Revolução de 30 e a Finalidade política do Exército. Op. cit., p. 177-179; CARVALHO, J. M, As Forças Armadas na Primeira República. Op. cit., p. 200.

¹⁷⁸BASTOS FILHO, Jayne. A Missão Militar Francesa no Brasil. Op. cit., cap. II.

Capítulo II

O “CASO DE SÃO PAULO”

O “caso de São Paulo” foi problemático para o Governo Provisório desde o início, o que era previsível, uma vez que a principal força política do estado foi a maior derrotada com Revolução de Outubro.

Começa a se acirrar em abril de 1931, com o rompimento do Partido Democrático (PD) com João Alberto e a rebelião da Força Pública¹⁷⁹. Daí a julho de 32 há alguns momentos menos turbulentos, mas predomina o estado de crise que caracteriza um dos períodos mais agitados da história política da República. O ritmo dos acontecimentos é tão acelerado que se torna necessário, tendo em vista os objetivos deste trabalho, uma análise detida sobre as ações e reações que acabaram por conduzir a um conflito armado entre um dos estados da federação e o governo central.

A oposição ao Governo Provisório deve ser entendida a partir da consideração de vários aspectos inter-relacionados: as oligarquias derrotadas em outubro, o componente regional, sobretudo nos estados mais fortes, a constitucionalização, a instabilidade no Exército, a rejeição aos “tenentes”, os objetivos do grupo de Vargas. A centralização do poder, defendida pelos “revolucionários”, incomodava as oligarquias estaduais, acostumadas a um considerável grau de autonomia. A constitucionalização torna-se a principal reivindicação oposicionista, pois eleições diretas provavelmente reconduziriam as oligarquias tradicionais ao poder, mesmo que em um novo arranjo, por controlarem a maior parte do eleitorado.

Nessa fase, o Diário de Vargas torna-se uma valiosa fonte de apoio; a primeira menção ao constitucionalismo ocorre ao final de abril 1931, registrando um movimento civil de políticos a favor. “Tomam parte os libertadores do Rio Grande, os democráticos de São Paulo, os partidários de Artur Bernardes em Minas e outros grupos”.

Getúlio Vargas responde prontamente, em discurso de 4 de maio: “tudo virá a seu

¹⁷⁹ Para maiores esclarecimentos vide: Verbete Dicionário Histórico e Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/isidoro_dias_lopes ; OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. João Alberto Lins de Barros: a intervenção do “cidadão fardado” nas contradições do Estado Novo. (trabalho apresentado no VI Simpósio Nacional Estado e Poder, realizado na Universidade Federal Fluminense em 2010) vide : <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-IRENE.pdf> ;

tempo”. A mesma frase será repetida em manifesto à nação, um ano mais tarde, bem como em discurso de Osvaldo Aranha, ao final de 1931.¹⁸⁰

O quadro político de São Paulo começa a se configurar antes do final de 30, com os primeiros atos do delegado João Alberto, já mencionados. A esse respeito, o secretário Plínio Barreto escreve a José Maria Whitaker: difunde-se a crença de que “estamos condenados a uma ditadura militar de caráter comunista”.¹⁸¹ Já se fez referências à rejeição ao comunismo no Brasil e suas causas, bem como à hábil manipulação que o vincula a qualquer reivindicação relacionada à “questão social”.

No início dos anos 1930, a influência do quadro internacional exacerbou essa tendência, como mostram as preocupações manifestadas por líderes “revolucionários” da expressão de Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e Juarez Távora; também Getúlio Vargas registra, em seu Diário, a presença frequente do tema na agenda governamental. No caso específico de São Paulo, era de se prever que a oligarquia utilizasse o estigma na sua luta política, como demonstra Vavy Borges no tópico “o comunismo dos tenentes”, rico em exemplos.¹⁸²

A 24 de fevereiro de 1931, os paulistas fundam a Liga Pró-Constituinte, que abre caminho para a aproximação entre o PRP e o PD. Em decorrência da rebelião de abril, Miguel Costa assume o comando da Força Pública e Góis Monteiro o da 2ª Região Militar, em substituição a Isidoro Dias Lopes.

Popular em São Paulo, Isidoro aparece como “símbolo do apoio militar ‘revolucionário’ às bandeiras de ‘autonomia e constitucionalização’”.¹⁸³ Exemplo do clima hostil cultivado no estado é o manifesto intitulado “Paulistas! Por S. Paulo!”, provavelmente de junho e dirigido às mulheres. Reclama que afastaram Isidoro, “o ídolo do povo paulista”, ficando São Paulo “nas mãos do tenente João Retranca [Alberto], Góis

¹⁸⁰ VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal. vol. I., Rio de Janeiro, FGV, 1995, p. 59; VARGAS, Getúlio Dorneles. *O Ano de 32: a revolução ao norte*. In: “A nova política do Brasil”. vol. 1., Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, p. 124 e Ibid. vol. II, p. 51. Discurso de Aranha Apud GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *A Revolução de 30: textos e documentos*. vol. II, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 56.

¹⁸¹ Apud SILVA, Hélio. 1931: Os Tenentes No Poder; O Ciclo De Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 122.

¹⁸² VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol. I. Op, cit., p. 44, 46, 47; BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e revolução brasileira. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1992, p. 207-211.

¹⁸³ SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p. 153. BORGES, Vavy. Ibid., p. 40.

Monteiro, Mendonça Lima, Miguel Costa e outros, todos comunistas. (...) É preciso enxotar essa camarilha que nos degrada”. (...) Por S. Paulo, com o Brasil, se for possível, por S. Paulo contra o Brasil, se for preciso!”¹⁸⁴

Góis Monteiro reage, por ocasião das comemorações de 5 de julho, manifestando disposição intransigente contra o separatismo e o comunismo em São Paulo.¹⁸⁵

João Alberto, o primeiro interventor nomeado por Getúlio Vargas, para o Estado de São Paulo, vê crescerem a oposição do PD e as divergências com Miguel Costa e renuncia em julho; Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco teriam sido decisivos para essa deliberação.¹⁸⁶ O nome indicado por João Alberto para sucedê-lo - Plínio Barreto, do PD - agrada a Osvaldo Aranha e recebe o apoio do Clube 3 de Outubro, mas Miguel Costa, mostrando sua força política, consegue vetá-lo. Embora João Alberto não se afaste da política paulista, doravante o embate principal se travará entre o PD e Miguel Costa.¹⁸⁷

Estado do Rio Grande do Sul com as conhecidas peculiaridades, logo se tornaria outro problema. Ao final de 30, João Neves já renunciava o rompimento do Partido Libertador e do PD com o Governo Provisório. Segundo o relato de Góis Monteiro, Vargas lhe dizia “que a Frente Única do Rio Grande do Sul o considerava como um simples delegado seu para governar o Brasil”; os fatos lhe darão razão.¹⁸⁸ Ao final de março, Borges de Medeiros recomendava a Aranha apressar a volta do regime constitucional.

Hélio Silva mostra que, ao início de junho, Borges, Raul Pila, João Neves e o interventor Flores da Cunha trocam cartas, todos com opinião favorável à constitucionalização. Em julho, Pila escreve a Aranha, para transmitir a orientação a ser adotada em face da situação do país: constitucionalização urgente.¹⁸⁹

¹⁸⁴ AN-AGM - cópia do manifesto, sem data.

¹⁸⁵ AN-AGM – “Grita em São Paulo” - Boletim do Comando da 2 RH (rascunho).

¹⁸⁶ HILTON, Stanley E. A Guerra Civil Brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 107.

¹⁸⁷ BORGES, Vavy. Op. cit., p. 41-43.

¹⁸⁸ SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p. 109; COUTINHO, Lourival. O General Góis Depõe. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955, p. 159.

¹⁸⁹ SILVA, Hélio. Ibid., p. 24-26, 171-173.

2. *Novos Interventores*

Integrantes do Clube 3 de Outubro manifestaram solidariedade a João Alberto. Da Bahia, o tenente Juraci Magalhães, um dos oficiais que substituíram Juarez Távora durante seu afastamento por doença, declarou que os interventores, “do Espírito Santo ao Amazonas”, estavam com João Alberto.¹⁹⁰ A substituição de interventores, a propósito, foi parte de um conjunto de medidas com que o Governo Provisório procurou alterar a correlação de forças, para enfrentar a investida das oligarquias pela constitucionalização, agravada pela tendência de aproximação, que se verificava, entre os libertadores gaúchos e setores do PRR (Partido Republicano Rio-grandense – facção do Partido Republicano no Rio Grande do Sul) e o PD de São Paulo.

No início do Governo Provisório, seis “tenentes” foram nomeados interventores, dos quais apenas três nos estados controlados por Juarez Távora. Durante seu prolongado afastamento, houve problemas em vários estados, resultantes, segundo o próprio Juarez, de desentendimentos entre interventores civis e jovens oficiais “revolucionários”.

No primeiro semestre de 1931, três interventores civis foram substituídos por militares, e um militar por um civil. No segundo semestre, esse número cresce bastante, pois só no mês de agosto foram quatro os civis que deram lugar a militares; em outubro, mais um.

Assim, treze dos vinte estados da federação eram governados por interventores militares; no Distrito Federal, no final de setembro, toma posse Pedro Ernesto, presidente do Clube 3 de Outubro e integrante do “grupo de comando”.¹⁹¹

Ao mesmo tempo em que nomeia os novos dirigentes estaduais, reforçando o poder do Governo Provisório para fazer frente à oposição das oligarquias dos estados mais fortes, em especial São Paulo e Rio Grande do Sul, Vargas cria, ao final de agosto, o Código dos Interventores, instituindo conselhos consultivos que limitam a autonomia

¹⁹⁰ Ibid., p. 174.

¹⁹¹ TAVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. vol. II, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976, p. 36-39; PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu Pai. Rio de Janeiro, Instituto Estadual do Livro, 2005, apêndice.

dos governos estaduais e municipais.¹⁹²

2.1. *Aumentam As Pressões*

Ainda no final de julho de 1931, Miguel Costa pede exoneração do comando da Força Pública Paulista (FPP) e reforma, pois acredita que esta sendo preterido, por almejar o Comando Militar da Região de São Paulo e por acreditar que o governo central esta desenvolvendo uma política muito branda em relação ao estado de São Paulo, devendo este sofrer uma intervenção militar dura e rápida; Góis Monteiro é informado por seu irmão Cícero Monteiro de uma conspiração no Rio de Janeiro, que tem Isidoro como chefe; Osvaldo Aranha corrobora a informação.¹⁹³

Em agosto, novos ingredientes insuflam a crise: um desentendimento entre Aranha e o ministro da Fazenda faz com que ambos ameacem demitir-se; ocorre a tentativa de golpe contra o governo mineiro e, como desdobramento, Aranha desentende-se com Francisco Campos e pede demissão; por conta de nova crise no Exército, devido às promoções, Góis pede reforma.¹⁹⁴

As demissões dos ministros e o afastamento dos líderes militares não se consumam; ao cabo, apenas Francisco Campos é afastado. Ainda assim, este foi, por certo, um dos momentos difíceis do Governo Provisorio, mesmo que se considerem essas ameaças de demissão como parte do teatro da política de então. Getúlio Vargas registra, em seu *Diário*, a pressão dos líderes riograndenses Borges de Medeiros e Raul Pilla pela Constituinte imediata, bem como o descontentamento do I Exército com esse açodamento dos políticos e o apoio do ministro da Guerra e do grupo de comando.¹⁹⁵

Em carta a Borges, Vargas tenta administrar a pressão: “O apoio do Rio Grande é a condição da minha permanência no Governo...eu quero começar a reconstitucionalização, mas tenho que agir lentamente por causa de certos elementos

¹⁹²CARONE, Edgard. O tenentismo. Rio de Janeiro, Difel, 1975, p. 374-381.

¹⁹³AN-AGM - carta de Cícero a Góis, de 29/07/31. Carta de Miguel Costa a Góis Monteiro e a Getúlio Vargas em 15/07/31.

¹⁹⁴SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p. 181-185, 202-204, 206.

¹⁹⁵ VARGAS, Getúlio Dorneles. Op. cit., vol. 1., p. 68-70.

militares .”¹⁹⁶

Góis Monteiro utilizou-se de três cartas para comunicar sua decisão de se retirar da atividade política e militar. As enviadas a Vargas e Aranha têm pouco interesse. Na endereçada ao ministro Leite de Castro, afirma que a revolução desviou-se dos seus rumos e que estavam, então, em situação pior que antes de outubro de 30; que o Exército e a Nação estavam divididos em facções e ele se sentia reduzido à impotência. Reclama, a seguir, da injustiça nas promoções - inclusive a sua própria - e adverte para a necessidade de tornar o Exército homogêneo.¹⁹⁷

O mesmo discurso pessimista está presente em duas outras cartas, escritas menos de um mês depois, a seu irmão Cicero; a informalidade permite um tom ainda mais dramático. A situação é caótica, as questões essenciais não foram resolvidas e o governo não age, se enfraquece, perde-se a confiança e fica-se à mercê do imprevisto.

De São Paulo, pede que seu irmão Cicero, no Rio de Janeiro, exponha a situação a Getúlio Vargas, ministros militares, Osvaldo Aranha e Juarez Távora, e reclama medidas drásticas. Enumera, a seguir, as diretrizes programáticas essenciais, coerentes com outras tantas formulações já expostas: dar uma estrutura forte ao governo; formar um partido nacionalista, com elementos selecionados, que discipline as massas; organizar o Exército em bases sólidas, pelo saneamento do pessoal e aquisição do material necessário; polícia que assegure medidas de prevenção e repressão; combater o inimigo plutocrata e extremista; e abordar decididamente o problema econômico e as demais questões vitais.¹⁹⁸

Essas cartas ajudam a esclarecer uma diferença importante entre as práticas políticas de Getúlio Vargas e Góis Monteiro: enquanto o primeiro procrastina, valorizando a “lógica dos acontecimentos”, o segundo considera que isso é ficar “à mercê do imprevisto” e “reclama medidas drásticas”.

Vargas registra, em seu *Diário*, a apreensão de Góis com “informes sobre entendimentos dos legionários de Minas Gerais e São Paulo com as respectivas forças públicas para formar uma organização hostil ao governo” e providências junto ao ministro da Guerra para reforçar o Exército nos dois estados. Vargas relata que reuniu o

¹⁹⁶ Carta de 29/08/31 , Apud SILVA, Hélio, 1931. Op. cit., p. 212.

¹⁹⁷ GV 31.08,18

¹⁹⁸ AN-AGM - cartas de Góis a Cicero, de 12 e 14/09/31, Góis diz que a segunda carta complementa a primeira.

grupo de comando e recebeu apoio para a medida de estabelecer a preponderância do Exército nos dois estados, para depois agir.¹⁹⁹ Pedro Ernesto é nomeado interventor no Distrito Federal e Cordeiro de Farias chefe de polícia de São Paulo.

A resposta pública de Vargas ao recrudescimento da crise foi dada por um discurso e um manifesto. O manifesto à nação, lido em sessão solene no Teatro Municipal, no transcurso do primeiro aniversário da “revolução”, é um longo texto em que Vargas presta contas de um ano de Governo Provisório.

O discurso, lido a 20 de setembro, por ocasião de almoço na ABI, também nada teria de especial, se Vargas não o tivesse utilizado, por “senso de oportunidade”, para falar “sobre o controvertido assunto da constitucionalização do país”. Ela “virá a seu tempo”, repete, “naturalmente, como termo final de uma série de atos preparatórios, que a devem anteceder.”²⁰⁰

O primeiro passo acabara de ser dado, com a entrega, pela comissão, do projeto de reforma eleitoral. É digna de nota a habilidade com que Vargas passa, então, a descrever a morosidade do transcorrer das etapas subsequentes, para concluir que não é possível estabelecer uma data para a conclusão do processo, pois ele deve obedecer à “lógica dos acontecimentos”. Antes de concluir, lembra-se do contraponto, que não deve faltar: os fatos “hão de desfazer os equívocos suscitados, diluindo-se a resistência de uns e o açodamento de outros”. A revolução não tem donos: “Iludem-se os que supõem, por terem preparado e desencadeado um movimento revolucionário, possuir o poder de enfeixá-lo entre as mãos.”²⁰¹

Simultaneamente ao jogo político que envolvia os "revolucionários" e a oposição oligárquica, O Exército vivia o clima de instabilidade a que já fiz referência. A hierarquia e a disciplina continuavam comprometidas, pelos oficiais “revolucionários” que ocupavam cargos na administração pública entre outros fatores .

Também em outubro é divulgada uma proclamação intitulada “União da Classe Militar”, cuja autoria é atribuída a um grupo de oficiais de média patente - majores e

¹⁹⁹ VARGAS, Getúlio Dorneles. Op. cit., vol. 1., p. 73-75. AN-AGM - anotação de Gois em um envelope.

²⁰⁰ VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado no almoço da ABI, em 20 de setembro de 1931. In. *A nova política do Brasil*. Op.cit. vol. I. p. 137-147; _____ Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 03 de outubro de 1931. Ibid. p. 149-254.

²⁰¹ VARGAS, Getúlio. Discurso pronunciado no almoço da ABI, em 20 de setembro de 1931. In. *A nova política do Brasil*. Op.cit. vol. I. p. 137-147; _____ Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 03 de outubro de 1931. Ibid. p. 149-254.

capitães. O grupo tem por lema “Paz, União e Trabalho” e defende o apoio aos chefes, a disciplina rigorosa, maior contato com a tropa para evitar que se infiltrem “teorias que tendem para a anarquia social”, combate à interferência dos militares na política e na administração civil, lutar pelo saneamento do pessoal, por uma nova lei de promoções e pela difusão dos ensinamentos da Missão Francesa. Cerca de dois meses antes, um dos signatários havia escrito a Bertholdo Klinger, expondo suas ideias e solicitando opinião e orientação.²⁰²

Klinger havia sido promovido a general, mas afastado para um comando em Mato Grosso. Em oposição ao grupo “revolucionário”, proibiu seus comandados de se filiarem ao “famigerado” Clube 3 de Outubro. Ao final de novembro, divulga-se outro documento, que ficou conhecido como “carta dos generais”, de apoio à “União”. A intenção era obter consenso entre os generais, mas apenas cinco - Klinger e Mena Barreto entre eles - assinaram o documento. O movimento não foi adiante, mas foi utilizado pela oligarquia paulista para uma primeira aproximação com os militares dissidentes.²⁰³

2.2. *Ofensiva Paulista*

A origem da crise seguinte foi, ainda uma vez, a política paulista. O novo interventor de São Paulo, desde o final de julho de 1931, é o magistrado Laudo de Camargo - o qual substitui João Alberto como interventor- que tenta afastar Miguel Costa²⁰⁴ da Secretaria de Segurança Pública.

Camargo renuncia e, em consequência, também o ministro da Fazenda José Maria Whitaker, os presidentes do Banco do Brasil e do Conselho Nacional do Café, entre outros, no que ficou conhecido como a “retirada dos paulistas”. O coronel Manuel

²⁰²“União da Classe Militar”. Apud GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. *A Revolução de 30: textos e documentos*. vol II., Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1982, p., 206. Carta de José Faustino dos Santos a Klinger. Ibid., p. 203.

²⁰³BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *DHBB Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, FGV/CPDOC-FINEP, 1984 -verbete Klinger - <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>; FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1997, p. 73; FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989, p. 210-212.

²⁰⁴ VARGAS, Getúlio Dorneles. Op. cit., vol. 1., p. 78. SILVA, Hélio. Ibid., p. 236-237.

Rabelo assume interinamente a interventoria, com o apoio de Miguel Costa, Góis Monteiro e João Alberto. Esse é o panorama geral da política paulista, ao final de 1931.²⁰⁵

A nova crise em São Paulo contribuiu para que aumentasse a pressão dos líderes gaúchos sobre Vargas. Borges de Medeiros e Raul Pilla reuniram-se e enviaram duas cartas a Vargas. A primeira, referida como “uma nota”, pede pressa na constitucionalização; critica a “ascendência” de alguns elementos das “classes armadas” na política estadual - principalmente no Norte - e nacional; e recomenda que o novo interventor em São Paulo seja um civil, entre outros pontos. A segunda carta, também assinada por Flores da Cunha, afirma que o ministro Lindolfo Collor, do Trabalho, relatou existir uma campanha política contra ele.

Nessa missiva ele deixa claro que a exoneração de Collor implicaria o rompimento da Frente única Gaúcha e isso levaria o interventor Flores da Cunha a abandonar o cargo, com “graves consequências” nas relações com o Governo Provisório. Em anexo, há um cronograma com datas precisas e instruções para o processo de constitucionalização, e uma recomendação para a substituição gradual dos interventores. A Frente única, como se vê, continuava a tratar Vargas como delegado seu, pretendia tutelar o governo, fazia ameaças e solidarizava-se com São Paulo.²⁰⁶

O chefe do governo provisório concilia com o Rio Grande do Sul, nomeando Maurício Cardoso para a pasta da Justiça e conseguindo manter Aranha na Fazenda, que assumira interinamente; e com Minas, aceitando o retorno de Francisco Campos para a Educação e contornando pedido de demissão do ministro do Exterior, Afrânio de Melo Franco. Também o ministro da Marinha pedirá demissão, mas continuará no cargo por todo o Governo Provisório.

Em dezembro, Vargas recebe carta de Juarez Távora, solicitando a extinção da Delegacia Militar do Norte e sua dispensa das funções de delegado. Considera cumprida sua missão, com a criação dos Conselhos Consultivos e o predomínio da ordem na região. No comentário mais interessante da longa carta, Juarez manifesta mudança de opinião, ao afirmar que, “ao contrário do que se tem pregado ultimamente”, o lugar do

²⁰⁵ SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p. 217-224. BORGES, Vavy. Op. cit., p. 44-45. DHBB, verbete Miguel Costa.

²⁰⁶VARGAS, Getúlio Dorneles. Op. cit., vol. 1., p. 79-81. HILTON, Stanley. Op. cit., p. 113. SILVA, Hélio. Ibid., p. 229-234.

soldado, nesta hora, não é apenas na tropa, mas, de acordo com as circunstâncias, à frente de qualquer posto, “onde mais eficientemente possa servir ao seu País”. Vargas atendeu à solicitação, mas sugeriu a Juarez uma última viagem de inspeção, para transmitir ao governo “as impressões mais recentes” e “as necessidades e aspirações mais urgentes”.²⁰⁷

Também em dezembro, Osvaldo Aranha transmite a pasta da Justiça a Maurício Cardoso, buscando, em seu discurso, fortalecer a posição do governo. Lembra que a Revolução não se esgotou com a etapa das armas, é preciso fazê-la no poder. O governo provisório é uma expressão passageira da Revolução; entre os que querem retardar a constitucionalização e os que querem apressá-la, “o Governo exerce a sua função de moderador”.²⁰⁸ Ainda nos últimos dias desse ano de tanta turbulência política, o Clube 3 de Outubro divulga um manifesto que é premonitório do que serão os primeiros meses de 1932.

O objetivo é justificar à Nação a postura contrária à imediata constitucionalização do país. “Os arautos do constitucionalismo açodado (...) não definem, de modo satisfatório, a constituição que querem”, mas o Clube está em condições de dizer “o que quer que a constituição seja.” O Clube quer a constituição, mas não qualquer uma. Enquanto o “prurido constitucionalista” refletir ambição de poder e ânsia de volta ao passado, o Clube e os revolucionários “lutarão intransigente e implacavelmente, até o sacrifício”, a fim de que não se adote uma constituição qualquer para o país.²⁰⁹

Prossegue a ofensiva paulista - apoiada pela pressão dos líderes rio-grandenses - pela Constituinte imediata e a substituição do interventor interino, coronel Rabelo. Logo em janeiro de 1932, o PD divulga um manifesto rompendo com o Governo Provisório. O texto revela o temor de que o prolongamento da ditadura possa criar condições para que, na Constituinte, vençam “as ideias subversivas”; revela, também, preocupação com o bloco das interventorias do Norte, contrapondo-se ao Sul e à campanha constitucionalista.

Imediatamente, o PRP rompe o silêncio e lança outro manifesto, defendendo o

²⁰⁷ Ambas as cartas em TÁVORA, Juarez, Memórias, 2 vol. Op. cit., p. 39-42.

²⁰⁸ Discurso de Aranha, de 21/12/31, Apud *A Revolução de 30: textos e documentos*, vol. II. Op. cit., p. 43-59.

²⁰⁹ Manifesto à Nação, publicado em *A Razão*, de 27/12/31. Apud CARONE, Edgard. O Tenentismo, Op. cit., p. 381-383 (os grifos são do texto, como reproduzido por Carone).

regime constitucional, republicano e federativo. Em fevereiro, PD e PRP formará a Frente Única Paulista (FUP), anunciada como união em torno de dois problemas: “a pronta reconstitucionalização do País e a restituição a São Paulo da autonomia (...)”.²¹⁰

O Partido Libertador do Rio Grande direciona sua crítica, manifestando-se contra “os homens que se arrogam o direito de dominar São Paulo (...) com esses será impossível o acordo, porque seu interesse é que o acordo não se faça”; mas também contra os homens estranhos a São Paulo que, dizendo agir em nome do Governo Provisório, interfere na política paulista. “Fácil e imperioso” é contentar a opinião pública do estado. Poucos dias depois, o Diretório do partido renova sua solidariedade ao PD e ao povo paulista.²¹¹

Vargas responde a uma carta de Raul Pilla, defendendo-se dos ataques dos paulistas e reafirmando, com disposição aparentemente imperturbável, que seu governo é transitório e “a Constituinte virá pela própria lógica dos acontecimentos”.²¹² Também do Rio Grande, chega a Vargas, por Flores da Cunha, uma carta do capitão Alcides Etchegoyen, manifestando-se contra “a volta imediata ao regime constitucional sem medidas acauteladoras”, mas também contra o retardamento do processo. Vargas entende a carta como “favorável à Constituinte”.

A longa resposta de Vargas ao “tenente” confirma o prestígio desse oficial que, ao início do Governo Provisório, fora designado “delegado militar revolucionário” junto à 3ª RM pelo chamado pacto de Poços de Caldas, como se viu.²¹³

Na data do aniversário de fundação da cidade de São Paulo, os organizadores da campanha por “autonomia e constitucionalização” promovem um grande comício e ocorrem manifestações separatistas e violência da parte de elementos exaltados. Góis Monteiro que no início de janeiro já havia ensaiado outra demissão, dá sinais de que a contínua crise estava comprometendo seu equilíbrio e expede uma bombástica e agressiva Ordem do Dia para as tropas federais da Região; ameaça atacar as forças separatistas. Dias depois, Góis pronuncia-se, em entrevista, com mais sensatez, afirmando que “não há solução que sirva”; o candidato de qualquer dos grupos não é

²¹⁰ SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p, 244-246 e 276. VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol. I. Op.cit.,p. 87-88.

²¹¹ SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p, 244-246 e 276

²¹² SILVA, Hélio. Ibid.,p. 247, 263, 265-269. VARGAS, Getúlio Dorneles. Ibid., p. 89.

²¹³ VARGAS, Getúlio Dorneles. Op. cit., vol. 1., p. 89. SILVA, Hélio, ibid., p. 257, 269-273.

aceito pelos demais; “ninguém serve”.²¹⁴

Embora João Alberto (25 de novembro de 1930 - 25 de julho de 1931) e Miguel Costa manifestem-se a favor da continuação do coronel Manuel Rabelo, como interventor (13 de novembro de 1931 - 7 de março de 1932), Getúlio Vargas mostra-se sensível às pressões crescentes dos políticos paulistas e gaúchos e às providências de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, decidindo-se, ao final de fevereiro de 1932, por Pedro de Toledo (7 de março de 1932 - 10 de julho de 1932 [como interventor indicado pelo Governo provisório de Getúlio Vargas]/ 10 de julho de 1932 - 2 de outubro de 1932 [como “governador” do Estado de São Paulo escolhido pela elite política paulista durante a Guerra Civil]), paulista, advogado, afastado da vida pública. Além disso, é finalmente promulgado o Código Eleitoral, passo inicial para a constitucionalização, que trouxe inovações relevantes, como o voto secreto e obrigatório, o direito de voto das mulheres, a representação profissional e a criação da Justiça Eleitoral.²¹⁵

A simultaneidade das duas notícias tinha um peso político significativo, pois atendia, em parte, às reivindicações dos paulistas, reduzindo a substância de suas críticas ao governo de Vargas; diminuiria, também, a pressão dos líderes gaúchos, pela mesma razão. Vargas, apoiado no cumprimento de duas promessas, poderia continuar a procrastinação, administrando as forças em conflito.

2.3. *Reação do Clube 3 de Outubro*

A própria dinâmica da crise, entretanto, impediu que o governo de Vargas se beneficiasse do momento favorável criado pelas duas medidas. No dia seguinte, militares do Exército e da Marinha atacaram a sede do *Diário Carioca*, depredaram as oficinas e feriram alguns trabalhadores. Há diferenças entre as versões sobre o ato, mas é importante registrar que o jornal fazia forte oposição ao Clube 3 de Outubro, o que me parece ter sido a principal causa do incidente, e não uma reação às últimas medidas do governo. Em seu *Diário*, Vargas registrou: “o ministro da Guerra declara que não pode conter os oficiais, dispostos a atacar outros jornais se continuarem a campanha de desprestígio ao governo e o ataque às classes militares (...)”; essa nota

²¹⁴CARONE, Edgard. O Tenentismo. Op. cit., p. 209-210. SILVA, Hélio. Ibid., p. 261-262, 275.

²¹⁵FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30, Op. cit., p. 158.

parece esclarecer a questão.²¹⁶

A maioria das versões considera que a ação foi planejada em reunião do Clube. Vargas confirma, ao comentar seu encontro com Pedro Ernesto: “achei-o insensível e parece que até convencido de que praticou um ato louvável”. Anota, ainda, que a opinião pública estava contra o interventor e o Clube. Mais uma confirmação vem do pronunciamento de Luzardo, chefe de Polícia, segundo o qual o ministro da Guerra disse a Vargas que “os rapazes fizeram ao *Diário Carioca* o que eu faria se tivesse 20 anos menos (...)”. Outra versão, de Augusto do Amaral Peixoto, atribui a ideia a oficiais do Exército, do 19^a Regimento de Cavalaria.²¹⁷

O caso rendeu ainda outro registro importante no Diário de Vargas: “tenho de me decidir entre as forças militares que apóiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado mesmo por estes contra o governo”; refere-se aos inquéritos abertos e considera-se “numa encruzilhada”.²¹⁸

Está claro, pois, que a crescente pressão vinha acentuando a dependência mútua entre o Governo Provisório e as Forças Armadas. O fato em si, realçado pela relutância em punir os responsáveis, consumiu o ganho político que Vargas havia conquistado e deu novo ímpeto à oposição paulista, que se tornava incondicional; os gaúchos, ao promoverem uma demissão coletiva - Cardoso, Lindolfo Collor, Luzardo e João Neves - quase imediatamente, pareciam trilhar caminho semelhante, devido ao afastamento do apoio da elite política paulista, a qual precisava o chefe do Governo Provisório, a tomara ações mais duras contra os movimentos conspiratórios em São Paulo e a definir diretrizes mais claras de governo. ²¹⁹.

No início de março, Vargas veraneava em Petrópolis e recebeu uma caravana do Clube 3 de Outubro, “com mais de quarenta carros e duzentos sócios”, para entregar-lhe “moção contrária à Constituinte e de apoio integral ao seu governo”.

O registro menciona “grande manifestação” de “solidariedade com a ditadura”.²²⁰ Ao agradecer, Vargas faz crítica severa a seus opositores, que buscam

²¹⁶ VARGAS, Getúlio Dorneles. A nova política do Brasil, Op.cit. vol. II, p, 53-60.

²¹⁷ Ibid., p. 159-161, VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol. I. Op. cit., p. 92-93.

²¹⁸ VARGAS, Getúlio Dorneles. Ibid., p. 92.

²¹⁹ Maurício Cardoso e Lindolfo Collor ocupavam as pastas da Justiça e do Trabalho, respectivamente; Batista Luzardo era chefe de Polícia do Distrito Federal e João Neves da Fontoura consultor jurídico do Banco do Brasil.

²²⁰VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol. I. Op. cit., p. 94.

voltar ao antigo mandonismo, pretendendo dirigir o governo, com a colaboração de “asseclas” na imprensa. A volta ao regime constitucional virá, “orientada pelo governo revolucionário, com a colaboração direta do povo e não em obediência à vontade exclusiva dos políticos (...)” É preciso que “os elementos, civis ou militares, que fizeram a Revolução se unam contra a obra (...) dos adversários da véspera.” Adverte, porém, que não pode “concordar com a prática de violências de quaisquer origens”. O governo não deverá tornar-se “prisioneiro de qualquer partido, classe ou facção”.²²¹

O discurso, dirigido, em momento delicado, a corresponsáveis pelo ato que provocou novo acirramento da crise, mostra que Vargas não aprovou o ataque, embora endosse as críticas que lhe deram origem. Pede união contra os opositores, mas ressalta que não será marionete de uns ou outros. Elogia, ainda, a iniciativa do Clube de divulgar seu programa e incita seus membros a prosseguir na “propaganda pacífica” de suas idéias.

O programa a que se refere Vargas é o “*Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*”, elaborado por uma comissão designada pela Assembleia Geral Extraordinária de dezembro de 1931. A comissão era integrada por quatro membros: dois militares, o capitão Estênio Albuquerque Lima, participante do movimento tenentista desde 1922, e o capitão-tenente Augusto do Amaral Peixoto, que se integrou ao movimento a partir da sublevação no encouraçado São Paulo, ao final de 1924; e dois civis, Abelardo Marinho, médico, iniciado na política durante as “salvações”²²² e participante de articulações das revoltas tenentistas, e Valdemar Falcão,

²²¹VARGAS, Getúlio Dorneles. Discurso de agradecimento à manifestação de integrantes do Clube 3 de Outubro. _____ A nova política do Brasil, Op.cit. vol. II, p, 13-19.

²²²A política das Salvações foi implantada por Hermes da Fonseca, originalmente contra a "campanha civilista". Consistia em promover intervenções militares. Começaria em São Paulo, o que não se conseguiu realizar, para enfraquecer os cafeicultores. Com o fracasso em São Paulo, o general Mena Barreto assumiu o governo de Pernambuco. Esses golpes repetiram-se no Ceará e Alagoas. O governo acreditava que, dessa forma, moralizaria o país. O governo colocava interventores militares ou civis apoiados pelo Exército em substituição às oligarquias dominantes. Mas o sucesso das intervenções abalou as bases governistas, acabando por enfraquecer Hermes da Fonseca. A "política das salvações" apenas substituiu o poder de velhas oligarquias por outras, e o projeto original de "moralizar os costumes políticos e reduzir as desigualdades sociais" não se realizou. Ainda, a política não funcionou em algumas regiões por resistência da população. O caso mais famoso ocorreu no Ceará, onde o padre Cícero Romão Batista, interessado em fazer alianças com fazendeiros poderosos, impediu as ações, colocando o povo contra o governo. Para maiores informações vide CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados - o Rio*

advogado e professor, que apoiou o movimento de 30.

Os civis eram os mais velhos do grupo, foram ambos constituintes em 34 e Falcão foi ministro do Trabalho no Estado Novo, Curiosamente, à exceção de Augusto, os outros três eram cearenses.²²³ Nenhum dos principais líderes do movimento tenentista integrava a comissão; sua constituição era representativa do quadro social do Clube à época.

Divulgado pela imprensa no início de março, o Esboço foi submetido ao plenário da I Convenção Nacional do Clube, realizada de 5 a 9 de Julho. Segundo Juarez, que relata ter participado ativamente do encontro, quase todas as teses foram aprovadas. No dia 9, entretanto, teve início a “revolução” de São Paulo, que interrompeu as atividades do Clube. Se o novo Código Eleitoral e o decreto de maio - que criou a comissão para elaborar o anteprojeto de Constituição e estabeleceu a data de 3 de maio de 1933 para as eleições - já haviam começado a debilitar a posição do Clube, após a “guerra paulista” as atenções voltaram-se para a política partidária, tendo em vista a Assembleia Nacional Constituinte. Reestruturado, o Clube apresenta composição diversa, com apenas cerca de 11% de militares e nova orientação.

As propostas do Esboço tendem a diluir-se entre tantas outras, na elaboração da nova Carta.²²⁴ Entendo que não cabe elaborar, neste trabalho, um estudo detalhado do Esboço. Ainda assim, é de interesse apresentar um resumo de suas propostas.²²⁵

A Nacionalidade será um conjunto homogêneo, com estrutura político-social livre de interferências estranhas à sua índole. O regime será presidencialista e o Poder Executivo terá funções unicamente administrativas; a continuidade da administração pública será assegurada por conselhos técnicos. O Legislativo será constituído pelos representantes da Nação, organizada em partidos políticos, associações profissionais e

de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

²²³ Fonte DHBB.

²²⁴DHBB, verbete Clube 3 de Outubro. TÁVORA, Juarez. Memórias, 2 vol. Op. Cit., p. 64. FORJAZ, Cecília. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30, Op. cit., p. 136.

²²⁵O Esboço do programa revolucionário de reconstrução política e social do Brasil, pode ser encontrado em duas partes publicadas em A Revolução de 30 - textos e documentos. Vol. 1, p. 84-87; vol. II, p. 97-104. FORJAZ (Ibid., p, 89-94) apresenta um resumo das propostas econômicas e sociais; para a perspectiva política, utiliza-se (ibid., p. 69-88) de um modelo de Bolívar LAHOUNIER intitulado “Ideologia de Estado”, exposto na nota crítica Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação In HGCB, vol. IX, p. 343-374.

instituições culturais. As eleições serão diretas apenas ao nível municipal. O voto do eleitor será secreto, quantitativo enquanto cidadão e qualitativo conforme a associação ou instituição a que pertencer. A Justiça será independente e intangível, homogênea em todo o país, acessível “às classes humildes e desfavorecidas, ao operariado das cidades e dos campos”.

A economia deve ser racionalmente organizada e planejada, para permitir melhor e mais justa distribuição da riqueza. O trabalho é o principal fator de produção. O capital, imprescindível à atividade econômica, será considerado útil quando socialmente produtivo. O direito de propriedade será reconhecido e regulado, conforme a finalidade social. O governo deve reduzir ao mínimo os latifúndios; estimular e proteger a pequena propriedade, rural e urbana; tributar as terras de maior valor e as heranças; nacionalizar o mais possível as riquezas naturais; incentivar indústrias que empreguem matéria-prima nacional e produzam gêneros de primeira necessidade, criar a indústria siderúrgica. Nas finanças, o equilíbrio orçamentário será norma, bem como a fiscalização do emprego do dinheiro público. Só a União poderá contrair empréstimos externos.

A organização social deve “anular a influência das classes improdutivas e parasitárias, fortalecer as produtoras e fazer preponderar as trabalhadoras”, de modo a evitar a exploração de uma classe pelas outras e fazer diminuir ou desaparecer as injustiças sociais. Deverá ser criada legislação que defenda os direitos do trabalhador e sua participação nos lucros. Cumpre aos governos assegurar o direito à educação, reorganizar os serviços de saúde pública e organizar os de assistência e previdência sociais. Haverá independência entre religião e Estado.

A Defesa Nacional estará a cargo de uma organização militar única e nacional, formada por um Exército e uma Marinha, sob a supervisão administrativa de um Conselho Técnico de Defesa Nacional. A essa organização militar caberá à missão de garantir a ordem e assegurar o cumprimento das leis, no país, defendendo as instituições, mantendo a unidade nacional e velando pela integridade da Pátria e pelo respeito à sua soberania. O Exército assumiria, por tanto, o comando das polícias militares estaduais.

Em síntese, é proposto um governo nacionalista, centralizado, em que há primazia da racionalidade técnica sobre a política. O Estado dirige a economia e também a sociedade, que deve ser homogênea, com ênfase na justiça social, na

valorização do trabalho e nos direitos do trabalhador, ressaltando, porém, a eliminação das interferências estranhas à índole nacional. Há clara preocupação com a questão da posse e do uso da terra. Merece destaque a separação entre religião e Estado e a integração das Forças Armadas. A velha fórmula “representação e Justiça” estão contempladas.

A leitura do Esboço, em alguns momentos, remete aos objetivos reformistas do governo de Floriano e, mesmo, a traços do jacobinismo; a revolução como missão da vanguarda militar²²⁶ e o moralismo, como também a prática às vezes truculenta, são exemplos. Julgo, entretanto, que as preocupações sociais vão além, indicando que o Clube não era, de fato, uma organização constituída apenas por “tenentes”, mas havia incorporado outras visões de mundo, como indicam a composição do quadro social e a da própria comissão que elaborou o texto.

Em janeiro de 32, Juarez parte para a última viagem de inspeção ao Norte, por solicitação de Vargas. Ao início de fevereiro, homenageado em Manaus, expõe suas ideias, “repetidas em quase todas as oportunidades que tive de falar em público”. Faz referência ao trabalho da comissão que, no Clube, preparava o Esboço, para submeter ao país antes da convocação da Constituinte, que todos desejam, mas que deve vir sem açodamento; e ressalta: “incluo-me entre os que acreditam que ainda é benéfica para o país a ação da ditadura”.²²⁷ Concluída a viagem, Juarez elaborou, em abril, o relatório solicitado por Vargas. Considera bastante animadora a situação dos estados, carecendo, pois, de fundamento a campanha movida, no Sul contra sua administração; parece não considerar que essa campanha tinha objetivos claramente políticos. Comenta, ainda, com certa ingenuidade, a questão central da política interna naquele momento: à volta ao regime constitucional. Afirma que caberia, aos adeptos das eleições imediatas, “ajudar o poder discricionário a cumprir, o mais rapidamente possível, sua tarefa” revolucionária. Na verdade, sabe-se que, a esses, era o que menos interessava, pois fortaleceria o governo para a eleição.

Por fim, Juarez apresenta a Vargas uma lista de “problemas fundamentais” que o governo deveria encaminhar à futura Constituinte, através do anteprojeto a ser elaborado, “sob pena de ter falhado à sua finalidade”. Os principais são: (1) independência do Poder Judiciário e unificação da Justiça; (2) uniformização do ensino

²²⁶A expressão é de FORJAZ (ibid., p. 78).

²²⁷ TÁVORA, Juarez, Memórias, 2 vol, Op, cit., p. 43-44.

público; (3) racionalização do sistema tributário; (4) instituição de órgãos técnicos autônomos, para planejar e dar continuidade à atividade governamental; (5) nacionalização das minas e das quedas d'água. À exceção do último, todos os outros pontos já estavam presentes no ideário de Juarez Távora antes do movimento de outubro; estão, também, entre as propostas do Esboço. Chama a atenção, porém, que nenhuma dessas propostas envolvendo preocupações sociais tenha sido mencionada.²²⁸

²²⁸ Ibid., p. 46-49.

2.4. A Tentativa de Góis Monteiro

De volta à crise paulista, acirrada após o ataque ao *Diário Carioca*, ocorre séria divergência entre Góis e Miguel Costa, registrada por Vargas. Góis fazia restrições à atuação política de Miguel, que “fundara a Legião de Outubro com traços muito vermelhos”, como assinala em seu depoimento. No início de março, os dois lideram uma efêmera Frente Única Revolucionária, mas logo entram em confronto, que teria decorrido de uma carta de Miguel Costa a Juarez Távora, em defesa da Legião, acusada de se voltar contra os militares. Em entrevista considerada violenta, Góis acusa os grupos que compõem a Legião de ser causadores de toda a crise paulista, de serem “internacionalistas” e acrescenta: “enganam-se os que pensam que o general Miguel Costa tomará conta de São Paulo e do Brasil.”²²⁹

O conteúdo essencial da entrevista de Góis é o mesmo de um documento, também de março, em que reafirma que a situação do Exército e do país se deve aos governos da República oligárquica; que a Revolução foi feita para mudar essa situação, mas não consegue avançar devido a São Paulo, que a “camorra” quer dominar, para criar o “partido soviético” e transformar a Força Pública em “exército vermelho”, a seu serviço.²³⁰

O interventor Pedro de Toledo também tem dificuldades com Miguel Costa, mas mantém boas relações com Góis, que tenta administrar a crise de São Paulo, sempre reafirmando seu apoio como interventor indicado pelo Governo Provisorio e tentando refrear o ímpeto das elites paulistas.

Em abril, Góis reúne-se com um grupo de representantes da Frente Única Paulista (FUP), todos filiados ao PRP ou ao PD. Reconhece o direito de São Paulo a se governar e credita que o caso paulista poderá ser resolvido se a FUP assumir a responsabilidade de governar o estado. Nesse caso, dispõe-se a servir de mediador entre a FUP e os governos federal e estadual e a garantir a estabilidade desse governo. Informa, ainda, que os oficiais sob seu comando, que ocupam postos na administração estadual, retornariam aos seus corpos, para que o governo pudesse ser organizado com

²²⁹ VARGAS, Getúlio Dorneles. *Diário Pessoal*, vol. 1. Op. cit., p. 96. COUTINHO, Lourival. Op. cit., p. 168. BORGES, Vavy. Op. cit., p. 49. CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. Op. cit., p. 211-212. SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p. 250.

²³⁰ AN-AGM - MONTEIRO, Góis. *Minha missão em São Paulo*. Texto de março de 1932, 6 p., incompleto.

ampla liberdade. Os representantes da FUP declaram aceitar assumir o governo do estado, “ressalvados os seus compromissos e pontos de vista doutrinários, referentes à autonomia de São Paulo, à volta do país ao regime constitucional e à inteira liberdade de organizar um governo (...).” Do encontro foi lavrada uma ata, encaminhada a Vargas, como confirma seu *Diário*.²³¹

Góis Monteiro certamente promoveu as reuniões com representantes da FUP movido pelas preocupações da cúpula governista – Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha em especial - com a crescente pressão dos líderes dos partidos gaúchos e informações de que conspiravam, com a FUP, para depor o governo. Só uma tentativa para evitar o confronto - ou uma manobra política não revelada - justificaria ceder integralmente às pretensões dos paulistas, que Vargas até então vinha adiando com aparente tranquilidade. Ainda no final de abril, Vargas reúne o “gabinete negro” Góis “expõe sua atuação em São Paulo e justifica sua conduta. Aprovada quanto às intenções”, decide o “conselho” adotar medidas de âmbito nacional sobre a constitucionalização e dar liberdade ao interventor de São Paulo para recompor seu governo, “sem reconhecimento oficial da Frente Única”, o que equivalia a ceder sem entregar o poder estadual à FUP.²³²

Conforme um memorando do comandante da 2ª RM (Góis) aconselha todos os oficiais que ocupam cargos administrativos em São Paulo a retornarem ao Exército. Em seu memorial, Góis relata que Vargas estava decidido a aceitar o acordo, mas fora pressionado por Miguel e o coronel Rabelo, apoiados por elementos do Clube 3 de Outubro, e ficou indeciso. Duas cartas parecem confirmar a versão: a primeira, de Miguel, que diz ter sido informado “por uma comissão” integrada por Rabelo, Juarez e Ari Parreiras de que Góis lhe fizera sérias acusações; a outra, de João Neves, referindo-se aos militares “esquerdistas” - provavelmente os ligados ao Clube - como “nossos adversários”, relata que “capitaneados pelo Juarez Távora, organizaram um *complot* para tirar o Góis Monteiro da Região Militar, galvanizar Miguel Costa, substituir o Pedro de Toledo”. O caso de São Paulo havia, portanto, produzido uma divisão no

²³¹AN-AGM - Cópia da Ata da reunião de Góis com os representantes da FUP, de 18/04/32, à qual está anexada uma Declaração, de 21/04, assinada por Paulo de Moraes Barros, na qualidade de diretor do PD e militante da FUP, que se refere às “duas primeiras reuniões convocadas pelo general Góis”, afinando que considera essencial para o entendimento a fixação de um prazo para o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, VARGAS, Getúlio. *Diário Pessoal*, vol. I. Op. cit., p. 102.

²³² VARGAS, Getúlio. *Ibid.*, p. 96-100, 102.

grupo de assessores mais próximos de Vargas, que tendia a negociar, como Aranha, José Américo e Góis, mas encontrava resistências nos ligados ao Clube.²³³

2.5. Conspiração Aberta

A crise política aproxima-se do período mais agudo. É preciso, porém, retroceder a março para acompanhar sua componente rio-grandense. Desde que renunciaram a seus cargos, João Neves e Lindolfo Collor conspiravam, buscando fortalecer a união contra o governo e fazer alianças. Em meados do mês, Assis Brasil escreve a Vargas, transmitindo suas impressões sobre a política do estado e também antecipando uma lista de sugestões, que ficou conhecida como “o heptágono”, elaborada pela Frente Única dos partidos (FUG), cujos sete pontos eram considerados “condições irredutíveis para a continuação da solidariedade” com o Governo Provisório.

Entre eles, um sobre a apuração das responsabilidades ao ataque ao *Diário Carioca* e outros dois sobre a nomeação da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição e o início do alistamento eleitoral. Na resposta, Vargas aprecia detalhadamente as sugestões, em tom conciliador, “aceitando-as, em tese, e fazendo objeções apenas quanto à forma de execução de duas”, como registrou em seu *Diário*.²³⁴

Logo, porém, chega uma carta dos líderes dos partidos, Borges de Medeiros e Raul Pilla, na linha das anteriores, ou seja, pressionando e pretendendo tutelar o governo. O próprio Vargas comenta: “com grande surpresa, recebo o *Heptágono* agravado com modificações e um preâmbulo de rompimento, agressivo e irritante, assinado por Borges de Medeiros e Raul Pilla. “Os termos fortes desse comentário, incomuns na linguagem de Vargas, mesmo em seu *Diário*, condizem com o teor da introdução da carta. Em telegrama ao interventor Flores da Cunha, Vargas firma posição: “nos termos em que essas declarações estão feitas não posso tomar conhecimento nem discuti-las.” Flores vem ao Rio, conversa com Vargas e Aranha e

²³³ AN-AGM - Memorando do Comandante da 2 RM, s/d. COUTINHO, Lourivai. Op. cit., p. 176, SILVA, Hélio. 1931. Op. cit., p. 349. SILVA comenta interessantes anotações de Vargas na margem, confinando as acusações de caráter político; FORJAZ, Cecília. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30. Op. cit., p. 165-166.

²³⁴ Carta de Assis Brasil a Vargas, de 15/03/32, apud SILVA, Hélio. Ibid., p. 308-310. Carta de Vargas a Assis Brasil, s/indic, de data, Apud SILVA, Hélio. Ibid., p. 314-319. VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol. I. Op. cit., p. 96-97.

tenta a reconciliação com os líderes gaúchos, mas esses se mantêm inflexíveis em relação à exigência do total cumprimento do heptágono. Flores ficou mal impressionado com a intransigência, segundo Vargas, que o nomeia seu representante para negociar com os líderes da FUG. Logo Aranha também viajará para o Rio Grande, com o mesmo propósito.²³⁵

No Rio Grande do Sul, diante da rigidez de Borges de Medeiros, Osvaldo Aranha rompe com o chefe de seu partido e adverte que, a partir de então, só seria guiado por sua própria consciência. A apreensão com a existência de conspiração contra o governo, que transmitiu a Vargas, era confirmada pelos fatos: os contatos entre as frentes gaúcha e paulista haviam se intensificado e Borges buscava aproximação com dissidentes mineiros liderados por Artur Bernardes. A perspectiva era de confronto, como assinalou João Neves, um dos principais conspiradores. “A São Paulo já não interessa apenas a realização do pleito. (...) deseja - mais do que uma eleição - uma verdadeira reparação pelas armas.”²³⁶

Na Capital Federal Getúlio Vargas nomeia Salgado Filho, gaúcho, que substituíra Luzardo interinamente na chefia da Polícia do Distrito Federal, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vago desde a renúncia de Collor; para o posto de chefe de Polícia é nomeado João Alberto. Assinala, em seu *Diário*, o bom entendimento político com os mineiros. No Exército, Vargas registra atritos do general João Gomes, contrário ao envolvimento dos militares na política, com o ministro Leite de Castro; pouco depois, sentindo-se desprestigiado, Gomes pede exoneração do comando da 1ª RM.²³⁷

Em São Paulo, no primeiro semestre de 1932, houve grande número de greves, principalmente na capital, consideradas “o elemento mais perturbador da ordem pública”. Em maio, ocorre uma greve de têxteis e indícios de que seus líderes pretendem promover união para uma greve geral. Um deles é ligado a Miguel Costa, o que vem a constituir novo argumento para acusá-lo de comunista. Miguel e a Legião - que havia sido transformada em Partido Popular Paulista (PPP) torna-se o inimigo principal da

²³⁵SILVA, Hélio. *Ibid.*, p. 311-314, 319-320, 327-329. VARGAS, Getúlio Dorneles. *Ibid.*, p. 97, 100, 102.

²³⁶HILTON, Stanley. *Op. cit.*, p. 129-132; SILVA, Hélio. *Ibid.*, p. 329-330, 343-344. A carta de João Neves, já citada, está em FORJAZ, Cecília., *ibid.*, p. 165.

²³⁷VARGAS, Getúlio Dorneles, *Diário Pessoal*, vol. I. *Op. cit.*, p. 100-103. FORJAZ, Cecília. *Ibid.*, p. 167-168. Carta de João Gomes a Vargas, de 20/05/32. Apud SILVA, Hélio. 1931. *Op. cit.*, p. 360-361.

FUP no plano estadual.²³⁸ Do Rio Grande, as perspectivas parecem mais animadoras, graças a empenho de negociação de Flores e Aranha. Ao final de abril, o primeiro informa que “tudo se poderá harmonizar, dependendo apenas do decreto marcando desde já o prazo para as eleições dos constituintes”, e da nomeação dos dois rio-grandenses - um de cada partido - para a comissão encarregada do anteprojeto. Logo ao início de maio, em reunião ministerial, Vargas lê o decreto que marca as eleições para 3 de maio de 1933 e cria a Comissão Constitucional. Fica combinada a leitura pública no dia 14, juntamente com um manifesto à nação.²³⁹

O longo manifesto tece considerações sobre a Primeira Republica, as origens do movimento de 30, situação do país ao início do Governo Provisório, a "herança calamitosa", o risco de restauração pela constitucionalização precipitada, a obra já realizada, o que resta fazer - com algumas concessões a objetivos do Esboço. Referências a discursos anteriores são utilizadas para demonstrar coerência no processo de retorno à normalidade constitucional. Ao observar que ninguém ousará invocar direitos em relação à revolução, para lhe imprimir rumos exclusivistas, dirige-se a políticos gaúchos, a membros do Clube 3 de Outubro, ao PD de São Paulo, a Miguel Costa ou a qualquer grupos ou pessoas que não aceitem o primado da centralização.²⁴⁰ Ao citar o último pronunciamento importante de Vargas antes do 9 de julho, é interessante mencionar um comentário de Góis Monteiro, em seu depoimento. Ao lembrar que “não havia, propriamente, um programa revolucionário”, assinala que também Vargas “não tinha um programa bem caracterizado, e só através dos seus discursos é que se poderiam coligir ideias preferenciais (...).”²⁴¹

O Clube continua manifestando-se e alimentando, com sua propaganda, a polarização que se estabelecera. Mostra que, mesmo tendo sido aprovado o Código Eleitoral e marcadas as eleições, as frentes únicas “continuam sua obra de agitação”, o que comprova que a insistência pela constitucionalização imediata não passava de

²³⁸BORGES, Vavy. Op. cit., p. 50-51.

²³⁹Telegrana de Flores a Aranha, de 28/04/32. Apud SILVA, Hélio, 1931. Op. cit., p. 347-348. VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol. I. Op. cit., p. 104.

²⁴⁰VARGAS, Getúlio Dorneles, A Revolução e o regime legal. Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932. In: _____. *A nova política do Brasil*. Op.cit. vol. II. p. 21-58.

²⁴¹COUTINHO, Lourival. Op, cit., p. 168,

disfarce para encobrir o verdadeiro intuito: a volta do “parasitismo político”.²⁴²

Também em maio, a questão das promoções de “picolés” e “rabanetes”, antigo fator de instabilidade no Exército, agravou-se e chegou ao noticiário, em momento delicado da crise política; era uma luta interna que repercutia na opinião pública, reforçando as críticas contra os “tenentes”. O problema foi solucionado com a criação de um quadro paralelo para os “picolés”, mas acabou por provocar a demissão do ministro Leite de Castro, cuja autoridade ficou muito comprometida pelos desdobramentos do caso.²⁴³ A situação exigia união dos grupos em disputa pelo poder (“rabanetes” e “picolés”) deveriam apoiar o governo e o ministro, todavia as ações adotadas davam tratamento privilegiado aos oficiais ligados ao Clube, o que apenas servia para agravar cisões e comprometer a disciplina.

A agitação em São Paulo é grande e provoca distúrbios de rua. No início de maio, desgastado após ver frustrada sua tentativa de acordo com a FUP, Góis envia a Vargas um “Plano Estratégico para Normalização de São Paulo”, que previa a decretação do estado de sítio no estado; a criação de um governo militar paralelo, com amplos poderes; o reforço da tropa federal, incluindo forças navais e aviação militar; e a censura à imprensa, entre outras medidas. Vargas não aceitou, preferindo insistir na busca do entendimento político. Pouco depois, Góis pede exoneração do comando da Região, com o apoio de Aranha: “Estou de acordo com Góis: ou um ou outro (refere-se a Miguel Costa) ou os dois fora de São Paulo.” No mesmo dia em que é exonerado, Vargas o nomeia para o comando da 1ª Região, no Rio. Com ele e João Alberto na chefia da Polícia, Vargas reforça o dispositivo de segurança da Capital Federal.²⁴⁴

2.6. *Confronto Inevitável*

Na linha da negociação, Getúlio Vargas envia Osvaldo Aranha a São Paulo. Para repelir essa “intromissão”, a população é mobilizada para manifestar-se. O dia 23 de maio é crítico: “Grande exaltação popular percorre as ruas - atacaram jornais, a sede da Legião, provocaram conflitos -, e a Frente Única impôs um novo secretariado.” Houve

²⁴²CARONE, Edgard. O Tenentismo. Op. cit., p. 383-385.

²⁴³FORJAZ, Cecília. Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30. Op. cit., p. 168-169. SILVA, Hélio. 1932 - a guerra paulista. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 63-66.

²⁴⁴ DHBB, verbete Góis Monteiro. SILVA, Hélio. Ibid., p. 32. ____1931, Op. cit., p. 351. VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal, vol, I, Op. cit., p. 105.

mortos, transformados em “mártires de São Paulo”. À noite, no Rio de Janeiro, reunido o “gabinete negro”, Vargas decide nomear o coronel Rabelo para comandar a 2ª Região e enviar tropas para São Paulo. Há relato de que, nessa reunião, Góis foi acusado, principalmente por Juarez Távora, de ser o responsável pela situação. Ao regressar Aranha, faz-se nova reunião com a presença dele, que recomenda prudência, enquanto a maioria insistia em investir contra o novo secretariado paulista. Confirma-se, pois, a cisão no “Estado-maior” de Vargas, que, talvez por isso, observará: “Sinto que os elementos mais extremados vão se afastando de mim e que começo a perder o controle sobre eles.”²⁴⁵

Em junho, parecia que o centro da crise se transferira para o Rio Grande. O processo de negociação entre o Governo Provisório e a FUG, mediado por Flores e Aranha, não avançava, pois o objetivo de Vargas era evitar o confronto, mas o da FUG era forçá-lo. Sucediavam-se acordos, planos, propostas, fórmulas, demissões e nomeações que não se concretizavam. Enquanto isso, João Neves conspirava com os paulistas e tentava envolver Minas, e São Paulo se preparava para a guerra, contando com a adesão do general Bertoldo Klinger- então comandante da Circunscrição Militar do Mato Grosso e do coronel Euclides Figueiredo- reformado após a Revolução de 1930 e infiltrado no Brasil, pois por lei federal deveria estar exilado no Uruguai.

No Rio de Janeiro, João Alberto, com o apoio de Góis Monteiro, indica o general reformado Espírito Santo Cardoso para o cargo de ministro da Guerra, e Vargas o nomeia. Ao mesmo tempo, Góis, por conta das muitas evidências, toma várias medidas no sentido de avaliar as condições operativas das tropas sob seu comando, suas necessidades mais urgentes e a capacidade de produção de fábricas, em caso de mobilização industrial de emergência.²⁴⁶

No início de julho, ainda ocorriam tentativas inúteis de evitar o confronto armado. O general Klinger envia, então, um ofício provocativo ao ministro da Guerra, negando obediência à sua autoridade. Góis Monteiro tenta reverter à situação, sem

²⁴⁵ VARGAS, Getúlio Dorneles. *Ibid.*, p. 105 e 109. BORGES, Vavy, *Op. cit.*, p. 52 e 54. CARONE, Edgard. *O Tenentismo*, *Op. cit.*, p. 214-215, FORJAZ, Cecília, *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. *Op. cit.*, p. 166-167.

²⁴⁶VARGAS, Getúlio Dorneles. *Ibid.*, p. 113. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. 2.ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 65-66. CARONE, Edgard. *O Tenentismo*, *Op. cit.*, p. 400-401. FORJAZ, Cecília. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. *Op. cit.*, p. 169-171. TÁVORA, Juarez. *Memórias*, vol. 2. *Op. cit.*, p. 64.

êxito; Klinger é reformado administrativamente. Em São Paulo, um comitê revolucionário, criado pelo PD, havia marcado a eclosão do movimento para o dia 20, mas a repercussão do ofício de Klinger acabou por precipitar os acontecimentos. O coronel Figueiredo, em seu detalhado relato da “Revolução Constitucionalista”, faz severas críticas ao procedimento do general, embora não lhe atribua responsabilidade isolada pela antecipação.²⁴⁷

²⁴⁷FIGUEIREDO, Euclides. Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932. 2.ed. São Paulo; Martins, 1977, p. 85-95.

Capítulo III

Guerra Civil de 1932

O início da guerra civil na capital paulista processou-se com surpreendente facilidade e sem grande violência. A partir da primeira reunião presidida por Euclides Figueiredo, às 11:00 da manhã, do dia 9 de julho de 1932, a “revolução paulista” começou. Ao longo da tarde houve centenas de conquistas de posição, resistências vencidas, rendições exigidas e obtidas, adesões ganhas, solidariedades e apoio mobilizados.

Aureliano Leite, a pedido de Figueiredo, começou a mobilizar o MMDC²⁴⁸, uma espécie de milícia civil, e concentrar seus elementos em diversos pontos da cidade, tais como a Faculdade de Direito e a Escola de Medicina. Técnicos membros do Exército, da Força Pública Paulista (FPP) e voluntários assumiam o controle das estações telegráficas chaves, principalmente as do Quartel-General da Região Militar, e de outros centros de comunicação. Havia ao mesmo tempo um intenso fluxo de carros e indivíduos ao Q. G. Revolucionário, ainda localizado na residência do coronel Figueiredo, até conseguirem a tomada ou rendição do Q.G. da Região Militar, guardado por tropas da Guarda Civil e que tinha já uma pequena frota de motocicletas e estafetas fornecidos pela chefia de polícia.

Líderes políticos procuravam Figueiredo para manifestar seu apoio, enquanto oficiais do exército e da força pública, da ativa e da reserva, apareciam para anunciar sua adesão e solicitar missões. Boa parte do trabalho de “conquistar” a cidade foi, portanto, completado antes da hora em que Figueiredo pretendia lançar a revolta, “*tudo*

²⁴⁸A sigla MMDC foi composta com as iniciais dos nomes de quatro estudantes paulistas mortos pelas forças federais no confronto ocorrido no dia 23 de maio de 1932. Porém outros paulistas foram feridos nesse dia. Três morreram no local: Martins, Miragaia e Camargo. Dráusio, um menino de 14 anos, faleceu no dia 28, em consequência dos ferimentos sofridos. Com as iniciais de seus nomes foi formada a sigla MMDC, que representava a disposição de São Paulo para enfrentar a ditadura. Mas, além desses quatro, Orlando Oliveira Alvarenga foi ferido gravemente, vindo a falecer durante a Revolução, 81 dias após. Com isso, foi relegado ao esquecimento. Vide mais informações no ANEXO 1 e 2 e no site: <<http://www.sociedademmdc.com.br/>>

assim preparado e assegurado, já às 21 horas senti-me senhor da situação (...) São Paulo inteiro estava em nossas mãos.”²⁴⁹

As principais tarefas imediatas a partir daquele momento eram (1) apossar-se do Quartel-General da Região Militar e dominar a guarnição de Quitaúna, e (2) definir a estrutura política do movimento. Na ausência de Manuel Rabelo, o coronel Artur Lopes de Castro Pinto vinha comandando a Região. Era antigo colega de Figueiredo, e este o convocou para um encontro Pessôal a fim de tentar persuadi-lo a entregar o comando sem resistência. Concordou em dar a Castro Pinto até as 23:00 h para discutir a situação com seus oficiais.

No intervalo, tropas paulistas cercaram o Q. G. da Região, bem como a guarnição de Quitaúna. Findo o prazo sem resposta, Figueiredo, dirigiu-se à sede do Q. G., forçou a entrada e, enfrentando os oficiais da guarnição reunidos por Castro Pinto, exigiu a entrega do comando. O coronel Eucydes Figueiredo, declarou as unidades que ainda não haviam aderido ou se rendido que *“se alguns camaradas desejam resistir, podem retirar-se livremente para os seus quartéis, tomar posições e aguardar o ataque que iniciarei dentro de alguns minutos, (...) serão todos esmagados, porque disponho de elementos bastantes para o ataque. Começarei, então, por onde não queria começar*”²⁵⁰.

Compreendendo a inutilidade de uma oposição armada, o grupo submeteu-se. Pouco depois, o 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, também se rendeu.²⁵¹

Quanto à questão da organização política formal da revolução, os chefes militares e seus aliados civis concordavam em que o ideal seria simplesmente manter o governo de Pedro de Toledo, embora houvesse, naquela mesma noite de 9 de julho, uma proposta no sentido de estabelecer uma junta revolucionária sob a presidência do general Isidoro Dias Lopes. Figueiredo, entretanto, receava qualquer ruptura da harmonia política reinante, declarou que *“era forçoso evitar tudo que pudesse provocar dissensões, entre homens [do Partido Democrático e do PRP] que antes sempre se digladiaram pela posse do poder”*, desta forma a melhor maneira de conduzir a passagem do governo civil, seria mantendo sua estrutura o mais intacta possível.

²⁴⁹ FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira. (coronel) Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo, Martins, 1954, p. 120-21.

²⁵⁰ Ibid. p. 121-133.

²⁵¹ Ibid. p. 136-37.

Membros do secretariado de Toledo, como Valdemar Ferreira, o secretário de Justiça, não haviam permanecido alheios à conspiração, e quando o então interventor manifestou, após inteirar-se da iminência da eclosão da guerra civil, a intenção de abandonar o governo, os chefes militares foram informados. Figueiredo e o general Isidoro Dias Lopes, portanto, uma vez dominadas as guarnições federais na capital, enviaram um oficial ao palácio dos Campos Elíseos para tentar convencer o interventor a ficar no cargo como símbolo da unidade revolucionária.

Pedro de Toledo e seus auxiliares, após debaterem a situação, concordaram em que o interventor avisaria, o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, de sua demissão e seria então proclamado governador paulista do Estado. Seguindo os conselhos do representante de Figueiredo, resolveram aguardar mais algum tempo para se definir oficialmente junto ao governo provisório.²⁵²

Na tarde do dia 10, às 15:00 h, Pedro de Toledo finalmente enviou um telegrama a Getúlio Vargas renunciando a seu cargo. Sem dúvida sentido e provavelmente um pouco constrangido, Toledo, em tom moderado e respeitoso, disse apenas que sentia-se obrigado a seguir a opinião de seu Estado.²⁵³ Houve então a cerimônia de aclamação, na qual Francisco Morato proclamou à multidão reunida em frente ao palácio do governo que Toledo era governador de São Paulo.

“Dr Getúlio Vargas, Chefe do GovêrnoProvisório-Rio.

Esgotados todos os meios que ao meu alcance estiveram para evitar o movimento que acaba de se verificar na guarnição desta região ao qual aderiu o povo paulista, não me foi possível caminhar ao revés dos sentimentos do meu Estado. Impossibilitado de continuar a cumprir o mandato que V. Excia. Houve por bem me conferir e que sempre procurei honrar, olhos fitos no interesse de São Paulo e do Brasil, venho renunciar ao cargo de interventor. Nesta situação de fato, os chefes militares do movimento revolucionário paulista ficaram com a delicada missão de manter a mais perfeita ordem e disciplina em todo o

²⁵² Ibid. p. 136-37.

²⁵³ Comunicado de Pedro de Toledo à Getulio Vargas em 10/07/32. Arquivo Getulio Vargas (AGV/CPDOC)

Estado. Vejo destarte terminada a missão de paz que tentei realizar e constituiu a maxima preocupação do meu governo. Agradeço a v.Excia. as atenções que me dispensou e a que correspondi quanto em mim esteve. Neste transe sem par da nossa historia, dirijo um apelo a todos os meus compatriícios para que se irmanem a fim de restabelecer o regime de paz e de ordem que o nosso país reclama para a sua reconstrução economica e politica.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a v. Excia o testemunho do meu mais profundo repeito.”

Dominada a situação na capital paulista, os chefes militares prepararam manifestos públicos para explicar o levante. Já fora divulgado pelo rádio um lacônico comunicado dizendo apenas que Figueiredo assumira o comando da Região e que “*o povo se dirige em massa aos quartéis, pedindo armas para a defesa de S. Paulo*”.²⁵⁴

O coronel Palimércio de Resende, que chegara de trem para assumir a chefia do Estado-Maior de Figueiredo, redigiu com este uma proclamação curta, depois assinada por Figueiredo e Isidoro e publicada nos jornais, “*neste momento assumimos as supremas responsabilidades de comandar as forças revolucionárias empenhadas na luta pela imediata reconstitucionalização do país.*”.²⁵⁵

Dizendo-se investidos nessa missão pelo “povo e governo paulistas”, exortavam a população a manter “*a mais perfeita ordem e disciplina em todo o Estado abstendo-se e impedindo mesmo a prática de qualquer ato atentatório dos direitos dos cidadãos, seja qual for o credo político que professem*”.²⁵⁶

Aos comandantes das Regiões Militares, Figueiredo dirigiu um sumário telegrama repetindo que o objetivo do movimento era “*exigir do governo provisório [a] reconstitucionalização do país e o restabelecimento do regime da ordem (...)na*

²⁵⁴ Comunicado de Pedro de Toledo à Getulio Vargas em 10/07/32. Arquivo Getulio Vargas (AGV/CPDOC)

²⁵⁵ FIGUEIREDO, Op.Cit., p. 134.

²⁵⁶ Ibid. p.134.

madrugada de hoje, o Exército, a Força Pública e o povo de São Paulo lançaram aos quatro ventos da terra bandeirante o grito de revolta pela pátria redimida".²⁵⁷

Do ponto de vista da estratégia de guerra as forças paulistas, o controle sobre o resto do Estado foi um processo relativamente fácil e rápido. Houve, naturalmente, alguma hesitação inicial por parte de alguns oficiais, o comandante de um batalhão da 5ª RI (Regimento de Infantaria) em Lorena, por exemplo, cuja vacilação também gerou dúvidas temporárias em mais dois batalhões em Caçapava²⁵⁸, mas não houve resistência armada ou violenta. O próprio general Vasconcelos, chegando a Guaratinguetá às quatro da tarde, acabou aderindo. Em vista da cooperação de unidades do Exército em vários pontos do Estado, não foi necessário qualquer deslocamento intensivo de tropas, embora nas primeiras horas do dia 10, alguns contingentes, inclusive da FPP, tivessem sido enviados da capital para tomar posições defensivas no Vale do Paraíba.

O espírito otimista das forças paulistas foi captado por um comandante da FPP quando lembrava: *"A expectativa era das mais risonhas: a nossa vitória estaria garantida sem um único disparo de fuzil. As tropas paulistas formariam alas à passagem das de Mato Grosso, já a caminho para São Paulo, vanguardieras das guarnições do Rio Grande do Sul e que tinham no seu flanco esquerdo as de Minas Gerais. Tratava-se, pois, de uma simples parada militar, mera marcha triunfal até o Rio de Janeiro."*²⁵⁹

No fim do dia 10, o general Bertoldo Klinger, partiu em composição de trem especial, chegando a capital paulista na manhã do dia 12, depois de uma viagem freqüentemente interrompida por manifestações populares. Em Bauru falara por telefone com Figueiredo e recebera a notícia que havia *"cerca de 20 mil homens de tropa regular em rebelião contra a ditadura"*. Em São Paulo o general, após encontros com os governantes civis, dirigiu-se ao Quartel-General da Região onde Figueiredo aguardava para passar-lhe o comando da Região e do movimento.

3.2 . Ações e reações Federais

²⁵⁷ Ibid. p. 135-36.

²⁵⁸ FIGUEIREDO, Op.Cit., p. 138-40.

²⁵⁹ CARVALHO e SILVA, Herculano. A Revolução Constitucionalista: subsídios para a sua história. Org. pelo Estado Maior da Força Pública de São Paulo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932, p. 205-206.

Na madrugada do dia 9 de julho de 1932, Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, convocou seus ministros e chefes militares mais importantes para uma reunião urgente. Quando Góis Monteiro (comandante da I Região Militar) chegou, já se encontravam no Palácio do Catete, o ministro da fazenda- Osvaldo Aranha, o ministro da guerra- general Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, o ministro da viação e obras públicas- José Américo de Almeida, Vargas lhe informou que recebera informações da revolta, através de uma mensagem do telegrafista da estação de Queluz, comunicando que soldados estavam arrancando os trilhos da estrada de ferro e ocupando certos pontos dela.

Todavia, os integrantes do gabinete em reunião, bem como o próprio comandante em chefe, recusavam-se a acreditar que o levante paulista, devia-se apenas a questão do incidente Klinger, fosse suficiente para desencadeá-la.

O gabinete presidencial tinha telefone direto para o palácio dos Campos Elíseos, e Góis tentaram uma ligação. Conseguiu falar primeiro com o genro e secretário de Pedro de Toledo e depois com o próprio interventor²⁶⁰, que confirmaram estar a tropa federal em rebelião sob a liderança de Figueiredo. Toledo parecia nervoso e indeciso, de fato, acabara de aderir à revolução, mas ainda não queria participar desse detalhe a Vargas, e Góis teve a impressão de que o Estado inteiro estava nas mãos dos rebeldes.

Outros telefonemas a guarnições em São Paulo revelaram o caráter abrangente das adesões entre as unidades do Exército.²⁶¹ Góis então alertou o coronel Pantaleão Pessoa, que se dirigiu imediatamente para o Quartel-General da Região Militar da Capital a fim de coordenar os preparativos defensivos.²⁶²

Vargas redigiu pessoalmente um telegrama ao governador Olegário Maciel pedindo sua cooperação para suprimir a “*contra-revolução [de] caráter nitidamente reacionário*”, enquanto Aranha alertou Capanema e seu amigo Virgílio de Melo Franco,

²⁶⁰ VARGAS, Getúlio. Op.Cit. p. 157-60.

²⁶¹ COUTINHO, Lourival. O General Góis Depõe. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955. (cap.5 pp.186-229), p. 189-90; Telegrama trocada entre Flores da Cunha e Goís Monteiro(10/07/32) – Arquivo Nacional- Fundo Goís Monteiro e Arquivo Góis Monteiro/ CPDOC.

²⁶² PESSÔA, Pantaleão da Silva. Reminiscências e imposições de uma vida (1885-1965). Rio de Janeiro, Cia. Gráf. "Lux", 1972, p. 111.

agente de ligação entre o governo federal e os líderes políticos mineiros. Olegário não demorou a responder, hipotecando a “decidida cooperação” do governo mineiro.²⁶³

Minas Gerais e Rio Grande do Sul, chefiados por homens que advogavam a reconstitucionalização, ficaram, assim, ao lado do governo provisório. Também nas primeiras horas do dia 10 todos os outros governos estaduais, sem exceção, manifestaram seu apoio a Vargas.²⁶⁴ Com isso, principalmente a recusa de Belo Horizonte e Porto Alegre em secundar a ousada ação de São Paulo, a revolução paulista estava, já do começo, fadada ao fracasso, a não ser que seus partidários no Rio de Janeiro pudessem agir, de forma rápida e decisiva.

Havia, no entanto, suspeitas de uma conspiração, ou pelo menos de resistências passivas, cujo centro de controle era o Estado-Maior do Exército (EME) e que aparentemente visava desacelerar a contra-ofensiva federal. Foi isto, pelo menos, o que Góis e Pessôa, com motivos ponderáveis, acreditavam, e devido à enérgica intervenção de Pessôa é que as medidas preliminares de defesa foram tomadas.²⁶⁵

A tarefa defensiva mais urgente era bloquear a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e a de rodagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo para impedir um ataque relâmpago à capital federal, manobra que Góis e seu chefe de Estado-Maior temiam²⁶⁶.

A primeira ordem de deslocamento, portanto, foi dada à Vila Militar para fazer embarcar com urgência uma companhia do 1º Regimento de Infantaria (RI), reforçada com metralhadoras pesadas, com destino a Barra do Piraí, onde estabeleceria ligação com o destacamento local da polícia fluminense e defenderia os túneis da EFCB.²⁶⁷

Depois, Góis, através de Pessôa, enviou ordens ao coronel Otávio Pires Coelho, comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD), para partir logo que possível para Caçapava onde, pensavam, a guarnição federal ainda era legalista e ajudaria a cobrir as estradas entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Pouco depois, quando

²⁶³ Vargas a Olegário Maciel (10/07/32); Maciel a Vargas; Osvaldo Aranha a Virgílio de Melo Franco (10/07/32) Arquivo Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha –CPDOC.

²⁶⁴ Diversos telegramas trocados entre Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Olegário Maciel, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro (entre os dias 10 e 12/07/32)

²⁶⁵ COUTINHO, Op. Cit., p. 192.

²⁶⁶ Vide Anexo mapa das linhas ferreas e estradas de rodagem.

²⁶⁷ Góis Monteiro Ordem Particular n° 1, n° 2, 10/07/32- Arquivo Histórico do Exército. Mobilização de tropas na capital federal e demais estados.

Góis Monteiro soube que aquela guarnição aderira à causa paulista, modificou as instruções, ordenando que o Regimento desembarcasse em Resende e, se a ferrovia estivesse livre, continuasse até Lorena. As ações destas forças preliminares era o de “reconhecer o que possa naquela região e nas regiões vizinhas (...) cobrirá novos desembarques em Resende. Deverá também guardar as estradas de rodagem que conduzem a São Paulo, mantendo sua segurança afastada tão distante quanto for possível.”²⁶⁸

As primeiras unidades do 1º RCD começaram a partir por volta das duas horas da manhã, e Pessôa combinou com o capitão Olímpio Mourão Filho, encarregado de organizar o transporte das unidades, o programa para o desembarque do resto daquele regimento e da companhia do 1º RI, liderada pelo capitão José Batista de Matos, que se destinava a Barra do Pirai.

Sabia-se que o chefe do EME alimentava fortes antipatias em relação à ditadura. Diria Pessôa, lembrando seus esforços nesse período, “*Eu bem sabia estar dentro de um ninho de paulistas apressados, a começar pelo nosso eminente chefe general Tasso Fragoso*”²⁶⁹. E agora Pessôa deu-se conta melhor do verdadeiro alcance de um gesto surpreendente por parte do general Johnson Ferreira poucas horas antes: procurara o próprio Pessôa, de quem era amigo, para instá-lo a deixar o seu cargo, ou seja, a não ajudar a defender o regime.

Uma vez no Quartel-General, Pessôa telefonou para Pires Coelho e confirmou a ordem de embarque. Ao mesmo tempo deu ordens para acelerar o deslocamento do capitão Matos e sua companhia, que começou às seis horas, e providenciou o embarque também do 1º Batalhão de Cavalaria (BC), sob o comando do coronel Colatino Marques e do 1º RI, cujo comandante era o coronel Cristóvão Ferreira da Silva.²⁷⁰

Enquanto Pessôa supervisionava o deslocamento das tropas, coube a Góis Monteiro esclarecer a situação junto ao chefe do EME e a Vargas. Com Tasso Fragoso, teve sua “primeira divergência séria” sobre o emprego das unidades da Divisão, e levou o caso imediatamente ao chefe do governo. Se as suas idéias sobre o melhor método de defender o regime não fossem aceitas, disse francamente, preferiria não ter a

²⁶⁸ Góis Monteiro Ordem Particular nº 5, nº 6, (para o coronel Octávio Pires Coelho) 10/07/32- Arquivo Histórico do Exército. Mobilização de tropas na capital federal e demais estados.

²⁶⁹ PESSÔA, Op. Cit., 112-113.

²⁷⁰ Góis Monteiro Boletim de Informações nº 1- 11/07/32- Arquivo Histórico do Exército. Mobilização de tropas na capital federal e demais estados.

responsabilidade para tal. Vargas então, impressionado com a força das palavras, investiu Góis do comando geral das forças federais que operariam contra São Paulo na região leste daquele Estado e deu-lhe, com efeito, carta branca para conduzir a guerra naquele teatro da maneira que melhor entendesse.²⁷¹ Os atritos com Tasso Fragoso, entretanto, não param aí.

O chefe do EME recusava agora ter qualquer coisa a ver com Góis Monteiro fora da esfera estritamente funcional,²⁷² enquanto este ficaria cada vez mais convencido de que Tasso deliberadamente colocava obstáculos ao andamento das operações.

O EME, enquanto Tasso Fragoso e Johnson Ferreira o comandavam, era de fato um baluarte de sentimento paulista²⁷³. Ambos procuravam, primeiro, evitar o choque armado; depois tentariam moderar a severidade da luta, e, fracassando, desanimar-se-iam e acabariam se recusando a participar nas operações.

Fossem quais fossem os sentimentos de Tasso Fragoso ou seus ímpetos iniciais, o homem era um soldado profissional e, enquanto permanecesse no cargo, procuraria desincumbir-se de seus deveres, o que explica as ordens que ele mesmo transmitiria na tarde do dia 10 aos comandantes das regiões militares no Sul e em Minas Gerais, recomendando a mobilização de tropas e sua concentração ou deslocamento em direção às fronteiras de São Paulo.²⁷⁴

Superadas as dúvidas, a confusão, as resistências iniciais, o Alto Comando Federal (ACF) prosseguiu ao longo do dia 10 com seus preparativos defensivos. O capitão Matos embarcou com sua pequena força às seis horas da manhã para Barra do Piraí, onde chegou às 9:30. Imediatamente combinou com a unidade da polícia fluminense o fechamento e guarda dos túneis ferroviários e o policiamento da ponte sobre o rio Paraíba e da usina elétrica local.²⁷⁵

Enquanto isso, o regimento de cavalaria seguia para Resende e, às dez horas da manhã, o coronel João Guedes da Fontoura, amigo pessoal de João Gomes, que se comprometera com Figueiredo a participar do “levante” se fosse de âmbito realmente

²⁷¹ Arquivo Góis Monteiro- Arquivo Nacional- telegrama trocado entre Góis Monteiro e flores da Cunha.

²⁷² Major João Batista Magalhaes e Tasso Fragoso em 23/04/33- Arquivo João Batista Magalhaes- Arquivo Nacional.

²⁷³ COUTINHO. Op.Cit., p. 213.

²⁷⁴ FIGUEIREDO.Op.Cit., p. 158-159.

²⁷⁵ Telegrama trocados entre o capitão José Batista de Matos com o coronel Estêvão Ávila Lins em 14/07/32- Arquivo Historico do exército.

nacional, mas que recuara em vista do isolamento imediato de São Paulo,²⁷⁶ transmitia às unidades do 2º RI ordens recebidas de Góis Monteiro para iniciarem seu movimento em direção ao Vale do Paraíba. A vanguarda (um batalhão) partiria à noite em caminhões para Formosa, e o grosso do regimento seguiria para Bananal, na estrada Rio—São Paulo, depois de meia-noite, em ônibus da Light e “autocaminhões” da Prefeitura.²⁷⁷

Enquanto continuava a tomar providências militares, Góis Monteiro também dirigiu uma proclamação às forças federais da II Região, apelando para o seu sentimento de patriotismo e advertindo que estavam isoladas:

“todos sabem, principalmente meus camaradas da II Região Militar e da Força Pública, como tenho procedido para unir as forças militares em torno do ideal, da grandeza da Pátria e da coesão do Exército, tendo empenhado todos os meus esforços para evitar todos os erros e discussões que nos trouxessem maiores males (...) A estes exorto a refletirem sobre a gravidade da atitude que fatalmente terá as piores consequências para a Nação (...) Sobretudo a disciplinada tropa da 2ª Região Militar, em particular e aos meus amigos de São Paulo em geral, convido a me ouvirem no meu Q.G. onde lhes darei toda a garantia, sobre a situação sombria que poderá arrastar o país ao desconhecido se os homens de bom senso, de boa vontade, e de responsabilidade, não se entenderem antes de cavar entre os brasileiros um abismo, fruto de ambições repulsivas e políticas, aqueles que foram iludidos, que se dexerem em tempo e venham se unir aos que só desejam a felicidade da Pátria!”²⁷⁸.

²⁷⁶ FIGUEIREDO.Op.Cit., p. 158-159

²⁷⁷ Coronel João Guedes da Fontoura- Ordem de Movimentação do Regimento´arquivo Histórico do Exército. p. 3-4 (12 folhas)

²⁷⁸ Declaração publicada nos principais periódicos, esta citação foi retirada do periódico Correio da Manhã edição de 11/07/32 p. 1, vide < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=revolu%C3%A7%C3%A3o%20Constitucionalista&pasta=ano%20193 >.

Cópias da proclamação foram levadas por aviões até São Paulo e jogadas sobre cidades rebeldes. Os aviões tinham, naturalmente, uma segunda missão, a de fazer o reconhecimento aéreo das comunicações terrestres entre os dois Estados. Todavia como ressaltaria Goís Monteiro em seu primeiro boletim emitido as forças militares em operações ou deslocamento, *“não tendo assinalado nenhum movimento importante sobre as vias férreas e de rodagem na direção Rio—São Paulo (...) Assinalou apenas grande movimento popular na capital de São Paulo.”*²⁷⁹

A passividade paulista era inexplicável para os líderes federais. Goís Monteiro e os relatórios de análise situacional do EME chegariam as mesmas conclusões: *“causava-me surpresa o fato de o comando das forças ‘paulistas’, após ter assumido a iniciativa das operações, deixar de ter avançado com toda a rapidez (...) pois que dispunha de meios de transporte e poderia atingir pelo menos a Vila Militar, em Deodoro, o que seria um passo decisivo para ganhar a partida, não só porque essa investida iria causar o pânico e a confusão naquele instante crítico, mas ainda porque poderiam eles contar com a adesão de muitos elementos tacitamente comprometidos e, sobretudo, com a simpatia do povo.”*²⁸⁰

Por seu lado, Pessôa estava muito mais otimista e tranqüilo no fim do dia. Em suas palavras, *“na noite de 10 de julho eu já estava certo de que falhavam os atos revolucionários de São Paulo; tinham perdido a vantagem da surpresa; tinham perdido 50% das suas vantagens, os revolucionários em São Paulo, porque nada tinham feito; a EFCB e a rodovia estavam em calma (...) na manhã de 11 de julho Getúlio Vargas estava seguro no seu governo; nós já tínhamos lançado as bases da nossa reação.”*²⁸¹

A interdição do Vale do Paraíba não foi a única conquista federal naquele primeiro dia decisivo da guerra civil. Também nos outros setores ou frentes os primeiros passos importantes foram dados para estabelecer o cerco em torno de São Paulo. Em Minas Gerais, por exemplo, o perigo de um levante contra o governo foi eliminado com a prisão do novo comandante da IV Região, general Firmino Borba, que substituiu o coronel Francisco Jorge Pinheiro nas primeiras horas do dia 10. Tasso Fragoso, às 14:30, mandou transmitir por telefone instruções a Borba sobre as medidas

²⁷⁹ Goís Monteiro Boletim de Informações n° 1- 11/07/32- Arquivo Histórico do Exército. Mobilização de tropas na capital federal e demais estados

²⁸⁰ Relatório do EME emitido no dia 11/07/32, compoe-se de 10 folhas avaliando as possíveis ações das forças paulistas. Arquivo Histórico do Exército.

²⁸¹ COUTINHO. Op.Cit., p. 200.

mais urgentes. “A fim de bater os adversários que dominam S. Paulo (...) deveis com a 4ª DI e a força policial à vossa disposição, desde já, vos deslocar em direção a São Paulo por Jacutinga—Mogi-Mirim—Campinas, e se necessário Guaxupé. É indispensável para o cumprimento da missão, que assegureis com a máxima urgência a cobertura do movimento nessa direção pondo já a mão em Jacutinga e Guaxupé.”²⁸²

Borba então, atendendo a essas determinações, enviou uma série de ordens aos vários comandantes das unidades federais em Minas Gerais determinando seu deslocamento “peço informar por cifrado qual [o] inimigo provável,” respondeu um coronel em São João dei Rei, “pois estamos quase alheios [à] situação”²⁸³ e entrou em entendimento com Gustavo Capanema sobre o emprego da Força Pública Mineira.²⁸⁴ Mais tarde, porém, já de noite, Borba revogou essas ordens, chamando certas unidades para Juiz de Fora e mandando outras permanecerem em suas sedes.²⁸⁵ Participou então aos oficiais no Quartel-General que pretendia passar para o lado paulista, incitando-os a acompanhá-lo. O major Penedo Pedra, comandante de um batalhão, falou por muitos quando retrucou; “*General, eu nunca me revoltei; já fui ferido em combate; tenho sido muito prejudicado por ter sido sempre leal; mas sou soldado. Não será, depois de trinta e tantos anos de serviços prestados com lealdade, que hoje me revolte e traia o governo!*”

Em seguida o coronel Silva Rocha, chefe do Estado-Maior da 4ª DI, convocou uma reunião dos oficiais na qual chegaram à decisão de que Borba deveria ser preso e Pinheiro deveria reassumir o comando da Região. Foi a essa altura que o major Juarez Távora, famoso líder revolucionário do Norte, chegou a Juiz de Fora como enviado especial de Vargas e do Ministério da Guerra para tentar garantir a fidelidade da guarnição.

²⁸² Relatório do Estado Maior do exército para o general Firmino Borba em 10/07/32- Arquivo Histórico do Exército.

²⁸³ Telegrama do coronel Galdino Esteves para o general Firmino Borba em 10/07/32- Arquivo Histórico do Exército.

²⁸⁴ Telegrama do general Firmino Borba ao ministro Osvaldo Aranha 10/07/32 – Arquivo Osvaldo Aranha-CPDOC

²⁸⁵ Ordens expedidas de mobilização e deslocamento do general Firmino Borba aos comandantes do 12º Regimento de Infantaria, 11º RI; 8º Regimento de Artilharia (RA) 10/07/32- Arquivo Histórico do Exército.

Depois de ouvir os oficiais, Távora procurou Borba e disse-lhe que, em nome de Vargas, estava preso. Távora então telefonou para Vargas e recomendou que Pinheiro fosse de novo investido no comando, o que Getúlio aprovou.²⁸⁶ Borba seria posteriormente transferido sob guarda para o Rio de Janeiro. No intervalo, a mobilização das forças federais e estaduais e sua concentração nas fronteiras de São Paulo continuavam.

No extremo Sul, Flores da Cunha e o general Francisco Andrade Neves, comandante da III Região, coordenavam medidas semelhantes. *“Toda [a] guarnição federal firme, leal (...) Meus comandantes [da] Brigada Militar acabam [de] fazer-me igualmente [uma] declaração [de] lealdade.”* Escreveria Flores da Cunha para Osvaldo Aranha no dia 10.

Tasso Fragoso, de tarde, avisou Andrade Neves de que deveria providenciar para deslocar a 3ª DI em direção a São Paulo, enviando *“desde já, um destacamento para Ponta Grossa a fim de reforçar a 5ª DI, no Paraná, e ajudar a cobrir a ferrovia, o que facilitaria o avanço posterior das tropas do Rio Grande”*. Andrade Neves imediatamente mandou organizar um destacamento, com unidades de todas as armas, sob o comando do general Guilherme Ribeiro Cruz, e providenciou o embarque de sua vanguarda um contingente da Brigada Militar gaúcha em Marcelina Ramos.²⁸⁷

Enquanto isso, no Paraná, o coronel Meira Vasconcelos, moralmente comprometido com Klinger e Figueiredo, a quem fizera tantas declarações de simpatia que Figueiredo chegou a confiar-lhe *“grande parte dos nossos segredos”, e sob fortes suspeitas nos meios governistas, recebia instruções do EME para enviar um destacamento para Itararé, em território paulista quase na divisa com o Paraná, e preparar o resto das tropas federais para embarcar 'rumo ao Norte. Estabeleceu-se logo um destacamento, sob o comando do coronel João Queirós Saião, do qual fazia parte o 5º RCD, sediado em Castro, e que recebeu a incumbência de servir de vanguarda, deslocando-se para Itararé”*.²⁸⁸

As primeiras vinte e quatro horas da rebelião foram decisivas porque naquele período quase todas as esperanças paulistas foram por água abaixo. Os aliados com que

²⁸⁶ TAVORA, Juarez. Op.Cit. p 78-79.

²⁸⁷ FIGUREIREDO. Op.Cit., p. 165; Estado-Maior do Exército ao coronel Meira de Vasconcelos - 10/07/32; Coronel João Queiros Saião aos comandantes do 5º Regimento de Cavalaria Divisionaria em 10/07/32 Arquivo Histórico do Exército.

²⁸⁸ FIGUREIREDO. Op.Cit., p. 165.

contavam, ao contrário de atender ao toque de clarim e selar o destino do governo provisório, correram para defendê-lo e garantir sua sobrevivência. A partir do dia 10 de julho, o cerco federal em torno do Estado rebelde apertar-se-ia cada vez mais e São Paulo não estava preparado para uma guerra de desgaste, ou seja, não possuía recursos suficientes para travar uma guerra prolongada. Na realidade, sua derrota final era apenas questão de tempo.

3.3.1. *Preparação para a guerra pelo lado paulista*

A defecção do Rio Grande do Sul criou um dilema cruel para o Alto Comando Paulista (ACC), resumido por Klinger em termos sombrios: “*Se não viesse um acontecimento externo em socorro dos estados sublevados, São Paulo e Mato Grosso, eles seriam esmagados.*”²⁸⁹ O surgimento no estrangeiro de um supridor de material bélico, os almejados levantes por outros Estados, a sublevação da Marinha de Guerra, ou mesmo uma paz negociada com o governo, essas eram as possibilidades em que os líderes rebeldes depositavam suas fracas esperanças.

O isolamento inesperado, afetou o grau de mobilização interna exigida a São Paulo e obrigou os paulistas a lutarem simultaneamente em frentes diferentes, o que por sua vez, determinou, também, a sorte final do movimento.

Quando Klinger chegou a São Paulo, encontrou a situação defensiva esboçada, ou seja, Figueiredo já havia providenciado a cobertura da revolução no setor leste e no sul. Enquanto, no Rio de Janeiro, Góis Monteiro e o coronel Pantaleão Pessôa se preocupavam com a possibilidade de um avanço súbito dos rebeldes em direção à capital federal.

Figueiredo temia a mesma possibilidade em sentido contrário, por isso, mandara um regimento de infantaria, apoiado logo depois por um grupo de artilharia pesada, para a região de Cachoeira, ao passo que uma companhia de infantaria se estabelecia em Cruzeiro, efetivando-se, assim, uma cobertura no Vale do Paraíba para barrar um avanço federal. As outras fronteiras do Estado, no sul e no norte, permaneciam vigiadas por unidades da Força Pública Paulista (FPP), enquanto em Santos a defesa ficava a cargo do Forte de Itaipu.²⁹⁰

Klinger, ao receber o comando no dia 12 de julho, aprovou as medidas tomadas por Figueiredo, compreendendo que, naquelas circunstâncias, havia pouco mais a fazer naquele sentido. A tarefa agora seria procurar convencer o resto do país de que o movimento paulista não era de caráter regionalista, efetivar a mobilização dos recursos humanos e materiais de São Paulo. Klinger, assim, imediatamente solicitou a Francisco Morato e ao general Isidoro Dias Lopes que redigissem um novo manifesto definindo

²⁸⁹ Klinger, Bertoldo, Euclides Figueiredo, Othelo Franco, José Lobo e Argemiro de Assis Brasil. Nós e a Ditadura: a jornada revolucionária de 1932. slp, scp, 1933, p. 19-20.

²⁹⁰ FIGUEIREDO, Op.Cit., p. 144-146.

oficialmente a finalidade do movimento (“reintegrar o país na ordem legal”) e seus propósitos imediatos ao alcançar o poder, que seriam estabelecer uma junta governativa, pôr logo em vigor a Constituição de 1891, harmonizando-a naturalmente com as prerrogativas necessárias da própria junta, e convocar a Assembléia Constituinte. O manifesto, divulgado no mesmo dia, levava as assinaturas de Pedro de Toledo, Isidoro, Klinger, Morato e Antônio de Pádua Sales.

Klinger procurou reforçar esse pronunciamento com uma proclamação sua concitando os habitantes do Rio de Janeiro a se sublevarem, “*Cariocas! Que esperais?*” perguntou e, ao mesmo tempo, ele e o coronel Júlio Marcondes Salgado, chefe da FPP, dirigiram declarações separadas à Força Pública Mineira pedindo sua ajuda. No dia seguinte, os cinco porta-vozes revolucionários apelaram publicamente para o governador Olegário Maciel.²⁹¹

Os apelos, porém, foram em vão. São Paulo permanecia sozinho. O “contingente” gaúcho que socorreu os paulistas em julho consistia de um só homem: João Neves da Fontoura, que se escondera no Rio de Janeiro até arranjar um avião particular e um piloto que o levasse para São Paulo, missão finalmente cumprida na noite de 23 de julho.

Três dias antes de deixar a capital federal, Neves dirigiu uma carta a Borges de Medeiros, instando-o a lançar a rebelião no Sul. O fato de tropas gaúchas estarem “*apunhalando São Paulo pelas costas era uma ignomínia e uma estupidez. (...) Que quer o Sr. que façam [sic] a guarnição do Rio e Minas, se o Rio Grande falha estrepitosamente e ainda se prepara para agredir São Paulo? (...) Qual o desfecho? Não sei. Tudo pode acontecer. Se o Rio Grande agir sem demora, a partida ainda estará ganha e bem ganha. Quanto [a ele], pretendia juntar-se às tropas paulistas. Declarando enfaticamente que preferia morrer com elas a viver, se o Rio Grande sair degradado.*”²⁹²

De chegada a São Paulo Neves foi levado imediatamente por Aureliano Leite para uma entrevista com Klinger, a quem disse com otimismo que seria necessário São Paulo resistir apenas quinze dias. Nesse intervalo, explicou, era de esperar que Minas Gerais e o Rio Grande do Sul se pronunciassem contra o Governo Provisório, e nesse

²⁹¹ KLINGER. Op. Cit., 92-97 e Folha da Manhã (São Paulo) em 14/7/32 p. 1 e 3.

²⁹² Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC- correspondência trocada entre João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros em 20/07/32.

caso, o general João Gomes levantaria a guarnição no Rio de Janeiro. Perguntou então a Klinger se trouxera de Mato Grosso as tropas prometidas.

Klinger, no entanto, para levantar o moral das tropas, avisou aos principais comandantes paulistas que, de acordo com Neves, a revolução estava em marcha no Sul e forças gaúchas amigas se encontravam a caminho de São Paulo.²⁹³ Entretanto, não haveria levante bem-sucedido no Rio Grande do Sul, não haveria levante no Rio de Janeiro e, exceto pequenas defecções de tropas, a ajuda de Minas Gerais também seria nula.

A necessidade de contar apenas com seus próprios recursos criavam perspectivas sombrias para os paulistas. Havia aproximadamente 7.000 praças do Exército na II Região, pouco mais de 12.000 reservistas de primeira categoria, e os batalhões da FPP já mobilizados representando quase 8.000 homens.²⁹⁴ Estes serviriam em todas as frentes, mas seu emprego gerou vigoroso protesto de pelo menos um de seus comandantes, que, lembrando as promessas feitas pelo coronel Salgado, taxou de “verdadeira traição” o envio da FPP para as frentes, “não protestei publicamente contra o ato que atirou a Força Pública e este grande Estado à revolução porque, infelizmente, o povo incontinenti a aceitou, entusiasticamente,” declarou em carta a Marcondes Salgado em 12 de julho.²⁹⁵ Foi justamente esse entusiasmo popular que possibilitou a rápida mobilização de reservistas e voluntários, que engrossaram as fileiras paulistas até atingirem homens em armas.

O alistamento de civis ficava a cargo da MMDC, sigla que nos meios públicos e na imprensa paulista passou a ser utilizada também com o sentido de “Mata Mineiro Degola Carioca”²⁹⁶, imediatamente organizou comissões de propaganda cívica e as enviou às cidades do interior do Estado onde, com a cooperação da polícia e das prefeituras, concitavam o povo a fazer sacrifícios e contribuições para a causa paulista.

A reação popular superava todas as expectativas, “entusiasmo aqui é excessivo,” telegrafou Klinger a Figueiredo, em Lorena, no dia 14 de julho. Assediado por

²⁹³ Telegrama trocado entre Klinger e Figueiredo referente a real situação da Circunscrição Militar do Mato Grosso em 23/7/32- Arquivo Bertoldo Klinger-CPDOC.

²⁹⁴ Estado-Maior do Exército memorando “Efetivo existente na 2ª região Militar em 8/7/32, EME-memorando nº 3 de 16/7/32- Arquivo Histórico do exército e FIGUEIREDO. Op.Cit. p. 170.

²⁹⁵ CARVALHO e SILVA, Herculano. Op. Cit. p. 20.

²⁹⁶ CARVALHO, Francisco Affonso de. Capacete de Aço: cenas da lucta do exército de leste no Valle do Parayba. Prefácio do General Gois Monteiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933, p. 147.

“inúmeros” reservistas e voluntários, um juiz de direito em Faxina pedia urgentemente a São Paulo, em 16 de julho, autorização para requisitar passagens de trem para eles. Joaquim Sampaio Vidal, diretor do Departamento de Administração Municipal, baixou instruções no dia seguinte para as prefeituras custearem as despesas de arregimentação local e de aquartelamento dos voluntários até que pudesse ser arranjado transporte para a capital.²⁹⁷

O processo todo se tornou logo um grande festival de civismo. “A MMDC continua recebendo de todas [as] espécies e procedências numerosos oferecimentos [de] voluntários, reservistas, gêneros alimentícios, animais, automóveis, donativos em dinheiro, serviços profissionais e tudo quanto interessa [à] luta pela constituição e pelo Brasil,” informou Fernando Costa, representante da MMDC, em 17 de julho.

Dois dias depois, Costa observava que o alistamento de voluntários era “cada vez mais intenso” e que diariamente “grandes contingentes” chegavam a São Paulo procedente das diversas zonas do Estado. Klinger tomou o cuidado de assegurar que não houvesse conscritos nos batalhões assim formados, “pois que ninguém é obrigado a servir à nossa causa”.²⁹⁸

Os diversos batalhões de irregulares levavam nomes tais como *Batalhão Universitário*, *Batalhão de Ferroviários*, *Batalhão Pais Leme*, *Batalhão Borba Gato e Batalhão 9 de Julho entre muitos outros*. Havia até um *Batalhão da Legião Negra*, organizado sob o comando do capitão Gastão Goulart, o qual designou “*Fiscais autorizados a requisitar passes [nas] estradas de ferro do Estado para todos os homens de cor, de preferência reservistas, que queiram alistar-se [na] Legião Negra de São Paulo*”, foram as instruções enviadas às delegacias de polícia.²⁹⁹

Como indicam alguns dos nomes dos batalhões, o entusiasmo pela causa atingia diversos grupos e classes da sociedade paulista. Um capitão da FPP, subcomandante do Batalhão 9 de Julho que foi feito prisioneiro por forças federais em 21 de julho, doze dias depois do início da guerra, disse aos seus interrogadores que o Batalhão, com efetivo de 300 homens, era composto de reservistas, estudantes, médicos, funcionários

²⁹⁷ FIGUEIREDO. Op.Cit. p. 168.

²⁹⁸ Correspondências trocadas entre Fernando Costa para o delegado da cidade de Faxina- 17/07/32; Otavio Costa para o delegado da cidade de Areias e Queluz- 15/7/32; Osvaldo Vila Bela para os serviços técnicos na cidade de Bauru- 28/7/32- Arquivo histórico do Exército.

²⁹⁹ Correspondências trocadas entre os Delegados Regionais de Polícia de Itapetininga, Itararé e Faxina, nas seguintes datas 15/7/32; 21/7/32; Arquivo histórico do Exército. Além de KLINGER. Op.Cit. p 112.

do Instituto do Café, da Secretaria da Fazenda e outros órgãos, acrescentando “*que o moral da tropa é excelente e que o entusiasmo em São Paulo era indescritível, pois até moças acompanham as unidades como enfermeiras*”.³⁰⁰

O coronel Brasília Tabora, comandante das forças paulistas no Sul, um mês depois escrevia a um amigo comentando que “*tenho em quase todos os batalhões, como soldados, centenas de médicos, engenheiros, advogados, industriais, fazendeiros, muitos homens notáveis pela cultura, pela fortuna, pela clínica, pelo valimento social enfim*”.³⁰¹

Havia, entretanto, desvantagens em ter que recorrer ao emprego de unidades irregulares. Os contingentes de voluntários eram numerosos, mas geralmente consistiam em grupos de pouco mais de duzentos homens, pequenos demais para serem utilizados como batalhões de guerra normais³⁰², onde o efetivo de um batalhão deveria ser de 1000 homens, obrigando os comandantes de tropas a fundir quatro ou cinco batalhões de voluntários,³⁰³ o que às vezes criava problemas de comando e de disciplina. Também se tratava de elementos que, por definição, em sua grande maioria não possuíam experiência militar, o que gerava seus próprios exemplos de indisciplina.

O adido militar norte-americano na época frisava isso em suas análises, e o capitão do Exército Joaquim Alves Bastos, que se tornou chefe do Estado-Maior do Setor Sul, ao mesmo tempo em que reconhecia as qualidades de abnegação e até de heroísmo que caracterizavam os voluntários em geral, atribuía à sua falta de experiência e instrução militar parte considerável da responsabilidade pela debandada das tropas paulistas no Sul, nas primeiras semanas da guerra.³⁰⁴ Joaquim Alves Bastos declararia em telegrama enviado à Getúlio Vargas sua opinião pessoal referente a estas unidades: “Batalhão patriótico, por melhor boa vontade, nada poderá fazer diante de um inimigo em força”³⁰⁵.

³⁰⁰ Capitão Cicero Brandão em interrogatório, cidade de Barra Mansa, 23/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

³⁰¹ BASTOS, Justino Alves (capitão). *Palmo a Palmo: luta no sector sul*. 3a ed. São Paulo, Paulista, 1932, p. 11.

³⁰² Vide ANEXO 3.

³⁰³ *Ibid.* p.9.

³⁰⁴ BASTOS.Op.Cit., p. 30-32.

³⁰⁵ Telegrama do Estado-Maior do Setor Sul em operações, para Getúlio Vargas, sem data, mas podemos aferir que este telegrama fosse do mês de julho.

O testemunho de Figueiredo a respeito seria no mesmo sentido, “*chegavam-nos brilhantes batalhões de voluntários de São Paulo, uma mocidade estuante de vida e entusiasmo, mas de tal sorte inexperta, que muitos dos rapazes nem sabiam manejar o fuzil.*”³⁰⁶

Havia outro fator que limitava severamente o emprego dos voluntários: a falta de armamentos. Essa deficiência provinha em parte da convicção de que a guerra seria de curta duração. Paulo de Moraes Barros, secretário de Finanças de São Paulo, “constantemente” abordava o assunto de armamento durante a conspiração. Todavia sempre ouvia a mesma resposta otimista dos chefes militares, de que o movimento seria apenas uma incurção à capital federal: “mas nós vamos fazer uma passeata ao Rio (...) o que temos é mais que suficiente”. O comandante da Força Pública Paulista, Marcondes Salgado, sondado “várias vezes” a respeito da necessidade de fazer encomendas no exterior, mostrava-se otimista, explicando a Moraes Barros que a FPP possuía mais de 8.000 fuzis e 3.000.000 de cartuchos. Isidoro Dias Lopes lembrava, outrossim, que Klinger traria do Mato Grosso vários homens com suas armas.

O mais realista dos militares, lembraria Moraes Barros, fora Figueiredo, que “*sempre insistiu para que se procedesse com o máximo rigor, fazendo-se um balanço exato das nossas possibilidades quanto ao armamento e material bélico*”³⁰⁷.

Entretanto, fez-se apenas uma tentativa de adquirir armas no estrangeiro. Próximo do início do conflito, Marcondes Salgado, sem especificar o mercado, mandou consultar Klinger sobre a possibilidade de obter armas e munições. Klinger, ainda no Mato Grosso, ficou perplexo com o pedido, mas, através da guarnição de Corumbá, sondou sem resultado o comandante boliviano em Puerto Suárez sobre possíveis compras.³⁰⁸ Após a eclosão da rebelião, porém, a ajuda que deveria apresentar-se do Mato Grosso não se materializou, e Marcondes Salgado fez uma descoberta infeliz: os 3.000.000 cartuchos pertencentes à FPP estavam “*quase que inteiramente imprestáveis*”, enquanto mais de 60 por cento dos fuzis se danificavam-se depois de três tiros.³⁰⁹

³⁰⁶ CARVALHO e SILVA. Op.Cit. p. 212; FIGUEIREDO. Op. Cit. p. 205.

³⁰⁷ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 174-175.

³⁰⁸ KLINGER. Op. Cit. p. 205.

³⁰⁹ KLINGER. Op.Cit. p. 261-262 3 05. CARVALHO e SILVA. Op.Cit. p. 245; FIGUEIREDO. Op.Cit. p. 199.

Daqueles fuzis, aliás, os mais novos, cerca de 40 por cento do total, eram modelo Mauser 1908, enquanto o resto datava até de 1893. Da II Região a FPP recebeu mais 7.800, mas 36 por cento deles eram modelo 1895 descalibrados.³¹⁰

Analistas do EME calculavam em 18.500 o número de fuzis em mãos das tropas da II Região, mas o então major Carlos de Carvalho Abreu, diretor do Serviço de Material Bélico do Exército Paulista, notificava um total de 29.000, dos quais 5.000 descalibrados. Enquanto o EME achava que a Região possuía 28 canhões, na realidade dispunha de mais de 50 (distintos modelos em sua maioria modelos Krupp 75mm; Krupp 105 mm; Schneider 75 mm e Saint Chamond³¹¹ 75 mm), ainda assim um número bastante reduzido. Distribuídas nas diversas unidades da Região estavam 149 metralhadoras (de distintos modelos, na sua maioria eram submetralhadora Bergmann, modelo 1918) e 525 fuzis-metralhadoras (hotchkis, modelo 1921). Em termos de tiros, o major Abreu possuía para distribuição apenas 6.000.000 de fuzil e 3.500 de artilharia.³¹²

A situação material era crítica desde o início, e as reclamações dos comandantes paulistas nos diversos teatros de operações começaram imediatamente. A primeira comunicação que Figueiredo enviou a Klinger, após ter assumido o comando das tropas no Vale do Paraíba, pedia munição para poder iniciar uma ofensiva,³¹³ estabelecendo o tema de boa parte das comunicações entre o Alto Comando e as unidades nas frentes.

Tão graves eram as perspectivas que Klinger, em 17 de julho, mandou pedir ao coronel Oscar Paiva, em Mato Grosso, que remetesse com urgência todas as armas e munição que pudessem ser dispensadas, pedido que renovou no dia seguinte, sugerindo até que sustasse a mobilização de novos batalhões de polícia para maior disponibilidade de armas.³¹⁴ O coronel Paiva acabou fornecendo apenas 450 fuzis e 80 mosquetões, com

³¹⁰ Memorando escrito pelo tenente Benedito Santo, chefe do Almojarife da Força Pública Paulista intitulado “Fuzis existentes no início do movimento constitucionalista” datado de 2/8/32; CARVALHO e SILVA. Op.Cit. p. 43.

³¹¹ Vide < http://landships.info/landships/artillery_articles/75mm_Mle_1915_St_Chamond.html>

³¹² EME- Relação do Armamento existente na 2 Região Militar datado de 8/7/32- Arquivo Histórico do Exército; Correspondência trocada entre Bertoldo Klinger e o coronel Carlos de Carvalho Abreu em 28/7/32- Arquivo Bertoçdo Klinger-CPDOC.

³¹³ FIGUEIREDO. Op.Cit. p. 169.

³¹⁴ Ibid. p. 171-172.

aproximadamente 150.000 tiros variados, do pequeno estoque de 5.000 fuzis da Circunscrição Militar.³¹⁵

Foi, assim, com poucas possibilidades de sucesso e enfrentando enormes problemas materiais que os líderes paulistas assumiam a tarefa de travar a guerra contra um adversário numérica e materialmente superior.

A estrutura de comando³¹⁶ definida nas primeiras duas semanas do levante era relativamente simples. Klinger, o chefe supremo, dirigia teoricamente, as operações de seu quartel-general na capital paulista, assistido por seu estado-maior cujo chefe era o tenente-coronel Osvaldo Vila Bela e Silva, que com ele servira no Mato Grosso.

A grande maioria das tropas do Exército Paulista estava enquadrada no Grupo de Destacamento do Vale do Paraíba, ou 2ª Divisão de Infantaria em Operações (DIO), comandada por Euclides Figueiredo, que assumiu o cargo logo depois de investir Klinger no comando supremo. Seu chefe de estado-maior era seu amigo, coronel Palimércio de Resende, e serviam com ele vários civis, inclusive Júlio de Mesquita Filho.

A 2ª DIO, que, de acordo com seu chefe, nunca possuiu mais que 20.000 homens,³¹⁷ tinha, a partir da segunda semana da luta, cinco destacamentos, além das tropas diretamente sob o controle de Figueiredo. A outra frente importante era a fronteira São Paulo-Paraná (o “Setor Sul”), onde os rebeldes possuíam dois núcleos de concentração: o do Baixo Paranapanema, cujo comandante era o coronel reformado da FPP, Pedro Dias de Campos, e o de Itararé, primeiro sob o comando do coronel Cristiano Klingelhofer, também reformado da FPP, e, depois chefiado pelo coronel Brasília Taborda, cujo chefe de estado-maior era o capitão Joaquim Alves Bastos. Segundo Taborda, as tropas sob seu controle oscilavam entre 3.000 e 5.000 homens, na sua maioria irregulares.³¹⁸

Embora tivesse o título de “comandante supremo”, Klinger na realidade se limitava mais a tentar providenciar material e tropas para comandantes individuais, ou a coordenar e distribuir informações, do que a definir planos de batalha. Havia unidades sob seu controle direto, o coronel Dias de Campos, por exemplo, mas Figueiredo,

³¹⁵ KLINGER.OpCit. p. 124.

³¹⁶ Vide Anexo 5.

³¹⁷ FIGUEIREDO.Op.Cit., p. 170.

³¹⁸ BASTOS. Op. Cit., p. 8.

dirigindo o grosso do exército, tinha completa liberdade de ação, e Klinger só esporadicamente fazia sugestões ou recomendações sobre operações. Propositadamente, Klinger deixava de freqüentar os diversos postos de comando, em parte por falta de tempo, mas em parte também para “não empanar o brilho dos astros locais”. Quanto à FPP, Klinger dava-lhe completa liberdade de movimentos, a fim de não ofender “os melindres da milícia e dos paulistas”.³¹⁹

Um problema básico, no que diz respeito às relações entre Klinger e os outros próceres, era que, já antes dele ir para São Paulo, criou-se um ar de prevenção, da forma pela qual o levante fora precipitado. Posteriormente ao chegar sem o efetivo das tropas prometidas, que deveriam ter acompanhado ele desde sua saída do Mato Grosso, os ressentimentos se aprofundaram. De acordo com o depoimento de Euclides Figueiredo o “o general Bertoldo Klinger é um desses homens cuja vontade não se torce, mesmo à evidência da mais pura razão; tomada uma resolução como chefe, ele dá por encerrado o assunto, fecha os olhos e os ouvidos, e quer a sua execução (...) Julga-se incapaz de um erro e despreza, por isto, as observações dos que o cercam.”³²⁰

Pela própria confissão de Klinger, surgiram atritos entre ele e várias personalidades, de Valdemar Ferreira e Moraes Barros à Isidoro Dias Lopes e, principalmente, Figueiredo. Aliás, um dos motivos do retraimento de Klinger, quanto às operações no Vale do Paraíba foi justamente, em suas palavras, o “notório esfriamento de minhas relações pessoais com o cel. Figueiredo”. Da parte de Klinger, o distanciamento começou quando este tomou conhecimento de um telegrama áspero que Figueiredo mandou em julho ao governo estadual culpando Klinger por sua falta de recursos bélicos.

Pouco depois, Klinger procurou Figueiredo no quartel-general deste para propor uma manobra militar. Nessa ocasião, lembrava Klinger, “chegou ao seu auge o desmascaramento da hostilidade do coronel contra o general”. A atmosfera tornou-se tão agressiva que um dos auxiliares de Klinger, num gesto defensivo, quase sacou sua arma. Posteriormente, segundo Klinger, haveria até uma conspiração para removê-lo da qual Figueiredo participou ativamente.³²¹

³¹⁹ FIGUEIREDO.Op.Cit., p. 169 e KLINGER.OpCit. p.190 e 213.

³²⁰ FIGUEIREDO.Op.Cit., p.87.

³²¹ KLINGER.OpCit. p. 186, 213-216.

3.3.2. *Preparação para a guerra pelo lado federal*

Enquanto no acampamento rebelde reinava entusiasmo popular, e, no Alto Comando, dissidência e pessimismo, o governo federal intensificava a pressão sobre São Paulo e acelerava a mobilização de suas forças para o ataque, que ainda esperava evitar. Vargas, em 11 de julho, aprovou um decreto fechando todos os portos do litoral paulista ao tráfego marítimo, e divulgou um manifesto rememorando seus esforços em prol da reconstitucionalização,³²² lembrete dirigido não só à opinião internacional, mas também aos líderes paulistas. Góis Monteiro, ao mesmo tempo, lançava seus próprios manifestos, um apelando para as tropas da II Região se unirem ao resto do Exército e outro, visando às forças federais, que proclamava a unidade nacional em torno do governo.³²³

Os porta-vozes federais não escondiam sua disposição em terminar com a guerra antes de ela começar, e houve tentativas de negociação nesses primeiros dias. Góis, por exemplo, nos dias 11 e 12, recebeu emissários paulistas, enviados pelo coronel José Joaquim de Andrade, comandante de um dos principais destacamentos do exército de Figueiredo, mas rejeitava a principal exigência rebelde, a deposição de Vargas.³²⁴

Também nesse período houve contatos indiretos e correspondência entre Figueiredo e Andrade, por um lado, e, por outro, entre os coronéis Otávio Pires Coelho, comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (RCD), e João Guedes da Fontoura, comandante do 2º RI, mas os resultados foram igualmente negativos. Dois emissários de Figueiredo, na volta de um encontro com os oficiais federais, levaram fogo da vanguarda governista, tendo sua motocicleta com *side-car* sido furada por balas.³²⁵

Góis Monteiro chegou à mesma conclusão. Em telegrama ao coronel Daltro Filho, comandante do 3º RI, então em Resende, em 12 de julho, informou que os “políticos inescrupulosos” de São Paulo estavam usando a idéia de um acordo negociado só para ganhar tempo. “As hostilidades devem prosseguir [com] toda firmeza

³²² BRASIL. Coleção das Leis do Brasil- ano 1932- Lei n. 21.605 de 11/7/32 e relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América de 12/7/32 p. 390-392.

³²³ Periodico A Pátria de 12/7/32, p.1 e 4.

³²⁴ Correspondência trocada entre Bertoldo Klinger e Aguinaldo Caiado de Castro em 26/7/32- ArquivoBertoldo Klinger-CPDOC e KLINGER.Op.Cit., p. 230-233.

³²⁵ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 158-162.

[no] sentido [de] resolver rapidamente [a] situação. (...) Nenhuma concessão deve ser feita [aos] sublevados sem ser na base [da] absoluta submissão [ao] governo provisório.”³²⁶

Numa ordem do dia emitida ao mesmo tempo, Góis exortava as tropas legalistas a se empenharem tenazmente na luta, “soldados do Norte, do Centro e do Sul do Brasil: marchai resolutamente para a frente, descobri e atacaí o inimigo da pátria onde ele aparecer (...) Nenhuma hesitação. Sede implacáveis com qualquer traidor. ...”³²⁷

Vargas também não estava disposto a transigir quanto à necessidade da rendição incondicional dos rebeldes, e rapidamente convenceu-se de que a confrontação militar era inevitável. Quando Borges de Medeiros e Raul Pilla dirigiram um telegrama a Francisco Morato e Altino Arantes, no dia 12 julho, indagando como seria recebida uma proposta de armistício para permitir negociações de paz, os líderes da Frente Única Paulista (FUP) responderam em tom desafiador dizendo que, contanto que tal proposta partisse do governo, ela seria estudada, mas que os paulistas estavam “resolutos” e pretendiam atingir seus objetivos. Inteirado dos termos dessa correspondência, Vargas indignou-se, “a resposta dada é grosseira (...), pois, após desencadear a luta, querem ainda que eu lhes proponha a paz, fórmula que seria, para mim, aviltante, se eu concordasse (...) Não é o governo que está em jogo: é o país todo contra um Estado rebelde.” disse Vargas em telegrama transmitido a todos os interventores no dia 13.³²⁸

Ao governador Olegário Maciel, em Belo Horizonte, Vargas enviou uma mensagem de firme resolução. “Os rebeldes, sentindo-se perdidos, começam a ofensiva da paz, procurando impressionar por todos os meios, com o fito de deprimir o espírito público e abater o entusiasmo das tropas,” disse. “Precisamos manter-nos firmes e vigilantes para consolidar a obra da revolução.” No dia seguinte avisou também a Flores da Cunha que era preciso primeiro impor a autoridade do governo para depois tratar de questões políticas. “Precisamos dominar a sedição militar, não atrapalhando com a política,” comentou Vargas.³²⁹

³²⁶ Telegrama de 12/7/32 trocado entre Goís Monteiro e Daltro Filho- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional.

³²⁷ Periodico A Pátria de 13/7/32 p. 1 e Correio da Manhã de 13/07/32 p. 3-4.

³²⁸ Correspondência enviada em 13/7/32 aos interventores por Getúlio Vargas. Arquivo getúlio Vargas-CPDOC.

³²⁹ Telegramas de Getúlio Vargas aos interventores federais em 13/7/32; Vargas a Flores da Cunha em 14/7/32 e Vargas para Olegário Maciel em 14/7/32. Arquivos Getúlio Vargas-CPDOC.

A estrutura de comando das forças federais ficou esclarecida nesse período. Para chefe das operações no Sul, com base na V Região Militar no Paraná, Góis Monteiro propôs a Vargas o nome de seu amigo e antigo chefe na Diretoria de Aviação antes de 1930, o general Álvaro Mariante, todavia jovens oficiais “revolucionários” no Paraná imediatamente manifestaram forte oposição, levando Vargas a nomear o general Valdomiro Castilho de Lima, enquanto Mariante foi colocado no comando da I Região em substituição ao próprio Góis. Lima, reformado voluntariamente há vários anos, além de sua bravura tinha uma qualidade imprescindível: era absolutamente leal a Vargas, sendo seu tio por afinidade.

Com o título de “comandante do Destacamento Sul”, Lima assumiu seu posto, substituindo também o suspeito coronel Meira de Vasconcelos no comando da V Região e insistindo, com sucesso, desde o início em que todas as tropas que entrassem no Paraná ficassem sob seu comando. Até o fim do mês, Vargas baixaria um decreto revertendo-o à atividade com o posto de general-de-brigada.³³⁰

Góis Monteiro foi investido no comando supremo do “Destacamento do Exército Leste”, que agiria no Vale do Paraíba e que incluía a 1ª e a 4ª divisões de infantaria. Aquela, sob seu controle direto, era dividida em quatro destacamentos principais; a 4ª DI era comandada pelo coronel (e depois general) Francisco Jorge Pinheiro e também consistia de diversos destacamentos. Em 15 de julho, por decisão de Vargas, criou-se o Destacamento de Cunha, constituído de algumas centenas de fuzileiros navais, uma seção de artilharia de montanha, e batalhões de voluntários, sob o comando de João Alberto. A missão desse destacamento, que formava parte do Exército do Leste, era operar na Serra do Mar, na região de Cunha, ameaçando as comunicações e o flanco das forças rebeldes no Vale do Paraíba.

João Alberto, aliás, pretendia originalmente lançar ataques na retaguarda inimiga na região de Guaratinguetá, Lorena e Caçapava. No final do mês de julho, o capitão Nelson de Melo, secretário de Segurança Pública em Pernambuco, substituiu João Alberto no comando do destacamento.³⁸ Em 22 de julho, ainda outro destacamento foi estabelecido sob o comando do coronel Manuel Rabelo, consistindo em unidades policiais do Mato Grosso e Goiás, com alguns poucos elementos da Força Pública Mineira. As instruções de Rabelo eram para concentrar-se em território mineiro, na região de Uberabinha, organizar seus recursos, e então deslocar-se “para a região de

³³⁰ COUTINHO. Op. Cit., p. 198.

Sant'Ana do Parnaíba, de onde atuará em direção a Três Lagoas, a fim de interceptar as comunicações de São Paulo com Mato Grosso”.³⁸ Rabelo inicialmente tomaria parte das forças de Góis Monteiro, mas acabaria agindo independentemente.

O papel do Estado-Maior do Exército (EME), enquanto o general Tasso Fragoso o chefiava, era restrito. No início do conflito, Tasso declarou que “a revolução de São Paulo colheu o Estado-Maior de surpresa” e que, portanto, não havia elaborado planos para enfrentar a emergência.³³¹ No EME reconhecia-se a necessidade de “uma perfeita coordenação” de esforços nos vários setores, mas na atmosfera de confusão e improviso, e em face das informações incompletas e às vezes contraditórias que chegavam, e dado o freqüente envolvimento dos interventores e polícias estaduais na condução das operações, era difícil estabelecê-la. Reclamavam analistas no EME de que “parece que algumas autoridades não estão ainda compenetradas dessas necessidades (...), pois estabelecem ligações irregulares com outras, movimentam forças, tomam iniciativas sem consulta ao órgão autorizado para a direção das operações”.³³²

Inicialmente Tasso procurava orientar a ação nas diversas frentes, enviando instruções sobre a mobilização, preparo e emprego de tropas. Quando se tratava, porém, de uma instrução ou recomendação de alcance estratégico mais amplo e talvez de implicações políticas, Tasso encaminhava o documento ao ministro da Guerra na esperança de que pudesse ser obtida a aprovação de Vargas, que mostrava agudo interesse pelas operações, visitava o quartel-general no Vale do Paraíba, pedia informações sobre os combates, e se comunicava pessoal e regularmente com Góis Monteiro, Valdomiro Lima e os interventores federais para tratar da campanha militar.

Em diversos momentos Tasso Fragoso não era informado se a instrução fora transmitida ou não.³³³ O chefe do EME, por outro lado, carecia de prestígio “revolucionário”, e seu conhecido sentimento pessoal a favor dos paulistas provocava profundas suspeitas. Era impossível para Tasso impor a autoridade do EME sobre um líder político-militar como Góis Monteiro, que agia com grande margem de autonomia na chefia do grosso das tropas. O resultado de tudo isto foi que as operações de guerra

³³¹ EME- memorando enviado por Tasso Fragoso à Góis Monteiro e Getúlio Vargas datado de 19/07/32- Arquivo Histórico do Exército.(15 folhas)

³³² Ibid. p. 9

³³³ Vide diversas anotações pessoais de Tasso fragoso para os comandantes militares e o próprio chefe do Governo Provisório, onde solicita esclarecimentos referentes a medidas que devem ser tomadas pelo EME para melhor condução das necessidades da guerra. Arquivo Histórico do Exército.

federais foram conduzidas sem a coordenação central efetiva, teoricamente a função do EME, todavia seu papel de fato somente foi realizado com eficácia no período final do conflito.³³⁴

Como ocorrera em São Paulo, atritos e divergências entre chefes militares marcavam a conduta da guerra do lado federal. Em parte as dificuldades se originaram na competição por recursos materiais escassos — tropas, armas, munições, meios de transporte e aviação —, mas havia também a inevitável rivalidade profissional e, às vezes, desavenças pessoais. Getúlio Vargas em seu diário faz a seguinte anotação: “surgiram diversos pequenos dramas de bastidores por causa da competição entre os generais-tenentes e os tenentes que eram generais políticos, que não chegaram ao conhecimento do grande público” especialmente a rivalidade entre Valdomiro Lima e Góis Monteiro, estimulada pelas vitórias que o Destacamento Sul cedo obteve.

Um exemplo claro desta disputa, pode ser mencionado no telegrama que Valdomiro Lima enviou a Valder Sarmanho, cunhado de Vargas, onde queixava-se de que não estava recebendo as tropas que precisava e atribuía isto ao general Mariante, um “reacionário e cínico”, a quem acusava de querer “vingar-se” dos oficiais da V Região por tê-lo repudiado, praticando “toda sorte [de] indignidades prejudiciais [a] esta frente. (...) é ele elemento passivo [nas] mãos enigmáticas [de] Góis [em] cujo intuito talvez [o] chefe [do governo provisório] não tenha pensado quando empenhou-se [em dar o] comando [a] Mariante [d]esta frente”.³³⁵⁴⁴

Dentro do comando do Destacamento Sul, aliás, havia profundos choques entre Valdomiro e seu estado-maior. Escrevia o capitão Dilermando de Assis, subordinado do comandante, “o general Valdomiro não procura, não sabe e/ou não gosta de fazer amigos, dentro de sua classe (...) Repele, pelo seu temperamento ríspido, rude, às vezes chocante, todas as afeições que suas extraordinárias virtudes excitam.(...)”.³³⁶ Membros de seu estado-maior relegados a segundo plano tendiam a atribuir a aparente má vontade do general para com eles ao fato de ele estar aposentado há vários anos e por isso não

³³⁴ Interessante documento produzido pelo coronel Pedro Cavalcanti intitulado “ Estudo complementar sobre a necessidade de um Comando Geral para as forças em Operações”, memorando produzido pelo EME em 23/9/32- Arquivo Histórico do Exército (34 folhas).

³³⁵ VARGAS. Op. Cit. P. 245-61; Correspondência trocada entre Valdomiro Lima e Válter Sarmanho em 11/9/32- Arquivo Valdomiro Lima-CPDOC>

³³⁶ ASSIS, Dilermando de (major). Vitória ou Derrota?: memórias da campanha contra São Paulo, no setor Sul, em 1932. Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1936, 60-61.

desejar “fazer figura feia” diante de oficiais mais jovens que tinham instrução e treinamento atualizados, “a tal ponto chegou a divergência de orientação técnica entre os oficiais do Estado Maior, e o ilustre chefe (...), que se cogitou de solicitar ao governo a sua substituição ou a retirada de todo esse grupo de oficiais, visto como parecia não haver possibilidade de se estabelecer entre ambos a devida e indispensável harmonia...”³³⁷

Conflitos semelhantes não se verificaram no quartel-general do Exército Leste. Góis Monteiro diria de seu chefe de estado-maior, coronel Pantaleão Pessôa, que era “um dos mais distintos oficiais do nosso Exército, possuindo qualidades de inteligência, operosidade assombrosa e vasta cultura”.³³⁸ Os dois homens, embora de temperamentos distintos, trabalhavam em absoluta harmonia, e Góis Monteiro dependia das sugestões e conselhos militares do coronel, que se cercava de auxiliares dedicados e competentes. Esboços de diversos memorandos e ordens escritos na letra de Pessôa e assinados por Góis Monteiro indicam o quanto este contava com, e confiava em, seu chefe de estado-maior.

Mas tudo não corria bem dentro do Exército Leste. Góis Monteiro e Manuel Rabelo, por exemplo, após seus choques em São Paulo antes da rebelião paulista, haviam se incompatibilizado, e agora suas relações tendiam a ser rispidas. Desde o início houve recriminações e acusações mútuas em torno de prioridades no fornecimento de recursos às diferentes zonas. Góis, ao saber do estabelecimento do Destacamento Rabelo, protestou vigorosamente, advertindo Vargas, em carta particular, de que era imprescindível evitar uma dispersão de esforços. Em sua correspondência Góis enfatizaria que o “Mato Grosso, por enquanto, não precisa mais do que a tropa lá existente, para cobrir a população fiel e policiar as fronteiras contra a entrada de homens e material, (...) Não convém estar mandando oficiais e munições para locais verdadeiramente secundários, onde nenhuma decisão poderá ser obtida.”³³⁹

Em ofício secreto dirigido ao governo, retomou a temática de sua carta, “a organização e missão dadas ao Destacamento Rabelo não resistem à crítica mais elástica e benevolente, e só um pretexto de ordem Pessoal e política poderá justificar sua

³³⁷ Ibid. p. 73-78.

³³⁸ COUTINHO. Op.Cit. 182.

³³⁹Correspondência de Góis Monteiro à Getúlio Vargas em 23/7/32- Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional.

criação, (...) É uma tropa perdida. (...) Para que leva o Rabelo essa força? Para gastar e não agir. Precisamos de força aqui no setor do Paraíba ou no de Minas. No de Mato Grosso parece troça ou exibição.”³⁴⁰

Rabelo, por sua vez, embora subordinado a Góis Monteiro, passava por cima dele, apelando não só para o EME e o Ministério da Guerra mas para Vargas também, criticando ao mesmo tempo seus superiores, afirmava o mesmo que “é inadmissível (...) que não se atenda às circunstâncias e se procure *sabotar* a minha ação, (...) retirando-me os elementos indispensáveis de êxito, para satisfazer a mesquinhas vinganças pessoais sob pretexto de absoluta necessidade de acudir à frente do Vale do Paraíba, verdadeiro sorvedouro de homens e recursos, sem resultados compensadores.”³⁴¹

Os pedidos insistentes de Rabelo para tropas da FPM ampliaram as divergências em agosto e, quando se recusou a cumprir com uma missão indicada pelo general Pinheiro, Góis Monteiro mandou desligar seu destacamento do Exército Leste. Góis Monteiro enviaria a Rabelo e à Getúlio Vargas o seguinte comunicado “neste terreno não tenho nem tolero caprichos ou suscetibilidades desejando apenas [a] unidade [de] direção (...)”³⁴². Mais tarde, quando tentativas de obrigar Rabelo, já general, a abrir mão de um batalhão da FPM, fracassaram devido ao apoio dado pelo Ministério da Guerra, Góis telefonou para Osvaldo Aranha no Rio de Janeiro e pediu que encaminhasse a Vargas o seu pedido de demissão do comando do Exército Leste, justificando que “as razões (...) são decorrentes da indisciplina do general Rabelo(...) que persiste em não cumprir suas ordens, agindo sem nada participar ao seu comando.”³⁴³

O largo emprego da FPM, aliás, gerou um problema geral de relacionamento entre as forças estaduais e as do Exército em Minas Gerais. Logo que iniciou-se o levante paulista, o Ministério da Guerra mandou o coronel Cristóvão Barcelos àquele Estado para servir de chefe do Estado-Maior da FPM a fim de integrar suas atividades às da 4ª DI; Barcelos imediatamente assumiu o comando das operações da FPM e insistia em que todos os batalhões da FPM agissem como um destacamento

³⁴⁰ Ibid.; Osvaldo Aranha à Vargas em 27/7/32- Arquivo Osvaldo Aranha-CPDOC e Góis Monteiro Memória n 2 de 29/7/32- Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional.

³⁴¹ Correspondência trocada entre Getúlio Vargas e Tasso Fragoso com Manuel Rabelo durante o mês de agosto. Arquivo Manuel Rabelo e Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

³⁴² Correspondência de Góis Monteiro à Getúlio Vargas em 19/9/32- Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional.

³⁴³ Ofício enviado ao Ministro da Guerra em 2/9/32- Arquivo Histórico do Exército.

independente sob suas ordens, o que entrava em conflito com os planos do general Francisco Jorge Pinheiro. Em correspondência trocada entre Goís Monteiro e o general Pinheiro, este último afirmou categoricamente que “os maiores embaraços que tenho encontrado são provenientes da situação anômala da F. P. Mineira no que diz respeito ao Comando. (...) Era minha intenção usar esta milícia enquadrada entre forças do Exército nas diversas missões que surgissem. Porém o cel. Barcelos... assentou, após entendimentos com o governo de Minas, que seu emprego seria mais ou menos isolado, fugindo destarte ao meu comando.”³⁴⁴ Explicada a situação, o governador Olegário Maciel e o coronel José Gabriel Marques, comandante da FPM, imediatamente garantiram que as tropas mineiras estavam à espera de suas instruções. Todos os entraves não foram removidos imediatamente e, face à insistência de Pinheiro e de Góis Monteiro na criação de um comando único, as autoridades mineiras tomaram, em fins de julho, providências adicionais para subordinar efetivamente aquela milícia valiosa à autoridade do Exército.³⁴⁵

O conflito mais sério dentro do alto comando federal era, naturalmente, entre Góis Monteiro e Tasso Fragoso. Segundo Góis, o chefe do EME, após o primeiro choque entre eles na manhã do dia 10 julho, mostrava desinteresse total pelas atividades da 1ª Divisão, de acordo com Goís Monteiro “nem por ocasião do embarque do Quartel-General para o Vale do Paraíba em 12 de julho, ao menos por simples mascaramento, nem durante toda a jornada, o EME por seu Chefe, ou alguns por ele, deu sinal de existência.”³⁴⁶ Góis, assim, fazia questão de transmitir ao EME as memórias e relatórios que ele e Pessoa redigiam e, quando o general Espírito Santo Cardoso “inadvertidamente” remeteu a Tasso Fragoso uma cópia de um documento, Góis lhe pediu, “como medida de precaução, que não tornasse a fazê-lo”, a desconfiança de Góis era tamanha, que “resolvi não fornecer ao EME dados senão inócuos, do ponto de vista das operações, a fim de não mergulhar em suspeitas que pudessem comprometer a situação”.³⁴⁷

³⁴⁴TÁVORA. Op.Cit. p. 79; Telegrama de Francisco Jorge Pinheiro para Goís Monteiro em 19/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

³⁴⁵ Correspondência trocada entre Olegário Maciel, Pinheiro, Goís Monteiro, Capanema, diversas datas entre 20 e 25/7/32- Arquivos Capanema; Góis Monteiro e Olegário Maciel-CPDOC.

³⁴⁶ COUTINHO. Op.Cit. 182-184.

³⁴⁷ Memorando de 1/6/33- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional.

Vargas não compartilhava das suspeitas de Góis Monteiro e, inteirado da situação, escreveu-lhe no início de agosto instando-o, “com o fim de impedir melindres ofendidos e choques prejudiciais”, a manter Tasso Fragoso a par dos acontecimentos militares, continuou Vargas, “em resumo, é necessário um pouco mais de deferência, prestigiando a atuação do Estado-Maior(...). O general Tasso Fragoso é um homem de bem, ao fim da carreira militar, gozando da nossa consideração, razões suficientes a ponderar para que sua autoridade seja prestigiada.”³⁴⁸

Em vista da sugestão presidencial, Góis enviou uma carta ao chefe do EME aparentemente estendendo o ramo da paz, mas ao mesmo tempo deixando registrado, nos arquivos, o fato de o EME não estar orientando as operações militares. Declarou Góis “aproveito a oportunidade para dizer a V. Excia. que não tendo eu recebido nenhuma instrução ou ordem do Estado-Maior do Exército, me julgo no direito de supor que a minha atuação tem tido inteiro assentimento de V. Excia.(...)Rogo ainda a V. Excia. a bondade de me advertir toda vez que eu estiver contrariando as intenções do EME, indicando-me a maneira por que deverei conduzir as operações.”³⁴⁹

A troca de cartas com Góis Monteiro foi a gota que faltava para Tasso Fragoso. Em 16 de agosto, ele e o general João Ferreira Johnson, primeiro subchefe do EME, enviaram cartas a Vargas pedindo exoneração. A nomeação do general Francisco Andrade Neves, comandante da III Região Militar, para novo chefe do EME, de acordo com a recomendação de Góis Monteiro, pôs fim ao episódio e eliminou as divergências entre o EME e o comando do Exército Leste.

³⁴⁸ SILVA. Op.Cit. p.151.

³⁴⁹ Góis Monteiro a Tasso Fragoso e Tasso Fragoso a Góis Monteiro entre: 8-12/8/32- Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo Tasso Fragoso-CPDOC.

3.4- A guerra pelo lado Federal – Setor Sul

Os reveses paulistas não tardaram a se verificar. A primeira vitória federal, de grande efeito moral, foi obtida pelas tropas de Valdomiro Lima. Na fronteira sul de São Paulo havia dois eixos naturais de penetração — a estrada de rodagem entrando no Estado por Ribeira, e a ferrovia (Estrada de Ferro Norte do Paraná) de Jaguariaíva a Itararé, sendo que esses dois eixos convergiam depois sobre Itapetininga, na Estrada de Ferro Sorocabana. A tarefa defensiva primordial nesse setor era, assim, bloquear essas duas rotas, mas os paulistas, talvez devido ao caráter apressado do levante e também porque esperavam a adesão imediata do Rio Grande do Sul, o que eliminaria qualquer ameaça à fronteira sul, não fortificaram Itararé (a “Verdun paulista”) e Ribeira.³⁵⁰ Foi só no dia 12 de julho que a vanguarda das tropas federais, um contingente de cavalaria, encontrou elementos da FPP chegando a Itararé para estabelecer a defesa³⁵¹³ — e chegavam justamente porque o comandante paulista em Itapetininga recebera notícias de que os federais haviam ocupado Itararé. A cavalaria federal recuou (e no dia seguinte aliou-se aos rebeldes!), o que permitiu que uma defesa fosse improvisada sob o comando do tenente-coronel da FPP, Pedro de Moraes Pinto.

As tropas que se congregaram rapidamente em Itararé para tentar impedir a violação do território paulista consistiam apenas de um batalhão de caçadores e dois esquadrões de cavalaria da FPP, o Batalhão 14 de Julho, e uma bateria de Mato Grosso. Faltava-lhes não só experiência de combate, mas também alimentação e munição, tendo sido descoberto, já em Itararé, que dos 48.000 tiros de fabricação Matarazzo trazidos por aquele batalhão de voluntários só 25 por cento se adaptavam ao fuzil que levavam. O comandante telegrafou em vão ao Quartel-General da FPP em 15 de julho, solicitando “rogo mandar substituir [com] máxima urgência todos [os] fuzis desta unidade.”³⁵² Enquanto isso, as tropas de Valdomiro Lima se lançavam em direção à fronteira — “Continuo avançando violentamente para a frente,” avisou o general ao ministro da Guerra em 13 de julho — sob ordens de “avançar com rapidez contra Itararé”.³⁵³

³⁵⁰ BASTOS. Op Cit., p. 25-30.

³⁵¹ Coronel João Queiroz Saião para Valdomiro Lima em 12/7/32- Arquivo Histórico do exército.

³⁵² CARVALHO E SILVA. Op. Cit. P. 149.

³⁵³ Capitão Dimas Menezes, chefe do Estado-Maior do Exército do Sul, Ordem de Operações n 3,

No dia 16, as forças federais, consistindo de dois destacamentos, comandados pelos coronéis Francisco José da Silva Júnior e João de Queirós Saião e representando um total de 2.450 homens, e uma reserva de pouco menos de 700, estavam em posição. Valdomiro Lima deu ordens, portanto, para iniciar o ataque no dia seguinte e, ao mesmo tempo, pediu a Góis Monteiro mais agressividade no Vale do Paraíba para aliviar qualquer aumento da pressão rebelde no sul.³⁵⁴ O plano de ataque era simples: o destacamento Saião enfrentaria o inimigo frontalmente, enquanto o destacamento Silva Júnior realizaria uma manobra de desdobramento no flanco esquerdo.

O árduo combate teve início no dia 17. “Estamos sendo atacados,” telegrafou alarmado o comandante rebelde ao estado- maior da FPP. “Necessitamos remessa urgentíssima [de] 300 cunhetes [de] munição [de] fuzil.” No dia seguinte as tropas federais redobram seus esforços. O ataque, segundo se informou os soldados de manhã, “devia ser levado a fundo, custasse o que custasse”. Em lutas de trincheiras e freqüentemente de arma branca, em que houve onze homens mortos e vinte feridos, tendo feito 45 prisioneiros, as unidades ditatoriais avançaram inelutavelmente. Às 15.30 h os paulistas começaram a recolher-se de seus postos avançados para a cidade, onde imediatamente iniciaram sua retirada geral, completada naquela noite. Na manhã do dia 19 as forças governistas ocuparam a cidade. “Tomamos Itararé a baioneta,” telegrafou Valdomiro Lima ao interventor Manuel Ribas em Curitiba. “Inimigo fugiu espavorido.”³⁵⁵

A notícia da queda de Itararé causou uma explosão de alegria e otimismo nas fileiras federais. Vargas imediatamente enviou um telegrama-circular aos interventores comunicando o acontecimento. “Combate [em] Itararé foi áspero e cheio [de] lances heróicos,” declarou. “Inimigo teve muitas baixas e na fuga abandonou abundante material de guerra e munições.(...) [O] norte e sul, unidos [em] torno [de] Vocência, formarão num abraço amigo [um] cerco [de] ferro que [a] rebeldia paulista jamais conseguirá transpor, (...) o entusiasmo e a bravura com que se portaram nossas forças indicam nitidamente a repulsa que os bons brasileiros votam ao movimento reacionário

13/7/32. Arquivo Histórico do Exército.

³⁵⁴ ASSIS. Op. Cit. P. 77-82.

³⁵⁵ Capitão Dimas Menezes, chefe do Estado-Maior do Exército do Sul, Ordem de Operações n 4, 16/7/32. Arquivo Histórico do Exército.

[de] São Paulo”.³⁵⁶ O telegrama de Vargas provocou uma avalanche de mensagens de congratulações dos interventores.

O impacto da derrota sobre o ânimo dos paulistas foi, naturalmente, o de um rude choque desmoralizador, “Itararé, a invicta, caía num passe de magia(...)Estava aberta a principal porta, a mais defensável de S. Paulo!”, escreveria o capitão Alves Bastos, captando o súbito desânimo no acampamento rebelde. A consequência mais grave da vitória federal, no pensamento dos rebeldes, era que o prestígio do governo aumentava, eliminando assim quase totalmente a possibilidade de uma adesão generalizada do Sul à causa paulista.³⁵⁷

Valdomiro Lima queria aproveitar a desorganização e confusão geradas entre as forças rebeldes e persegui-las sem descanso. Na noite em que ocupou Itararé, deu ordens para o grosso de suas tropas seguir no dia seguinte para Faxina pela estrada de ferro.³⁵⁸ O EME aprovava a idéia de levar a guerra até o inimigo e recomendou que Valdomiro desse “um lança dentro do Estado de São Paulo (...) lembrando, porém, que deveria proteger-se pelos flancos e retaguarda com todos os recursos possíveis, já que seu setor parecia o mais propício para avanços.Torna-se preciso que ele avance com firmeza, e segurança, para evitar surpresas” acrescentou Vargas.³⁵⁹

As recomendações eram desnecessárias, não apenas porque Valdomiro Lima já providenciara a proteção de seus flancos, mas também porque as tropas rebeldes fugiam aceleradamente para Itapetininga, deixando aberto o caminho para o avanço da 5ª Divisão. De fato, a frente sul paulista ameaçava desmoronar completamente nos dias que se seguiram à queda de Itararé. Como relata o capitão Alves bastos, “de Itararé a Faxina foi um pulo para o adversário. Os retirantes, isto é, os fugitivos, não tinham tido tempo nem a idéia elementar de destruir a linha férrea e, cúmulo do absurdo, a progressão do inimigo se fazia nos próprios comboios ferroviários!”³⁶⁰

³⁵⁶ Vargas aos Interventores federais em 19/7/32; Juraci Magalhães a Vargas 19/7/32 e João Bley a Vargas em 20/7/32. Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

³⁵⁷ BASTOS. Op. Cit., p. 30-31.

³⁵⁸ ASSIS. Op.Cit., p. 134-35 e EME- Valdomiro Lima Ordem Geral de Operações n 3 de 19/07/32- Arquivo Histórico do Exército.

³⁵⁹ Memorando de Tasso Fragoso para Valdomiro Lima em 19/07/32 e telegrama de Vargas à Valdomiro Lima em 20/7/32- Arquivo Histórico do Exército

³⁶⁰ BASTOS. Op. Cit. p.48-51.

O coronel Herculano Carvalho e Silva, da FPP, também pintaria um quadro desolador daquele recuo em massa, em suas palavras, “só quem presenciou ou provou tais momentos, poderia julgar das incríveis angústias por que passa um comando ante a possibilidade de um ataque súbito do inimigo e a impossibilidade de apará-lo e refazer o espírito combativo de uma tropa que não tinha outra vontade senão abandonar posições e retrair-se.”³⁶¹

O Alto Comando em São Paulo, vendo o desastre que pairava sobre o setor sul, apressou-se a tentar estabilizar aquela frente, enviando primeiro o chefe do Estado-Maior da FPP, tenente-coronel Francisco Alfieri, a Buri para examinar a situação e procurar reanimar a tropa. Klinger, depois de telefonar para o coronel Brasília Taborda, então comandante em Santos, e mandá-lo assumir com urgência o comando do setor, foi pessoalmente a Itapetininga no dia 21 para examinar o estado das tropas. No dia seguinte Taborda chegou àquela cidade, que seria a sede de seu quartel-general, sua primeira impressão da situação foia a de que “muita força retirava-se em debandada(...). A situação era de pânico e desordem.”³⁶² Reuniu as forças que pôde e, com alguns reforços transferidos de outros setores, tentou reconquistar o terreno perdido e colocar uma barreira no caminho das forças federais.

A curto prazo, isso seria impossível. Até o dia 23 de julho, Valdomiro Lima tinha 5.000 homens em frente a Faxina, desocupada às pressas naquela noite pelos rebeldes, que deixaram duzentos cavalos e várias metralhadoras e outros materiais, apreendidos pelo inimigo. Reforços contínuos aumentaram os efetivos do destacamento do Exército Sul para mais de 7.000 nos dias seguintes. Confiante, otimista e com um crescente senso de autoimportância, o general Valdomiro, em telegrama ao general Espírito Santo Cardoso, em 25 de julho, apontava para a “grande faixa” de território paulista que suas unidades ocupavam, e sugeriu que o ministro da Guerra sondasse Vargas sobre a possibilidade de nomeá-lo já interventor federal em São Paulo.³⁶³ Nesse mesmo dia elementos da vanguarda de suas forças, composta de unidades da Brigada Militar, chegavam a Buri e investiram contra os defensores, ação em que o

³⁶¹ BASTOS. Op.Cit. 31 e CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p.299.

³⁶² KLINGER. Op. Cit., p, 339-346 e TABORDA, Basílio. Alguns Episódios da Revolução Constitucionalista de São Paulo em uma carta aberta. Rio de Janeiro, Imp. do Exército. 1970, p.26.

³⁶³ Correspondência de Valdomiro Lima ao Ministro da Guerra em 23/7/32 e 25/7/32. Arquivo Valdomiro Lima-CPDOC

coronel Aparício Borges, sobrinho de Borges de Medeiros e comandante daquelas tropas gaúchas, foi mortalmente ferido.

Taborda pessoalmente levou suas tropas para defender Buri, onde Klinger o visitou na madrugada do dia 26. Meia hora depois da partida de Klinger, por volta das dez horas da manhã, a cidade foi violentamente atacada pelo grosso do exército de Valdomiro Lima.³⁶⁴

A resistência rebelde desintegrou-se sistematicamente como resultado da fuga e rendição de tropas. Quando Alfieri, no meio da luta, solicitou uma conversa telegráfica com Taborda para saber da situação, este declarou, “espero forças que não fujam ou desertem na ocasião de combate!”. Na madrugada, com seu posto de comando sob o fogo de uma metralhadora federal a trinta metros de distância, Taborda foi obrigado a dar a ordem de retirada às tropas que ainda guardavam suas posições. De volta a Itapetininga, ligou imediatamente para Alfieri e deu voz a sua indignação, “acabo de chegar de Buri, onde assisti ao espetáculo horrível da derrota pela traição de uns e pela covardia de outros. (...) Ao som dos primeiros tiros, começaram as fugas e deserções, especialmente por parte do Batalhão Floriano Peixoto. (...) Houve grande número de mortos e feridos de ambos os lados.”³⁶⁵

De fato, quase todos os prisioneiros tomados pelos federais pertenciam àquele batalhão, evento que levou Klinger, a pedido de Taborda, a proclamar em boletim oficial que as forças paulistas não deveriam mais mencionar seu nome.³⁶⁶

Do lado federal, havia uma exultação natural, segundo declaração de Valdomiro Lima, “acabamos de tomar Buri, inimigo está debandando perseguido por um pelotão de cavalaria. Foram apreendidos... dois canhões 75, quatro metralhadoras pesadas, cerca de 800 fuzis, tiros, 200 cavalos, grande quantidade de víveres, viaturas e automóveis (...) Temos 453 prisioneiros.”³⁶⁷

A tomada de Buri tornou insustentável a posição dos rebeldes em Ribeira, onde vinham resistindo tenazmente sob o comando do tenente-coronel da FPP Azarias Silva, que, dias antes, jurara que “não cedemos, nem cederemos terreno”.³⁶⁸ Em vista da

³⁶⁴ ASSIS.Op. Cit., p. 144-146 e KLINGER. Op. Cit., p. 339-346.

³⁶⁵ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p.156-157.

³⁶⁶ ASSIS.Op. Cit., p. 148 e KLINGER. Op. Cit., p. 346-347.

³⁶⁷ Telegrama de Valdomiro Lima à Getúlio Vargas em 27/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC e relatório enviado ao EME em 29/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

³⁶⁸ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 306-307 e KLINGER. Op. Cit., p. 348.

impossibilidade de enviar reforços a Ribeira e dados os avanços estratégicos dos federais, o coronel Herculano³⁶⁹, chefe da FPP, e o tenente-coronel Vila Bela, chefe do Estado-Maior de Klinger, concordaram em que a força em Ribeira deveria ser retirada o quanto antes. Klinger, entretanto, rejeitou a sugestão, explicando que a perda de Itararé já tivera um impacto sobre a opinião pública e que a retirada de Ribeira só aumentaria o alarme. Herculano contestou a decisão, advertindo que a cidade não resistiria quarenta e oito horas, mas Klinger estava intransigente. Em 31 de julho o destacamento federal nessa região, comandado pelo coronel Airton Plaisant, da Força Pública Paranaense, conquistou a cidade, aprisionando a terça parte da guarnição de 180 homens, inclusive Azarias Silva.³⁷⁰ A queda de Ribeira, por sua vez, colocou em perigo iminente a próxima cidade na estrada Ribeira-Itapetininga, Apiaí, onde a guarnição estava ameaçada de ser desdobrada por um destacamento federal chefiado pelo tenente-coronel Boanerges Lopes de Souza. Herculano propôs seu recuo, mas Klinger se recusou a autorizá-lo. No dia 1º de agosto, com sua retaguarda de fato cortada, a guarnição paulista foi obrigada a fugir através da serra do Paranapiacaba em uma árdua caminhada, “sob mau tempo e sob privações de toda sorte, notadamente de alimentação e pousada,” nas palavras de Klinger, levando doze dias para alcançar Santos.³⁷¹

No mês de agosto a progressão federal no sul de São Paulo seria mais lenta, à medida que os paulistas adotavam um amplo plano de ação retardadora, fixando suas defesas nos pontos de terreno mais favorável e tentando fazer o inimigo pagar o mais caro possível por cada conquista.³⁷² Ao fim da primeira semana, Valdomiro Lima tinha 8.500 homens dentro do território paulista.³⁷³

No flanco esquerdo extremo, com quartel-general em Jacarezinho, operava um destacamento de unidades provisórias, totalizando 1.800 homens, sob o comando do general João Francisco, enquanto o grosso da tropa continuava agindo no eixo

³⁶⁹ Herculano Carvalho e Silva torna-se chefe da FPP no dia 23 de julho, devido a morte acidental, durante uma visita a uma fábrica de munições na cidade de São Paulo, do então chefe Julio Marcondes Salgado.

³⁷⁰ Ibid. nota anterior.

³⁷¹ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 308, KLINGER. Op. Cit., p. 350-352; ASSIS. Op. Cit., p. 179-184; e EME- relatório de operações do destacamento Cel. Boanerges entre 25/7 a 3/9/32. Arquivo Histórico do Exército.

³⁷² BASTOS. Op. Cit., p. 48-51.

³⁷³ Telegrama de Valdomiro Lima à Vargas em 8/8/32- Arquivo Valdomiro Lima-CPDOC.

ferroviário. Valdomiro mantinha seu quartel-general em Faxina e, ao longo do mês, seus destacamentos agiam principalmente nos flancos mais imediatos.

No dia 4 de agosto, Caputera, ao norte de Faxina, rendeu-se. Os rebeldes, Valdomiro telegrafou a Vargas, fugiam em “desordem”, abandonando parte considerável de seu material bélico. O major paulista que comandava as forças retirantes explicou a Taborda que o inimigo gozara de uma vantagem numérica de três a um e que possuía metralhadoras pesadas e outras armas automáticas que seus homens não tinham.³⁷⁴ Quatro dias depois, forças federais tomaram Itaporanga, fazendo 78 prisioneiros, e no dia 11, Capinzal, na estrada Ribeira—Itapetininga, foi conquistada.³⁷⁵ De 15 a 16 de agosto, travou-se na frente de Buri, em um local denominado Vitorino Carmilo, um combate que o capitão Alves Bastos chamaria de “a operação culminante entre todas as que tiveram lugar no setor sul”.³⁷⁶

Depois de “sangrentos combates” que duraram trinta e seis horas, a resistência rebelde foi quebrada. Valdomiro telegrefaria para Vargas, relatando que, “nossa cavalaria está perseguindo os fugitivos. Fizemos prisioneiros. Sepultamos os mortos e socorremos os feridos que os rebeldes abandonaram no campo de luta. Do lado federal, houve doze mortos e mais de trinta feridos”.³⁷⁷

Nos dias seguintes o principal esforço federal seria no sentido de conquistar Capão Bonito, a principal cidade na estrada Ribeira—Itapetininga, mas só em 2 de setembro conseguiriam ocupá-la.³⁷⁸ Com a queda, dois dias depois, de Aracaçu, a grande maioria das forças paulistas no setor sul seria empurrada para o outro lado da linha formada pelos rios Paranapanema e das Almas. Os combates continuariam a ser duros, mas até meados de setembro os efeitos das longas semanas de luta sem verdadeira esperança estavam se revelando. Depois de reorganizar e descansar suas tropas, o comandante do destacamento do Exército Sul, Valdomiro Lima, ordenou o que esperava ser a fase final das operações, em suas palavras, “o estado moral das tropas

³⁷⁴ Telegrama do major Genésio Castro e Silva para o coronel Brasília Taborda em 4/8/32- Arquivo Brasília Taborda-CPDOC.

³⁷⁵ Aditamento ao boletim de 17/8/32 Destacamento do Exército do Sul- Arquivo Histórico do Exército.

³⁷⁶ BASTOS. Op. Cit., p. 65.

³⁷⁷ Aditamento ao boletim de 23/8/32 Destacamento do Exército do Sul- Arquivo Histórico do Exército.

³⁷⁸ BASTOS. Op. Cit., p. 84-116 e ASSIS. Op. Cit., p. 327-328.

rebeldes baixa dia a dia, sendo grande o número de deserções verificadas ultimamente em suas fileiras (...) Estou na ofensiva e continuarei na ofensiva”.³⁷⁹

3.4.1- *A guerra pelo lado Federal – Setor Leste(Vale do Paraíba)*

No setor leste o avanço federal era mais lento, em grande parte devido ao fator geográfico. Na fronteira de Minas Gerais com São Paulo, o terreno colaborava com os rebeldes, apresentando facilidade substancial para a defesa, já que havia numerosos cortes formados pelos rios da região e seus afluentes. Também os contrafortes da Serra da Mantiqueira em certas zonas criavam compartimentos de terreno de acesso difícilimo.

No Vale do Paraíba, encaixado entre a Serra do Mar e a da Mantiqueira, o terreno, nas palavras de um analista do EME, era “muito movimentado, de muito difícil progressão e facilmente defendido com efetivos reduzidos”.³⁸⁰ As tropas de Góis Monteiro rapidamente sentiram a hostilidade da topografia.

Em um informe em fins de julho realizado por um jovem tenente que servia como oficial de ligação entre o Estado-Maior e um dos destacamentos, “o terreno é todo ele montanhoso, composto de íngremes montes que se sucedem entre a Serra do Mar (Bocaina) e os contrafortes da Serra da Mantiqueira (Itatiaia), montes esses dispostos, em sentido perpendicular ou transversal à nossa direção de avanço. Os vales formados pelo rio Paraíba e seus afluentes (“verdadeiros corredores”) eram os únicos eixos de progressão, a não ser ‘estreitos caminhos e picadas’ que acompanhavam em sentido transversal às linhas de frente os colos e flancos dos morros, as fazendas são sempre circundadas de íngremes elevações, achar-se em uma fazenda é o mesmo que se encontrar em um reduto. Comunicações facilmente cortadas, difícil ataque e fácil bombardeamento pela aviação.”³⁸¹

O coronel Daltro Filho, da sede temporária do 3º RI em Engenheiro Passos, chamou a atenção de Góis Monteiro para o mesmo problema. O coronel telegrafou para seu comandante, em 27 julho, informando que, “vai tudo bem, apesar da morosidade resultante das dificuldades quase invencíveis do terreno, que é francamente montanhoso

³⁷⁹ Relatório de Valdomiro Lima ao EME em 11/9/32- Arquivo histórico do Exército.

³⁸⁰ EME-memorando de 9/8/32- Arquivo Histórico do Exército (34 folhas com croquis).

³⁸¹ Idem nota anterior.

e cujas primosidades transformam nossa frente numa extensão maior de 4 km [sic] por caminhos enfiados e intransitáveis pelos cavalos.”³⁸²

O 2º RI, comandado pelo coronel João Guedes da Fontoura, enfrentava dificuldades topográficas semelhantes ao longo da estrada Rio—São Paulo. Comentando a luta pela vila de São João do Barreiro, conquistada em fins de julho, lembrava que uma companhia baiana servindo com seu regimento “ao atingir o alto do Morro que se denominou Pelado (morro muito íngreme) foi subitamente contra-atacada e os homens, fatigadíssimos pela dura ascensão, foram obrigados a ceder o terreno, depois de um choque corpo a corpo, em que tombaram feridos e mortos de ambos os lados”³⁸³. Góis Monteiro resumiu a situação em termos vivos, em sua entrevista ao jornalista Arnon de Melo no início de agosto, “esta guerra é a pior das guerras, guerra de trincheira, guerra de montanha, de montes, guerra rude, em terreno acidentado, que dificulta extraordinariamente as operações militares.”³⁸⁴

3.4.1- *A guerra pelo lado Paulista – Setor Leste(Vale do Paraíba)*

As iniciativas, não obstante as dificuldades do terreno, quase todas cabiam também às forças federais. Em 16 de julho, Figueiredo e seu Estado-Maior, no Quartel-General da 2ª DIO em Lorena, prepararam um plano ofensivo visando, de imediato, recalcar a vanguarda federal no Vale do Paraíba e conquistar Resende, na Estrada de Ferro Central do Brasil (EFGB). Um destacamento da FPP, sob o comando do tenente-coronel Herculano, faria cobertura no flanco norte para impedir qualquer avanço por tropas de Minas Gerais. Tal foi a oposição de seus comandantes à idéia da manobra, porém, que Figueiredo se viu compelido a cancelar o plano. Este posteriormente escreveria com um tom de amargura, “e a divisão ficou-se nas suas posições, condenada a fazer a guerra de trincheira (...). Muita bravura, muita abnegação, grandes

³⁸² Coronel Daltro Filho- memorando relativo a operações e serviços de seu Destacamento- Arquivo Histórico do Exército.

³⁸³ Relato de João Guedes da Fontoura para Góis Monteiro, sem data, mas possivelmente do mês de julho. Arquivo Histórico do Exército. (7 folhas)

³⁸⁴ EME- relatório de operações do Destacamento de João Guedes da Fontoura- Arquivo Histórico do Exército e MELLO, Arnon Afonso de Farias. São Paulo Venceu! Rio de Janeiro, Flores&Mano, 1933, p. 119.

sacrifícios, mas pouca predisposição de ir para a frente, e fracos recursos para tentá-lo.”³⁸⁵

Na primeira semana da guerra houve apenas ligeiros choques entre elementos de vanguarda. Em 14 de julho, verificou-se na região de São José do Barreiro, na estrada Rio—São Paulo, o primeiro contato entre unidades de cavalaria federais e forças paulistas, e no dia 16 iniciaram-se os combates na zona do Túnel da Mantiqueira, mas Góis Monteiro não estava ansioso para começar de verdade a guerra entre irmãos. De natureza mais cautelosa que Valdomiro Lima, justificava em termos estratégicos sua atitude mais passiva. Avisou ao general Andrade Neves, em Porto Alegre, no dia 14 de julho, que buscava “atrair e fixar o maior número possível de tropas inimigas. Assim peço uma enérgica e rápida ofensiva do Sul em todas as direções sem atender a instruções de quem quer que seja. Penso ser esta a operação indicada pela situação e para jugularmos em pouco tempo a rebeldia com sacrifícios limitados.”³⁸⁶

Em parte, também, a cautela de Góis provinha do receio de que os rebeldes estivessem se preparando para um avanço maciço no Vale do Paraíba. Em suas diretrizes secretas para as operações do Exército de Leste, redigidas em seu quartel-general em Barra Mansa em 18 de julho, fez um apanhado da situação estratégica e concluiu que ainda era cedo pensar em uma ofensiva enérgica em seu setor:

A posição de São Paulo, guardadas as proporções, é idêntica, em miniatura e do ponto de vista estratégico, à dos impérios Centrais na Grande Guerra.

Ele poderá ser atacado em várias frentes simultâneas, por um inimigo que se apreste ao mesmo tempo em terra e bloqueado pelo mar. Isolado e investido por muitos pontos, a sua economia e os recursos se submeterão a uma grande crise, não podendo ser renovados.

A vantagem de poder manobrar em linhas interiores, aproveitando sua excelente rede ferroviária e as outras comunicações terrestres, desaparecerá ou será neutralizada com o correr do tempo....

³⁸⁵ FIGUEIREDO. Op.Cit., p. 174-178.

³⁸⁶ Correspondência de Góis Monteiro para Andrade Neves- Arquivo Histórico do Exército.

A superioridade aérea, o fechamento do porto de Santos e toda ação para lhe retirar os meios que lhe poderão chegar do exterior produzirão efeitos de ordem moral e política no sentido de encerrá-lo em um verdadeiro círculo de ferro, até quebrar a vontade de continuar a luta.

Doutro lado, se a situação geral permanecer boa e se consolidar em todo [o] país, haverá tempo de o governo reunir contra São Paulo todos os recursos disponíveis, a fim de penetrar no seu território por todas as portas que forem abertas ou possam ser forçadas, até quebrar definitivamente a última resistência....

Uma vez colocados os meios em condições de serem empregados, um esforço convergente deve ser dirigido contra São Paulo, pelas forças do Dest[acamento]. Ex [ército]. do Leste, pelas forças do Sul e por outras forças (av[iação], Marinha, divisões etc.), em ação combinada concêntricamente sobre a capital do Estado.

As forças do Sul devem procurar invadir rapidamente São Paulo por todos os pontos acessíveis....

No que concerne às operações do Dest. Ex. Leste, se a situação não se modificar e o inimigo não tentar qualquer ofensiva séria em direção ao Rio, cumpre-lhe. .. recalcar as forças inimigas em sua presença, para fora das fronteiras do Estado do Rio, continuando na missão de embargar-lhes o passo, caso ele tente ainda qualquer ameaça contra o Rio de Janeiro....

O meio mais racional de o inimigo liquidar a questão seria tomar resolutamente a ofensiva, no prazo mais curto, contra as forças de Leste, para alcançar a decisão ou pô-las fora de causa; depois, voltar-se com a totalidade dos meios, manobrando em linhas interiores, contra as forças do Sul.

Enquanto não obtivesse a decisão a Leste, cobrir-se-ia apenas nas outras frentes, retardando quanto possível o avanço do adversário.

Por conseguinte, deve-se esperar sempre, pelo menos dentro de uma semana, uma ofensiva forte no Vale do Paraíba.³⁸⁷

Dois dias depois, Goiás repetiu essas considerações em um memorando dirigido a Vargas, estranhando a falta de iniciativa demonstrada pelos paulistas mas advertindo que a capacidade de resistência do Estado rebelde seria grande:

Passados 10 dias, os paulistas não assumiram uma ofensiva enérgica, como era de esperar, em direção geral do Rio de Janeiro, pelo Vale do Paraíba e estrada de rodagem Rio—São Paulo, o que lhes daria vantagens incontestáveis dos pontos de vista militar e político.

Poderiam ter obtido logo de início uma decisão rápida, ou, pelo menos, impossibilitariam o governo de tomar contramedidas para aparar o fundo golpe que significaria uma meia vitória, com a provocação de acontecimentos favoráveis em outras zonas do país....

Assim, não foi aproveitada desde o primeiro momento a magnífica posição estratégica e política de São Paulo em relação ao resto do país e o estado de adiantada preparação de suas forças materiais e morais, ao passo que o governo estava desprevenido, sem poder opor meios suficientes a uma irrupção subitânea e de surpresa.

A posse da via férrea a Barra do Piraí, de fácil alcance, teria permitido cortar praticamente as comunicações principais para Minas, isolando-a e podendo dar lugar, naquele Estado, a graves perturbações.

Completada essa medida, por um intenso transporte de tropas de 1ª linha, pela rodovia São Paulo—Rio, isto teria produzido efeitos morais e de ordem militar tão importantes que não teria sido difícil bater às portas do Rio de Janeiro, espalhando a

³⁸⁷ Goiás monteiro- Diretrizes Gerais n 1 de 18/7/32- Arquivo Goiás Monteiro-Arquivo Nacional.

confusão e o desânimo por toda parte....

Agora, a situação já se esclarece suficientemente para se chegar à conclusão de que São Paulo lutará sozinho, ou com a fraca contribuição de parte de Mato Grosso e de outros elementos maldefinidos que ainda venham a se desmascarar....

Por enquanto, os paulistas parecem querer guardar as fronteiras, tornando-as invioláveis. As operações iniciais não indicam intenções acentuadamente ofensivas.

Mas, à medida que os preparativos de mobilização se completem e que a tensão de ânimo aumente, podem elas tomar outro sentido....

A posição de São Paulo é forte, comparado o seu estado de preparação para sustentar a guerra civil com o restante do país empobrecido, sem recursos acumulados e na maioria dispersos....

O terreno, quer do ponto de vista geográfico, quer do_ ponto de vista topográfico e quer se considere do ponto de vista dos recursos econômicos, industriais e das vias de comunicações, oferece toda espécie de vantagens aos paulistas....

Se bem dirigidos e coordenados os esforços, aproveitando as comunicações fáceis e o terreno, os paulistas poderão pôr o governo em xeque, por largo tempo, recebendo até recursos de fora (via Mato Grosso, sobretudo aviação e armamento) para alimentar as perdas.

Há, pois, necessidade de se fazer o máximo de sacrifício para dotar as forças unionistas de meios suficientes com que possam abordar São Paulo por todos os pontos possíveis....

Um ataque [federal] geral [no Vale do Paraíba] apressado, malpreparado, poderá resultar em fracasso. O estado da tropa em geral ressenete-se de tudo quanto é próprio para uma campanha e somente ações locais, em regra, dificultadas pelo terreno, pelo mau enquadramento da tropa e outras causas psicológicas

poderão, no princípio, fornecer o quadro das operações.³⁸⁸

Para atrair o adversário e, ao mesmo tempo, manter-se a par das atividades e intenções dos rebeldes, Góis baixou instruções especiais para as tropas na frente, admoestando-as a, “mesmo a preço de algum sacrifício”, informarem constantemente sobre os movimentos do adversário. Anunciou em 18 de julho, “espera este comando que a sua infantaria estabeleça contato estreito, por meio de pequenas patrulhas e postos, e que seja questão de honra não mais perdê-lo.”³⁸⁹ Também era necessário, em vista de seus prognósticos sobre uma guerra demorada, procurar levantar o ânimo de seus soldados e prepará-los, moralmente, para a dureza da luta que os esperava, em suas palavras, “o momento político-militar define-se como a luta entre o Brasil do passado, regionalista e medieval e o Brasil do futuro, nacionalista e heróico: é um choque entre a idéia nacionalista e a ambição desmedida de um localismo nefando.”³⁹⁰

Ao 2º RI Góis enviou uma mensagem particular, advertindo que o país estava ameaçado de “esfacelamento” e que o Exército era o único meio de salvação, “é inadmissível que ele seja abatido pelos policiais de São Paulo, regionalistas e traidores da pátria. É preciso que o soldado brasileiro, de qualquer unidade do Exército, saiba morrer com honra, em defesa da integridade nacional.”³⁹¹

Embora Góis achasse necessário proceder com prudência no Vale do Paraíba, sentia certa pressão por causa dos êxitos de Valdomiro Lima. Meios influentes no Sul, começaram a reclamar contra a relativa inatividade do Exército de Leste, o que talvez tenha animado Góis a intensificar um pouco o ritmo de seu avanço.

Flores da Cunha em correspondência trocada com Vargas no dia 19, provoca com desdem a falta de iniciativa de Góis Monteiro, em suas palavras, “surpreende-me que ao passo que nosso terceiro Regimento de Cavalaria da Brigada Militar com toda a guarnição do Paraná já ultrapassou Itararé na ofensiva, Góis Monteiro e seu Estado-

³⁸⁸ Góis Monteiro para Getúlio Vargas- memorando “Notas sobre as Operações do Destacamento do Exército de Leste” 20/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC e Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional.

³⁸⁹ Góis Monteiro Instruções Gerais n 2. 18/7/32. Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional e Periodico Correio da Manhã 19/7/32 p. 3 e Diário de Notícias 19/7/32 p. 1.

³⁹⁰ Ibid nota anterior.

³⁹¹ Ibid nota 142.

Maior ainda estejam em Resende apenas. Se não querem lutar por que não falam franco e não atendem a sugestões de paz?”³⁹²

Quando Góis telegrafou naquele mesmo dia ao general Pinheiro, em Minas Gerais, dizendo que esperava que as suas respectivas tropas “acompanhem o ímpeto de seus irmãos do Sul”, sente-se que havia por trás do elogio implícito ao Exército Sul um natural sentimento de rivalidade profissional. É interessante, a esse respeito, notar que, logo depois de transmitir tal mensagem a Pinheiro, Góis enviou-lhe instruções para aumentar “imediatamente” a pressão sobre São Paulo.³⁹³

Dentro do Exército de Leste havia comandantes, como o coronel Daltro Filho, do 3º RI, que também advogavam uma ação mais vigorosa, para ele, “o que me parece acertado para esta campanha seria o emprego de métodos napoleônicos, concentrando massas de tropas sobre estes pontos ocupados pelo inimigo, para demoli-los com prontidão e vigor, para depois, por novas concentrações, demolir outros, gastando e desmoralizando os recursos de que podem os rebeldes dispor (...). Demorar será dar-lhes a impressão da nossa fraqueza, habituando-os, com o tempo, à vida de campanha e ao retempero dos nervos. Parar é horrível.”³⁹⁴

Aos poucos os contatos entre federais e paulistas na zona Leste iam se estreitando. O 3º RI, operava ao longo da EFCB, e desde o dia 14 engajava periodicamente o adversário. De Resende, Daltro avançou de trem para Itatiaia, “embora”, advertiu a Pessôa, “comando uma tropa que ainda está verde em campanha e não amadureceu os nervos no fogo”.³⁹⁵ Vencida Itatiaia, Daltro ordenou que sua vanguarda investisse contra Engenheiro Passos, sofrendo um revés temporário no dia 18, quando um ataque de artilharia rebelde “pôs em debandada” suas tropas. Faltando reservas, porém, os paulistas não podiam aproveitar a situação,³⁹⁶ e elementos do 3º RI ocuparam Engenheiro Passos no dia 20, “logo que você puder me arranje mais um regimento, porque preciso de tropa para atacar com violência”, pediu Daltro ao Estado-

³⁹² Flores da Cunha para Getúlio Vargas em 19/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

³⁹³ Em telegrama de Goís Monteiro a Pinheiro em 19/7/32- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional.

³⁹⁴ Telegrama de Daltro Filho ao capitão Agenor Leite de Aguiar em 25/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

³⁹⁵ EME- comunicações do Destacamento Daltro Filho em 14/7/32- Arquivo Histórico do Exército e Correspondência de Daltro filho para Pantaleão Pessôa em 15/7/32- Arquivo Pantaleão Pessôa-CPDOC.

³⁹⁶ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 185.

Maior de Góis à medida que fazia os preparativos para um ataque a Salto, onde havia uma ponte-chave sobre o rio Paraíba.³⁹⁷

Os combates no setor eram particularmente duros, com bombardeios de artilharia e ataques e contra-ataques que freqüentemente desorientavam tropas e oficiais inexperientes. Parado seu avanço, Daltro Filho exortava seus subordinados, dizia ele a seus oficiais de estado-maior, “o problema é resistir nas posições já ocupadas e resistir de qualquer modo com qualquer que seja o sacrifício. Convém reforçar os pontos atacados, mas com o critério de não acumular tropa desnecessariamente. Qualquer aproximação pelo inimigo durante a noite deveria ser recebida ‘intensamente a bala’, mas sem desperdiçar munição (...). Não há razão para sustos porque dispomos de reservas. O que sobretudo cumpre evitar é a confusão e a morosidade, devendo ser logo afastados quaisquer comandos que não se achem à altura das situações difíceis. Não podemos recuar um metro das posições que temos, estando em jogo o nome do regimento, a dignidade do Exército e os altos interesses do Brasil.”³⁹⁸

Em 27 de julho, Góis abriu uma ofensiva geral de todas as suas forças no Vale do Paraíba, realizando-se considerável progresso, apesar das dificuldades criadas pela topografia e pelo nervosismo de alguns elementos. Relembriaria ele, “o flanco esquerdo do 3º RI progride em direção de Salto, mas o está fazendo com certa excitação. (...) Acabo de ordenar-lhe mais vivacidade.”³⁹⁹

Foi a pressão do avanço em toda a frente que possibilitaria, após vários dias de bombardeio, a conquista de São José do Barreiro pelo 2º RI, sob o comando do coronel Guedes da Fontoura. Este, na manhã da ofensiva, teve palavras de elogio para os defensores daquela vila, cuja resistência inspirava admiração. No dia 30, após uma luta tenaz, as tropas de Fontoura tomaram São José do Barreiro.⁴⁰⁰

O avanço federal pela Rio—São Paulo obrigou Figueiredo a reorganizar seus destacamentos e tentar restabelecer o espírito combativo em algumas de suas unidades,

³⁹⁷ Telegrama de Daltro Filho ao capitão Agenor Leite de Aguiar em 21/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

³⁹⁸ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 190 e Telegrama de Daltro Filho ao Comando do Exército de Leste- Arquivo Histórico do Exército.

³⁹⁹ Daltro Filho memorando para Goís Monteiro em 27/7/32- Arquivo Histórico do Exército e MELLO.Op.Cit., p. 81-82.

⁴⁰⁰ EME- relatório de operações do Destacamento de João Guedes da Fontoura- Arquivo Histórico do Exército e MELLO. Op. Cit., p. 87-94.

tarefa difícil já que, juntamente com os recuos impostos pelo ataque federal nessa frente, chegavam em 1º de agosto as notícias da queda de Ribeira e de outros avanços governistas no Sul. O desânimo, combinado com o cansaço e as privações materiais que as tropas sofriam, criou uma situação quase motinosa entre a guarnição de Salto, exposta após a perda de São José do Barreiro. Os oficiais responsáveis pela defesa de Salto chegaram até a enviar uma carta a Figueiredo ameaçando abandonarem as posições se suas tropas não fossem substituídas, gesto que levou o coronel a seguir até as trincheiras e admoestar as tropas e oficiais, “usando de palavras bastante enérgicas”.⁴⁰¹

As baixas do lado rebelde em Salto eram pesadas, fato que um sargento federal, do 3º RI, atribuía à inexperiência dos batalhões de voluntários, observou ele “esses homens naturalmente não estão bem treinados na guerra. De maneira que, quando estoura alguma ‘mecha’ [granada] ou quando entram em ação as ‘costureiras’ [metralhadoras] e não os pegam dentro da trincheira, eles correm, ao invés [sic] de ficarem deitados no chão, bem quietos, para que os estilhaços e as balas não os atinjam. Daí, os vários cadáveres insepultos que encontramos sempre pelos morros, distantes uns dos outros e mais distantes ainda da trincheira.”⁴⁰² O famoso trem blindado, de cuja tripulação fazia parte Paulo Duarte, entrou em ação a 3 de agosto, mas não conseguiu impedir a queda, nesse mesmo dia, de Salto, cuja ponte não foi destruída na retirada justamente para dar passagem àquele terrificante engenho.⁴⁰³

Enquanto isso, a resistência em Queluz, mais a oeste na EFCB, desmoronava sob um ataque federal ao norte. As tropas começaram a refluir de seus postos avançados para a cidade, tornando-a “um formigueiro alvoroçado”, nas palavras do coronel Herculano, que chegou para uma inspeção na tarde de 3 de agosto, “soldados armados de fuzil enchiam completamente ruas e praças, num vaivém incessante e desordenado, sem comandante e em atitude de desalento. Esforços para conter a maré foram inúteis. O ‘germe terrível’ da defecção espalhava-se. Punha-se uma unidade em linha, à primeira escaramuça com o inimigo a unidade corria e entrava, debandada, na cidade. Não havia energia e bravura de oficial que evitassem esse mal.”⁴⁰⁴ Herculano e outros

⁴⁰¹ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 192-194

⁴⁰² MELLO. Op. Cit., p. 85.

⁴⁰³ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 195; CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 216.

⁴⁰⁴ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 214-217.

oficiais resolveram embarcar rapidamente em composições de trem as tropas apavoradas para não “contagiar” os poucos reforços que chegavam. Figueiredo também testemunhou a desordem e a confusão da cidade naquele dia.

A conquista de Areias, em 8 de agosto, devido à retirada do destacamento paulista na Rio—São Paulo para Silveiras, uma distância de quase trinta quilômetros — recuo que se efetivou em desobediência às ordens de Figueiredo —, abriu as portas para um avanço federal geral. Em sua única carta a Tasso Fragoso durante a campanha, Góis Monteiro avisou que o Exército de Leste “conseguiu hoje, após um mês de lutas em terreno difícil e fortemente organizado (...), a sua primeira vitória importante, com o longo recuo a que se viu obrigado o inimigo. Ocupamos Areias e já estamos avançando para oeste. Os secessionistas retiraram ao favor da noite, para escapar ao envolvimento (...) Nossas tropas irão ao encalço deles, e pelos esforços que despenderam defendendo a unidade da pátria, merecem a gratidão do Brasil e do governo brasileiro.”⁴⁰⁵

Agora era a vez de Queluz, que começou a sofrer forte ataque na manhã do dia 10 agosto. Figueiredo enviou o Batalhão Piratininga — “constituído de moços da melhor sociedade paulista”, em suas palavras — de trem até essa cidade para reforçar a defesa, mas ali chegando, ao meio-dia, seu comandante recusou-se a desembarcar a tropa, retirando-se em seguida. Fortemente investidos nos flancos, e sob o fogo de metralhadoras, as forças rebeldes embarcaram apressadamente em trens e automóveis para oeste, deixando Queluz aos federais. Conseguiram, entretanto, impedir a perseguição.⁴⁰⁶

No Rio de Janeiro, analistas do EME estudavam agora a situação estratégica e perguntavam-se por que os rebeldes continuavam com a guerra. Os exércitos federais já haviam feito mais de mil prisioneiros no Sul e quinhentos no Vale do Paraíba, e avançavam progressivamente naqueles setores:

Unicamente nas passagens da Mantiqueira, regiões do Túnel e de Piquete, é que sua resistência tem sido obstinada, em razão da cobertura do flanco.

⁴⁰⁵ Correspondência de Góis Monteiro para Tasso Fragoso e Getúlio Vargas em 8/8/32- Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional e FIGUEIREDO. Op. Cit., 207-208.

⁴⁰⁶ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 199, 209 e 219-221; CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 220-221.

Em todos os recontros havidos tem sido manifesta a sua falta de enquadramento, de ligação tática e de coesão das unidades.

A aviação rebelde só tem manifestado atividade longe da aviação do governo. A artilharia é reduzida, fracionada e não tem munição.

Considerando a atitude defensiva dos rebeldes e sua frouxa ação combativa; considerando o seu isolamento e bloqueio; considerando as suas possibilidades de toda sorte, muitíssimo inferiores às do governo provisório, cumpre indagar: qual o seu propósito no prosseguimento de uma luta cujas possibilidades lhes são tão visivelmente desfavoráveis?

1º) Terá São Paulo a intenção de permanecer na defensiva, objetivando ganhar tempo, poder assim completar sua mobilização e constituir massa de manobra para agir em uma ou mais frentes? Neste caso, extenuará os seus elementos de cobertura repartidos em largas frentes e dará ensanchas ao governo de multiplicar os seus meios de ação. Esgotarão também a paciência e o espírito de sacrifício de seu povo, diante dos constantes reveses que vai sofrendo. Além disso, os prejuízos de toda a sorte e em pura perda causados pela revolução às classes laboriosas de São Paulo, com especialidade às centenas de milhares de estrangeiros aí domiciliados; o luto, a desolação, os sofrimentos gerados pelos acontecimentos são, de si mesmos, imperativos bastantes para que São Paulo não possa prolongar muito tempo semelhante resistência.

2º) Esperará São Paulo novas adesões ou contará com uma reação favorável da opinião pública brasileira?

Compreende-se que, de começo, a atitude defensiva de São Paulo correspondesse a supostas adesões que não se verificaram. Passados, porém, os primeiros dias e seguindo-se a eles, de um lado, os seus constantes reveses e, de outro, o crescente

fortalecimento do governo, resultam negativas as possibilidades de adesões ou auxílios estranhos.

De todas essas considerações resulta uma conclusão final:

1º) São Paulo, por si só, não poderá conseguir uma decisão favorável pelas armas;

2º) Não poderá mais contar com auxílios e adesões externos;

3º) Não poderá prolongar por muito tempo a resistência passiva que vem mantendo há um mês, sob pena de defecções em massa na sua tropa e de reações no interior.⁴⁰⁷

No Vale do Paraíba, entretanto, a linha de resistência endureceu, e havia até contra-ataques localizados, após a queda de Queluz. Segundo Goís Monteiro no dia 16 de agosto, “apesar de nossos esforços, que demonstram francamente as possibilidades do nosso êxito, estamos sofrendo uma contra-ofensiva no Vale do Paraíba”⁴⁰⁸ De fato, a frente estabilizou-se na zona ocupada pela 1ª DI, apenas em setembro que ela seria rompida, o que explica o grande interesse de Góis em uma ação mais acentuadamente ofensiva por parte da 4ª DI em Minas Gerais. Já desde o começo do mês de agosto, instava o general Pinheiro nesse sentido, e a partir do dia 13 de agosto, começou a preciona-lo diariamente, ao mesmo tempo em que exortava a Força Pública Mineira a lançar-se à ofensiva.

A exceção, na opinião de Góis, era o setor do Túnel, onde as tropas deveriam simplesmente manter suas posições e esperar a inevitável retirada dos paulistas, já que qualquer ofensiva ali resultaria em “enormes sacrifícios de vidas”.⁴⁰⁹

O plano básico de operações adotado pelo general Pinheiro era bloquear as vias de acesso a Minas Gerais no Vale do Paraíba e então concentrar suas forças e procurar penetrar São Paulo por sua fronteira nordeste.⁴¹⁰ Ao longo do mês de agosto, tropas mineiras e da 4ª DI lutaram tenazmente nessa fronteira. Finalmente, no dia 26, a cidade paulista de Eleutério foi evacuada, sob forte pressão federal, por uma guarnição da FPP

⁴⁰⁷ EME- 2ª Seção- memorando “Exame Retrospectivo do Levante Paulista e conclusões Tiradas após um mês de Luta” 10/8/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁰⁸ Goís Monteiro em telegrama à Getúlio Vargas 16/8/32- Arquivo getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁰⁹ Telegrama do coronel Oscar Pascoal a Capanema em 10/8/32- Arquivo Capanema-CPDOC.

⁴¹⁰ Pinheiro Ordem Geral de Operações da IV Região Militar em 18/7/32- Arquivo Histórico do Exército e TAVORA. Op. Cit. p. 80.

sem munição; pouco depois Itapira, ao fim de uma batalha áspera, rendeu-se as tropas comandadas pelo coronel Eurico Dutra. Nessa ação, um corpo provisório de cavalaria gaúcha, liderado pelo tenente-coronel Benjamin Vargas, irmão do chefe do governo provisório, desempenhou papel central, “combatemos um dia e uma noite sem descanso”.⁴¹¹

A frente rebelde inteira no leste e nordeste ameaçava ceder. As tropas que recuaram de Eleutério e Itapira, em grande parte voluntários e milicianos, pareciam buscar refúgio a qualquer preço. Como relata Herculano de Carvalho e Silva, “a retirada, em desordem, se fez de trem, e pela rodovia, a pé e em caminhões”. Para armar trezentos membros do Batalhão 9 de Julho, que ia defender a cidade de Mogi-Mirim, um oficial começou a desarmar os retirantes, o que “bastou para que num repente acorressem soldados em massa, para despojar-se de sua arma e munição”, diria Herculano, que na ocasião visitava a região acompanhado por Vila Bela, o chefe do Estado-Maior de Klinger. Aureliano Leite também presenciou o caos em Mogi-Mirim. No Vale do Paraíba acontecia o mesmo fenômeno.⁴¹²

Herculano, para impressionar os líderes civis com as dificuldades que os líderes militares enfrentavam, levou pessoalmente Valdemar Ferreira, Altino Arantes e outros políticos até Vila Queimada, na EFCB, onde Figueiredo se reuniu com o grupo. Ao descerem do trem descobriram grupos agitados de soldados na estação — elementos do 4º RI e do Batalhão Piratininga — que haviam fugido da frente.

Uma série de vitórias na fronteira São Paulo—Minas Gerais nos primeiros dias de setembro, foi o início dos reves para os paulistas neste setor, uma brigada da FPM, comandada pelo coronel Elpídio Amaral, conquistou várias pequenas cidades, inclusive pontos de entroncamento da ferrovia Mogiana, enquanto, na região do Túnel, “nossa situação é de completo domínio, sendo freqüentes as incursões de patrulhas mineiras nas trincheiras adversárias donde retiram armas e munição”.⁴¹³ A luta no setor do Túnel era tão violenta que, no meio de um combate corpo a corpo, a 4 de setembro, Figueiredo, de visita àquela frente, mandou distribuir granadas aos oficiais para sua

⁴¹¹ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p.257-268.

⁴¹² CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p.224-225, 269-272 e LEITE, Aureliano. Martírio e Glória de São Paulo: 2ª parte: o meu diário. São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1934, p. 109.

⁴¹³ BARROS, Guilherme de Almeida. A Resistência do Túnel: revolução de julho de 1932. São Paulo, Piratininga, 1933.

defesa pessoal. No combate de Morro Gravy, perto de Mogi-Mirim, no mesmo dia, as forças do coronel Eurico Dutra fizeram mais de quatrocentos prisioneiros.⁴¹⁴

A 5 de setembro, Mogi-Mirim caiu — “mais um pouco se estreitava o círculo de fogo em que nos haviam encerrado”, diria Herculano — levando Góis Monteiro a sugerir ao ministro Espírito Santo Cardoso que, em vista dos “magníficos resultados” obtidos pela 4ª DI, se colocassem à disposição de Pinheiro “todos os meios que for possível fornecer”, a fim de permitir-lhe avançar ainda mais.⁴¹⁵

E era, de fato, de todos os lados que o governo federal apertava o cerco. A oeste, no sul do Mato Grosso e especialmente ao longo do rio Paraguai, travava-se em setembro violentos combates. A fronteira paraguaia era porta vital ao exterior para os paulistas, e, já em julho, o governo procurava fechá-la, criando um destacamento sob o comando do major Leopoldo Néri da Fonseca e subordinado a Rabelo, cuja missão, em combinação com a flotilha do Mato Grosso, era barrar o rio. Quando, em agosto, Néri começou a mobilizar forças locais, os rebeldes controlavam Bela Vista e Ponta Porã, enquanto a base de suas operações era Porto Murtinho.⁴¹⁶

No início de setembro uma coluna rebelde de mais de mil homens marchou sobre Porto Murtinho, onde Néri esperava com oitocentos soldados regulares e voluntários.

O Alto Comando no Rio de Janeiro apressadamente ordenou a flotilha em Ladário que seguisse com “toda urgência” para Porto Murtinho, o que resultou no envio do monitor *Pernambuco*⁴¹⁷ àquele local. Na tarde do dia 10 de setembro, o ataque começou, continuando até o dia seguinte. As deserções do lado federal foram freqüentes, e Néri ameaçou fuzilar soldados que fugiam da linha de fogo, reparando a certa altura que várias chatas e uma lancha estavam lotadas de tropas suas que pretendiam fugir para o outro lado do rio porque a munição escasseava, ele declarou, “há duas maneiras de quebrar-se: ou como a borracha, esticando pouco a pouco, ou como o aço temperado, que se rompe sem demonstrar que o vai fazer. Se tivermos de

⁴¹⁴ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 227; Góis Monteiro relatório ao Ministro da Guerra em 6/9/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴¹⁵ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 268-277.

⁴¹⁶ EME- Relatório apresentado ao comandante general Manuel Rabelo, em fevereiro de 1933, referente as operações de unidades no Mato Grosso= Arquivo Histórico do Exército. (22 folhas)

⁴¹⁷ Vide Anexo – lista de embarcações utilizadas no cerco do porto de Santos e nas operações no Mato Grosso.

quebrar, quebraremos como o aço!”⁴¹⁸ Com isso, de metralhadora na mão, obrigou os soldados a evacuarem as embarcações e voltarem para a frente. A intervenção do *Pernambuco*, bombardeando as posições rebeldes, decidiu a batalha depois de vinte e duas horas de luta.⁴¹⁹ Na realidade, esse combate representou a eliminação da ameaça paulista ao poder federal no rio Paraguai, embora isto não ficasse tão claro na época. Dentro do governo, aliás, havia a convicção, em meados de setembro, de que os rebeldes travariam uma “luta desesperada” para manter abertas as comunicações com o exterior via Mato Grosso, e por isso Vargas fez um apelo a Flores da Cunha no sentido de enviar tropas gaúchas para reforçar o destacamento do major Néri.⁴²⁰

Nesse intervalo, no Vale do Paraíba, para sair da estagnação, que sofria esta frente, onde os quatro destacamentos federais estavam impossibilitados de avançar, o coronel Pessoa esboçou um plano ousado: criar-se-ia em segredo um novo destacamento misto, que, no meio de uma ofensiva geral, seria lançado fulminantemente pelo centro da linha com o objetivo de apossar-se de Cachoeira. Para organizar e liderar o destacamento, que seria em grande parte constituído por batalhões da polícia goiana, piauiense e baiana, Pessoa escolheu o destemido tenente-coronel Newton Cavalcanti. Deu-lhe duas semanas e cem sargentos instrutores para treinar sua força para a pequena ofensiva. Em 9 de setembro tudo estava pronto, e a pressão começou, primeiro sem o emprego do novo destacamento. As forças de Guedes da Fontoura tomaram a baioneta trincheiras inimigas na orla de Silveiras, e o 4º RI, “tomado de pânico”, nas palavras de Klinger, abandonou suas posições, recuando em desordem para aquela localidade. Para evitar “imminente desastre”, Figueiredo de noite foi pessoalmente à cidade para tentar persuadir as tropas a voltarem para as linhas.⁴²¹

No dia seguinte, Góis Monteiro pronunciou uma “Ordem” para a ofensiva geral a partir daquela noite. A frente cedia agora em toda parte — Figueiredo e seus auxiliares fizeram esforços sobre-humanos para conter a derrocada que se esboçava, mas foi em vão. No dia 12, Silveiras, “após violento combate”, rendeu-se às tropas de Guedes da Fontoura, enquanto Newton Cavalcanti advertia seu destacamento que, “rompida a

⁴¹⁸ Idem nota anterior. E Inquerito Policial Militar- Comando do Exército do Leste referente a abuso e execução de praças e voluntario no mato grosso, 1933.- Arquivo Histórico do Exército (57 folhas).

⁴¹⁹ Fonseca relatório enviado ao EME em 16/9/32 e Correspondência do comandante da Flotilha do Mato Grosso ao Ministro da Marinha em 7/9/32. Arquivado Exército.

⁴²⁰ Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha em 16/9/32= Arquivo Getúlio Vargas- CPDOC.

⁴²¹ PESSÔA. Op. Cit., p. 119-120; KLINGER. Op. Cit., p. 296-297 e FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 228.

frente, a infantaria não se deverá deter sob pretexto algum: o aproveitamento do êxito evitará o sacrifício posterior de muitas vidas”.⁴²² Cedo no dia seguinte, na iminência de ter a sua retaguarda cortada, as forças paulistas abandonaram o Túnel; de tarde, unidades pertencentes ao destacamento de Daltro Filho ocuparam Pinheiros, Lavrinhas e então Cruzeiro. Já de noite, Figueiredo completou a retirada de seu quartel-general de Cachoeira para Lorena, e, em 14 de setembro, tropas do destacamento de Newton Cavalcanti entraram em Cachoeira.⁴²³

O alarme e a confusão na capital paulista eram gerais. Klinger tentou apressadamente encontrar reforços para os setores leste e nordeste. Redigiu então uma diretiva a ser enviada a Figueiredo, recomendando o retraimento geral “no mais breve prazo possível” das forças sob seu comando para a posição defensiva de Guaratinguetá, “já em adiantado curso de organização”.⁴²⁴ Ao mesmo tempo, Klinger e o coronel Herculano se esforçaram para fazer parar o recuo desordenado das tropas no setor norte, tornando Campinas o grande reduto final. O comandante daquela praça, major Mário Rangel, vinha lutando febrilmente para deter a onda de trânsfugas, que procuravam atingir a capital estadual. Herculano deixou uma descrição viva daqueles terríveis momentos:

Batalhões inteiros, a princípio animados, entusiasmados, dispostos aos maiores sacrifícios, abandonavam as linhas de frente e, de qualquer jeito, alcançavam Campinas, onde, a todo custo, exigiam transporte para São Paulo. Foi necessário, então, intensificar o serviço de vigilância nas saídas da cidade e, mesmo, criar o de patrulhamento, nas estradas de rodagem e nos comboios.

Nessas defecções, o extravio de armamento e munição era desolador: tudo abandonavam pelos caminhos, pelas estradas e pelos cafezais. Organizou-se, então, com ótimos resultados, um serviço de patrulhamento para a arrecadação desse precioso

⁴²² Anotação de Newton Cavalcanti encontrada em documentos relativos as operações do Destacamento do Exército do Leste- Arquivo Histórico do Exército. (2 folhas)

⁴²³ Goís Monteiro- Ordem de operações n 10 de 10/9/32; FIGUEIREDO. Op.Cit., p. 230-235.

⁴²⁴ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 238.

material. Parte já vinha inutilizado: centenas de fuzis foram encontrados sem a culatra.⁴²⁵

Klinger, assediado por pedidos de remuniamento, passou um telegrama sarcástico a um comandante no setor de Campinas, dizendo que “para correr, a munição atrapalha; tanto que os corretores a jogam fora; e não nos sobra para abastecermos o adversário!”⁴²⁶ Dos quatro cantos Klinger procurava tirar efetivos para fortalecer Campinas, e, para atrasar o avanço federal, assustando as tropas inimigas, recomendou que se atirasse ali com o único canhão Krupp que o comando local possuía, “mesmo sem objetivo (...) e até de preferência de noite”. Seria bom, acrescentou Klinger, montar o canhão em um caminhão para “simular várias baterias”. O coronel Herculano, em 15 de setembro, partiu para Campinas a fim de assumir pessoalmente o comando do destacamento da FPP na região.⁴²⁷ O tempo, entretanto, estava acabando para os paulistas.

3.5- *O fim da Guerra*

A guerra civil de 1932, como qualquer luta entre adversários que alimentam profundas antipatias mútuas, despertou condutas nobres e condutas repreensíveis. O batismo de fogo foi para muitos uma experiência aterrorizadora; todos os comandantes, paulistas e federais, tiveram ocasião de apontar com satisfação para a debandada do adversário ou de reclamar com raiva e indignação a de suas próprias tropas. No final da guerra, a fuga desordenada e tumultuosa de tropas rebeldes tornou-se um problema quase que insuperável para o alto comando paulista.

Os testemunhos dos próprios comandantes a respeito são categóricos. É bom lembrar duas coisas, entretanto: primeiro, muitos dos efetivos, de ambos os lados, eram irregulares ou provisórios, sem experiência alguma de combate e, às vezes, no manejo de armas; e segundo, a grande maioria das forças não abandonava suas posições sem motivo, mas lutava com denodo, mesmo em face de terríveis privações e de falta de meios. Figueiredo captou nitidamente esse último problema quando lembrou que, no

⁴²⁵CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 336-337.

⁴²⁶KLINGER. Op. Cit., p. 127.

⁴²⁷CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 328-329.

período da grande retirada do Vale do Paraíba, suas unidades muitas vezes esgotavam sua munição, “o que levava os soldados, enfurecidos, a brandir suas armas mudas, praguejando, ou a erguer os braços de punhos cerrados, em desafio à coragem do inimigo”.⁴²⁸

O caráter desesperado e encarniçado da luta explica, em grande parte, as medidas desagradáveis, reais ou idealizadas, a que se recorria às vezes. Em agosto, o Alto Comando no Rio mandou elaborar instruções sobre defesa contra gás em vista das informações que chegavam sobre a intenção dos paulistas de empregá-lo contra as tropas federais. Neste sentido a Diretoria de Material Bélico envio o seguinte informe, “não se deve esfregar os olhos com as mãos; deve-se deixá-los lacrimejar o mais possível e permanecer em atmosfera livre do gás empregado (...). A respiração deve ser dominada, para que se faça o mais lentamente possível (...).”⁴²⁹ Gases não chegaram a ser utilizados, mas havia outras práticas que surgiram nas frentes de batalha e que exigiam contramedidas.

Em meados de julho, um coronel do Exército, em Minas Gerais, queixou-se de que os rebeldes haviam enviado um parlamentar com bandeira branca em direção a seus soldados, mas quando alguns destes se aproximaram para conversar, aqueles “traíçoeiramente” dispararam uma forte rajada de metralhadora. Além disso, informou o coronel, o inimigo não respeitava padioleiros ou a Cruz Vermelha, tendo atirado quando padioleiros tentavam transportar feridos. Pessoa, em circular às tropas no início de agosto, transmitiu a recomendação de “só atender ao sinal de ‘bandeira branca’ usado pelo adversário quando este se apresentar com o fuzil em uma das mãos e o ferrolho na outra. Quando estiver com arma automática, deverá ter o cano em uma das mãos e a coronha na outra ou trazê-la com a coronha para a frente num gesto franco de submissão”.⁴³⁰

Em fins de agosto, na frente onde operava o destacamento de Guedes da Fontoura, “os paulistas acenavam com bandeiras brancas e simularam sair das trincheiras, rompendo forte fuzilaria quando alguns homens saíram de seus abrigos”.⁴³¹

⁴²⁸ FIGUEIREDO. Op. Cit., p. 237.

⁴²⁹ Diretoria de Material Bélico- “Recomendações acerca da defesa contra o emprego de gases” 28/8/32- arquivo Histórico do Exército. (12 folhas)

⁴³⁰ Diretrizes de Pantaleão Pessoa aos unidades em operações- Destacamento do Exército do Letse- Arquivo Histórico do Exército (agosto e setembro).

⁴³¹ EME- relatório de operações do Destacamento de João Guedes da Fontoura- Arquivo Histórico do

Nesse mesmo período, o coronel Barcelos enviou um recado ao comandante paulista em Cruzeiro advertindo que pretendia abrir fogo contra um vagão da Cruz Vermelha que o adversário estava usando para transportar munição para as linhas de frente.⁴³²

Tantas eram as experiências infelizes que Góis Monteiro, no início de setembro, após um incidente trágico, divulgou uma “Recomendação” especial às tropas federais. Nesta declarava ele, “o inimigo tem usado de todos os meios condenáveis, mesmo nas guerras entre povos de nações diferentes, para causar baixas nas nossas fileiras, longe de sua presença e sem se empenhar, portanto, em uma luta leal, diversos casos como ocorrido naquele mesmo dia, onde um soldado federal descobrira, em uma trincheira abandonada pelos rebeldes, uma arma meio enterrada, e quando a puxou, deu-se uma explosão que matou sete praças. Não era essa a primeira vez que aconteciam coisas dessa natureza, (...), de modo que as tropas deveriam exercer a maior cautela possível quando descobrissem material de guerra deixado pelos paulistas. Todas as precauções nesse sentido são necessárias.”⁴³³

A qualidade dos líderes que tinham responsabilidade pela conduta das tropas variava enormemente, como era de se esperar em qualquer estabelecimento militar. Góis Monteiro era especialmente cético a respeito da qualidade geral dos oficiais federais. Em telegrama trocado com Guedes da Fontoura, afirmou, “se há alguns oficiais que não saibam cumprir o seu dever, ponde-os fora do Regimento e assim prestais ao Exército o grande serviço de indicá-los para que sejam devidamente punidos e não se confundam com soldados e patriotas da vossa estirpe.”⁴³⁴ Em fins daquele mês, em memorial secreto dirigido ao governo, expressou seu pessimismo:

O Exército nacional, no estado de decomposição a que chegou, ressentido-se sobretudo da falta de chefe. Em regra, os chefes de todos os graus deixam muito a desejar, a fim de bem impor-se e poder bem enquadrar a tropa, pela carência das qualidades mais

Exército e MELLO. Op. Cit., p. 87-94.

⁴³² Telegrama do coronel Cristovão Barcelos ao coronel Sampaio em 20/8/32- Arquivo Histórico do exército.

⁴³³ Góis Monteiro memoria n 2 29/7/32- Arquivo Góis Monteiro- Arquivo Nacional.

⁴³⁴ Telegrama de Góis Monteiro para Guedes da Fontoura em julho de 1932.- Arquivo Góis Monteiro- Arquivo Nacional.

necessárias caráter e cultura profissional — que eles deviam possuir, a fim de se tornarem bons condutores de homens.

Muitos de nossos chefes dispõem de excelentes qualidades para outras funções fora do Exército, na política e administração públicas, na ciência, nas artes e nas letras, menos na da guerra. Serão mesmo individualidades de escol, em outra esfera de atividade. Mas para ser responsável e jogar com a própria segurança nacional, é um contra-senso, pois não passam de meros portadores de galões, adivinhos e inspirados nas coisas e questões referentes à arte militar; charlatães que se servem das posições ocupadas na classe, seja para explorá-la em proveito próprio, seja para mais contribuir no sentido de descrédito, desorganização e desmoralização das Forças Armadas.⁴³⁵

Daltro Filho, também autorizado por Goís a fazer transferir oficiais que tolhiam as operações “por falhas físicas ou morais”, pediu nesse tempo a substituição de vários, “são oficiais, que não podem pertencer ao Exército brasileiro porque não estão à altura da sua resistência e da sua bravura.”⁴³⁶

O coronel Eurico Dutra agia vigorosamente quando achava que seus subordinados não se desincumbiam das missões. No combate de Itapira, por exemplo, quando duas unidades do Exército em seu destacamento não se empenharam no ataque com vigor suficiente, Dutra imediatamente substituiu os respectivos comandantes.⁴³⁷

Valdomiro Lima também reclamava freqüentemente o fato de muitos oficiais subalternos se ausentarem de seus postos, indo para a retaguarda, ou o fato de outros demorarem a assumir seus postos. Numa ocasião em agosto, zangadamente pediu a transferência de vários oficiais que não apareciam, dizendo que os tenentes que estavam na linha de fogo efetivamente comandando tropas deveriam ser promovidos para que pudessem ter os vencimentos correspondentes às funções que obrigatoriamente exerciam. Vargas queria corrigir o problema e pediu a Valdomiro uma lista dos oficiais

⁴³⁵ Goís Monteiro memoria n 2 29/7/32- Arquivo Goís Monteiro- Arquivo Nacional.

⁴³⁶ Daltro Filho em correspondência a Goís Monteiro. Arquivo Goís Monteiro- Arquivo Nacional.

⁴³⁷ TAVORA. Op. Cit., p. 84.

que “pela inépcia ou covardia revelada, falta de competência e atitude política de rebeldia ou passividade”, mereciam ser reformados.⁴³⁸

Alguns comandantes foram tragicamente envolvidos nos acontecimentos. Sob um ataque violento de metralhadoras rebeldes, o 29º Batalhão de Caçadores, de Natal, servindo na fronteira São Paulo-Minas, foi tolhido de medo e debandou. O general Pinheiro, sob o “pretexto” de reorganizar o batalhão, substituiu o comandante, tenente-coronel Alfredo Lúcio Ferreira, que então se suicidou. Pinheiro, num gesto humanitário, e para proteger os direitos da família do oficial, mandou publicar que ele morrera em um acidente.⁴³⁹

Havia, por outro lado, oficiais, alguns destes verdadeiros heróis, que se realizaram profissionalmente nos campos de batalha. Muitos paulistas nessa categoria terminaram suas carreiras, as de diversos oficiais federais, no entanto, sofreram grande impulso. O capitão Euclides Zenóbio da Costa — “o mais terrível” guerrilheiro que lutou contra São Paulo “e que maior número de sepulturas semeou nas hostes paulistas”⁸³ — ganhou desde o início o aplauso de seus superiores pela bravura que sistematicamente demonstrava. Citando-o publicamente pela segunda vez em julho, Góis Monteiro informou a Vargas que “esse oficial foi o pioneiro de todas as melhores ações de seu regimento, empenhando-se sempre com acerto, energia e rara tenacidade”. Em dias seguintes, Zenóbio foi mencionado sucessivamente nas comunicações de Daltro Filho e de Góis, e em 5 de agosto foi promovido a major.⁸⁴

Eurico Dutra também se revelou um destemido líder como comandante de um regimento de cavalaria em Minas Gerais. Por causa de sua atuação “enérgica e decisiva”, Pinheiro designou-o comandante da vanguarda de um destacamento e, posteriormente, ele teria o seu próprio destacamento no setor norte de São Paulo.⁸⁶ Quase todos os oficiais graduados servindo no Exército de Leste, aliás, foram premiados por sua atuação. Pinheiro, Daltro Filho, Guedes da Fontoura, Cristóvão Barcelos, Dutra, e mesmo Manuel Rabelo, entre outros, atingiram o generalato, enquanto Pessôa, que começou a guerra como tenente-coronel, foi promovido a coronel

⁴³⁸ Valdomiro Lima ao Ministro da Guerra e a Getúlio Vargas em 30/8/32 e 5/9/32- Arquivos Getúlio Vargas e Valdomiro Lima-CPDOC.

⁴³⁹ Pinheiro em correspondência confidencial a Goís Monteiro em 7/8/32 e 9/8/32- Arquivo histórico do Exército e TAVORA. Op. Cit., p.81.

e, depois do conflito, seria nomeado chefe da Casa Militar de Vargas. O próprio Góis Monteiro chegou a general-de-divisão em setembro “por serviços prestados”.⁸⁶

3.6- Logística e o Material Bélico Paulista

Os paulistas enfrentariam uma crise material desde o início. Como vimos, Klinger tentava redistribuir armas e munições existentes, mas isto não era uma solução. Era necessário aumentar o estoque, especialmente de munições, o que, em vista do cerco federal em torno do Estado, significava que se teria de fabricá-las. Seria uma tarefa difícil, mas havia alguma esperança: a fábrica de pólvora em Piquete pertencente ao Exército estava nas mãos dos rebeldes e, além disso, São Paulo possuía a mais extensa e mais avançada base industrial em toda a América Latina, com um respeitável setor metalúrgico e químico.

No início da guerra havia em São Paulo 24 toneladas de pólvora para armas automáticas, seis para fuzil, e quatorze para canhões. Um mês depois, Klinger mandou abrir a fábrica de Piquete, nomeou um diretor, e estabeleceu metas de produção: vinte toneladas de pólvora para armas automáticas, dez para fuzil, 1,5 para canhões, e quatro para morteiros. A fábrica, porém, só conseguiria funcionar durante pouco mais de três semanas, antes de ser forçosamente abandonada face à pressão das tropas federais; nesse período, outrossim, trabalhava-se apenas doze horas por dia, já que havia falta de energia elétrica.

Os resultados, assim, eram desapontadores: Piquete atendeu em menos de 50 por cento o pedido de pólvora para armas automáticas e produziu duas toneladas de pólvora para morteiros, “já estava adiantado o fabrico do 1º lote de pólvora 422 [para fuzil], quando tivemos de deixar a fábrica, sendo ele abandonado por nos ser inteiramente impossível, em São Paulo, ultimar o seu preparo.”⁴⁴⁰

Os planejadores militares no Rio de Janeiro lamentavam o fato de os rebeldes terem em seu poder a fábrica de Piquete, mas o que eles realmente temiam era o poderio manufatureiro de São Paulo. Aliando-o à geografia e ao bem-desenvolvido sistema de comunicações paulistas, os paulistas, segundo os cálculos daqueles, talvez pudessém resistir por seis meses.⁴⁴¹ Que a guerra não tenha durado esse tempo não foi, de fato, por

⁴⁴⁰ KLINGER. Op. Cit., p. 130-132.

⁴⁴¹ EME- MEMÓRIA N 3 DE 16/7/32-

falta de esforço da indústria privada; ao contrário, os fabricantes paulistas realizaram verdadeiros prodígios, numa tentativa inútil de suprir as tropas paulistas com o necessário para prosseguirem com a luta. Mobilizada imediatamente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sob a liderança de Roberto Simonsen, a indústria paulista trabalharia sistematicamente, em íntima cooperação com as autoridades estaduais e com o alto comando paulista, para criar uma verdadeira economia de guerra, fazendo um cadastro industrial e um inventário dos estoques de matérias-primas, criando um sistema de distribuição das mesmas, arregimentando o operariado e definindo um plano de produção bélica.⁴⁴²

A grande contribuição da indústria ao esforço de guerra seria na produção de munição de fuzil e granadas de mão, sendo que nisso a Fábrica Nacional de Cartuchos e Munições, em São Bernardo, pertencente ao grupo Matarazzo, desempenhava o papel principal, habilmente secundada pelo Instituto de Engenharia, Instituto de Tecnologia, Companhia Paulista de Estrada de Ferro, Escola Politécnica e várias outras entidades e firmas.⁴⁴³ Até o início de agosto, a produção de munição de infantaria atingia 70.000 cartuchos por dia, mas isto estava muito aquém das necessidades, além de, nessa produção inicial, haver muitos lotes de cartuchos defeituosos.

Além de munição de fuzil e granadas de mão cuja fabricação alcançava 4.000 diárias, a indústria paulista produzia, em pequenas quantidades, granadas de artilharia, bombas de aviação, máscaras contra gás, carros de assalto — tratava-se de alguns tratores e caminhões blindados cuja produção levou a FIESP a declarar, em fins de julho, “a indústria de tanques já está iniciada em São Paulo”⁴⁴⁴ — e morteiros. No desenvolvimento destes, chamados de “bombardas” ou “sapos”, ocorreu à primeira perda trágica do lado paulista. Em 23 de julho, durante uma demonstração da nova arma, houve um retardamento da espoleta, o que causou a explosão de uma granada dentro dela, fragmentando-lhe a boca. O coronel Salgado, que se encontrava perto, foi atingido por um estilhaço que lhe cortou a carótida, esvaindo-se em sangue sem que

⁴⁴² OLIVEIRA, Clóvis de. *A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932*. São Paulo, Federação e Centro de Indústrias, 1956, p. 35-42.

⁴⁴³ KLINGER. *Op. Cit.*, p. 122-124 e telegram de Carlos Carvalho de Abreu para Klinger em 18/7/32- Arquivo Bertoldo Klinger-CPDOC

⁴⁴⁴ OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 301-333.

pudesse ser socorrido. Um capitão da FPP, debruçado sobre o cano do morteiro quando este explodiu, também morreu, e Klinger e várias outras pessoas ficaram feridas.⁴⁴⁵

Entre as “armas” inventadas por engenheiros paulistas, a que mais nitidamente simbolizava a fraqueza básica da posição dos paulistas e mesmo a sua falta de esperança a longo prazo era a “matraca”, uma prancheta de madeira com uma lâmina de aço e roda dentada que, acionada, produzia um som semelhante ao de uma metralhadora a fim de enganar o inimigo. “Quando nos contaram desse invento, sem detalhes quanto ao modo de funcionar e à construção, mas em ar de troça pelo efeito que produzia, não lhe demos crédito,” lembraria o coronel Herculano de Carvalho e Silva, sucessor de Salgado no comando da FPP, “aquilo ou era uma lenda ou não passava de pilhéria: de qualquer maneira, era uma irreabilidade.”⁴⁴⁶

3.6.1- Logística e o Material Bélico Federal

Do lado federal também havia uma crise material — de enormes proporções. O tema de deficiências materiais, aliás, é predominante nas comunicações reservadas dos comandantes legalistas. Góis Monteiro, sempre o arquivista, resumia a opinião geral entre os líderes de tropa quando advertia Vargas, em meados de agosto, que seria “útil temperar o espírito para uma guerra perseverante e demorada em consequência da deficiência dos meios de que dispomos para lutar contra o orgulho e quase fanatismo que a plutocracia paulista cultivava em seu proveito e com absoluto desprezo pelo resto do Brasil ingênuo e imprevidente”. Vargas, em resposta, concordava, “devo dizer-lhe, antes de mais nada, que ninguém sofre mais do que eu em face das deficiências e morosidades dos nossos serviços de defesa, resultantes de uma situação de que só agora estou no conhecimento, pela força imperiosa das circunstâncias.”⁴⁴⁷

As reclamações dos comandantes incluíam tudo, de tropa a alimentos. No início da guerra, todas as unidades estavam com efetivos reduzidos, e não tardaram a surgir as queixas. Góis, em fins de julho, alertou Vargas para a “urgente” necessidade de remeter mais tropas para Minas Gerais, mas, ao mesmo tempo, Pessoa advertia o Palácio do

⁴⁴⁵ KLINGER. Op. Cit., p. 190-191 e CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 67-68.

⁴⁴⁶ CARVALHO E SILVA. Op. Cit., p. 73-74.

⁴⁴⁷ Telegrama de Góis Monteiro a Getúlio Vargas em 14/8/32 e 16/8/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC e Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional.

Catete sobre o problema no Vale do Paraíba, “é preciso que venham homens para esta frente, pois a tropa está cansada, há muitos feridos, muitos doentes, e a pressão está desesperando os adversários.” Góis também, no dia seguinte, informou que o avanço contra os rebeldes era lento devido à falta de tropas, enquanto Rabelo, responsável pelos setores norte e oeste, fazia repetidamente a mesma queixa.⁴⁴⁸ Pinheiro, em Minas Gerais, juntava sua voz ao coro, e comandantes da Força Pública Mineira, que desempenhavam um papel-chave na luta naquele setor, dirigiam apelos angustiantes às autoridades estaduais sobre a necessidade de reforços para poder descansar tropas na linha, “é indispensável a remessa de reforço para meu escalão a fim de poder dar descanso à tropa. É desumano exigir-se mais esforço dessa gente que há cinco dias e cinco noites combate sem trégua”. A mensagem de outro comandante, em setembro, era particularmente drástica, “mor parte da tropa, exausta de fadiga, dorme na frente do inimigo (...), anteontem um soldado nosso foi morto a baioneta, dormindo.”⁴⁴⁹ No Sul, Valdomiro, por seu lado, apontava constantemente para a sua falta de efetivos, reclamando com energia contra o desvio de tropas para outros setores.⁴⁵⁰

Para atender à demanda de recursos humanos, o governo, além de convocar reservistas, recorreu à mobilização de forças irregulares ou provisórias. Aliás, vários interventores, logo que souberam da rebelião, ofereceram unidades policiais e de voluntários. Juraci Magalhães, interventor na Bahia, telegrafou a Vargas em 11 de julho abordando a possibilidade de angariar civis, pedindo recursos para equipar e armar tais elementos, e no dia seguinte avisou que “todos os chefes de prestígio no sertão” se ofereciam para lutar contra São Paulo, “reafirmo: se precisar de tropa mande dizer, pois homens não faltam,” declarou. Num segundo telegrama transmitido em 12 de julho,

⁴⁴⁸ Diversas correspondências e telegramas para Getúlio Vargas, oriundos de Pantaleão Pessoa, Goís Monteiro, Valdomiro Lima. Manuel Rabelo-28/7; 30/7; 29/7; 2/8; 3/8 e 28/8/32- Arquivos Getúlio Vargas; Manuel Rabelo, Valdomiro Lima e Francisco Pinheiro-CPDOC e Arquivos Goís Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo histórico do Exército.

⁴⁴⁹ Diversas correspondências e telegramas para Getúlio Vargas, oriundos de Pantaleão Pessoa, Goís Monteiro, Valdomiro Lima. Manuel Rabelo-28/7; 30/7; 29/7; 2/8; 3/8 e 28/8/32- Arquivos Getúlio Vargas; Manuel Rabelo, Valdomiro Lima e Francisco Pinheiro-CPDOC e Arquivos Goís Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo histórico do Exército.

⁴⁵⁰ Diversas correspondências e telegramas para Getúlio Vargas, oriundos de Pantaleão Pessoa, Goís Monteiro, Valdomiro Lima. Manuel Rabelo-28/7; 30/7; 29/7; 2/8; 3/8 e 28/8/32- Arquivos Getúlio Vargas; Manuel Rabelo, Valdomiro Lima e Francisco Pinheiro-CPDOC e Arquivos Goís Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo histórico do Exército.

reforçou essa oferta de forma mais enfática, “nós revolucionários do Norte não queremos perder mais tempo, a luta deve ser de vida ou de morte.” Se o governo enviasse recursos financeiros e armamento, insinuou, a região forneceria os homens necessários, “o Norte lutará ainda mesmo sozinho.”⁴⁵¹ Da interventoria em Pernambuco vieram afirmações semelhantes, telegrafou o interventor interino, capitão Néelson de Melo, no dia 12, declarando, “tenho recebido inúmeras demonstrações de solidariedade e pedidos de alistamento na polícia, inclusive de estudantes, e elementos civis movimentam-se solicitando a organização de batalhões provisórios.” No dia seguinte Melo voltou ao assunto, “em frente aos quartéis estaciona verdadeira multidão que, cheia de ardor, procura se incorporar à tropa”.⁴⁵²

Roberto Carneiro de Mendonça hipotecou imediatamente a solidariedade do Ceará, informando que, se recebesse o numerário suficiente para fardamento e vencimentos, “organizaremos facilmente vários contingentes de 500 homens”.⁴⁵³

No Sul, corpos provisórios gaúchos já estavam a caminho da frente, em telegrama para Osvaldo aranha Flores da Cunha informava que “amanhã pelo *Pará* seguirão mais três batalhões. Temos quantos quiseres.” No Paraná, assegurava o interventor Manuel Ribas, havia a mesma facilidade de levantar tropas.

Vargas agiu logo para aproveitar os recursos humanos dos Estados, instruindo os interventores a conveniência de “continuar sem desfalecimento a organização de tropas, pondo-as em condições de marchar na primeira oportunidade, autorizo-lhes a continuar organizando o maior número possível de tropas, em condições de poderem embarcar imediatamente”⁴⁵⁴.

Depois, no dia 14, enviou uma circular aos interventores do Norte e Nordeste sobre a questão. Declarava nesta que, “apesar de os acontecimentos renunciarem com segurança a nossa vitória, cumpre-nos incentivar por todos os meios o aumento das nossas forças. Peço informar-me com urgência as tropas que daí já partiram, o número das que ainda podem embarcar e, bem assim, os recursos de que precisam. Convém sem desfalecimento continuar a inscrição de voluntários, quanto possível, preferindo os

⁴⁵¹ Telegramas de Juraci Magalhães a Getúlio Vargas e ao Ministro da Guerra em 11, 12 e 13/7/32- Arquivo Juraci Magalhães e Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁵² Telegramas de Nelson de Melo a Getúlio Vargas em 12 e 13/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁵³ Telegramas a Getúlio Vargas e ao Ministro da Guerra em 13/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁵⁴ Getúlio Vargas- circular aos interventores em 14/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC. (5 folhas)

reservistas, e preparando-os para a ação no menor prazo possível.”⁴⁵⁵ No mesmo dia, Vargas transmitiu outra circular aos interventores pedindo que informassem “com urgência” sobre as quantias já recebidas para a mobilização de tropas, e, em 15 de julho, levou ao conhecimento deles o fato de ter autorizado as delegacias fiscais nos Estados, através do Ministério da Fazenda, a atenderem a todas as requisições feitas pelos interventores a fim de organizar os contingentes de tropas.⁴⁵⁶

Assegurados do apoio financeiro federal, os interventores prosseguiram com a mobilização de provisórios, aparentemente não encontrando dificuldades em atrair candidatos. Carlos Lima Cavalcanti, em Pernambuco, chegou a propor a organização de uma divisão nordestina — ou seja, uma força de aproximadamente 35.000 homens —, mas o EME desaconselhava a idéia, prevendo dificuldades de enquadramento nos setores onde havia necessidade de tropas.⁴⁵⁷

O interessante, comunicou Vargas a Juraci Magalhães e Lima Cavalcanti, seria organizar grupos de quinhentos voluntários que pudessem ser utilizados para preencher os quadros de outros corpos.⁴⁵⁸ Em todo caso, avisou à Juraci em 23 de julho, “autorizo-vos a organizar as tropas que puder e como mais conveniente, além do pedido anterior”.⁴⁵⁹ Levantar tropas, indicou Lima Cavalcanti nesse mesmo dia, era fácil, declarou ele, “continuo a receber pedidos de alistamento de todos os municípios do Estado. Não exagero afirmando que Pernambuco dará dentro de 15 dias 5 mil soldados, fora os já embarcados.” Juraci também descrevia as possibilidades com otimismo. O primeiro batalhão da polícia estadual já embarcara, o segundo estava esperando transporte, e mais quinhentos homens estavam reunidos na capital estadual, informou no dia 24. Além disso, duzentos provisórios chegariam a Salvador no dia seguinte e, num campo em Juazeiro, haveria 2.000 voluntários dentro de uma semana.⁴⁶⁰

⁴⁵⁵ Ibid. nota anterior.

⁴⁵⁶ Getúlio Vargas- circular aos interventores em 15/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC. (13 folhas)

⁴⁵⁷ Getúlio Vargas telegrama para Maynard Gomes e informe do EME para Getúlio Vargas em 23/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁵⁸ Getúlio Vargas em telegrama para Juraci Magalhães e Lima Cavalcanti em 21/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁵⁹ Ibid nota anterior.

⁴⁶⁰ Getúlio Vargas telegrama a Juraci Magalhães 22/7/32; Vargas para Lima Cavalcanti em 23/7/32 e Juraci Magalhães para Vargas em 24/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

Uma nota interessante a ser feita refere-se a prática que ocorreria em diversos estados do Norte e Nordeste, dentro do esforço de guerra. Como noticiou o jornal *Correio da Manhã* “A alfaiataria e a sapataria da Penitenciária do Estado [da Bahia], tem desenvolvido grande atividade, fabricando milhares de fardas, botinas e perneiras, para a tropa baiana, que se acha em operações contra os revolucionários paulistas.”⁴⁶¹ Havia uma seca no Nordeste naquela época e a população faminta do interior naturalmente procurava as cidades em busca de solução para o problema. A repentina mobilização de voluntários para combater os paulistas oferecia a possibilidade de comer mais regularmente e receber algum dinheiro, e isto explica, sem dúvida, a grande procura de vagas nos batalhões irregulares.

O problema, entretanto, era que os batalhões de voluntários se ressentiam de diversas desvantagens. Tasso Fragoso imediatamente previa dificuldades devido à falta de preparo desses elementos, argumentando, em memorando de 12 de julho, que não deveriam ser enviados às frentes sem “uma instrução intensiva para que os homens tenham uma noção, embora precária, do que vão fazer”. E, além disso, concluía, forças irregulares não podiam ser usadas como unidades independentes. A esse respeito o chefe do Estado-Maior do Exército era enfático, “é do maior perigo, empregar elementos desta ordem sem certo enquadramento de oficiais da ativa e sem que em seu seio haja núcleos de combatentes conhecedores do ofício.”⁴⁶² Esse pensamento explica por que o Alto Comando no Rio de Janeiro rejeitava a idéia de uma divisão nordestina e também por que Vargas, refletindo a opinião de seus conselheiros militares, recomendava que os interventores no Nordeste organizassem grupos que seriam encaixados em unidades experimentadas. A pressão dos interventores através do país inteiro no sentido de fornecer tropas e, ao mesmo tempo, as reclamações simultâneas da diversas frentes ditavam, porém, o uso de irregulares. Tasso, portanto, em 15 de julho, sugeriu ao ministro da Guerra, Espírito Santo Cardoso, a criação, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, de centros de instrução de voluntários.⁴⁶³ O centro no Rio de Janeiro foi imediatamente estabelecido na Vila Militar, e para lá seriam dirigidas as forças irregulares que chegavam do Norte.

⁴⁶¹ *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1932 – capa.

⁴⁶² EME- memorando enviado ao chefe do Governo Provisório em 12/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁶³ Telegrama de Tasso Fragoso ao Ministro da guerra em 15/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

Salvo a falta de conhecimentos militares, as unidades provisórias, sobretudo as do Norte e Nordeste, careciam de quase tudo no tocante a armamentos e equipamento. Todas as unidades provisórias e inclusive algumas unidades do exército solicitavam toda espécie de material bélico. Podemos citar o caso, dentre vários de Olegário Maciel, o governador em Minas Gerais, onde ele solicita para os vinte “batalhões patrióticos” organizados, necessitava com urgência 15.000 fuzis, cem metralhadoras, trezentos fuzis-metralhadoras e 8.000 cartuchos.⁴⁶⁴

Na maioria das vezes inexperientes, mal ou apressadamente treinados, dependentes dos poucos recursos federais, e freqüentemente até sem a resistência física necessária — embora, é interessante notar, o voluntariado do Norte e do Nordeste, comparado com o raro voluntariado da capital federal, parecesse até “sóbrio, resistente, e combativo,” pelo menos era a opinião do capitão do EME Henrique Teixeira Lott⁴⁶⁵ —, as unidades voluntárias, e mesmo muitas vezes as polícias estaduais, eram recebidas nas frentes com ceticismo pelos comandantes, com exceção dos provisórios gaúchos, geralmente considerados os melhores guerrilheiros do país.

Goís Monteiro, já em 19 de julho, apresentou, implicitamente, sua primeira queixa, mandando pedir ao EME que não deixasse seguir para a frente qualquer tropa que não estivesse com a instrução e material bélico necessários para entrar logo em ação. Seis dias depois, escreveu a Vargas de Barra Mansa criticando o uso de voluntários e pedindo que sustasse o fluxo de tais elementos para o Vale do Paraíba, declarou ele, “quero crer que Vocência age baseado na experiência do Rio Grande do Sul cujas condições geográficas e humanas justificam a mobilização irregular, mas o Rio Grande é uma exceção”⁴⁶⁶. Vargas, em resposta, queria saber quais eram as forças específicas que Goís tinha em mente, “sobre a organização de forças irregulares não tenho idéia preconcebida contra qualquer região, submetendo-me à evidência dos acontecimentos para aceitar a exceção do Rio Grande do Sul. (...) Não trato de nenhum caso individual, mas pela distribuição de armamento sei estarem preparando esses elementos pouco úteis que o governo federal terá de pagar.”, concluiria Goís

⁴⁶⁴ Olegário Maciel para Getúlio Vargas em 13/7/32- Arquivo Getúlio Vargas e Olegário Maciel-CPDOC.

⁴⁶⁵ EME-memorando do capitão Henrique Teixeira Lott em 25/7/32- Arquivo Histórico do Exército. (7 folhas)

⁴⁶⁶ Goís Monteiro para Getúlio Vargas em 25/7/32 e EME- memorando 19/7/32 e Goís Monteiro memoria n 6 de 29/9/32- Arquivo Histórico do Exército e Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

Monteiro.⁴⁶⁷ Seria melhor, concluiu, não dar armas e equipamento aos batalhões de voluntários.

Em setembro, renovaria a crítica: as polícias estaduais eram “de valor combatente desigual”, e as formações irregulares “ainda se distinguem por inferioridade mais notável”, causando, além disso, sérios problemas de disciplina e coesão. Daltro Filho, cujo destacamento incluía um batalhão da polícia sergipana e contingentes provisórios do Rio Grande do Norte e Pernambuco, tampouco gostava das forças estaduais. Declararia ele em telegrama para Goiás Monteiro, “se o Sr. general me der tropa e tropa do Exército, comprometo-me a tomar Cruzeiro dentro de poucos dias. Não quero mais polícia porque é gente farrombeira, mentirosa., interesseira e covarde.”⁴⁶⁸

Valdomiro Lima compartilhava desse ceticismo, ao menos no que dizia respeito aos voluntários, mesmo tratando-se de tropa gaúcha. Nos batalhões de provisórios enviados para a sua frente, advertiu a Flores da Cunha, deveria vir apenas “gente jovem que tenha instrução de tiro”. A Espírito Santo Cardoso disse a mesma coisa, “os voluntários que pretendeis enviar-me só serão úteis se forem reservistas ou pelo menos tenham instrução de tiro. Devem vir fardados, armados e equipados, não esquecendo barracas, pois a maior parte das forças do Exército não as possui [s/c].”⁴⁶⁹

À medida que a luta se intensificava, crescia sua oposição aos voluntários. Precisava de homens, mandou dizer ao EME, mas dispensava os batalhões patrióticos. Chegou a queixar-se diretamente a Vargas quando, apesar de sua insistência, chegou um batalhão da Paraíba “sem nenhuma instrução militar”.³⁰

Vargas e o Alto Comando no Rio de Janeiro, porém, bombardeados por pedidos de efetivos e, no caso do chefe do Executivo, apreciando o valor político da participação do Norte e Nordeste na luta contra São Paulo, julgavam necessário prosseguir com a mobilização das forças estaduais. A única resposta, aparentemente, que Vargas deu às queixas de Goiás Monteiro foi avisá-lo, em fins de julho, de que cerca de 3.000 homens chegariam do Norte e seriam canalizados para o Exército de Leste.⁴⁷⁰ Ao mesmo tempo, “como medida de previsão”, Espírito Santo Cardoso mandava continuar a mobilização

⁴⁶⁷ Goiás Monteiro memória n 6 de 29/9/32- Arquivo Histórico do Exército

⁴⁶⁸ EME- memorando 19/7/32 e Goiás Monteiro memória n 6 de 29/9/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁶⁹ Telegramas de Valdomiro Lima ao Ministro da Guerra, a Flores da Cunha e ao EME em 5/8; 7/8; 13/8 e 16/8/32- Arquivo Valdomiro Lima-CPDOC.

⁴⁷⁰ Correspondência de Getúlio Vargas para Goiás Monteiro em 29/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

de voluntários nos Estados do Norte e Nordeste, recomendando preferência aos reservistas. Para afastar os elementos sem condições físicas de agüentar a vida na frente, Vargas exigiria que uma “rigorosa inspeção de saúde” fosse feita antes de serem embarcados para o Rio de Janeiro.⁴⁷¹

Além da questão propriamente de tropas, que seria permanente durante a luta, embora na fase final, segundo Góis Monteiro, o número total de tropas de todas as categorias mobilizadas pelo governo tenha atingido 100.000,⁴⁷² havia o problema da manutenção dessas tropas. Alimentá-las, por exemplo, era quase sempre um desafio, cuja solução dependia ou do serviço militar de abastecimento, que por sua vez dependia dos transportes, ou das compras ou requisições no mercado local. Algumas unidades do 3º Regimento de Infantaria (RI) sofriam constantemente. Em 13 de julho, Daltro Filho alertava Góis para o fato de a alimentação estar “já muito escassa”, e os recursos locais em Resende estarem “modestos” porque seu abastecimento de São Paulo fora cortado. Quatro dias depois, Daltro pedia “providências urgentes” a esse respeito. Na tarde do dia 21, advertiu a Góis de que um dos batalhões ainda não comera naquele dia. O problema persistia nas semanas seguintes.⁴⁷³

As tropas mineiras no Túnel em julho queixavam-se de estarem com “frio, fome e fadiga”, estando o comércio na região desprovido de gêneros de primeira necessidade. O coronel Barcelos teve que apelar para as prefeituras mineiras, pedindo remessas urgentes de víveres.⁴⁷⁴

O coronel Boanerges lembraria a “falta absoluta” de ração de reserva naquele teatro. Segeriria que “substituía-se por uma ração preparada fria (em geral farofa de carne, de valor nutritivo deficiente. Para certas missões, como aberturas de picadas, movimento sobre o flanco ou retaguarda do inimigo, a sua falta foi muito sensível.”⁴⁷⁵

⁴⁷¹ Diretriz do Ministro da Guerra ao EME e aos interventores mês de julho. Arquivo Histórico do exército.

⁴⁷² MELO. Op. Cit., p. 259-261.

⁴⁷³ Daltro Filho para Góis Monteiro em 13 e 17/7/32- Arquivo Góis Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁷⁴ EME- Solicitação as prefeituras das cidades de São Lourenço, Varginha, Lavras e Três Corações- pedidido Serviço de Intendência do coronel Barcelos para envio de suprimentos. Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁷⁵ ASSIS. Op. Cit., p.100-103 e relatório de operações do destacamento do coronel Boanerges em 11/10/32- Arquivo Histórico do Exército.

Às vezes não era só a quantidade, mas a qualidade da alimentação que gerava descontentamento. O problema surgiu, por exemplo, em Minas Gerais, provocando reclamações sobre a qualidade de uma partida de feijão que a tropa se recusava a comer.⁴⁷⁶

Dificuldades semelhantes se verificavam periodicamente no Sul. Em setembro, em mais de uma ocasião, Valdomiro Lima exigia de seu serviço de intendência “medidas enérgicas” para impedir a chegada de “milho e feijão bichados e bolachas mofadas”.⁴⁷⁷ A presença de tropas de várias regiões do país nas frentes de batalha acrescentava outra dimensão ao problema. Segundo o coronel Newton Cavalcanti, “não pode haver ração tipo no Brasil pois o homem do Sul exige o churrasco, a erva-mate e o sal. O do Norte, a carne seca, a farinha de mandioca, café, açúcar ou rapadura(...) Os víveres de reserva, tipo europeu, não deram resultado.”⁴⁷⁸

O fato de a guerra estar sendo travada em pleno inverno tornou o problema de vestuário tão sério quanto o de alimentação. Nas regiões montanhosas do Vale do Paraíba e no sul e oeste de Minas Gerais, o sofrimento das tropas por causa do clima e do terreno era quase sempre enorme. Poucos dias após o seu deslocamento do Rio de Janeiro, Daltro Filho bombardeava a retaguarda com pedidos de capotes, cobertores e barracas, “porque o frio está maltratando demasiadamente a tropa”.⁴⁷⁹ No início de agosto apelava urgentemente por mantas, uniformes de flanela e perneiras. Informava a seus superiores que tais equipamentos eram necessários pois, “a aspereza do terreno e as escaladas para o combate dilaceram completamente os uniformes, reduzindo notavelmente a sua duração. Dou preferência às botinas pretas porque os borzeguins de campanha arrebatam os pés dos homens, causando-lhes quase o mesmo mal que as balas.”⁴⁸⁰

⁴⁷⁶ Ibid nota anterior.

⁴⁷⁷ Estado Maior do Destacamento de Exército Sul- serviço de Intendência- relatórios de 19/9 e 27/9/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁷⁸ Newton Cavalcanti= Realatório sobre situação tática do destacamento em 11/10/32- arquivo Histórico do Exército.

⁴⁷⁹ Daltro Filho para Goís Monteiro em 11/10/32- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo Histórico do Exército e POPPE DE FIGUEIREDO, M. Brasil um gigante que despertou. Rio de Janeiro, s/ed., 1970, p. 116-117.

⁴⁸⁰ Daltro Filho para Goís Monteiro em 12/7/32- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo Histórico do Exército

Em Minas Gerais as queixas das tropas, especialmente as da FPM, eram as mais amargas. Um capitão médico em Manacá, em meados de agosto, chamou atenção para o fato de a tropa de seu setor estar vivendo nas trincheiras há mais de um mês, numa frente localizada a 1.800 metros de altitude, “sujeita às garoas permanentes e chuvas constantes”. Mais da metade dos homens estava doente como resultado de sua falta de abrigo e equipamento. Continua o capitão “os nossos homens têm o céu como coberta e a trincheira úmida e lamacenta como cama.”⁴⁸¹

As unidades do Exército do Sul, particularmente as forças irregulares, também careciam de roupa adequada. Valdomiro Lima escreveria para Getúlio Vargas “dos 2.400 homens que compõem a coluna sob o meu comando, metade ainda não recebeu fardamento, nem ponchos ou capas de abrigo, nem equipamento e nem arreios para montaria.”⁴⁸²

Igualmente grave era o problema de transportes, de cuja solução dependiam não só o atendimento das necessidades das tropas, mas o seu deslocamento e as suas manobras nas frentes de combate. A pressão sobre as estradas de ferro era naturalmente imensa. O governo mineiro sugeriu a Vargas a imediata incorporação da Estrada de Ferro Goiás à Estrada de Ferro Oeste de Minas, para permitir o transporte de tropas, e Vargas em seguida baixou um decreto nesse sentido.⁴⁸³

A Estrada de Ferro Central do Brasil servia como um dos principais meios de transporte no Vale do Paraíba, e no Sul, a EF Rio Grande—São Paulo parou de atender ao comércio privado para servir às necessidades militares da região. A utilidade das ferrovias, entretanto, era limitada; para satisfazer todas as exigências das tropas, era imprescindível o uso de caminhões (e até de cavalos e muares).

O coronel Otávio Pires Coelho, comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, no Vale do Paraíba, explicou detalhadamente a dependência de suas unidades de caminhões, quando protestou junto a Pessoa contra a idéia de retirar alguns dos nove veículos que o Regimento possuía:

⁴⁸¹ Olegário Maciel para Getúlio Vargas em 19/7/32 e 18/8/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC;

⁴⁸² Valdomiro Lima em telegrama para Getúlio Vargas em 17/7/32- arquivo Getúlio Vargas e Valdomiro de Lima-CPDOC.

⁴⁸³ Getúlio Vargas decreto de 15/7/32- referente a transporte de tropas. E EME- relatório referente a aquisição e requisição de transportes necessários as tropas em operações. Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC e Arquivo Histórico do Exército.

Cumprer dizer-vos ainda que indispensável se torna que cada subunidade tenha um autocaminhão para atender ao transporte de munição e ainda a outras necessidades do pessoal: que este Regimento diariamente tem que enviar elementos em autocaminhão à sua retaguarda, para o fim de guarnecer Alambari e estradas, piques que vindos de Bocaina vão ter a essa localidade; que também diariamente, por meio de caminhões, são enviados aos seus dois esquadrões que há uma semana se acham nas linhas de frente, engajados com o inimigo, munições, forragens e o próprio rancho; mais ainda, que freqüentemente caminhões vão a Bananal, a fim de trazerem, do Serviço de Subsistência que aí funciona, recursos para este Regimento; e caminhões vão a Resende, Barra Mansa, para atender às necessidades urgentes do Regimento.

Necessário se torna ainda o fornecimento de 3 caminhões a este Regimento, a fim de atender às necessidades do Esquadrão de Metralhadoras, transporte das metralhadoras leves e pesadas ultimamente fornecidas, munição e guarnição das peças, pois que o Esquadrão de Metralhadoras fornecerá sua cavalcada aos dois esquadrões que há tempos estão nas linhas de frente, e que, por estarem muito batidos pelos fogos inimigos, em região péssima, desfavorável, se acham com a sua cavalcada extenuada, estropiada, quase imprestável.⁴⁸⁴

Estragos na EFCB, sobretudo durante a grande ofensiva de setembro, aumentavam periodicamente a importância dos caminhões para Daltro Filho, que com urgência pedia mais veículos. Os veículos que tinha estavam “bastante estragados por já terem sido fornecidos a este corpo velhos e quase inutilizados”, e porque a estrada de rodagem se encontrava em mau estado de conservação.⁴⁸⁵ De Minas Gerais ouviam-se comentários semelhantes sobre as dificuldades de transportes e a indispensabilidade dos caminhões para a concentração e reabastecimento de tropas. Essas condições,

⁴⁸⁴ Coronel Otávio Pires Coelho para Pantaleão Pessoa em 28/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁸⁵ Daltro Filho para Goís Monteiro- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional.

necessidades e reclamações se repetiam no Sul. O então tenente Idálio Sardenberg, chefe do Serviço de Material Bélico das forças de Valdomiro Lima, foi encarregado de criar um serviço de automóvel em fins de julho. Não havia caminhões disponíveis, de modo que esse serviço foi inaugurado com três automóveis que Sardenberg localizou em Faxina. Levou quase três semanas, depois do início do conflito, para o tenente receber de Joinville os primeiros caminhões.⁴⁸⁶ Os comandantes dos destacamentos naturalmente encontravam sérios problemas. O próprio Valdomiro Lima, por sua vez, após apelar para o Ministério da Guerra e também para Vargas, escreveu, insistindo, que “caminhões fazem tanta falta como a munição de guerra”.⁴⁸⁷

Sobre essa outra carência — a de munição, e de armas e material bélico de toda a sorte — os comandantes de tropa escreviam volumes com seus apelos, advertências, queixas, pedidos e exigências. De uma frente a outra choviam constantemente telegramas, cartas, avisos e ofícios sobre a ausência dos meios de guerra. O caso de Daltro Filho era característico da situação no Vale do Paraíba. Teve que seguir apressadamente para a frente com seu regimento sem munição e armamento necessários — e aí começaram suas atribulações. De Barra Mansa, na noite de 12 de julho, enviou dois telegramas a Pessôa (ainda no Rio de Janeiro) insistindo “a todo meu poder” para que o material fosse remetido “com urgência”.⁴⁸⁸ Dez dias depois, de Itatiaia, avisou a Pessôa que o regimento esgotara seu estoque de munições em depósito.

Comunico a Vocência que o Regimento'já tem tiroteado várias vezes; e que o primeiro Batalhão a dois dias que mantém fogo ininterrupto durante todo dia e boa parte da noite, em resposta ao fogo intenso do inimigo, fartamente dotado de munição.... Tenho recomendado insistentemente aos comandantes de batalhões que não permitam gasto inútil da munição, mas devemos desculpar a nervosidade de uma tropa ainda nova no fogo e que está ocupando e consolidando uma posição súb fogo

⁴⁸⁶ Estado Maior do Exército do Sul- Serviço de Material Bélico- relatórios de 15, 17 e 27/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁸⁷ Valdomiro Lima ao Ministro da Guerra e a Getúlio Vargas em 3 e 7/8/32- Arquivo Valdomiro Lima e Getúlio Vargas-CPDOC.

⁴⁸⁸ Daltro Filho telegrama para Pantaleão Pessôa em 12/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

constante de metralhadoras e curtamente intervalado de artilharia de montanha.⁴⁸⁹

O dilema do chefe do Serviço de Material Bélico da 1ª DI era agudo: não podia fornecer máquinas de carregar porque não as possuía; não havia munição suficiente para atender aos “constantes e insistentes pedidos”; mesmo quando tinha material para remeter às tropas na frente, o transporte tinha de ser feito em “três auto-caminhões velhos”; desde 17 de julho não recebia granadas de mão (comentou em 20 de agosto); não tinha granadas de morteiro, apesar de Góis Monteiro tê-las pedido “várias vezes” à Diretoria de Material Bélico (DMB) no Rio de Janeiro; e tampouco havia revólveres suficientes, embora Góis “repetidas vezes” os tivesse pedido à DMB.⁴⁹⁰

O comandante do Exército de Leste, de fato, sistematicamente advertia não só as autoridades militares na capital, mas também a Vargas, sobre as angustiantes deficiências materiais de suas tropas.

Na ausência de estoques suficientes, os quartéis-generais, enquanto pressionavam o Rio de Janeiro, só podiam instar as tropas a serem cuidadosas em não gastar a munição inutilmente. Nesse período, Barcelos também ordenava a suas tropas que mantivessem “a maior disciplina de fogo” para evitar “o gasto inútil de munição”. Um mês depois, Pinheiro enviou uma circular aos comandantes em Minas exigindo “a maior economia possível de munição, fazendo para isso com que as rajadas sejam curtas”.⁴⁹¹

Desde o início, havia dificuldades no reaprovisionamento de munição de artilharia, levando Pessôa já no começo a advertir as unidades de artilharia que procurassem “maior parcimônia” nos tiros. De acordo com o major Renato Aleixo, comandante de um grupo de artilharia, “a munição foi escassa (...) e as ordens para restringir o seu consumo reiteradas, tornando-se difícil e mesmo angustiosa a situação quando chegavam da frente os pedidos constantes de atirar em proveito da infantaria”.⁴⁹² Como um dos principais impedimentos à fabricação de munição era a

⁴⁸⁹ Daltro Filho telegrama para Pantaleão Pessôa em 22/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹⁰ EME- relatórios da diretoria de Material Bélico meses de julho, agosto e setembro de 1932- Arquivo Histórico do Exército. (347 folhas)

⁴⁹¹ Góis Monteiro memória n 2 e 3 de julho e agosto de 1932. EME- circular referente a economia de munição enquanto se repunha estoque. Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹² Major Renato Aleixo- relatório de campanha de 31/10/32- Arquivo Histórico do Exército.

falta de estojos, Góis ordenou em agosto que todas as unidades do Exército de Leste arrecadassem os estojos vazios de cartuchos e de munição de artilharia. O chefe do Serviço de Material Bélico do EME, no Rio de Janeiro iria enviar circulares aos comandantes em operações, instando estes ao fato de que “o remuniamento da tropa está agora dependendo da devolução dos estojos vazios, alvitro a providência de só se fornecer munição, pelo menos de artilharia, mediante troca por igual número de estojos vazios.”⁴⁹³

A escassez de armas e munição no setor Sul também era constante. Valdomiro Lima frisava ao alto comando a falta de tiros para metralhadoras e fuzil, “da qual estamos totalmente desprovidos”, e de fuzis, enquanto comandantes de tropas reclamavam que seu armamento estava “em estado deplorável” ou que um depósito estava “completamente sem munição”.⁴⁹⁴ O tenente Sardenberg, ao mesmo tempo em que insistia junto às unidades sobre a necessidade de ter a “máxima economia” nos tiros, também as advertia que recolhessem todos os estojos e cunhetes usados.

3.6.1.1- *Logística e o Material Bélico Federal-tentativas de soluções*

O governo fez um esforço sobre-humano para atender às necessidades da tropa, intensificando o trabalho nas fábricas militares, improvisando armas, encomendando material bélico no estrangeiro, e mobilizando a indústria privada em pequena escala. No dia 11 de julho, Espírito Santo Cardoso autorizou o diretor de Intendência de Guerra, coronel Francisco de Paula Faria Júnior, a tomar “todas as providências indispensáveis e propor todas as medidas julgadas precisas” para atender “com a maior presteza” as necessidades materiais das tropas federais, e no dia seguinte mandou colocar 3.000 contos (na época, aproximadamente US\$ 210.000) à disposição de Faria Júnior para tal fim.⁴⁹⁵ A prioridade nos fornecimentos, esclareceu Cardoso, deveria ser dada às unidades do Exército, e só depois aos batalhões policiais ou de voluntários de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. A fim de aumentar a produção de roupa e equipamento, em 26 de julho Cardoso avisou que o Estabelecimento Central de

⁴⁹³ EME- Serviço de Material Bélico- circulares em 18/8, 23/8 e 11/9/32. Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹⁴ Major Monteiro ao Serviço de Material Bélico do Destacamento do Exército do Sul em 30/8/32. Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹⁵ Secretaria de Guerra aos comandantes militares em 11/7/32. Arquivo Histórico do Exército.

Fardamento e Equipamento estava autorizado a utilizar os recursos da Caixa de Praças para adquirir as máquinas e a matéria-prima necessárias.⁴⁹⁶

O problema mais urgente era a produção de munições. O Alto Comando esperava inicialmente usar a Fábrica de Piquete e transmitira ordens imediatas a Pinheiro para “fazer todos os esforços” a fim de apossar-se dela,⁴⁹⁷ mas isto não foi possível, obrigando o governo a depender apenas das poucas instalações no Estado do Rio de Janeiro.

Em 12 de julho, Cardoso obteve um crédito especial para permitir a Fábrica de Cartuchos em Realengo funcionar com duas turmas e comprar as matérias-primas necessárias à produção mais intensa, e três semanas depois forneceu um segundo crédito para a aquisição de máquinas para a fabricação de espoletas.⁴⁹⁸ Ao mesmo tempo, Cardoso conseguiu a cooperação do Ministério da Viação e Obras Públicas no sentido de mandar a EFCB entregar sucata de aço ao Arsenal de Guerra para o fabrico de granadas e bombas de aviação. Ordenou também que o Arsenal começasse a produzir máscaras contra gás, arranjando 2.500 contos para esse projeto.⁴⁹⁹ As oficinas da EFCB, além de entregarem sucata às fábricas militares, colaboraram no reparo e até na fabricação de material bélico.

Um projeto conjunto foi a montagem de canhões Armstrong pertencentes à Marinha, em caminhões, que foram então usados no setor Leste. Além disso, a EFCB produziu bombas de aviação, granadas de mão, espoletas e bocais para o lançamento de granadas.⁵⁰⁰

A base industrial do Estado, apesar de todos os esforços, era claramente inadequada, o que levou o governo a voltar-se para o setor privado. Cardoso, em agosto, deu instruções à Diretoria de Material Bélico para outorgar contratos à indústria civil para o fabrico de granadas de mão e bombas de aviação.⁵⁰¹

⁴⁹⁶ Ministro da Guerra em correspondência a Faria Junior em 15 e 26/7/32. Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹⁷ EME- telegrama de Tasso Fragoso para Pinheiro em 11/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹⁸ Ministro da Guerra ao Diretoria de Material Bélico em 12/7/32 e 3/8/32- circular. Arquivo Histórico do Exército.

⁴⁹⁹ Ministro da Guerra ao Diretoria de Material Bélico em 12/7/32 e 18/7/32- circular. Arquivo Histórico do Exército.

⁵⁰⁰ Ministro da Guerra ao Diretoria de Material Bélico em 22/8/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁵⁰¹ Comissão de Compras de Guerra a Faria Junior e Getúlio Vargas em 7/9/32-Arquivo Histórico do

A principal contribuição das fábricas particulares seria, entretanto, no fornecimento de roupa, tecidos e equipamento, incluindo barracas, cobertores e talheres.⁵⁰² Tão extensa era essa cooperação — e tão premente a necessidade dela — que o EME chegou a cogitar do estabelecimento de um órgão técnico especial para promover a mobilização industrial geral.⁷⁹

Atender a todas as necessidades militares apenas com a fabricação nacional era impossível. As Forças Armadas dependiam de fornecedores estrangeiros para todas as suas armas, e as poucas fábricas de munições e arsenais importavam as matérias-primas básicas, o que tornava inevitáveis as compras de emergência no exterior. A grande maioria das encomendas era colocada através de representantes brasileiros de firmas estrangeiras, especialmente Mayrink Veiga e Haupt & Companhia. Por intermédio de Mayrink Veiga, o governo comprou pólvora e tetril da firma Dupont, pistolas e revólveres da Colt, e aviões da Waco e da Curtiss — todas firmas norte-americanas —, e munição para metralhadora de avião de uma empresa francesa. A Haupt & Cia. representava fabricantes de munições e armas na Áustria, Suécia, Holanda e Alemanha, e recebeu contratos para cartuchos, pólvora, granadas, estojos, carregadores e vários metais industriais. Outras encomendas foram dadas a firmas na Inglaterra para máscaras contra gás, capacetes de aço e aviões; a uma firma tcheca, para metralhadoras e fuzis-metralhadoras; e à Companhia Madsen na Dinamarca, para canhões antiaéreos e metralhadoras.⁵⁰³

O governo, assim, fazia o possível para tentar equipar as tropas, o que não impedia seus comandantes de se queixarem da falta de material e do atraso em receber novos fornecimentos. O crítico mais vociferante era Góis Monteiro, que em quase todas as suas comunicações ao governo chamava atenção para os problemas logísticos, geralmente culpando-o pela precariedade material das Forças Armadas. Numa “memória” ao governo, no início de agosto, por exemplo, foi cáustico:

As medidas administrativas para prover as forças em campanha dos meios de ação e de vida necessários, e assegurar a perfeita

Exército.

⁵⁰² Ibid. nota anterioro.

⁵⁰³ Secretaria da Fazenda “Nota das encomendas de material bélico” (s/d) e Diretoria de Materia Bélico correspondência para Osvaldo Aranha em 19 e 25/7/32. Arquivo Histórico do Exército.

confiança e ordem fora das zonas de operações, têm sido incompletas, morosas e ineficazes, devido à falta de obra de previsão, à inépcia e ao *laissez faire* geral reinante nos órgãos responsáveis — ou então, é que a imprevidência, a inépcia, o estado de desorganização e as dificuldades são maiores de que eram de se supor. Os serviços de reaprovisionamento geral não têm fornecido, com a pressa desejada, equipamento, fardamento, material de abrigo e de campanha; há receios de que o material bélico não forneça no momento oportuno o armamento e a munição necessárias; o serviço de transportes continua deficiente e não facilita as reparações; as aquisições para a guerra aérea e química, de artilharia, e de engenhos modernos, estão ainda em projeto; os reforços pingam escassamente e a preparação de novas unidades se faz com irritante morosidade.⁵⁰⁴

Em 11 de agosto, Góis voltou à carga, e no fim do mês queixava-se de que as medidas tomadas até então para atender às necessidades do Exército não viriam a satisfazê-las “nem na metade”.⁵⁰⁵ Vargas chamou a atenção do general em fins de agosto para o esforço sincero que vinha sendo feito pelo regime, o que levou Góis a enviar uma circular aos comandantes do Exército de Leste frisando esse fato.⁵⁰⁶ Mesmo assim, desde o início do conflito ficava patente que o governo não possuía os recursos materiais para dotar o Exército do necessário para suprimir o levante. Por isso, à medida que se procurava acelerar a produção oficial e particular de artigos bélicos, e se recorria a mercados externos, também lançava-se mão de um recurso honrado pelo tempo e temido pelo povo: a requisição de bens particulares.

O confisco de toda espécie de artigos pertencentes a particulares começou imediatamente. Baseando-se numa lei de 1921, Espírito Santo Cardoso, já em 10 de

⁵⁰⁴ Goís Monteiro- memoria n 3 de 9/8/32- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional; Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁵⁰⁵ Goís Monteiro- memoria n 4 de 11/8/32- Arquivo Goís Monteiro-Arquivo Nacional; Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC.

⁵⁰⁶ Goís Monteiro circular de 26/8/32- Arquivo goís Monteiro-arquivo Nacional e Arquivo Histórico do Exército.

julho, autorizou o coronel Faria Júnior, diretor da Intendência de Guerra, a requisitar “tudo quanto for indispensável para completar os meios de aprovisionamento e transporte das forças armadas de terra”, e, no dia seguinte, Vargas baixou um decreto obrigando os habitantes dos Estados do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo a cumprir com qualquer requisição feita por representantes das Forças Armadas.⁵⁰⁷

A principal requisição feita no Distrito Federal seria de veículos, de todos os tipos — ônibus, caminhões e automóveis. O Serviço Central de Transportes do Exército, porém, tinha instruções para agir de maneira a não ocasionar “grandes perturbações” à vida da capital ou aos “legítimos interesses” dos donos.⁵⁰⁸

Os comandantes de tropas também requisitariam os meios de transporte que encontrassem em seus caminhos. Daltro Filho, por exemplo, assim que chegou a Resende de trem, apossou-se de treze veículos Ford e Chevrolet.⁵⁰⁹, declararia, “Resende está raspada e não tem mais nada em matéria de viaturas automóveis ou mesmo de tração animal. Não há também, ao que me consta, animais de sela ou de tiro para requisitar.”⁵¹⁰ Ambos os Exército, de Leste e do Sul, tinham comissões de requisições de animais e elas aparentemente vasculhavam seus setores à procura sobretudo de cavalos. O município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, teve que entregar sessenta muares.⁵¹¹

A extensão das requisições totais é impossível de definir; a prática era generalizada, contudo, e abrangia todo tipo de bens, freqüentemente impondo duros sacrifícios e privações às populações civis. De acordo com diversos representantes do “alto comércio” de Ponta Grossa, os moradores da região foram “barbaramente extorquidos” por agentes do destacamento de João Francisco, que teriam levado seus bens à “viva força” — fato que esse comandante aliás negava. Em Mato Grosso, o destacamento do capitão Americano Freire requisitou alimentos, combustível, louças e

⁵⁰⁷Ministro da Guerra em documento enviado para Farias Junior em 10/7/32 e Getúlio Vargas em decreto n 21.608 de 11/7/32- Arquivo Getúlio Vargas-CPDOC e Arquivo Histórico do Exército.

⁵⁰⁸ Daltro Filho a Goís Monteiro em telegrama de 13/7/32- Arquivo Histórico do Exército

⁵⁰⁹ Destacamento de Exército do Leste- “Relação discriminatória dos veiculos automotivos requisitados de 27/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁵¹⁰ Daltro Filho a Pantaleão Pessôa em telegrama de 15/7/32- Arquivo Histórico do Exército.

⁵¹¹ Destacamento de Exército do Leste- Comissão de Requisição de Animais- relatório. Arquivo Histórico do Exército.

caminhões; tropas de Valdomiro Lima confiscaram, entre muitas outras coisas, munição e gasolina; o destacamento do coronel Colatino Marques, sob o comando de Daltro Filho, levou de armazéns em Areias, em certa ocasião, garrafas de vinagre, uma dúzia de abóboras, caixas de sabão, sacos de milho, farinha, mandioca, três caixas de palitos, meio saco de arroz e diversos outros produtos;⁵¹² e unidades do destacamento do major Néri da Fonseca, na região do rio Paraguai, requisitaram de comerciantes e fazendeiros os mais variados artigos, de relógios despertadores, alimentos, roupas e “três lenços de seda preta” a binóculos, chaleiras, máquinas de escrever, instrumentos, gado e veículos.⁵¹³

Teoricamente, a vítima de uma requisição deveria receber um recibo do oficial requisitante que lhe dava o direito à indenização. Para proteger os habitantes do Vale do Paraíba, o coronel Ávila Lins, chefe da Polícia Militar, baixou até editais para regular o processo. “Toda pessoa que atender a uma requisição feita por oficiais, praças ou mesmo civis deverá dar conhecimento imediato disso ao delegado de polícia civil da localidade, sob pena de incorrer em prejuízo caso se trate de requisição clandestina,” declarou em 15 de julho. No dia seguinte informou ao público:

A fim de evitar abusos, previne-se aos habitantes da zona de operações:

- 1)A toda requisição de material deve proceder um recibo firmado pela autoridade que a praticou.
- 2)O recibo deverá ser apresentado ao delegado militar local ou à chefatura de polícia, a fim de se proceder à fiscalização das requisições abusivas e desonestas.
- 3)A Pessoa que atender a uma requisição e não cumprir o aviso supra estará sujeita ao prejuízo total do material requisitado, se não conseguir reavê-lo.⁵¹⁴

⁵¹² EME- diversos documentos referentes aos Destacamentos de Exército do Leste e Sul durante a campanha contra São Paulo e Relatório da Força Pública de São Paulo- elaborado durante o ano de 1933, para averiguar desvios de conduta de tropa e oficiais durante as operações militares de 1932- composto de 583 folhas- Arquivo Goiás Monteiro-Arquivo Nacional e Arquivo Histórico do Exército.

⁵¹³ Coronel Mario Garcia relatório de requisições em 27/8/32; Neri da Fontoura boletim diário de 16/8/32. Arquivo Histórico do Exército

514

Em muitos casos, talvez a maioria, acontecia assim, dentro de um sistema de garantias. Mas havia, fatalmente, mil irregularidades. O chefe do Estado-Maior do destacamento de João Francisco, por exemplo, reconhecia, em relatório de pós-guerra, a respeito das requisições que delas “grande parte, pela angústia do tempo, todo tomado com as disposições da tropa para a luta, deixou de ser regularmente legalizada”. Confirmava isto o chefe do Estado-Maior de Valdomiro Lima, capitão Dimas Menezes, quando explicou que as forças do setor Sul, “em suas passagens, nomeavam autoridades, depunham outras, investindo-as das credenciais necessárias para fazer requisições, originando-se daí a dificuldade de um controle perfeito pelo Quartel-General da 5ª DI”⁵¹⁵

Num caso específico, um batalhão de polícia do Espírito Santo, servindo no destacamento de Newton Cavalcanti, levou da chácara de um delegado de polícia em Lagoinha “3 carneiros, 20 porcos, 1 vaca e 80 alqueires de milho, tudo sem requisição”. De residentes naquela cidade, as mesmas forças levaram oito caixotes de medicamentos, duas reses, 110 quilos de farinha de trigo e diversos outros gêneros. Um batalhão baiano fazia o mesmo, requisitando cavalos, suínos e alimentos sem fornecer os papéis formais.⁵¹⁶

Em casos de dúvida, ou de documentação incompleta, o indivíduo naturalmente enfrentava obstáculos muitas vezes insuperáveis quando procurava compensação. E, mesmo para aqueles que tivessem todos os papéis em ordem, a demora em receber pagamento seria considerável. A respeito da morosidade burocrática em atender às reclamações, o capitão Dilermando de Assis, do Estado-Maior do destacamento Silva Júnior no Sul, fez um comentário interessante sobre a crueldade do sistema de requisições: “As requisições transformam-se num verdadeiro saque oficializado, documentado, porque o governo, em geral, não nas [s/c] paga,” declarou algum tempo depois da revolução. “Ainda estão por pagar muitas de 1924.”⁵¹⁷

No caso das requisições feitas durante o movimento paulista haveria também longas demoras, embora seja impossível precisá-las. Mas em dezembro de 1933, o

⁵¹⁵ Avila Lins boletins e editais de 15 e 16/7/32. Arquivo Histórico do Exército.

⁵¹⁶ Coronel Moreira Lima relatório a Comissão de Requisições da V Região datado de 4/12/32- Arquivo Osvaldo Aranha-CPDOC e Arquivo Histórico do Exército.

⁵¹⁷ ASSIS. Op. Cit., p. 67.

Sindicato dos Proprietários de Veículos de Cargas estaria tentando conseguir o pagamento por veículos requisitados a seus membros, e em janeiro de 1934 a Associação Comercial do Rio de Janeiro também estaria solicitando ao Ministério da Fazenda o processamento dos recibos em poder de seus sócios.⁵¹⁸

⁵¹⁸ Sindicato dos Proprietários de Veículos de Carga enviado a Osvaldo Aranha em 27/12/33 e associação Comercial do Rio de Janeiro em 31/1/34- Arquivo Osvaldo Aranha-CPDOC.

Capítulo IV

A (re)modernização e (re)profissionalização:

O Projeto Góes Monteiro-Vargas

4. A Modernização: Um *Espírito Novo* no Exército Nacional (1931-1937)

A Guerra Civil de 1932 foi se não um fato revelador, pois indicou a grande preocupação dos militares em relação a sua Instituição, bem como a consciência da necessidade de mudança. Indica-nos também que os militares adquiriram maior consciência de sua própria existência como entidade diferente, relativamente aos outros grupos da sociedade.

Este fato, aliado ao crescimento do poder do grupo, fez com que o Exército se transformasse em uma entidade muito diversa daquilo que foi antes do período de 1930. Para Coelho, a fase iniciada em 1930 fez com que o Exército deixasse de ser uma mera “organização” para transformar-se em instituição na consciência de seus membros. Esta mudança só será efetivada por conta das reformas aplicadas no seio da Instituição, principalmente na formação de líderes.⁵¹⁹

Durante esse período o Exército lutou, ainda, contra o fantasma da sedição e da desobediência dentro da própria Instituição, resultado inegável dos processos desencadeados durante a década de 1920, que culminaram na sua desestruturação total no início da década de 1930. A incorporação dos anistiados dos movimentos de 1922 e 1924 ao Exército, bem como a sua colocação junto aos quadros ativos seriam fatores que, após 1930, contribuiriam de forma decisiva para os conflitos dentro da Instituição.

Por último, a questão das Forças Públicas estaduais seria um assunto de grande interesse pelos militares. A existência de forças públicas estaduais equiparadas ao Exército feriam o princípio da unidade nacional ao medirem forças com o próprio Exército, ao terem as suas atribuições confundidas com as do Exército e ao possuírem unidades e serviços semelhantes àqueles do Exército.

⁵¹⁹COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. São Paulo: Forense, 1976. p.128-129.

A partir do movimento paulista de 1932 e da possibilidade de um embate armado entre Getúlio Vargas e o general Flores da Cunha, interventor do estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1935. A sua presença indica o quanto os militares se incomodavam com a formação dessas forças e do possível uso que os poderes políticos locais poderiam fazer em momentos de crise contra o governo nacional.

Em síntese, os militares acreditavam que estavam vivendo um *espírito novo* - simbolizado por uma nova energia e capacidade construtiva que romperam a timidez de ação e a rotina que dominavam a Instituição há bastante tempo. Esse *espírito novo* corresponde a um Exército consciente de seu papel, da necessidade de centralismo político, estendendo o alcance do Estado à vastidão do território nacional. Simboliza também o aumento do poder intervencionista da Instituição na política, representado pelo importante apoio ao golpe do Estado Novo e, por outro lado, pelo alcance estratégico desta Instituição no território brasileiro, por conta do aumento significativo de seu efetivo. Para os militares este “*espírito novo* (...) há de vencer.”⁵²⁰

4.1 *Disciplina e Coesão na Caserna*

A vitória da participação militar no movimento de 1930 conduziu o Exército ao centro do poder nacional, abrindo espaço para a consolidação do poder militar. Mas, esta consolidação foi fruto de um longo processo de embate de vários grupos militares com interesses distintos, embate este permeado pelo problema geral da indisciplina e da quebra da hierarquia da Instituição. O Exército de novembro de 1930 pode ser dividido em diversos grupos: os tenentes revolucionários; os oficiais ligados às oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, cuja liderança foi exercida por Góes Monteiro e pelo Coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti, militar que comandou a rebeldia em MG e irmão de João Pessoa; militares que se engajaram na revolução enquanto esta acontecia; oficiais que resistiram ao movimento, inclusive de forma armada; e a cúpula militar que conspirou e articulou a derrubada de Washington Luis, aceitando empossar Vargas.⁵²¹

⁵²⁰Editorial **O Momento Militar e as influencias imponderáveis** em *A Defesa Nacional*, Ano XXI, no. 238, março de 1934.

⁵²¹SANTOS, Moacir José dos. **Pátria e poder: o exército e a construção da nação (1930-1937)**. Tese de Doutorado. UNESP, 2006, p. 85.

O problema não era apenas do interior da Instituição, simbolizado pelas constantes agitações militares do período; mas, também, do frequente embate político com as lideranças civis, principalmente com os políticos paulistas. O orgulho desses aliados e a insatisfação com a política de Vargas, sobretudo em relação à escolha dos interventores para o Estado, gerariam conflitos que culminariam na revolta de 1932. No âmbito militar, os embates internos só seriam satisfatoriamente resolvidos a partir de 1937, sobretudo com o Estado Novo e a vitória do projeto do grupo militar que consolidou as bases da Instituição.

O discurso militar em relação à disciplina estava ligado à emergência dos exércitos profissionais, no início do século XIX. A disciplina militar consiste, genericamente, em submeter-se de espontânea vontade a uma cadeia de comando caracterizada pela hierarquia, que é um princípio crescente e lógico da subordinação militar. Obediência, ordem e submissão são palavras frequentemente utilizadas quando se fala de disciplina militar.

As atribuições da disciplina tendem a mudar conforme se altera a sociedade em geral. É o que reflete Janowitz, ao afirmar que a instituição militar é um reflexo da estrutura civil.⁵²² O autor observa que a definição de disciplina pelos militares norte-americanos foi mudando, principalmente a partir do século XX, quando a instituição trabalhava positivamente para mudar sua imagem perante a sociedade e também para deixar de atrair “os proscritos da sociedade civil”. Vimos, no capítulo anterior, como os militares brasileiros também se esforçaram neste sentido, ao vincular a imagem da caserna à causa do civismo, do patriotismo, da disciplina necessária à vida em sociedade. Durante o século XIX, no Exército brasileiro, a questão da disciplina estava bastante relacionada à submissão de soldados rebeldes através de castigos corporais, prática comum e aceita no meio militar, solução única para punir os desvios de conduta de um soldado. Este tratamento, visto por muitos como reflexo de uma sociedade escravocrata, tendia a mudar com as alterações sociais e políticas propostas ao final do século XIX. Ao abolir os castigos, os militares buscavam uma forma menos incisiva de manter a disciplina militar, dissociando a Instituição de qualquer caráter violento a que pudesse ser relacionada em relação aos seus membros.

Para Huntington, o profissionalismo militar só é possível quando estruturado numa hierarquia de obediência, onde cada escalão pode confiar nos seus

⁵²²JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. Rio de Janeiro: GRD Editora, 1967, p. 41.

subordinados.⁵²³ A garantia desta obediência é o compromisso assumido com a disciplina, que é um dos pilares da ética militar. Esta ética militar, entre outros atributos, proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem e da hierarquia como fatores primordiais dentro da instituição militar.

A preocupação era importante porque o Exército em 1931 encontrava-se esfacelado, uma Instituição quase à deriva, por conta de sua anarquia interna. O problema da disciplina tinha suas raízes na quebra do sistema lógico da hierarquia militar. Ao iniciar a revolução, a maioria dos oficiais superiores continuou fiel ao governo de Washington Luis. Muitos passaram para o lado revolucionário, não por uma questão de princípios, mas porque este começou a se delinear como o vencedor do conflito.

A revolução, ao tornar-se vitoriosa, acabou por dividir o Exército em dois: um ligado ao Grande Quartel General revolucionário (GQG), que funcionava sob as ordens do coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que não confiava totalmente nas guarnições do Rio de Janeiro; e outro ligado ao Ministério da Guerra, comandado pelo general José Fernandes Leite de Castro.

Em editorial de 1931 a revista defesa nacional, lança um artigo intitulado “A Unificação do Exército” onde esmiuçava os principais pontos da questão da disciplina e da hierarquia, dentro do exército, apresentando a necessidade de haver um só comando.⁵²⁴ E mais: o editorial acusava ainda a divisão da Instituição em pequenos exércitos regionais, ligados à divisão geográfica estabelecida pela Revolução, isto é, o exército do sul, do norte e do centro. Esses exércitos dividiam-se entre a lealdade ao GQG e ao Ministro da Guerra, o general Leite de Castro.

Estes estragos eram consequência do despedaçamento dos laços disciplinares em todas as partes da organização. Recomendava-se trabalhar pela coesão de soldados, graduados e oficiais, condição indispensável para o funcionamento da Instituição. A solução lógica para o restabelecimento da unidade militar seria a união de todos os militares, sob a reconhecida autoridade do Ministro da Guerra.

O movimento revolucionário, ao aliar-se aos tenentes, aceitou a proposta de anistia dos revolucionários dos movimentos de 1922 e 1924, acolhendo esses homens novamente na tropa. Foram reintroduzidos no Exército um total de quinhentos e oito

⁵²³HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1996, p. 91.

⁵²⁴**A Unificação do Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.205. janeiro de 1931.

homens, que haviam sido expulsos da Escola Militar durante a década de 1920, como consequência da participação em movimentos contra o governo. A chegada desses homens, além de inflar o corpo de oficiais, causou grande revolta naqueles que haviam se formado pela Escola Militar após 1922. E por um motivo bastante óbvio: os anistiados receberam o posto de 1º tenente e foram classificados na lista de promoção à frente daqueles que haviam se formado pela Escola Militar.

Sua reincorporação e consequente promoção foram autorizadas pelo decreto 19.610, de janeiro de 1931, o qual diminui o intervalo mínimo de promoção de tenente a capitão para um ano, além de dispensar a realização do curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais para a promoção para capitão. Esta ação teve como resultado a revolta de parte do corpo de 1º tenentes do Exército que, no ano de 1931, percebia aproximadamente oitocentos e setenta e três homens⁵²⁵.

Um telegrama foi enviado, em 1932, ao Ministro da Guerra relatando o descontentamento e pedindo medidas enérgicas contra o ocorrido. Quase um quarto do corpo de primeiros tenentes assinou o telegrama; muitos ameaçavam aderir ao grupo em solidariedade. A solução encontrada pelo Ministério foi criar duas listas de promoção, de forma que os anistiados não concorressem com aqueles saídos da Escola Militar.

Seus críticos iram argumentavam eles que este período mínimo não possibilitava o estágio obrigatório na tropa para o exercício de comando, pois é insuficiente para apurar as qualidades do militar. Ora, acreditando que “o sistema de promoções é o único meio capaz de permitir o surto da confiança e a existência real da autoridade do comando, realizando a disciplina nos quadros e a instrução proveitosa” este sistema era desestimulador para aqueles que almejavam uma “corporação profissional, formada por elementos de aptidão para a profissão, cujo trabalho assegure a eficiência da tropa e corresponda aos sacrifícios do país”. Era necessário, portanto, revogar o decreto e lançar, antes de 1933, a nova lei de promoções que assegurasse a equidade de acesso aos postos militares e que, de igual forma, valorizasse os custosos cursos de aperfeiçoamento.

A insistência de deslocar militares para postos políticos e administrativos também causou mal-estar na Instituição: havia setenta e quatro militares, principalmente tenentes, ligados a cargos políticos nos estados.⁵²⁶ Este fato causou a insatisfação da

⁵²⁵MCCANN, op. cit. p. 393.

⁵²⁶MCCANN, op. cit. p. 389.

elite política dos estados porque tentou eliminar a sua influência direta no processo. A nomeação de novos interventores atendia aos desejos do movimento tenentista e tinha como objetivo mudar os poderes municipais e pressionar as lideranças, embora o domínio político continuasse assegurado pelos grupos tradicionais. A questão de São Paulo exemplifica esta afirmação. O partido Democrático rompeu com João Alberto em março de 1931, interventor do estado nomeado por Vargas por insistência dos tenentes, sendo ele mesmo um tenentista.

A situação se transformou em grave crise política, pois o partido não reconheceu a ação política do interventor, entrando em atrito com a política estadual de Vargas. Conflitos entre o governo estadual e as oligarquias iriam acontecer em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e nos estados do nordeste, embora com menos força.

Se antes da Revolução as oligarquias regionais se batiam em profundas divergências, durante o ano de 1931 as divergências internas seriam eliminadas para se fazer oposição conjunta ao governo provisório de Vargas. Criou-se a Frente Única Rio-grandense, o Partido Nacionalista em Minas e, o Partido Democrático de São Paulo uniu-se aos seus opositores do Partido Republicano Paulista. Sua maior bandeira é a pressão pela Constituinte, que acabará culminando no movimento paulista de 1932. Como pano de fundo da crise política, o governo provisório enfrentava uma grave crise econômica, reflexo da crise internacional de 1929 que atingiu especialmente os países baseados na economia agroexportadora, como era o caso do Brasil. Com a retração do consumo, ocorreu a baixa de preço e a falta de créditos estrangeiros. O excesso de produção fez com que o governo comprasse estoques, na tentativa de manter estável o preço do produto. A queima de toneladas de café também foi uma tentativa neste sentido. Estas medidas poucos resultados conseguiram atingir. A crise no setor cafeeiro estendeu-se pelo menos até 1933, quando o governo intervém novamente em favor dos latifundiários.

Ainda em novembro de 1930, o governo revolucionário decidiu pelo primeiro expurgo de oficiais que não haviam se engajado na revolução. Generais de Divisão, Generais de Brigada e coronéis foram transferidos para a reserva ou para funções administrativas.⁵²⁷ Esta opção, além de liberar o acesso dos oficiais menores que haviam feito a revolução a cargos de direção dentro do Exército, objetivava eliminar possíveis conspiradores e inimigos da revolução dentro da Instituição. O Exército era a única

⁵²⁷MCCANN, op. cit. p. 389.

instituição nacional que o governo revolucionário possuía ao seu dispor; torná-lo de confiança era necessário. Com o expurgo, houve a necessidade de ocupar rapidamente os cargos para não deixar a Instituição sem chefes. As promoções estavam seguindo o propósito essencialmente político, propósito este que Góes lutava para reformar. Uma das suas exigências era que a Comissão de Promoções do Exército ficasse no controle dos revolucionários militares.

Em fevereiro de 1931, Vargas assina a primeira lista com os nomes de dez novos generais do Exército. Foram escolhidos os coronéis Raimundo Barbosa, Sotero de Menezes, Almerio de Moura, Franco Ferreira, Parga Rodrigues, Bertholdo Klinger, Mauricio Cardoso, Ferreira Johnson, Guilherme Cruz e Góes Monteiro. Nesta lista figuram dois jovens turcos: Bertholdo Klinger e Parga Rodrigues, além do próprio Góes Monteiro, frequentemente associado às ideias reformistas pregadas pelos jovens turcos.⁵²⁸

Muitos destes novos generais teriam vida longa na formação do Exército, como Mauricio Cardoso que chegou à chefia do Estado maior do Exército em 1943 por indicação de Góes. Ele próprio, em seu depoimento, afirmou não estar de acordo com estas iniciativas de Vargas. Seu plano era reestruturar a Instituição e fortalecê-la antes de preencher os claros existentes em seus quadros.⁵²⁹ Este tipo de ação denunciava a existência do velho espírito personalista, que a própria revolução desejava combater.

O GQG foi encerrado apenas no final de abril de 1931. Ao encerrar suas atividades como chefe do Quartel General Revolucionário, Góes publicou seu último boletim, onde fez graves referências à hierarquia e à disciplina no Exército.

No boletim, Góes entende que a hierarquia do Exército brasileiro foi formada sobre bases falsas e que, por consequência, ruíra tão facilmente no período revolucionário. Da mesma forma, a disciplina era relacionada à existência de valores negativos entre os militares, principalmente de ordem moral, que advinham do falho sistema de promoções e da má formação de chefes militares que deveriam garantir o respeito e a admiração de seus subordinados. Ali, Góes chegou ao ponto chave de sua fala durante todo o período em que esteve envolvido com as reformas do Exército: a questão das promoções. Para Góes a escolha de chefes competentes era passo fundamental para assegurar a disciplina novamente no Exército. Caso isto não

⁵²⁸Ibid, p. 392.

⁵²⁹COUTINHO, Lourival. op. cit. p. 162.

ocorresse, “o chefe se ressentirá da autoridade precisa para levar seus comandados aonde quiser, a disciplina torna-se frouxa, não haverá subordinação consciente, mas apenas forçada, qualquer que seja o posto conferido ao detentor.” Fica claro neste trecho a importância dada pelo autor à necessidade do profissionalismo militar.

Este profissionalismo só seria garantido no momento em que a Instituição tomasse para si a responsabilidade de escolher apenas oficiais aptos ao serviço através de sua competência e não por personalismos. Para Góes, é urgente elevar “os mais aptos e pondo em disponibilidade os inaptos a fim de verificar a escala hierárquica e manter indissolúvel o nexos que prende em seus diferentes graus aos outros”.⁵³⁰

Era necessário selecionar, pois nem todo tenente poderia virar capitão e nem todo capitão poderia virar major. Em cada posto era necessária a seleção. Este discurso era voltado principalmente àqueles que viam na profissão militar a possibilidade de ascendência social ou mesmo de ascendência profissional ininterrupta e constante, pelo simples fato de existir uma escala de comando.

Mas estes não eram os únicos problemas da Instituição: anúncios de conspirações militares chegavam frequentemente ao gabinete de Vargas, indicando que a situação militar era calamitosa. A maior parte dos boatos dizia respeito, sobretudo, em relação à participação do então ministro da Guerra, Leite de Castro nas possíveis conspirações. Já em março de 1931, havia boatos em relação à conspiração, enviados por Olegário Maciel, interventor do estado de Minas Gerais, a Getúlio Vargas. Maciel advertiu Vargas de que um golpe militar estaria sendo arquitetado pelo ministro da Guerra na capital, e a prova seria o não repasse de armas e munição às polícias militares de Minas Gerais e São Paulo, negados pelo ministro da Guerra.⁵³¹

Quem passou a informação foi Arthur Bernardes. Como forma de prevenção, Olegário pediu que fosse reforçada a segurança na capital federal e que também se enviasse armamento e munições à força militar estadual de São Paulo, como medida de segurança. Vargas respondeu o telegrama dizendo que a situação na capital era de tranquilidade e que confiava em seu ministro. Mesmo que este quisesse dar um golpe, não haveria condições ‘revolucionárias’, esclareceu Vargas.

No mesmo período, Oswaldo Aranha também enviou carta ao presidente,

⁵³⁰ COUTINHO, Lourival. op. cit. p. 162.

⁵³¹ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas, referido a partir daqui como CPDOC/FGV GV c 1931.00.00/4.

advertindo-o sobre um possível golpe vindo de Leite de Castro⁵³². Aranha via com desconfiança a atuação da maior parte dos militares.

Em maio de 1931, também Góes Monteiro envia uma carta a Vargas indicando que o nome do General Isodoro Dias Lopes poderia estar envolvido com um movimento subversivo, descoberto no final de abril de 1931. Góes ainda alerta que no 4º Batalhão de Caçadores, sediado na cidade de São Paulo, existiam oficiais que não eram de confiança e que deviam logo ser removidos do Exército. Góes tinha indícios de que praças e oficiais estariam envolvidos em conspirações, ligados a este batalhão. Acreditava que as medidas repressivas e preventivas não deviam demorar “pois todo ato de fraqueza e hesitação poderá nos custar caro”.⁵³³ Talvez os constantes avisos de conspiração que chegavam ao ouvido de Vargas fossem resultado de manobras políticas para desestabilizar o governo.

Um documento enviado a Getúlio Vargas, também em maio, assinado, entre outros, por Góes Monteiro, Juarez Távora e Eduardo Gomes, advertia o presidente de que a revolução pouco havia mudado o país, em termos políticos.⁵³⁴ Os políticos da república anterior foram apenas substituídos por novos, a criação de um partido nacional não deu certo e o país continuava a caminhar para o desmembramento e esfacelamento. A situação do Exército foi descrita como sendo de anarquia geral: “atritos surgem, abrolham ódios, nascem desconfianças. (...) O Exército acha-se desarticulado”. O documento enumerava, ainda, dois outros problemas que atingiram a Instituição após sua participação no movimento revolucionário. O primeiro deles diz respeito aos oficiais comissionados. Quando estourou a revolução e partes do Exército se lançaram contra o governo federal, muitas unidades estavam sem oficiais ou com déficit, porque todos aqueles identificados como inimigos estavam sendo presos. Para fazer este exército marchar, foi necessário a presença de novos oficiais e muitos sargentos receberam os postos de segundo tenente.⁵³⁵

⁵³²CPDOC/FGV GV c 1931.03.00.

⁵³³ CPDOC/FGV GV c 1931.05.22.

⁵³⁴ CPDOC/FGV GV c 1931.05.02/1.

⁵³⁵De acordo com os regulamentos então em uso, sargentos só poderiam subir ao posto de oficial em casos muito especiais. Os oficiais eram formados pela Escola Militar, de onde saíam como aspirantes, recebendo o posto de segundo tenente pouco tempo depois de deixar a escola. A necessidade por oficiais fez com que sargentos se tornassem comissionados, isto é, foram elevados ao posto de tenente por comissão.

Em 1931 eram quinhentos e quatro segundos-tenentes nesta categoria. Sua presença incomodava os oficiais regulares, que os discriminavam, pois associavam a existência do corpo de sargentos aos grupos menos favorecidos da sociedade.

O documento indica, ainda, a existência de duas “mentalidades dominantes” no Exército e que era necessária a existência de uma só mentalidade que desse à Instituição a coesão necessária para continuar apoiando o governo revolucionário. É possível que o autor do documento relacionasse essas mentalidades ao posicionamento político dos militares, ou seja, aqueles que estavam contra a revolução e aqueles que estavam a favor.

Neste sentido, José Murilo de Carvalho identifica duas mentalidades que dividiam o corpo de oficiais no início da década de 1930: estes dois grupos distintos foram chamados pelo autor de “intervencionistas reformistas” e de “neutros”.⁵³⁶ O intervencionismo reformista foi uma mentalidade desenvolvida em países de transformação burguesa retardada, como o Brasil.

Especialmente ali, esta mentalidade recebeu influência do movimento positivista, cujos resíduos ainda se faziam presentes no Exército, seja através de velhos oficiais que representavam essa corrente, seja através de suas ideias. O movimento dos tenentes, durante a década de 1920, identificou-se bastante com a mentalidade intervencionista, embora tenha se afastado do positivismo por conta do antimilitarismo da doutrina. Os militares ligados a esta corrente acreditavam na intervenção do Exército na política e na necessidade de seu fortalecimento e modernização. Talvez a compreensão de que os políticos nada faziam pelo Exército tenha acentuado a ideia de intervenção. Vimos durante os dois primeiros capítulos como a relação entre políticos e militares foi difícil durante o Império, e a República pouco fez para alterar a situação. Esses militares eram reformistas porque almejavam a reforma da Instituição em vários dos seus aspectos.

Os militares ligados à corrente “neutra” eram aqueles contrários à intervenção na política e que seguiam os ensinamentos da Missão Militar Francesa (MMF), segundo Carvalho. Os militares franceses, em seus ensinamentos, haviam passado a ideia de que o exército, em uma sociedade, deveria ser um “grande mudo”, ou seja, ele não deveria se envolver nas questões políticas de um governo. Embora a análise de Carvalho seja

⁵³⁶CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 73.

coerente, existe a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto e o valor das ideias passadas pela MMF aos militares brasileiros. Resta saber também se essas ideias influenciaram os militares a ponto de separá-los entre “revolucionários” e “não revolucionários”. O caso de Góes Monteiro parece indicar que não existe uma correlação estanque entre os militares alunos da MMF e sua posição durante os primeiros meses do governo revolucionário de Vargas. Góes, excelente aluno dos cursos franceses, chegou mesmo a refletir sobre a questão do Exército como um “grande mudo”, concluindo que isto era necessário para sua própria coesão e eficiência e que a “sua verdadeira e única política é a preparação para a guerra”.⁵³⁷ De qualquer forma, os próprios militares percebiam suas divisões internas e a necessidade de se trabalhar para a coesão destas divisões.

Mas, é conveniente registrar que esta pesquisa indica a existência de outro choque de mentalidades dentro da Instituição: aquele ligado à mentalidade militar propriamente dita, a necessidade de renovação e modernização da Instituição.

Portanto, ao referirmo-nos à *mentalidade militar*, estaremos indicando a existência desta mentalidade específica em oposição àquela identificada por Carvalho, que é a *mentalidade política* dos militares. Os editores da revista têm consciência de que existem grupos contrários a esta renovação, sobretudo aqueles ligados à falta de competência profissional e ao personalismo político. Eram militares que, saídos das escolas, galgavam a carreira à custa de interesses e de alianças pessoais. Estes não estavam engajados com a Instituição e pouco faziam pelo seu bem. Suas alianças garantiam o afastamento da tropa e os deixavam próximos da Capital Federal. Por outro lado, existia um grupo ligado ao “espírito novo”, que havia “saído das correntes que combateram pela reforma, que a iniciaram e por ela propugnaram sem desanimar jamais”.⁵³⁸ Percebemos aqui que este grupo está identificado com os ideais dos Jovens Turcos, em relação à instituição militar. Portanto, entre tantas divisões, o corpo de oficiais dividia-se, ainda, em relação às questões da própria Instituição.

Em 1º de junho de 1931 Flores da Cunha, interventor do estado do Rio Grande do Sul, enviou a Getúlio Vargas um “manifesto revolucionário”, documento que estava sendo distribuído à oficialidade do Exército e que pregava a luta contra o governo

⁵³⁷Citado por CARVALHO, op. cit. p. 74.

⁵³⁸**O Momento Militar** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 237 fevereiro de 1934.

provisório.⁵³⁹ Em carta, Flores avisava a Getúlio que o contingente da Brigada Militar gaúcha estava sendo reforçado com armamentos mais pesados, além de aumentar o efetivo de algumas guarnições. Esta ação é, sem dúvida, uma medida cautelar, denunciando a desconfiança em relação às guarnições do Exército nacional, aquarteladas no Rio Grande do Sul.

O manifesto, escrito em abril de 1931 e com cinco páginas, possui conteúdo altamente político, sobretudo em relação aos chefes políticos do Rio Grande do Sul.

O documento acusa que é a política rio-grandense que está à frente do Brasil em seu eterno confronto com as políticas estaduais de Minas e de SP. Esta política, que nada tem de revolucionária, não tenciona limpar o Brasil das políticas mesquinhas dos estados poderosos e tem ainda, como objetivo, a dissolução do Exército.

O manifesto propunha a total união dos militares para que derrubassem o governo provisório e instalassem um governo militar. Vendo o Exército como a única instituição nacional e desvencilhada de interesses mesquinhos e politiqueiros, o autor do manifesto enxergava nesta a única maneira de seguir o curso dos acontecimentos da revolução. O manifesto cita, em vários trechos, a necessidade de unir os revolucionários de 1930, 1924 e 1922, vistos como os verdadeiros obreiros de uma revolução político social no Brasil. Esta frequente alusão pode indicar que o autor do texto fosse um tenente participante destes movimentos ou um militar profundamente simpático ao movimento tenentista da década de 1920.

O documento informa o aumento do poder das policias militares, sobretudo de Minas e do Rio Grande do Sul; alude ao desarmamento da guarnição do Exército em Minas, cujos equipamentos estavam em poder da policia militar. O documento evidenciava a divisão de opiniões dentro da Instituição, mesmo entre aqueles que aceitavam a intervenção como medida válida para os militares.

As tentativas de unir a instituição militar e afastar a discussão política de seu interior podem ser representadas pela fundação do Clube 3 de Outubro, organização que deveria organizar o Exército e unir, de alguma forma, o pensamento da Instituição. O Clube 3 de Outubro foi formado para ser o centro da discussão da doutrina revolucionária a também para aumentar o poder de pressão do grupo tenentista, então aliado dos militares revolucionários. Com sede no Rio de Janeiro, o clube abriu representações em todos os estados. Os tenentes foram os principais associados da

⁵³⁹CPDOC/FGV GV c 1931.06.01/1.

agremiação, que funcionou até 1935. As causas para o insucesso do Clube estão ligadas às diversas tarefas exercidas pelos seus membros – tarefas políticas e públicas que dificultavam as discussões - e a insistência em fechar o movimento cada vez mais. O clube foi criado sob a liderança de Góes Monteiro e Oswaldo Aranha, ícones do processo revolucionário.

Os tenentes se isolaram como grupo político, ao exigir que somente revolucionários participassem das agremiações criadas, como o Clube 3 de Outubro. Esta ação dificultou a formação de alianças com este grupo. Percebendo a impossibilidade do projeto político tenentista, que se tornou cada vez mais radical e isolado, as lideranças militares tendiam a afastar-se do movimento a partir, já, de 1932. A guerra civil de 1932 foi um golpe para o movimento tenentista, “abrindo caminho para novos padrões de participação, esvaziando os grupos persistentes da sua força de pressão”.⁵⁴⁰

A derrota militar de São Paulo possibilitou o afastamento de oficiais contrários à intervenção, abrindo caminho para a promoção de vários outros militares ligados ao grupo de Góes. A própria Guerra Civil de 1932 revelou os problemas do Exército e tornou-se patente reforçá-lo e unificá-lo. A entrada de Góes Monteiro no Ministério da Guerra e suas decididas ações durante o ano de 1934 sintetizam esta afirmação.

O ano de 1933 não deixou de ser mais um período de combate à indisciplina militar. Desta vez os militares envolvidos em episódios de quebra de hierarquia foram cabos e sargentos. Os movimentos articulados por este setor do Exército tinham ligação com a situação funcional destes militares. Suas reivindicações abrangiam vários problemas identificados pelo grupo como estabilidade, maior possibilidade de promoção e salários mais altos. Um decreto baixado pelo governo revolucionário, ainda em 1930, permitia que sargentos com mais de dez anos de serviço pudessem permanecer na tropa até os vinte e cinco anos; mas facultava ao Exército decidir, a cada final de ano, se renovaria o serviço prestado por aqueles que tinham menos de dez anos, permitindo ou não que estes sargentos continuassem no Exército.⁵⁴¹

O corpo de sargentos produziu, durante o ano de 193, diversos manifestos onde explorava suas reivindicações, além de conclamar aos seus pares que pegassem em armas para lutar contra um regime opressivo e socialmente injusto. Alguns destes

⁵⁴⁰BRETAS, Marcos Luiz op. cit., p.47.

⁵⁴¹CARVALHO, op. cit. p. 69

documentos traziam claras referências à luta de classes entre a burguesia e o operariado, sendo este último a origem social da maioria dos praças do Exército. Este tipo de discurso acendeu a luz de alarme para a oficialidade militar em relação “a ação dissolvente das propagandas facciosas de doutrinas exóticas”⁵⁴², dentro da própria Instituição.

Em fevereiro de 1934 foi debelado um movimento de caráter comunista, articulado por sargentos e cabos dos quartéis de São Paulo, que deveria estourar no mês de março. Com o apoio da Força Pública e do movimento operário, os sargentos tentavam irradiar a revolta pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Os líderes do movimento seguiam a influência de Fulgêncio Batista, sargento que havia derrubado o governo de Cuba em 1933.⁵⁴³

Os oficiais do Exército perceberam, a partir deste momento, a situação de abandono a qual tinham relegado seus subordinados: Urge que contrabatem a dissolução atuando ativamente em prol do núcleo de ideias que representam o nó vital do nosso ressurgimento. Urge que não abandonemos displicentemente os subordinados, principalmente os soldados, cabos e sargentos, permitindo que se tornem fácil presa dos pescadores de águas turvas, cujo principal objetivo tem sido a destruição da força organizada que é um obstáculo à desordem.⁵⁴⁴

Em outras palavras, é preciso que haja coesão: que todos cerrem fileira em torno dos mesmos ideais; que pautemos os nossos pensares e procedimentos, dentro de um espírito de harmonia e de cooperação. A agitada evolução social dos nossos dias vem apontando de maneira flagrante, semelhante modo de proceder. É pela coesão, pela união dos indivíduos em torno de ideais constituindo ideologias mais ou menos avançadas, que as novas organizações se tem imposto, a golpes de audácia e de vontade, a serviço de técnica aperfeiçoada, algumas delas lançando mão desse meio para solapar os fundamentos das próprias instituições militares.⁵⁴⁵

Se antes o inimigo da Instituição era a falta de coesão relacionada à existência de diversas mentalidades junto à oficialidade, agora os militares possuíam um novo problema, ligado aos seus próprios subalternos e à infiltração da doutrina comunista

⁵⁴² **Sejam os Unidos** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 224 setembro de 1934.

⁵⁴³ Carvalho, *Revolução de 1930*. p. 159.

⁵⁴⁴ **Sejam os Unidos** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 224 setembro de 1934.

⁵⁴⁵ **Sejam os Unidos** em *A Defesa Nacional* ano XXI, no. 224 setembro de 1934.

dentro dos quartéis. A partir de 1934, portanto, muitas das referências à disciplina feitas pelos relatórios e discursos de Góis Monteiro, envolveriam o problema do comunismo e sua infiltração na caserna. O episódio da Intentona Comunista de 1935 representou a culminância de um processo identificado pela oficialidade já em 1931.

Após a Constituinte, existia a questão do aumento do soldo militar que convulsionava as disputas políticas. O general Guedes da Fontoura chegou a referir-se à derrubada do governo caso os soldos não fossem aumentados. A situação econômica do país era delicada: embora os efeitos da crise de 1929 começassem a se dissipar, os gastos públicos com a revolta de 1932 mobilizavam o Ministério da Fazenda. Este se empenhava em cortar os gastos orçamentários em vários setores do governo a fim de controlar o déficit. Entre 1929 e 1934, a renda real sofrera queda de 40%, logo, os oficiais estavam realmente sofrendo pressão financeira.⁵⁴⁶

A crise agravou o ambiente conspiratório, que unia ainda as divergências em relação à Constituição, já promulgada, e a discussão da Lei de Segurança Nacional. A crise dos soldos, mais uma vez levaria o Exército a uma situação de indisciplina. Alguns elementos estavam utilizando esta questão como pretexto para insuflar os militares contra o governo. Trocas de comando foram efetuadas para afastar conspiradores e retornar a disciplina à Instituição. Como forma de resolver o impasse, o governo autorizou uma gratificação por doze meses, até que o assunto do aumento fosse completamente resolvido.

O corpo de oficiais estava inchado: cerca de mil e setecentos sargentos haviam sido comissionados desde a revolução de 1930 e somente metade havia sido transferido para a reserva, por volta de 1934. Aliado a isso, existiam ainda as centenas de oficiais anistiados, incorporados a partir de 1931 na tropa. Estas adições aumentaram bastante o gasto da Instituição com o pagamento dos soldos.

Por conta disso, decretou-se a diminuição do efetivo militar a partir de 1935, a fim de diminuir os gastos da Instituição e possibilitar a conclusão das gratificações. O Exército ainda estava abalado em sua hierarquia e em sua disciplina.

Em janeiro de 1935 tornou-se proibida a participação de oficiais e praças em comícios políticos, prevendo a expulsão do Exército. O exercício da profissão militar foi sempre considerado um verdadeiro sacerdócio, pelo caráter votivo do compromisso inicial.

⁵⁴⁶MCCANN, op. cit., p. 460.

Quem não estiver disposto ao sacrifício pessoal da renúncia do direito de agir apenas inspirado nos seus próprios sentimentos, não transponha os umbrais da caserna, porque aos arrependidos só restará o recurso digno da regeneração expressa pela demissão ou reforma.⁵⁴⁷

Ou seja, ao fazer parte da instituição militar e devotar sua lealdade à Pátria, não cabia ao militar que se envolvesse com compromissos de cunho político, que necessitavam atenção e lealdade a questões que nem sempre seriam de interesse militar. A lealdade partidária esfacelava a Instituição e não deveria, em hipótese alguma, ser permitida dentro do Exército. O novo inimigo, identificado agora como sendo o comunismo, é aquele que não dorme, que trabalha para armar a desordem e que não está sendo devidamente tratado pela nação que “regressa á apatia, ao pouco caso, ao desinteresse, às competições de política mesquinha, que dividem, que distraem a atenção e que enfraquecem, dando caso a ação dissolvente dos inimigos da Pátria”.⁵⁴⁸

O baluarte da Pátria, a Instituição a qual ela pudesse acorrer era o Exército. Os militares deveriam estar imunes às “intrigas dos maus brasileiros na satisfação mesquinha de interesses pessoais; e que saibamos criar, pela nossa fé, pela noção do dever, pelo sentimento de disciplina e de ordem, pelo espírito construtivo, o ambiente sadio de brasilidade capaz de repelir os inimigos da pátria”.⁵⁴⁹

Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra afirmam em um discurso proferido nas comemorações do 7 de setembro de 1934 afirmam: os militares garantem que suas espadas não pertencem a homens e nem a partidos políticos; servem unicamente para combater quem pretenda perturbar a ordem.

4.2 Organização e renovação militar

Em 1930 a Inspetoria do 2º Grupo de Regiões Militares, sob ordem do Estado Maior do Exército, escreve um relatório sobre a situação da Instituição. Seus dados são alarmantes, pois a conclusão a que se chega é que “no Exército tudo falta ou nele existe

⁵⁴⁷ **As Boas normas disciplinares** em *A Defesa Nacional* ano XXII, no. 234 julho de 1935.

⁵⁴⁸ **Alerta!** em *A Defesa Nacional* ano XXIV, no. 255 abril de 1937.

⁵⁴⁹ **Alerta!** em *A Defesa Nacional* ano XXIV, no. 255 abril de 1937 **Alerta!** – Abril de 1937 – a redação.

deformado ou atrofiado”.⁵⁵⁰

O documento cita ainda que o armamento é deficiente, velho, mal conservado e insuficiente; o serviço militar é uma ilusão pelos contingentes que incorpora; a justiça militar é precária; a hierarquia uma inexpressão; a instrução é livresca e escolástica, sem amplitude, progressividade e persistência; o quartelamento é medíocre e o aparelhamento material é quase nulo: não há viaturas, não há equipamento, não há arreamento.

O relatório concluiu que para a defesa nacional, o Exército estava desorganizado. O autor do relatório chegou à conclusão de que: O exército nada mais é hoje do que um conglomerado de homens de cultura variável, todos cheios de muitos direitos de que não cisca, de obrigações implícitas e explícitas de que tem vaga notícia, arranjados “a La diable” numa pseudo-hierarquia. Esses homens vivem grupados nos diferentes elementos da organização, exercendo, em maior parte, maquinalmente os deveres inadiáveis de uma burocracia quase inútil, quando exercem deveras... A defesa nacional, que pode ela ser si construída sobre tais fundações?⁵⁵¹

A sinceridade do oficial que escreveu o relatório era notável. Ele completa, ainda, que não existia viação férrea militar no Brasil e, mesmo as ferrovias disponíveis careciam de reparos para serem usadas em caso de mobilização; não existia organização industrial capaz de aproveitar os recursos do país em caso de guerra; e não existiam reservas de homens instruídos e organizados, pois o serviço militar era tão falho, que o processo não supria a quantidade de homens necessários na tropa. O autor não deixa de notar que todo este estado de coisas era agravado com a agitação política que, desde 1922, invadiu a caserna. Esta agitação era agravada, ainda, pela má influencia dos políticos sobre o Exército.

O relatório indica, então, as soluções que deveriam ser tomadas para a correção dos problemas. Era necessário “organizar seus quadros, instruindo-os, educando-os, hierarquizando-os convenientemente para que se tenha pessoal capaz de fazer a guerra”. Logo, uma série de medidas seriam cabíveis, como um regime de promoções lógico e honesto, uma lei de movimento de quadros que repartisse equitativamente o ônus e as

⁵⁵⁰“Plano Geral de ação para a organização definitiva do Exército” Arquivo Góes Monteiro, Arquivo Nacional (AGM-NA). Microfilme 051.91 SA 678.

⁵⁵¹“Plano Geral de ação para a organização definitiva do Exército” Arquivo Góes Monteiro, Arquivo Nacional (AGM-NA). Microfilme 051.91 SA 678 .

vantagens do serviço, a reorganização do Alto Comando, a dotação imediata dos recursos necessários e a instrução dos quadros. Todas estas ações seriam, portanto, contempladas com as reformas na organização militar, a partir de 1934.

Desta forma, durante o período de 1934-1935, uma série de leis e decretos foi lançada com o intuito de remodelar o Exército Brasileiro. Buscou-se, nesse período, lançar reformas básicas a fim de reestruturar a Instituição, que ainda sofria com efeitos da década de 1920 e do movimento de 1930.

Na opinião de João Batista Magalhães, essas reformas “formam um conjunto de capital importância definindo uma reestruturação geral do mecanismo militar”.⁵⁵² Também Cláudio Moreira Bento define o período como “a maior expressão e progresso relativo [ao Exército] ao longo do processo histórico brasileiro”.⁵⁵³ As reformas dar-se-iam, sobretudo, em termos de promoções, organização geral do Exército e Ministério da Guerra, efetivos e equipamentos.

Este “Exército de papel” era percebido por todos os oficiais que serviam em tropas quase inexistentes, com dotação mínima de soldados ou mesmo unidades misturadas que não possuíam armamento, além da falta de efetivos. Esta situação já havia sido notada por muitos militares e já ocorria no Exército há bastante tempo.

Góes Monteiro, ao ser transferido para o 3º Regimento de Cavalaria Independente, em São Luis Gonzaga, em 1929, acusou a falta de oficiais para instruírem o regimento, que possuía 600 soldados. De acordo com Góes, existiam apenas 4 oficiais, 15 sargentos e 20 cabos, além da falta de munição, alojamentos adequados e animais.⁵⁵⁴

Os militares tinham consciência de que o maior problema do Exército era a falta de continuidade do trabalho. Realizavam-se as reformas, mas sem objetivos específicos, de forma que tudo voltava ao normal em pouco tempo. Góis Monteiro acreditava que a falta de continuidade era um problema característico do quadro político-militar do Brasil e que este era o grande mal que impossibilitava a Instituição de progredir: Mal decretadas nossas reformas, muitas vezes mesmo, quase sempre sem que tenham tentado ao menos executá-las, pensamos logo noutras como que se estivéssemos crentes

⁵⁵²MAGALHÃES, J. B. **A Evolução Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998. p. 344.

⁵⁵³BENTO, Cláudio Moreira. **O Governo de Getúlio Vargas e a sua projeção na evolução da Doutrina Do Exército (1930 - 45)**. Artigo disponível em <http://www.ihp.org.br/docs/cmb20040825.htm>, Acesso em setembro de 2009.

⁵⁵⁴BRETAS, Marcos Luiz op. cit. p.38.

que do simples fato de decretá-las devessem resultar todos os frutos almejados. Assim, algum progresso que temos logrado alcançar sob certos aspectos, tem se operado por força de circunstâncias que o homem é impotente para aniquilar. Mas esse progresso é incompleto, insuficiente, anárquico e tumultuoso (...) Para mudar este progresso incompleto era necessário que os homens que fizeram a revolução corrigissem os erros do passado e se debruçassem sobre a planificação da reforma militar, estabelecendo objetivos coerentes que deveriam ser buscados dentro de um limitado espaço de tempo. Caso não se observasse este imperativo “reforma alguma do organismo militar ascenderá acima do valor de um *chiffon de papier*, se não prover as necessidades do comandado e da administração em pessoal a altura dos respectivos misteres”.⁵⁵⁵

Estas necessidades poderiam ser facilmente identificadas pelos militares e estavam ligadas ao problema da defesa nacional, das promoções no organismo militar e do rearmamento da Instituição.

Portanto, uma das grandes preocupações dos militares nesse momento era a existência de um órgão que estivesse voltado para a preparação do país em relação à defesa nacional. O General Menna Barreto sugere, nas páginas da revista, a criação do Ministério da Defesa, órgão que reuniria as três armas (Exército, Marinha e Aviação) para trabalharem de forma conjunta nos planos de guerra e mobilização para a defesa nacional. Os estados maiores de cada força ficariam como consultores do Ministério, não perdendo a sua função primordial ligada à organização, instrução, mobilização, preparação do Exército para a guerra. Esta sugestão constaria dos planos de Góes Monteiro quando este tornou-se Ministro da Guerra. Em relatório apresentado a Getúlio Vargas, Góes insistia na criação do Conselho Supremo da Defesa Nacional, órgão com funções análogas àquelas imaginadas por Menna Barreto em 1931.⁵⁵⁶

A preocupação dos militares em relação ao descaso com o Exército possui variados motivos. Em caso de conflitos internos o Exército estava mal aparelhado para a luta; em caso de conflitos com os países vizinhos, a capacidade de mobilização era quase nula; em caso de conflito exterior além mar, a falta de um exército forte poderia prejudicar o país, não só em caso de ataque, mas também como fator de pressão

⁵⁵⁵ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Góis Monteiro GM cp 1934.01.56/7. O documento GM cp 34.11.22/16.

⁵⁵⁶ Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, Arquivo Oswaldo Aranha AO cp 1934.01.29/2. O documento GV cp 34.01.18/2 completa este.

internacional, no caso da divisão dos países envolvidos em aliados e inimigos, da forma como ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial.

Esta preocupação com a mobilização da nação surgiu durante a Primeira Guerra Mundial, quando este conflito se tornou total ao envolver os países de forma complexa nas tramas da batalha. A guerra aérea mostrou que, enquanto houvesse autonomia de voo, nenhum território estaria fora do alcance de uma bomba. A infantaria motorizada diminuiu o tempo de marcha dos exércitos, aumentando consideravelmente a área de batalha. Estes aspectos estavam claros para os militares brasileiros e foram aprofundados com os ensinamentos dos militares franceses pela Missão Militar de Instrução, que ministrava suas aulas nas escolas de comando do Exército desde 1921.

O Estado-Maior considerava a capacidade defensiva do Exército desastrosamente fraca. E atribuía a situação aos interesses e influências locais e regionais que tornavam o governo central politicamente fraco e às elites, que não sentiam ou compreendiam a necessidade da organização militar. Concluiu que “não é favorável a situação histórica atual aos interesses da segurança nacional”. O Brasil estava num “ponto crítico de sua evolução”.⁵⁵⁷

Um relatório produzido em 1934 pelo Estado-Maior, sob o comando do General Andrade Neves, indicava que o Brasil estava “militarmente desorganizado” e faltavam-lhe os meios para conduzir uma guerra.⁵⁵⁸

O inimigo, nesse caso, era a Argentina, que poderia obter aliados como o estado do Paraguai, por exemplo. O Estado-Maior enfatizava também o problema dos transportes. Dificilmente, dada a falta de comunicação das estradas de ferro entre estados e a quase inexistente pavimentação de autoestradas, uma mobilização efetiva das tropas poderia ser posta em prática. O relatório dizia ainda que “como estão, as linhas do Rio Grande do Sul que se comunicam com linhas argentinas apenas facilitariam uma invasão”. A preocupação era é antiga. Em 1927 o General Tasso Fragoso lança também um relatório em que contrastava a prontidão argentina em comparação com a desorganização brasileira.

Desta forma, os constantes conflitos, tanto dentro do território nacional quanto fora, estimularam a organização do primeiro serviço de inteligência militar moderno do Brasil. Estudos minuciosos sobre a capacidade militar não só do Brasil, mas também

⁵⁵⁷MCCANN, A Nação Armada... p. 70.

⁵⁵⁸Ibid, p. 65.

dos países vizinhos, através de informações coletadas discretamente pelos respectivos adidos militares, serviram de base para os projetos futuros do Exército antes da Segunda Guerra Mundial.⁵⁵⁹

Os militares compreendiam a complexidade do tema e em março de 1932 assinalaram a importância de se existir um representante, ou representantes do Exército e da Armada na constituinte. Sua presença deveria assegurar que os problemas da defesa nacional estariam bem balizados na nova carta constitucional.

Os órgãos militares na Constituinte assegurariam, também, a necessidade de se definir precisamente o papel do Exército no Estado para que “não seja possível a um governo, por vistas articulares e insuficientes, aplicá-las para conseguir fins diferentes, nem a essas forças fiquem motivos de rebelião”.⁵⁶⁰ Certamente aqui, o autor do editorial se referia à Constituição de 1891 e à existência do polêmico artigo 14, que determinava a função das forças armadas e sua lealdade.

Para os militares, ao debruçar-se sobre o problema da defesa o país poderia resolver vários de seus problemas que criavam entraves à vida nacional, problemas estes oriundos de erros políticos. Entre os problemas enumerados estavam a imigração forçada e mal preparada, a falta de uma rede de comunicações, o desenvolvimento excessivo do espírito regionalista e uma economia ilógica, que não levava em conta as riquezas naturais do próprio país. A consequência destes erros políticos seria “um progresso anárquico, constantemente perturbado por crises e comoções de toda a sorte, exotismos e reações mais ou menos violentas”, retrato daquilo que havia sido o Brasil até então.⁵⁶¹

As forças militares constituem-se como fatores de progresso na história dos povos desde que “logicamente organizadas e inteligentemente empregadas. Assim não sendo podem até tornar-se perigosas por se converterem em elementos de desordem ou criarem tendências retrogradadas...”⁵⁶²

Nesta perspectiva, o Exército deveria agir como uma instituição unida para facilitar a defesa nacional. Os movimentos anteriores mostraram que a falta de coesão era um fator chave que acabou por determinar o fracasso dos movimentos.

⁵⁵⁹MCCANN, op. cit., p. 445.

⁵⁶⁰**A Constituição e a Defesa Nacional** em *A Defesa Nacional*, ano XVIII, no.220. março de 1932.

⁵⁶¹**Exércitos Modernos** em *A Defesa Nacional*, ano XIX, no.231. fevereiro de 1933.

⁵⁶² Ibid.

Segundo McCann: “Com a República Velha em ruínas depois de 1930, com a liderança paulista desacreditada pela revolta de 1932, o Exército passou a procurar outras soluções para o problema político, enquanto aumentava a pressão na instituição por soluções de defesa imediatas”.⁵⁶³

Das reformas necessárias para a instituição militar, tenha sido a Lei de Promoções. A nova lei só entraria em vigor em março de 1934. Até lá, muitos textos abordariam este assunto. Essa lei era uma aspiração da revista desde o seu aparecimento. A lei em vigor, datada de 1891, considerava aspectos bastante subjetivos e pessoais no acesso às promoções.

Seus critérios perduraram, com pequenas reformas, até que em 1928 foi considerado necessário para promoção por merecimento, o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO). Esta foi uma exigência incluída na lei por influência da MMF. Era necessária uma nova transformação desta lei, visto que o Exército estava se modernizando. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, durante a década de 1920 esta lei sofreu duras críticas, inclusive do Ministro Civil da pasta de Guerra, Pandiá Calogeras (1919-1922).

Novo projeto para as promoções surgiu no governo de Washington Luis (1927-1930) e, em outubro de 1931, foi distribuído aos oficiais para que estes iniciassem uma discussão sobre o assunto. Este projeto possuía dois princípios fundamentais: a promoção não seria efetivada levando-se critérios pessoais em conta; o simples desempenho das tarefas comuns não seria condição *sine qua non* para a promoção.

Os militares acreditavam que seria necessário mais do que trabalho, mais do que dedicação na Instituição. A nova lei, em realidade, burocratizaria o processo de promoção: era necessária uma ficha em poder do oficial comandante, onde este anotaria as qualidades de seus oficiais subordinados; estas anotações dariam origem a diversos outros documentos e o processo era bastante longo e demorado. A preocupação não era apenas em burocratizar e legitimar o acesso dos oficiais aos postos mais altos, mas também em deixar o processo mais claro – a burocracia – e dar lugar àqueles que realmente possuíssem um *espírito militar*.

A questão das promoções estava ligada diretamente à competência profissional dos quadros e a organização do Exército.

A definição de um bom militar está ligada ao manejo da tropa, ao cuidadoso exame

⁵⁶³MCCANN, A Nação Armada..., p. 71.

intelectual e à capacidade de estar em constante aprendizado através das escolas militares. É necessário, além da reforma material, uma reforma de hábitos e costumes que estão por toda a sociedade brasileira, entre eles a corrupção e o clientelismo. Portanto, os militares interpretavam sua condição como parte inerente da desorganização da sociedade brasileira. Por isto, a principal reforma a se efetuar na instituição militar seria uma reforma de mentalidade, de hábito e de costume.

As reformas na instituição militar iniciam-se em 1933. Foi durante o ano de 1933 que a lei de movimento de quadros e a lei de promoções foram estudadas e escritas, para serem lançadas em 1934. Registra-se ainda, o trabalho que vinha sendo feito pelo representante militar na constituinte, que apresentou as necessidades da segurança nacional que deviam estar presentes na nova carta constitucional. Era isso que os militares esperaram: construir a base para o edifício da grandeza militar e, conseqüentemente, do próprio País.

As reformas principais requeridas pelos militares são promulgadas no início do ano de 1934 e coincidem com a chegada do general Góes Monteiro à pasta de guerra. As reformas iniciadas neste período são, em grande parte, por conta da influência de Góes.⁵⁶⁴ Com o envolvimento das forças federais na Guerra Civil de 1932, Góes Monteiro é alertado sobre a necessidade de uma total reestruturação do Exército. De acordo com o General, as providências modificaram profundamente a estrutura orgânica das forças de terra.⁵⁶⁵

Na oportunidade em que recebe o convite para atuar no Ministério da Guerra, Góes elabora um documento estabelecendo as condições para a aceitação do cargo de ministro. Este documento, escrito em janeiro de 1934 e encaminhado a Getúlio Vargas e a Oswaldo Aranha – então Ministro da Fazenda – traz severas assertivas sobre a

⁵⁶⁴Algumas vozes são dissonantes nesse quesito. Há que se destacar, por exemplo, o General Cordeiro de Farias que em seu depoimento aceita que Góes foi uma figura decisiva no processo pós 1930, mas acrescenta que “não desempenhou nenhum papel direto na modernização do Exército”. CAMARGO, Aspásia e GÓIS, Walder de. (org). **Diálogos com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 2001. p. 168.a opinião aqui pode ser vista como reflexo de termos pessoais e não profissionais. Já acentuamos no início deste capítulo que a figura de Góes é bastante representativa neste processo. Em opinião similar, segue o artigo de BRETAS, Marcos Luiz. O General Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército. IN **Revista Militares e Política**, no. 2, janeiro/julho de 2008 já citado neste trabalho.

⁵⁶⁵**Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 51. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html> acesso em 25 de novembro de 2009.

situação político-militar do Exército e a necessidade de preparação da Instituição e do país para um plano de guerra. Góes exemplifica que o sistema militar brasileiro foi sempre defeituoso e decadente e que a primeira república “não serviu para outra coisa senão para diminuir, até um limite mínimo, o seu poder militar terrestre, naval e aéreo”.⁵⁶⁶ Continuando sua exposição, Góes acredita que a política interna da primeira república trabalhou para a dissolução e a divisão do Exército através da política regionalista efetivada pelas elites de alguns estados do Brasil. O advento do republicanismo não encerrou a questão militar, dando continuidade aos problemas enfrentados pelo Exército, sendo que a luta “empenhada entre as facções regionalistas e o Exército não pode ser mais escondida”.⁵⁶⁷

Para Góes, era necessário criar um *espírito novo* dentro das instituições militares para que estas não sucumbissem às tentativas de subversão e de enfraquecimento da corporação militar. Este *espírito novo*, que seria sintetizado pelas transformações que estavam ocorrendo na Instituição. Este espírito novo seria, portanto, a antítese de um espírito velho - aquele simbolizado por militares conformados, acomodados com o estado de coisas do Exército, acostumados a subir na hierarquia não por merecimento, mas por contatos, por tempo de serviço, como se não fosse necessário trabalho para isto. *O espírito novo*, em contraposição, era representado pela energia, capacidade e tenacidade para trabalhar pela Instituição, rompendo com velhos paradigmas que a estagnavam.

Em 24 de março de 1934 é promulgada a Lei de Promoções para o Exército, com um objetivo bem específico: garantir a formação de uma hierarquia sólida que não se baseasse em critérios apenas políticos ou de afinidade pessoal para que homens galgassem postos mais elevados dentro da Instituição.⁵⁶⁸ Também foram lançadas as leis de Movimento de Quadros e a lei de Organização do Ministério da Guerra. Essas leis foram felicitadas pelos militares e entendidas como a garantia de que se estaria vivendo um momento militar novo “*nitidamente caracterizado pela implantação duma mentalidade nova, mentalidade que se vem formando e evoluindo a cerca de duas décadas, quando daqui partiram para a Alemanha os primeiros oficiais que se foram aperfeiçoar no estrangeiro e que começou a definir-se com nitidez, depois da atuação*

⁵⁶⁶CPDOC/ FGV OA cp 1934.01.29/2 que faz par com GVc 34.01.18/2.

⁵⁶⁷ Ibid

⁵⁶⁸Decreto n. 24.068 de 29 de Março de 1934.

da Missão Militar Francesa, generalizando-se cada vez mais”.⁵⁶⁹

A nova lei de promoções obedecia aos critérios de antiguidade, merecimento, escolha e bravura em combate. Destes critérios, a antiguidade no serviço servia de justificativa até o posto de capitão. Daí em diante, as chances de ser promovido por este critério iam baixando consideravelmente, em prol dos outros critérios.

O fato de barrar a antiguidade servia ao propósito de não promover oficiais preguiçosos, sem estímulo ou respeito da tropa. A lei previa que oficiais que permanecessem quinze anos em seu posto seriam transferidos para a reserva. No caso de oficiais superiores das armas, esse número desce para doze anos.⁵⁷⁰ O critério do merecimento estava diretamente ligado à importância de os oficiais estarem em contato permanente com a tropa.

As promoções por escolha são direcionadas aos cargos de generalato, para os quais são necessários os cursos de aperfeiçoamento em Estado-Maior. Por outro lado, o critério de bravura é sempre excepcional: em casos extremos, como uma guerra, um praça poderia alçar vôo até o posto de coronel sem os requisitos obrigatórios, como os cursos de aperfeiçoamento de oficiais. No entanto, o Decreto lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937, não admitia a promoção por bravura nos⁵⁷¹

A lei de promoções figura como uma tentativa de melhorar o sistema, abalado pelos critérios subjetivos estabelecidos pela lei primordial de 1891 e não mais mudados até 1934. Sua chegada era desejada, mas sua implantação encontrou sérios óbices, Góis Monteiro recebe diversas cartas e queixas pessoais, referente a resistência dos militares em aceitar as novas leis que, decretadas há quase meio ano, ainda não haviam produzido efeitos salutares.

Ficava claro a dificuldade em reagir contra os velhos hábitos e rotinas já tradicionais da caserna. No caso da existência de uma vaga para Major e dois capitães estarem qualificados para ocupá-la, aquele que for um oficial combatente terá precedência sobre aquele que não o é, por exemplo, um oficial de intendência. Da mesma forma, um oficial de intendência não pode dar uma ordem a um oficial de infantaria; o infante tem o direito de não cumpri-la, amparado pela lei. Para muitos dos críticos a nova lei, isto é uma inversão do princípio hierárquico do Exército.

⁵⁶⁹ MAGALHÃES, op. cit. p. 340-350.

⁵⁷⁰ MAGALHÃES, op. cit. p. 345.

⁵⁷¹ Ibid

Logo, o direito adquirido pelo oficial das Forças Armadas está garantido pela Constituição. Ao entrar no quadro de oficiais, defende o autor, qualquer homem tem o direito assegurado de exercer os misteres que lhe são atribuídos. Mas é necessário ter em mente que a lei tenta corrigir um exército com falta de oficiais na tropa, com excesso de oficiais em setores administrativos e, pior, com demonstrada inépcia em suas funções. É possível que a questão da hierarquia funcional estivesse ligada à necessidade de estimular mais oficiais para exercer o comando de tropa na Instituição.

No caso das outras leis promulgadas em março de 1934, o objetivo era adequar da melhor maneira possível o Exército para o cumprimento de suas funções. A Lei de Organização Geral do Exército estabelecia “a correlação entre as organizações de tempo de paz e da guerra e precisava as linhas mestras da mobilização militar, para satisfação das finalidades precípuas da existência das Forças Armadas”.⁵⁷² Assim, a ligação desta lei com a de Quadros e Efetivos é óbvia.

Uma complementa a outra. A Lei de Organização visa a fixar a existência do Exército em tempo de paz, de forma que, em caso de guerra, possa-se fazer uso conveniente da mobilização e dos recursos nacionais para tal propósito. Importante salientar que o órgão principal desta lei é o Estado-Maior do Exército, responsável pela defesa técnica do território nacional.

O cargo ocupado pelo Ministro da Guerra e a função deste órgão seriam fixados pela Lei de Organização do Ministério de Guerra, que seria responsável pelas questões administrativas entre governo e militares e, não raro, viria a representar a política do governo. Esta lei conferia ao Ministro da Guerra uma atribuição totalmente política, coordenando a ação do comando e da administração.

“Decide diretamente com o chefe do Estado-Maior do Exército os assuntos concernentes à ação do comando e despacha com os chefes dos departamentos administrativos o seu interessar ao funcionamento da administração daí corrente”.⁵⁷³

⁵⁷²MAGALHÃES, op. cit. p. 350. A lei é resultado do decreto n. 23.977 de 8 de Março de 1934. **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Góes Monteiro.** Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 54.

⁵⁷³MAGALHÃES, op. cit. p. 351. A lei de Organização Geral do Ministério da Guerra é resultado do decreto n. 23.976 de 8 de Março de 1934.

O EME não fica totalmente dependente da orientação política do Ministério da Guerra, mas possui responsabilidade exclusiva sob certos aspectos e autoridade no que concerne à defesa nacional. Vinculadas ao Ministério da Guerra estavam, por exemplo, comissões especiais e a comissão de promoções, surgida com a Lei de Promoções, já referida.

Certamente, a lei mais importante do conjunto orgânico é a Lei de Quadros e Efetivos de 1934, que se liga à Lei de Organização Geral do Exército. Dividida em seis capítulos, esta norma define a “existência de corpos de tropa, isto é, das unidades de armas e formações dos serviços, dos órgãos de comando, da administração, da instrução e os diversos estabelecimentos que utilizam quadros e efetivos militares”.⁵⁷⁴

Com esta lei, as tropas do Exército ficaram fixadas em cinco divisões de infantaria, três divisões de cavalaria, um destacamento do Oeste, um destacamento do Norte, reserva geral, unidades especiais de fronteira e serviços.

Esta lei dividia o país em quatro zonas de prestação de serviços, conforme a importância militar, sendo que a lei previa dar aos oficiais uma distribuição equitativa dos ônus e vantagens da prestação de serviço militar no país. Pretende “dar a toda a oficialidade, a indispensável [experiência], pela atuação na tropa e nas regiões militares principais do país, porém, facilitando aos oficiais servirem, quanto possível, conforme suas preferências, sem o desmoralizante e injusto recurso dos pistolões”⁵⁷⁵. Estabelece, ainda, os quadros mínimos que devem estar presentes na organização, além de regulamentar o tempo mínimo de serviço em cada zona. Para os militares, a nova lei de movimento de quadros é, decididamente, reflexo do novo rumo do Exército.

Assim, com a promulgação desta lei, surge a possibilidade de o oficial planejar sua carreira, servindo onde melhor lhe convier, desde que atenda às necessidades da Instituição. Além disso, a lei estabelece regras a serem observadas na designação para a função de tarefas administrativas, entre elas o tempo de serviço arregimentado nas diversas zonas, a antiguidade de posto e a idade.

A lei de quadros deveria, ainda, junto com a lei de promoções, acabar com o “desterro” de oficiais nas guarnições do interior, como os redatores da revista já haviam

⁵⁷⁴Ibid, p. 357. A lei é resultado do decreto n. 24.287 de 24 de Maio de 1934. Também disponível para consulta em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/1930-1949/D24287.htm> . acesso em 12 de janeiro de 2010.

⁵⁷⁵Ibid, p. 349.

denunciado durante a década de 1920. Todas essas leis tinham como intuito adaptar o Exército à modernidade, conforme vimos no início deste capítulo. Um exército moderno deveria ser forte, organizado e contar com oficiais competentes em seus quadros.

4.2.1 *O armamento militar*

O Exército brasileiro da década de 1930 era uma instituição frágil. Dificilmente em caso de conflito externo a Instituição sobreviveria por longo tempo. Sua situação, em termos de armamento, era tão deficiente que os exercícios de instrução de tropa eram frequentemente alterados para outro programa qualquer. Faltavam armas, munição e também instrutores experientes no manejo dos dispositivos. Além disso, o material era velho e antiquado.

Em 1935 o ministro da Guerra, General João Ribeiro Gomes, convoca uma reunião onde apresenta as condições gerais do Exército. Em relação à artilharia, o General é bastante sincero. Afirma que a artilharia em uso é um “verdadeiro ferrolho”.⁵⁷⁶ Este material possuía, então, quarenta anos de vida, muitos dos quais comprados no final do século XIX.

O General compara a situação do Brasil com a Argentina, que possuía muito mais canhões em suas unidades de artilharia e conclui que isto é uma falta de responsabilidade do governo federal, que não toma providências em matéria tão grave. Nossos vizinhos também possuíam um estoque de munição muito maior que o nosso, as nossas fábricas não atendiam à demanda do Exército em situação normal, que dirá em uma guerra! Para corroborar esta afirmação nos remetemos a artigo publicado na revista A defesa Nacional, em janeiro de 1931, onde aparece um artigo referente ao problema material do Exército, em especial a artilharia. O texto fala sobre a penúria e estima que cerca de 50% deste material se encontre imprestável.⁵⁷⁷

O restante encontra-se defasado frente aos modernos canhões desenvolvidos após a primeira grande guerra, que possuem alcance de até 10 km. Além disso, inexistente é a artilharia antiaérea, a artilharia blindada de infantaria – carros de combate ou tanques - e o Exército possui apenas “túmida amostra de material já

⁵⁷⁶Plano Geral de ação para a organização definitiva do Exército” Arquivo Góes Monteiro, Arquivo Nacional (AGM-NA). Microfilme 051.91 SA 678.

⁵⁷⁷ **Material para o Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.203. janeiro 1931.

decrépito”.⁵⁷⁸

O problema que envolvia o Exército não era apenas a falta de material ou a imprestabilidade do mesmo. A questão era que nem o Ministério da Guerra, nem o Estado Maior sabiam, exatamente, qual a situação do material bélico existente por todo o país. Antes de ocorrer a Revolução de Outubro, o Tenente Coronel Castro Ayres elaborou um relatório, entregue ao Ministro da Guerra, informando as ações necessárias para se fazer o levantamento do material existente nos corpos de tropa do Brasil.⁵⁷⁹

O objetivo era estabelecer um plano concreto de compra de material bélico a se estabelecer, nos próximos anos, com base naquilo já existente – ou na inexistência – dentro da instituição.

Por volta de 1933, o governo provisório monta a Comissão Militar Brasileira na Europa, com sede em Bruxelas. Dividida em várias subcomissões, esses militares tinham como objetivo visitar fábricas, inspecionar armamentos para possível compra e analisar as possibilidades da instalação de uma indústria militar no Brasil. Comandada pelo General Leite de Castro, a comissão era dividida em subcomissão de artilharia, de material ótico, de armas portáteis, de armas automáticas, de maquinaria para fábricas e arsenais, de saúde e de estudos para a indústria militar brasileira. Essa comissão duraria pelo menos até 1935.

O general Leite de Castro já havia acumulado experiência nesta função. Entre 1907 e 1909, durante a gestão de Hermes da Fonseca na pasta de Guerra, Leite de Castro permaneceu na Europa, chefiando uma comissão para compra de material bélico. Também durante o governo de Wenceslau Braz (1914-1918), Leite de Castro esteve em missão na Europa, sendo transferido para a França, onde acompanhou o desenrolar da guerra junto ao Estado Maior do Exército francês.⁵⁸⁰

Com a eclosão do movimento revolucionário, fez parte da junta militar que depôs o presidente Washington Luis. Getúlio Vargas o indicou ao cargo de Ministro da Guerra e tinha total confiança neste oficial. Foi exonerado do cargo de Ministro em junho de 1932, por pressão política dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Enquanto esteve no cargo de Ministro da Guerra, seu nome foi muitas vezes envolvido

⁵⁷⁸ **Material para o Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.203. janeiro 1931.

⁵⁷⁹ **Reforma do Material do Exército** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.204 fevereiro de 1931.

⁵⁸⁰ **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB** CPDOC/FGV disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. acesso em 18 de maio de 2010.

em denúncias de conspirações militares, embora sua lealdade estivesse sempre ao lado da revolução e de Vargas. De acordo com fontes da época, Leite de Castro teria sido enviado à Europa por ser considerado um opositor ao governo. Esta insistente informação provinha das redes de intriga política que dominavam o Rio de Janeiro e que o general achou bom se afastar.⁵⁸¹

O general compreendia o seu envolvimento na Comissão como uma “delicadíssima missão (...) e que pesará amanhã, na balança dos destinos da nossa Pátria, quando ela quiser ocupar, enfim, o lugar de destaque que Deus lhe reservou entre os demais povos da terra”.⁵⁸² Para o general, vários governos da República já haviam apoiado surtos de desenvolvimento no Exército, mas nenhum apoiou tanto quanto o governo atual. A Comissão fechou contrato, entre 1934 e 1935, com a fabricante alemã de fuzis Mauser, adquirindo 100 mil peças destinadas à infantaria do Exército Brasileiro e com a fabricante Madsen, da Dinamarca, adquirindo duas mil metralhadoras pesadas. A grande luta dos oficiais era para padronizar o armamento utilizado pelo Exército, facilitando a confecção de munição e o reparo das armas pelos arsenais brasileiros.⁵⁸³

A partir de 1937, com a melhora da situação financeira do país, mais itens seriam adquiridos, incluindo canhões, carros de combate e armas automáticas.⁵⁸⁴

Mas a compra de material não se restringia somente à Europa: entre 1934 e 1935 o governo brasileiro encomendou aviões Waco, Boeing e Corsair, diretamente das fábricas americanas.⁵⁸⁵ O desenvolvimento da aviação militar tomou grande proporção durante a década de 1930. Até então, a arma aérea ficava sob a alçada do Exército, constituindo parte integrante deste. Com a Guerra Civil de 1932, é feita a encomenda de cento e cinquenta aviões americanos de guerra para o Exército. Esta foi uma arma bastante explorada durante a revolução.

Paralelamente, ocorre o maior desenvolvimento do Correio Aéreo Militar, não apenas para colocar em voo os aviões, mas também para “fornecer ao Exército e à Marinha valiosa experiência de voo e um modo de estender o alcance do governo central ao ainda nebuloso interior”.⁵⁸⁶

⁵⁸¹CPDOC/ FGV GVc 34.07.28.

⁵⁸²CPDOC/ FGV GV c 34.09.14.

⁵⁸³ CPDOC/ FGV GVc 34.07.27.

⁵⁸⁴ **O Problema do Rearmamento do Exército** – Relatório Secreto CPDOC/ FGV ED vp 36.11.23

⁵⁸⁵ CPDOC/ FGV AO cp 35.07.26.

⁵⁸⁶MCCANN, op. cit., p. 452. Sobre este interessante assunto, o Coronel aviador Stênio Mangy Mendes

Em 1933 o general reformado Castro e Silva em um dos poucos artigos publicados na Revista a Defesa Nacional, referente a Guerra Civil de 1932, aponta que “As operações militares desenvolvidas no decurso da revolução de São Paulo mostraram a evidência, embora em circunstâncias altamente lamentáveis, a extrema penúria do aparelhamento do exército em materiais de guerra”.⁵⁸⁷

A Guerra Civil de 1932, embora tenha tido o Exército como vitorioso, demonstrou aos militares o perigo de se possuir uma força armada sem armas eficazes. Mas, o que deixou os militares bastante impressionados, principalmente o Estado Maior de Góes Monteiro, foi a capacidade de produção de artigos militares demonstrada pelo Estado de São Paulo durante a Guerra Civil de 1932. Isolado dos demais estados, São Paulo teve de produzir suas próprias armas. Nesse sentido, a participação da Escola Politécnica, que pesquisa e produz durante o conflito, é imprescindível. Serão produzidos granadas de mão, morteiros, explosivos, canhões de pequeno alcance, bombas para aviões (de 12, 45 e 60 quilos), bombas de fumaça, lança-chamas, foguete luminoso (para sinalização noturna), quatro trens blindados, além de munição para fuzis e metralhadoras. A Escola produziu, ainda, material de uso pessoal do combatente, como máscara contra gases e capacetes de aço.⁵⁸⁸

Assim, Góes esclarece que dentro dos planos de reorganização do Exército está a produção de material bélico.⁵⁸⁹ No entanto, cabe ressaltar que esta produção está restrita a munição, canos, sabres, reparo de armas portáteis e veículos hipomóveis, no primeiro momento. A produção de pólvora e munição, desde o período Imperial, estava sob alçada dos arsenais de guerra.

No período republicano, Calógeras já havia feito severas críticas aos arsenais em mau estado de uso, comprometendo a qualidade da munição ali fabricada, bem como a quantidade à disposição do Exército. Portanto, ainda na década de 1930, a questão dos arsenais seria prioritária dentro dos planos esboçados por Góes de que, num futuro

organizou um ótimo trabalho disponível em <http://www.reservaer.com.br/biblioteca/ebooks/correio/> . Também existem os trabalhos de SOUZA, José Garcia de. **A epopéia do correio aéreo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rev. Aeronáutica, 1986. e também o livro de SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. **A saga do correio aéreo nacional**. [S.l.]: Rev. Aeronáutica, 1985.

⁵⁸⁷ **O rearmamento da artilharia** em *A Defesa Nacional* ano XX, no. 230 agosto de 1933

⁵⁸⁸ A Escola Polytechnica e o Movimento Constitucionalista. **Revista Politécnica** n. 106 Nov/Dez1932.

⁵⁸⁹ **Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 109.

próximo, pudesse o Exército ter “o suprimento completo de armas de fabricação nacional”.⁵⁹⁰

O Brasil cogitava mesmo a construção de uma fábrica de aviões. Em carta a Getúlio, Oswaldo Aranha expõe sua opinião sobre o assunto, acreditando que tal projeto deve estar a cargo de investimentos particulares e não de estatais.⁵⁹¹

Como parte da solução para a dependência de material bélico importado, em 1932 é construída a fábrica de Andaraí, para fabricação de granadas de artilharia e morteiro, as fábricas de Curitiba (viaturas Hipomóveis e equipamentos de transposição de curso d’água) e a fábrica de Bonsucesso, responsável pela fabricação de máscaras contra gases, em 1933. Era evidente a necessidade de formação de um parque fabril para o país tornar-se cada vez menos dependente das importações de material bélico.

Portanto, a renovação militar do período passou pela aquisição de material e, dentro do possível, da própria produção, através do incentivo para as fábricas militares, de caráter estatal e voltadas para o plano da defesa nacional. O Exército novo se tornava mais organizado, mais coeso e mais armado que o Exército da década de 1920. A nova mentalidade militar definitivamente vencida a batalha com os velhos oficiais.

4.3 *O calcanhar de Aquiles: o Exército e as Forças Públicas Estaduais*

Desde a vitória da Revolução de 30 os organizadores do novo governo defendem uma ideia central em relação à necessidade de se controlar o poder das forças públicas: estas instituições ferem o principio da unidade nacional. Em todos os debates existe a ideia comum de que as forças públicas estaduais são parte da máquina que domina a política estadual, que serve aos seus desígnios e que atua como força desagregadora nacional.

Esta ideia torna-se clara com a Guerra Civil de 1932, quando a força pública paulista atua violentamente contra o Exército, apoiando as guarnições de militares que se revoltaram contra o comando de Bertholdo Klinger e Isidoro Dias Lopes.

Relativamente a esse tema, Carvalho assinala que o maior obstáculo de expansão do poder das Forças Armadas durante o período político anterior foi justamente a força das

⁵⁹⁰Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior, 1935. p. 109.

⁵⁹¹CPDOC/ FGV AO cp 35.10.08.

forças públicas estaduais, que estavam sob o controle político das oligarquias estaduais.⁵⁹² Durante o Império, tanto a força do Exército era tolhida devido ao controle do efetivo total, quanto a falta de autonomia provincial impedia o desenvolvimento das polícias: logo após a proclamação do novo regime [a república] os presidentes dos estados, sobretudo os dos mais poderosos, trataram de se proteger de intervenções criando pequenos exércitos, alguns destes mais equipados que o próprio exército nacional. (...) os efetivos dos estados mais ricos cresceram paralelamente aos do exército.⁵⁹³

Basta lembrar que, antes da contratação da Missão de Instrução Francesa pelo Exército nacional, a forças públicas estadual de São Paulo já havia contratado uma missão francesa semelhante. Logo após, a polícia de São Paulo teria à disposição aviação de guerra, uma obra de vanguarda, antes mesmo que o Exército o fizesse.

Dessa forma, com o advento da Revolução de 1930, “não era viável executar qualquer política de defesa nacional, concebida nos termos amplos dos reformadores, quando as Forças Armadas não tinham sequer o controle interno”.⁵⁹⁴

Observa-se que McCann nos relata que somente por volta de 1933-1934 os efetivos do Exército superaram as forças públicas estaduais dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco e Mato Grosso.⁵⁹⁵ É a primeira vez que isto ocorre. Portanto, a expansão do Exército nacional e sua luta pela reestruturação e modelação indicam a preparação do terreno para um envolvimento federal crescente nos estados durante a década de 1930, bem como apoio à política exercida por Vargas.

A Revolução de 30 havia, ainda, trazido outro problema para o Exército: durante a luta armada, as forças públicas de alguns estados, notadamente de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, haviam assaltado as guarnições militares e tomado para si material bélico do Exército. Em março de 1931 este problema ainda não havia sido resolvido, pois o material ainda não havia sido devolvido ao Exército. Para os militares, a situação beirava o absurdo porque “ao persistirem na ideia de reter este material, as situações estaduais darão a entender que o consideram como presa de guerra”.⁵⁹⁶

⁵⁹²CARVALHO, op. cit., p. 53.

⁵⁹³ Ibid., p. 53.

⁵⁹⁴ Ibid., p. 58.

⁵⁹⁵MCCANN, Frank Jr. **A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro** Recife, Ed. Guararapes, 1982. p. 52.

⁵⁹⁶**Seqüestro de Armamento** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.205 março de 1931.

Em face das circunstâncias da luta armada, isso era um despropósito. A situação criava a ideia de que os estados haviam sido os grandes vencedores da luta, dando a eles o “direito de se precatarem retendo grande parte dos meios de ação daquela [do Exército]”.⁵⁹⁷ Por outro lado, esta precaução na devolução do material demonstrava a falta de confiança no Exército. Esta situação também foi denunciada pelo “manifesto revolucionário” escrito por militares e distribuído em várias guarnições, a partir de abril de 1931.

Mas, o governo provisório de Vargas estava atento às preocupações do Exército em relação às polícias militarizadas. Em agosto de 1931, foi lançado o Código dos Interventores, que reforçava o poder central, diminuindo a autonomia dos estados. O Código reservava atenção especial às polícias, limitando os gastos com armamento, além de proibir o uso de artilharia e aviação. De acordo com o artigo 14º. do Código, cada estado não pode ultrapassar 10% de sua renda com o serviço de segurança pública; é vetado às polícias estaduais possuir artilharia e aviação; as unidades de infantaria e cavalaria poderão possuir armas automáticas, mas em número que não exceda a dotação regulamentar das unidades similares do Exército; quanto à munição, não poderão possuir grandes estoques. Obviamente, as restrições elaboradas pelo código não surtiram o efeito esperado.

Cabe lembrar que esta discussão é interessantíssima, porque na época não existia ainda o que se conhece hoje como Polícia do Exército (PE), criada apenas com o engajamento de tropas brasileiras na II Guerra Mundial, por influência americana. Portanto, em quase todos os textos, os militares enxergam a função destas forças públicas muito mais ligada ao Exército do que à defesa urbana.

Com a Constituinte em andamento, os militares dão uma série de sugestões para o problema das forças públicas elas não deviam mais ter unidades tipo exército (cavalaria, artilharia, apetrechos) e sim adequarem-se aos princípios do policiamento urbano e, no caso do interior, de combate ao cangaço. A lei federal devia, ainda, regular sobre o armamento dessas polícias, de forma que metralhadoras, morteiros e artilharia fossem proibidos ou reduzidíssimos. Tanto as armas como a munição só poderiam ser adquiridas por intermédio do Ministério da Guerra. O comando das polícias ficaria a cargo de oficiais do Exército, designados pelo Ministério da Guerra.

A questão criava um paradoxo interessante: enquanto os editores acusavam que

⁵⁹⁷**Sequestro de Armamento** em *A Defesa Nacional*, ano XVII, no.205 março de 1931.

os efetivos policiais do Rio Grande do Sul eram superiores aos da guarnição do Exército, a situação no interior era alarmante em relação à segurança. Ora, criou-se as forças públicas, mas o seu papel não é policiar as cidades e/ou o interior dos estados.

O policiamento das capitais é feito pelas Guardas Urbanas que foram criadas para este fim, então o autor se pergunta qual a função das forças públicas? Obviamente elas existem para a guerra! Os milhares de homens recrutados pelas polícias “vivem aquartelados nas Capitais e nas cidades populosas recebendo instrução militar”.

A questão do armamento das forças públicas era importantíssima para os militares. Telegrama expedido pelo Ministério das Relações Exteriores, de 20 de setembro de 1935, informa a partida do vapor Aracaju dos Estados Unidos, carregando cinco aviões de caça Boeing com uma metralhadora cada um, mais trezentos e cinquenta bombas carregadas, dez metralhadoras pesadas e duzentos e cinquenta mil cartuchos carregados. Informa, ainda, que o vapor leva caixas sobressalentes de munição e que o destino deste material é a polícia do estado de Minas Gerais.⁵⁹⁸

Em agosto de 1935 o Estado Maior do Exército envia um anteprojeto de lei ao Congresso, relacionado ao problema das polícias. Este projeto considera que as forças públicas serão a reserva do Exército em caso de conflito, isto é, serão responsáveis pela segurança das zonas de guerra. Exceção às forças públicas do Distrito Federal e do Acre, que serão incorporadas à infantaria do Exército, tornando-se unidades militares sob comando do Exército, em caso de guerra. Ficam, além disso, proibidos artilharia, aviões e carros de combate às polícias militares, sem exceção.⁵⁹⁹

O projeto encontra muita resistência, sobretudo da imprensa da capital federal que acusa o Exército e o governo de tentar destruir as polícias estaduais. Os militares argumentam que é desnecessário Demonstrar o grave inconveniente nacional de uma organização de poderosos Exércitos Regionais, compostos de tropas das cinco armas e serviços anexos. Sobre serem dispendiosíssimos a cada unidade federativa, ainda representariam, (não se pode negar, nem calar) constante unidade a integridade Nacional, não pela mentalidade brasileira e disciplinadas de cada corporação estadual em si, pois todas elas tem demonstrado, sobejamente, seu exemplar civismo e sua nítida e leal compreensão de deveres militares, mas, por isso mesmo, pela força de que realmente seriam depositárias e que ficaria ao sabor da disposição dos regionalismos,

⁵⁹⁸ 380 CPDOC/ FGV AO cp 35.02.05.

⁵⁹⁹ 382 **Regularizando a situação das policias** em *A Defesa Nacional*, ano XXII, no.256 agosto 1935.

vesgos e deformados, de uma politicagem partidária, obscurecida pela acanhada paixão do interesse local e jogando com todas as suas possibilidades materiais, defendendo conveniências próprias em detrimento dos sagrados e invioláveis interesses nacionais.⁶⁰⁰

Ou seja, o ideal seria tirar o comando destas organizações “das mãos das politicagens regionais, integrando-as, definitivamente, nos quadros das forças federais, em caráter permanente”. O anteprojeto, enviado pelo Estado Maior do Exército encontra eco no governo: a partir de 1936, artigos complementares à lei de Quadros e Efetivos do Exército dizem respeito às forças públicas de cada estado. Elas passam a constituir a reserva do Exército, devendo o “respectivo comando ser exercido por oficiais do Exército em comissão ou da própria corporação, uns e outros, com o curso da Escola de Armas”.⁶⁰¹

Em 1935, Góis já acusava que os corpos provisórios do Rio Grande do Sul ainda estavam mobilizados e “eram um verdadeiro exército marginal, além das polícias militarizadas e do próprio Exército”.⁶⁰² Não é à toa a necessidade de desmobilizar as forças estaduais, impondo-lhes certas restrições. No caso do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, “desesperado com minhas atitudes enérgicas (...) que exigiam a desmobilização dos corpos provisórios mantidos em armas”, ameaça romper politicamente com o próprio Góes Monteiro e com o Ministério da Guerra.⁶⁰³

É por conta deste conflito que redundou em uma vitória de Flores da Cunha, culminando no afastamento de Góes do cargo de Ministro da Guerra, que este formula sua convicção de que se deveria eliminar a política dentro da instituição militar. Embora seu pensamento político tenha se formulado no início da década, manifestado através da famosa expressão de que “se deveria fazer a política do Exército e não a política no Exército”, somente durante o Estado Novo esta diretriz será amplamente usada.

Além disso, os artigos complementares restringem o armamento das milícias estaduais. A partir de 1936, as polícias estaduais não poderão possuir artilharia, aviação e carros de combate. Esta restrição vai ao encontro do desejo de oficiais como Klinger e Góes, que defendiam um exército atuante, intervencionista na política. Um dos grandes problemas legados pela Primeira República foi a autonomia e o poder das milícias

⁶⁰⁰**Situação das policias militares** em *A Defesa Nacional*, ano XXII, no.259 outubro 1935.

⁶⁰¹ MAGALHÃES, op cit. p. 357.

⁶⁰² COUTINHO, op. cit., p. 260.

⁶⁰³ COUTINHO, op. cit., p. 261.

estaduais. Era necessário, portanto, o controle destas milícias.

Outro fato que chama a atenção - e a necessidade da reforma - é o embate entre Flores da Cunha e Vargas, quando tanto unidades da Brigada Militar como tropas particulares de políticos e estancieiros estavam sendo mobilizadas entre 1935 e 1936.

Todas as reformas do organismo militar efetuadas durante este período visavam ao seu fortalecimento como braço armado do executivo federal. Para os militares, a diretriz a seguir neste sentido era clara e estava sendo acertadamente conduzida pela União. Esta diretriz era aquela “que permita a restauração e o fortalecimento, tão rápido quanto possível, do nosso poder militar debilitado, mesmo à custa dos mais pesados sacrifícios que serão compensados, no futuro, pela garantia assegurada aos interesses vitais do Brasil”.⁶⁰⁴ Como consequência da reorganização do Exército nos primeiros anos da década de 1930 e de seu fortalecimento, os militares puderam apoiar sem entraves um golpe político que manteve Getúlio Vargas no poder e instalou o Estado Novo no Brasil em novembro de 1937.

⁶⁰⁴CPDOC/ FGV ED vp 1936.01.07 Memorandum sobre a situação do país, dezembro de 1936.

CONCLUSÃO

A segunda fase do Governo Provisório, que se inicia com a volta à normalidade após os quase três meses de guerra civil, caracteriza-se, como salientei, por uma redução considerável da instabilidade política que foi a marca do período anterior, o que possibilitou a Vargas governar sob menos pressão. Com as atenções da nação voltadas para o processo, logo desencadeado, que envolvia eleições, elaboração de nova Constituição e escolha do presidente da República, era hora de concentrar esforços na reorganização partidária. Tanto os que se alinharam com o governo como a oligarquia paulista e seus aliados - à exceção do grupo que perdeu os direitos políticos - dedicaram-se à tarefa da recomposição de forças. A abordagem nesta etapa será, como adiantei, centrada no processo de constitucionalização, sem deixar, porém, de acompanhar as manifestações significativas do pensamento e da ação política dos personagens mais estreitamente relacionados ao objetivo do trabalho.

No campo econômico, a inviabilidade da preservação do modelo agrário-exportador, agravada pela crise internacional, resultou, como se viu, na “*redefinição do papel do Estado em matéria econômica*”, cujas principais características seriam: (1) centralização da política cafeeira, impedindo a restauração de sua primazia; (2) investimento na diversificação da agricultura, especialmente a de gêneros alimentícios para o mercado interno; (3) e investimento na indústria, ao mesmo tempo que a burguesia industrial procura atuar mais decididamente em defesa de seus interesses. Assim, o processo de modernização da economia vai sendo dirigido pelo Estado, com participação da burguesia industrial. Lento a princípio, devido à escassez de recursos, o processo irá acelerar-se ao ritmo da recuperação econômica.⁶⁰⁵

Essa redefinição seria mais exequível com maior autonomia, de modo que o Estado pudesse pôr em prática sua política econômica com menor interferência dos interesses conflitantes; viria a exigir, por outro lado, a formação de uma burocracia capaz de orientar e administrar as ações governamentais; o governo teria, ademais, os beneficiários da nova orientação econômica como aliados em seu projeto político, vale dizer, por livrar-se das limitações impostas pela nova Constituição.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (coord). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990,p. 13-34. (capítulo 1).

Com o projeto de constitucionalização já em curso e as atenções voltadas para o calendário eleitoral, o governo poderia concentrar-se na concretização de medidas que lhe aumentassem a força política para enfrentar as oligarquias adversárias. O desfecho da “Guerra Civil”, com a punição dos principais responsáveis e as concessões a São Paulo, diminuiu a violência do conflito político e o clima de instabilidade, o que não significa, porém, que a segunda fase do Governo Provisório viesse a ser marcada pela tranquilidade.

Por outro lado, a guerra civil aumentou a dependência mútua entre governo e Forças Armadas. Se a estabilidade do governo, em face da fragilidade institucional, continuava a depender do apoio militar, este mostrava-se limitado pelas graves deficiências que ficaram expostas. Era, pois, necessário, dentro das limitações impostas pela situação econômica, fortalecer as Forças Armadas para atuarem como braço armado do governo, o que implicava não apenas atender às carências materiais, mas restabelecer a hierarquia e a disciplina, para avançar em busca da coesão indispensável.

As punições aceleraram o processo de homogeneização da cúpula, em que se destaca a trajetória ascendente de Góis, que desponta, agora mais claramente, como a principal liderança militar do governo de Vargas. Ligado ao presidente desde a mocidade no Rio Grande castilhista, como se viu, mas também por duas campanhas militares vitoriosas, Góis regressa da frente de combate promovido a general-de-divisão, então o último posto da carreira, com apenas 42 anos. Por essas razões, dois manifestos de Vargas e uma série de textos de Góis, embora escritos durante as operações militares, adquirem especial importância para o acompanhamento das trajetórias do presidente e do general durante os anos subsequentes, que refletem - com suas convergências e divergências - a dependência recíproca, crescente, entre governo e Exército.

Logo ao início da guerra civil, Vargas divulgou um manifesto à nação, considerando o movimento sedicioso, de caráter reacionário e injustificável, pois se o objetivo fosse à normalidade institucional, o processo eleitoral em curso lhe tiraria a substância; é, ademais, injusto, porque o governo amparou São Paulo na crise do café e atendeu a suas aspirações de se governar.

O texto realça que o governo recebe demonstrações de solidariedade de todo o país e o apoio das forças federais e estaduais de Minas, Rio Grande do Sul e de todo o Norte, além da Marinha. Isenta a população de São Paulo e afirma que o povo brasileiro

julgará a Revolução nas urnas; o governo não cederá, portanto, à violência.⁶⁰⁶ Vargas questiona a essência das razões da oligarquia paulista para desencadear a guerra, com o propósito de minar o apoio interno e isolar o movimento do resto do país, em um momento em que as posições ainda não estavam nitidamente definidas.

Mais de dois meses se passaram e, quando a situação de São Paulo já se mostrava insustentável, Vargas divulga novo manifesto, dirigido ao povo paulista. Os mesmos argumentos que apresentam a "sedição" como injustificável e ilegítima são repetidos, mais detalhadamente. O motivo real teria, então, três explicações possíveis: ambição de recuperar o poder, uma *revanche* visando a restaurar o passado; impor o domínio de São Paulo sobre o resto do Brasil ou chegar ao separatismo. As concessões feitas pelo governo, nunca consideradas suficientes, eram tomadas por fraqueza; mas o governo está forte e conta com a solidariedade do resto do país. São Paulo está isolado; o governo tem oferecido generosas condições de paz, mas os chefes da revolta não aceitam. O povo, vítima e não culpado, deve procurar entender a situação real. Incitado por um "sindicato político-militar" que lançou o estado numa aventura sinistra, deve reagir, sem receio de ser humilhado ou hostilizado pelo governo.

Vargas elogia Flores, pela atitude digna, e também as Forças Armadas, que "atenderam ao apelo da Nação", ameaçada por "um regionalismo exaltado". O Exército, que esqueceu as divisões internas e permaneceu leal ao governo, sairá dos combates "*rejuvenescido e homogêneo, pelas próprias imposições da guerra, que selecionam as vocações e competências militares.*" Recuperadas a disciplina e a hierarquia integradoras, "*afastar-se-á naturalmente das competições políticas, para cumprir sua missão "de garantia da paz interna e da dignidade nacional"*".⁶⁰⁷

Com a sorte do confronto praticamente definida, o objetivo principal deste segundo manifesto, dirigido ao povo de São Paulo, é enfraquecer o apoio ao movimento e os laços de solidariedade com seus líderes, como tentativa de abreviar a duração do conflito armado. O interesse maior para este trabalho está, porém, nos comentários

⁶⁰⁶ VARGAS, Getúlio. A Revolução Paulista, Manifesto à Nação, de 12 de julho de 1932. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, vol. II, p. 69-76. (coletânea composta de cinco volumes) ou vide arquivos documentais e discursos presidenciais do Congresso Nacional. Acessado <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1932/05.pdf/download> em 15-12-2012.

⁶⁰⁷ VARGAS, Getúlio. Manifesto ao povo de São Paulo, em 20 de setembro de 1932. In: *ibid*, vol. II, p. 77-91.

sobre o Exército, previsões sobre os efeitos da guerra sobre a força terrestre que, na verdade, são recomendações doutrinárias, revelando identidades entre as visões de Vargas e Góis. Atenção especial merece a referência à homogeneização, a ser atingida por meio de expurgos e promoções, que o presidente e o general utilizarão sistematicamente.

Góis elaborou uma série de seis textos durante a campanha bélica, que denominou de “memórias (para o governo)”. Tratam do desenvolvimento das operações militares, mas também da situação interna do país e sugerem medidas para consolidar a unidade nacional, que têm como ponto de partida a recuperação das Forças Armadas. Tudo indica que Góis aproveitou as circunstâncias para convencer Vargas da relevância de suas idéias, decorrentes do princípio básico da dependência mútua entre governo e Forças Armadas - com a Marinha em plano secundário que pode ser resumido na frase *Exército forte para um governo forte*. Chega a impressionar o número de repetições de algumas dessas idéias nas "memórias" e a veemência, às vezes dramática e quase impertinente, com que as defende, o que só se explica pela situação de guerra e considerando seu temperamento.

Essa preocupação de Góis fez com que o conjunto das "memórias" se tornasse um documento importante para o estudo de seu pensamento político-militar, também porque formulado em um momento em que as idéias estavam sendo confrontadas com a ação; esse momento, ademais, possibilita acompanhar o processo de desenvolvimento de uma doutrina, que culminará com as formulações mais elaboradas, de 1933-34.

Antes de comentar as "memórias", convém mencionar brevemente um outro texto, intitulado *Campanha de São Paulo*, com características de um longo resumo, das causas à paz, escrito *a posteriori*. As causas, resumidamente, são as mesmas que Vargas cita no segundo manifesto: assalto ao poder, separatismo, revanche. O povo paulista aderiu por efeito da propaganda e pensava que seria uma “passeata” ao Rio de Janeiro. Aqui reflete a ideia de que a população paulista envolvida no conflito- direta ou indiretamente, foi enganada pelas elites político-militares do estado, e levada como “massa de manobra” a uma condição de conflito armado irreversível e usadas até a exaustão.⁶⁰⁸

⁶⁰⁸ GOMES, Ângela C. Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Ângela C. et alii. "Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos Trinta". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; LOBO, Roberto Haddock. Pro

Todavia, discordamos desta linha de interpretação, pois, a população paulista apoiou de distintas formas o movimento, o que permitiu que este durasse por três meses.⁶⁰⁹

O setor mais importante do teatro de operações era o Vale do Paraíba, por ser o caminho direto para a capital federal. Nos primeiros momentos, Góis fez várias tentativas de comunicação com militares da 2 Região Militar, que comandara, e com Klinger, no sentido de evitar a guerra. Por fim, Góis recebeu poderes de delegado do governo para tratar da Convenção Militar de cessação das hostilidades.⁶¹⁰

A Memória número 1, de 10 de julho, apresenta o primeiro plano (geral de operações) de campanha para todos os setores do conflito, bem como estabelecia a diretrizes gerais de ação, que deveriam se desenvolver de forma conjunta buscando, sufocar o inimigo e investir conjuntamente, em forma de pinça visando fechar as saídas e manter um avanço coeso e estável de todas as frentes dentro do território paulista.⁶¹¹

Neste documento Gois expõe a Getúlio Vargas, ao Ministro da Guerra e ao Estado Maior do Exército (EME) as possíveis ações, por parte das forças paulistas. De forma resumida apresentamos aqui as principais modelagens das ofensivas e contraofensivas propostas neste documento.

A de número 2, de 29 do mesmo mês, insiste na unidade de Comando (direção superior das operações) e critica, a esse respeito, o desvio de tropa sob o comando do cel. Rabelo. Volta a criticar a situação do Exército a partir dos “fatores decisivos”:

Brasília Fiant Eximia: a psicologia dos que combateram pela revolução. São Paulo: Bandeirantes, 1933; OSÓRIO, Manoel. A Guerra de São Paulo, 1932: esboço crítico do maior movimento armado no Brasil. 2a ed. São Paulo: Americana, 1932; SILVA, Herculano Carvalho e. (coronel). *A Revolução Constitucionalista: subsídios para a sua história. Org. pelo Estado Maior da Força Pública de São Paulo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932; VARGAS, Getúlio Dorneles. *O Ano de 32: a revolução ao norte*. In: "A nova política do Brasil". v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

⁶⁰⁹ HILTON, Stanley E. A Guerra Civil Brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; DE PAULA, Jeziel. 1932: Imagens Construindo a História. 2ª edição, São Paulo, Editora da Unicamp, 1999.

⁶¹⁰ MONTEIRO, Góis. *Campanha de São Paulo*. Rascunho de texto, datilografado, s/d. (AN-AGM).

⁶¹¹ MONTEIRO, Góis. *Observações sobre o movimento de São Paulo* (Memória número 1). [(secreto)]. Texto datilografado, de 10/07/32 (AN-AGM), tal documentação também pode ser encontrada nos arquivos de Getúlio Vargas (GV c 1932.07.18/1) guardados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) vide <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201932.07.18/1>

material, tropa e chefe; lembra que sua finalidade é a preparação para a guerra e seus membros não podem se dispersar nas lutas das facções políticas; e que se ressentem da falta de indústria bélica. Prevê que se a duração da luta se estender, São Paulo terá suas chances diminuídas. No plano de operações, ressalta a necessidade de barrar o acesso ao Rio, justamente onde o inimigo concentrou o grosso de suas forças. O governo deve evitar acordos de paz precipitados, que seriam vantajosos para o inimigo; deve exigir antes a deposição das armas e depois dar a São Paulo - também ao resto do Brasil e ao Exército - um tratamento "hábil, restaurador e reformador". Conclui: "só o nacionalismo destruirá o regionalismo, com homogeneização, coesão, aparelhamento e disciplina das Forças Armadas".⁶¹²

Ao se completar um mês de guerra, Góis envia a Vargas a Memória número 3, registrando que os paulistas não souberam aproveitar a vantagem da surpresa e tentar uma investida sobre o Rio. Volta a criticar o mau estado de preparação militar do Exército e os militares que se deixam influenciar pelas facções políticas; certos revolucionários não diferem muito dos reacionários. O governo central, nacionalista, deve ser fortalecido, com maior centralização política e descentralização administrativa. A recuperação da nação é confundida com a das Forças Armadas, que devem ser fortes, disciplinadas, homogêneas, bem aparelhadas e bem comandadas, para evitar surtos de separatismo e extremismo. Uma lei orgânica deve desde já estabelecer as bases da reorganização do Exército, elevando o efetivo de paz a, no mínimo, cem mil homens, ficando para o fim da luta a questão de regular definitivamente a situação das milícias estaduais.

Góis reclama medidas para prover as forças em campanha dos "meios de ação e de vida necessários"; o abastecimento e a preparação de novas unidades têm sido morosos e deficientes. Insiste na necessidade da direção superior das operações e volta a mencionar a questão do destacamento Rabelo. Em resumo, após um mês a situação geral não mudou sensivelmente, exigindo uma ação militar mais enérgica.⁶¹³

A Memória número 4 é do final de agosto e faz nova referência às causas da guerra: secessão, predomínio de São Paulo, interesses plutocráticos - agora associados a

⁶¹² MONTEIRO, Góis. *Memória número 2* (para o governo) [(secreto)]. Texto datilografado, de 29/07/32 (AN-AGM) e também encontrado nos arquivos de Getúlio Vargas, Idem, (GV c 1932.07.29) acesso em: <http://docvirt.com/docreaderFGV/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201932.07.29>

⁶¹³ MONTEIRO, Góis. *Memória número 3* (para o governo) [(secreto)]. Texto datilografado, de 09/08/32 (AN-AGM) e arquivos Getúlio Vargas ()

influências estrangeiras. O estado de guerra não tem sido encarado, pelos principais órgãos responsáveis pela segurança nacional, com a devida importância, pois as medidas práticas têm sido insuficientes. Continua, pois, a falta de meios e a deficiência de transportes. Deles dependem as operações que levarão à decisão. Seria necessária uma mobilização geral e - ainda um vez - uma direção superior das operações. Com os reveses militares, os governantes de São Paulo revelam a intenção de conseguirem uma paz, “sob pretextos sentimentais e humanitários”, que lhes dê uma “vitória indireta no campo político”. O pós-guerra trará “tremendos encargos”, qualquer que seja o desfecho. “A base de tudo é a segurança externa e interna”, que só “forças militares bem organizadas, bem disciplinadas, bem comandadas, bem aparelhadas e com espírito nacionalista desenvolvido ao seu máximo” podem proporcionar.⁶¹⁴

Após quase dois meses de guerra, a Memória número 5 faz nova referência à incapacidade dos órgãos responsáveis para fornecer os meios necessários a levar a cabo a campanha. Acusa a diplomacia de “displicente e cúmplice”, pois a União não consegue adquirir material bélico no exterior. A campanha nacionalista deve ser intensa, para se contrapor às “forças dissociativas”. O momento é propício para “fortalecer a coesão dos laços frouxos da Federação”, centralizando a competência nas questões de segurança e preservando a autonomia administrativa dos estados. A guerra vai custar ao Brasil grandes sacrifícios e podem advir “complicações de natureza política e social”. A recuperação das forças militares deve ter prioridade, dando-lhes “nova estrutura e organização, para que se tornem um instrumento de ação coeso e homogêneo, (...) para enquadrar a Nação, em caso de necessidade, livres das injunções e influências partidárias (...)” Algumas medidas urgentes, se adotadas já, repercutirão favoravelmente para “elevar o moral” da maioria empenhada em sanear o Exército e transformá-lo em “instrumento apto para a guerra”. Uma longa nota ressalta, ainda, que o povo paulista perdeu a razão na brutalidade da luta e apela para todos os recursos, guiado por uma “horda” de dirigentes que lhe escondem a verdade.⁶¹⁵

A sexta e última das memórias, registra, ao final da guerra, que “a capacidade combativa do inimigo tem declinado sensivelmente”. Novas menções aos recursos

⁶¹⁴ MONTEIRO, Góis. *Memoria número 4* (para o governo) [secreto]. Texto datilografado, de 28/08/32 (AN-AGM).

⁶¹⁵ MONTEIRO, Góis. *Memoria número 5* (para o governo) [secreto]. Texto datilografado, de 07/09/32 (AN-AGM).

solicitados e medidas sugeridas em memórias anteriores; à necessidade da “direção superior das operações” e ao caso do Destacamento Rabelo; e nova formulação para as sugestões sobre a obra de recuperação nacional. Deve ela começar pelos órgãos e instrumentos de defesa; simultaneamente, “a organização da opinião pública e das novas instituições do Estado deve ser orientada sob o influxo do espírito social-nacionalista”; à União caberá “o máximo de poder e competência”, sobretudo nas questões de segurança - interna e externa. Essa prioridade possibilitará a recuperação em todos os aspectos, proporcionando bem-estar e segurança ao povo e prevenindo “as desordens e os desvarios latentes de caráter social”, cujo maior incentivador é o predomínio da plutocracia. Quanto à paz que se prefigura, é preciso exigir prévia deposição das armas, para então oferecer condição para reintegrar São Paulo à comunidade nacional, sem humilhação.⁶¹⁶

Após esse esforço de síntese para apresentar o essencial das memórias, a já referida e insistente repetição das mesmas idéias revela características de doutrinação. O princípio básico da dependência mútua entre governo e Forças Armadas tem, nesse momento e de acordo com esses textos, a seguinte formulação possível: os encargos decorrentes da guerra exigirão do governo um tal esforço que só será viável com o apoio de Forças Armadas fortes e coesas, para assegurar - se necessário pela coação - que a nação trabalhe em harmonia, sem que se explicitem os conflitos.

É certo, porém, que os fatos justificavam as críticas de Góis com relação ao tratamento dado pelo governo às questões de defesa nacional e às condições em que se encontravam as Forças Armadas. No relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército (EME) de 1932, o general Andrade Neves, que substituiu Tasso Fragoso, manifesta-se de acordo com o relatório do ano anterior, de seu antecessor, quanto às dificuldades para elaborar planos de operações sem um plano de guerra previamente estabelecido pelo governo. O EME considera, ademais, que o estado de preparação para a guerra constitui um perigo e, se não houver correções, “a guerra nos surpreenderá desarmados”; é, pois, indispensável organizar a defesa nacional.⁶¹⁷

Também os registros do *Diário* de Vargas contribuem para formar essa opinião,

⁶¹⁶ MONTEIRO, Góis, *Memória número 6* (para o governo) [pessoal e secreto]. Texto datilografado, de 27/09/32 (AN-AGM),

⁶¹⁷ ESTEVES, Diniz (compilador). Documentos históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília, Ed. do EME, 1996, p. 159-161.

bem como reforçam a impressão de que certas iniciativas de Góis causavam desconforto. A 18 e 29 de julho, Vargas anota que Góis solicita várias providências e reforços; em meados de agosto, que o governo francês retarda embarque de material bélico adquirido pelo Brasil, porque o governo brasileiro não lhe deu exclusividade, e ainda que “o general Góis continua enviando diretrizes políticas, reclamando homens, munições, máscaras contra gases, aviões etc.”.⁶¹⁸

A 22 de agosto Góis vem ao Rio, reúne-se com Vargas e o ministro da Guerra e queixa-se, entre outros aspectos, da organização, da escassez de material e compara o esforço de guerra do governo com o dos paulistas, muito superior. Vargas comenta: “Ele tem razão. Estou providenciando diretamente, mas as coisas marcham vagarosamente.” Ao início de setembro, Vargas visita a frente de leste, conversa com Góis e oficiais de seu estado-maior sobre medidas de reorganização do Exército e seleção do quadro de oficiais. “Começa a chegar o nosso material de encomenda, por enquanto, pólvora e aviões.”⁶¹⁹

Ainda em julho, Vargas pediu a Aranha que prevenisse Góis “contra certas atitudes políticas inconvenientes”. Poucos dias depois, relata que escreveu a Góis recomendando que conviesse evitar “algumas dificuldades de natureza político-militar”; melindrado, Góis pediu demissão, mas Vargas negou. É possível que essas recomendações estivessem relacionadas a um registro de que Góis foi orientado a interromper contatos que mantinha com Bernardes, para que atuasse como intermediário em negociações com os paulistas; ou a uma solicitação de Vargas para que mantivesse o EME informado de suas ações, o que não vinha fazendo. Por fim, Vargas reclama, em meados de setembro, que as promoções a general lhe estão criando dificuldades, devido à interferência de Góis.⁶²⁰

Os chefes militares e políticos da “guerra civil” - do lado paulista- não foram poupados. Mais de duzentas pessoas tiveram seus direitos políticos cassados e foram exiladas, entre elas Isidoro, Klinger e Figueiredo. Entretanto, a política do Governo Provisório para São Paulo seria planejadamente conciliatória, incluindo aliviar suas dificuldades financeiras; em agosto de 1933, Armando de Sales Oliveira foi nomeado interventor. Ligado à família de Júlio de Mesquita, membro do Partido Democrático e

⁶¹⁸ VARGAS, Getúlio. Diário. vol. I, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1995, p. 117, 119, 123 e 124.

⁶¹⁹ Ibid., p. 125 e 129.

⁶²⁰ Ibid., p. 118, 121 e 132. DHBB, verbete Tasso Fragoso.

defensor da autonomia estadual, tinha o perfil do interventor que desde 30 São Paulo desejava.⁶²¹ Vargas, portanto, limitava a punição aos responsáveis, eximindo o estado e os paulistas de culpa pelos acontecimentos.

Hilton ressalta que a “guerra civil” expôs as deficiências do Exército e a dificuldade de aquisição de material no exterior, mostrando a urgência de adotar medidas de reorganização militar e desenvolvimento de indústria bélica. Carvalho mostra que o expurgo que se seguiu facilitou a formação de um novo núcleo dirigente no Exército, destaca o aumento de efetivos e maior pressão por recursos para aquisição de material e desenvolvimento da indústria bélica.

Góis cita entrevista de Vargas, que ressalta, entre as “consequências boas” da “guerra civil”, o restabelecimento da disciplina no Exército e a “liberdade de ação” para governar, revelando o incômodo que lhe causavam as pressões das frentes paulista e gaúcha e dos “tenentes”. Góis menciona também as “consequências lamentáveis para a comunhão nacional”, mostra-se preocupado com São Paulo e destaca a necessidade de “revigorar o sentimento nacionalista”.⁶²² Agora, além dos apelos recorrentes, Góis tinha a seu crédito os fatos incontestáveis de uma experiência recente. Ficou mais difícil refutar que só um Exército disciplinado, coeso e forte poderia enfrentar ameaças desse ou de outro tipo.

A crise de hegemonia caracterizada pela inviabilidade do sistema oligárquico da Primeira República, que se agrava ao longo da década de 1920, atinge, ao seu final, um ponto crítico, com os desdobramentos da crise econômica mundial e da sucessão presidencial. Após o movimento de outubro, o conflito entre o grupo de civis e militares que tomou o poder com Vargas e as oligarquias agrárias agrava o clima de instabilidade já criado pelos contextos nacional e internacional.

No período, de menos de dois anos, compreendido entre os marcos de 3 de outubro e 9 de julho, o progressivo acirramento do conflito confere ao processo

⁶²¹HILTON, Stanley. *A Guerra Civil Brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 325-327.

⁶²²Ibid., p. 330; CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política: 1930-1945*. In *Revolução de 30- Seminário Internacional*. Brasília, Editora da UNB, 1983, p. 136 (Quadro 7) e 144; e MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro, Andersen, 1934, p. 208-212; e TRONCA, Ítalo. *O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: FAUSTO, Bóris. *História da Civilização Brasileira*. v. 10, Rio de Janeiro, Bertrand, 1991, p. 339-360.

histórico uma nova dinâmica, marcada por uma sucessão de acontecimentos políticos que se poderia chamar de vertiginosa. Trata-se de relações políticas imediatas, ou seja, potencialmente militares, nos termos de Gramsci.⁶²³ Entendo que nisso reside sua riqueza. Ignorar a cronologia levou alguns autores, inadvertidamente, a explicar fatos com base em outros que ocorreram mais tarde; ignorar alguns fatos isoladamente pouco relevantes não raro prejudica a compreensão do todo. A decisão de optar por uma abordagem centrada nos acontecimentos, pelo “tempo breve” - devidamente contextualizado - para a primeira fase do Governo Provisório foi tomada com base nesses parâmetros e inspirada no 18 Brumário, sem que isso, obviamente, implique qualquer comparação descabida.

A denominada “Guerra Civil” encerra uma etapa do Governo Provisório; a que se segue tem características bem distintas. O desgaste provocado por quase três meses de confronto armado e o cumprimento do programa de constitucionalização anteriormente traçado enfraqueceram a oposição e desviaram o foco das atenções para esse programa. Ainda em novembro de 1932, começou a reunir-se a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição, que seria o ponto de partida dos trabalhos da Assembleia a ser eleita. Conhecida como Subcomissão do Itamarati, suas reuniões estenderam-se até maio de 1933. Como, entretanto, o conteúdo dessas reuniões não era divulgado, o que, de fato, mobilizou a atenção durante o período foi a preparação para as eleições, envolvendo alistamento eleitoral, escolha de candidatos e nova organização partidária.

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte seriam realizadas a 3 de maio. Após a proclamação dos eleitos, o foco das atenções se voltaria para os preparativos, uma vez que a instalação da Assembleia estava prevista para 15 de novembro e o processo culminaria com a promulgação da nova Constituição e eleição para presidente da República. Como se pode depreender, esse processo, com cerca de um ano e meio de duração, daria à segunda etapa do Governo Provisório uma estabilidade com que não contou durante a primeira. Isso não significa que o período tenha transcorrido livre de agitação política, mas que o governo foi menos ameaçado, o que também se pode constatar na pesquisa de Carvalho, que abrange apenas “movimentos militares”.⁶²⁴

⁶²³GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 44.

⁶²⁴CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política: 1930-1945*. Op. cit., p. 111-122 e Apêndice referente

Em várias oportunidades o general Góis Monteiro formulou, por escrito e organizadamente, suas ideias, que constituem, pela abrangência, uma verdadeira doutrina de segurança nacional. A seguir, procuro reproduzir a essência dessa doutrina, com base em alguns dos seus mais importantes textos. Citações longas e algumas repetições serão inevitáveis, embora tenha me empenhado em reduzi-las ao estritamente indispensável.

A primeira fonte é uma coletânea organizada em pequenos capítulos e publicada no início de 1934 - embora a maior parte dos escritos seja, provavelmente, de 1932 e 1933 - com o título *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Esse trabalho destinou-se à divulgação ampla, dentro e fora das Forças Armadas, das idéias de Góis. As próprias características do texto facilitam a elaboração de um resumo breve e razoavelmente concatenado de seu conteúdo, no qual procuro utilizar, tanto quanto possível, os termos originais, pois a forma do discurso de Góis é muito expressiva.

“Por determinismo histórico, as nações são constituídas pela massa anônima e por seus condutores; serão vãs as tentativas no sentido de modificar esse destino fatal. A massa, entretanto, nem sempre apresenta os caracteres desejáveis de vigor racial, mentalidade uniforme, comunhão de interesses, compreensão da necessidade de organizar o trabalho e os meios de defesa”.
(MONTEIRO, s/data, p. 121-123)

“O instrumento de força da soberania nacional, o Exército, vem sendo progressivamente enfraquecido no país pelas contradições e vícios da política própria de nosso funesto sistema democrático, o que expõe a nação a constante perigo. Esse fato exige que as Forças Armadas mantenham coesão e unidade, uma vez que são as únicas instituições nacionais e só à sombra delas poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade.

ao Quadro I. Os dados apresentados pelo autor, observadas suas ressalvas quanto a cuidados de interpretação, requerem, para nosso objetivo, exame não apenas quantitativo, mas também qualitativo. No caso dos movimentos classificados como “protestos” e “revoltas”, tanto a incidência como a importância são bem maiores na primeira fase; no caso das “agitações”, embora o número na segunda fase seja maior, a maioria não constituiu ameaça à estabilidade do governo.

Exército e Marinha, portanto, precisam ser tão fortes quanto possível e têm que apoiar governos fortes, capazes de dar nova estrutura à vida nacional. Não pode haver Exército disciplinado em uma nação indisciplinada”. (Ibid . , p. 124-126 e 156-157)

“O mundo vive, desde a grande guerra, sua maior crise, engendrada pela burguesia. Ela própria, porém, vem dando mostras de inteligência na busca de soluções, ao abrir mão de preconceitos e permitir que o Estado tenha uma participação mais efetiva em vários campos de atividade. São significativos os exemplos de Estados Unidos, Itália, os países iberos, Alemanha, Japão e Turquia(3), sem falar na Própria Rússia, que se humaniza cada vez mais e entra na fase definitiva de estabilidade e progresso”.(I- bid., p. 157-159).

“A burguesia brasileira, entretanto, não quer abrir mão de privilégios em benefício da nacionalidade e persiste na intenção de reproduzir os mesmos erros do passado, que causaram as dissensões, a miséria, a corrupção e a indisciplina geral, todos os males, enfim, cuja fonte é a democracia liberal. A eleição direta no Brasil é uma burla e uma imoralidade. O federalismo sobrepôs os interesses regionais aos nacionais; a pluralidade de organizações partidárias sem finalidade nacional enfraqueceu o Estado”.(Ibid., p. 131-132, 159, 180-181, 195-196)

“A história ensina que nenhum povo pode vencer as dificuldades internas e se fortalecer senão pelo nacionalismo. Superada essa etapa, quando chega ao apogeu, à plena prosperidade econômica, tem necessidade de expandir-se e torna-se imperialista. Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a Nação; no nosso caso, é preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como transição, o partido único,

nacional. Só com a organização da produção e a formação de uma mentalidade confiante, forte, em harmonia com nossa continuidade histórica, será possível superar a crise atual. Só esse espírito nacional, que tem mantido nossa unidade de raça, língua, religião e sobretudo política, poderá dirigir a evolução da nacionalidade”.(Ibid . , p. 180-188)

“A Revolução de 30 não produziu, até aqui, a maioria dos efeitos esperados. A obra de destruição das causas de nossos desacertos passados não foi concluída no período ditatorial; tampouco as circunstâncias têm facilitado a tarefa de renovação do Exército. Agora, convocada a Constituinte, só nos resta aguardar os resultados. O vulto do trabalho que temos pela frente, entretanto, não é motivo para desânimo. Afinal, sempre se fala com mais clareza e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama”. (Ibid., p. 136-137)

“Inúmeras obras de filosofia, história e artes nos dão a convicção da perpetuidade da luta como a necessidade máxima da natureza. A vida é luta e a guerra, portanto, natural. As nações fortes, no mundo contemporâneo, procuram resolver suas dificuldades econômicas e outras questões internas à custa das nações mais fracas. A era da paz universal ainda é um mito e os países continuam a preparar-se febrilmente para a próxima guerra. Somos, hoje, uma nação que não quer nem pode fazer a guerra; mas poderemos ser obrigados a fazê-la”. (Ibid., p. 127-129, 140, 164-165)

“Essa eventualidade nos obriga a contar com uma mobilização nacional praticável. O primeiro passo é investir de autoridade e responsabilidade um Conselho Supremo de Defesa Nacional. Parece convir melhor ao Brasil, como à maioria das nações, um

pequeno exército de elite, bem equipado para o primeiro choque, desde que não nos descuidemos das reservas. Somos um país civilista e pacifista, mas para criar um sistema defensivo adequado às nossas possibilidades precisamos de um plano, a ser aplicado progressivamente” .(Ibid . , p. 141-144, 172)

“Impõe-se uma revisão geral da organização do Exército, que crie uma justiça militar severa e rápida, possibilitando a adoção de medidas de saneamento quanto ao pessoal. Cabe ao Exército resolver as suas questões, sem intromissões indébitas. O militar não tem mais direito que os demais cidadãos, mas deve ter maiores garantias e vantagens, como compensação pelas restrições de direito que sofre e pelos deveres que lhe cabem”.(Ibid., p. 147-148, 167)

“O Exército é um órgão essencialmente político. Assim sendo, deve-se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército. Todo o mal consiste em tornar-se o militar político-partidário. A política do Exército é a preparação para a guerra, que envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - economia, produção e recursos de toda natureza e no campo moral, sobretudo a educação do povo e a formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. A liberdade deve ser compatível com a segurança nacional”.(Ibid., p. 133-134, 138, 163)

“A segunda fonte que selecionei é, como relatou Góis em seu longo depoimento ao jornalista Lourival Coutinho, uma exposição em forma de carta, endereçada a Vargas em janeiro de 1934, sobre a situação do Exército, contendo os subsídios mais importantes para realizar uma reforma substancial na força”. (COUTINHO, 1956, p. 254)

Desde a Revolução de 32, quando comandou as tropas do governo, crescera o prestígio de Góis, que se tornou um dos interlocutores políticos do presidente; de suas conversas resultou a carta. Elaborado com um propósito diverso, esse texto guarda, entretanto, estreita coerência com *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*.

O documento contém duas partes distintas: a primeira aborda as questões mais abrangentes da defesa nacional; a segunda trata especificamente da política da guerra. Como Góis considera que as deficiências do sistema militar estão intimamente relacionadas aos problemas nacionais mais amplos, a parte inicial tem maior interesse para este trabalho. Na síntese que se segue, tento também preservar, sempre que possível, a forma original; os grifos são do autor.(GV 34.01.00/3, passim)

As iniciativas reformadoras de que depende a melhoria da defesa nacional encontraram resistências durante o governo provisório; o governo se viu obrigado a convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, o processo clássico do liberalismo moribundo que, em períodos de crise, produz resultados medíocres. A Revolução de 30 está se descaracterizando, pois mantém os privilégios de uma minoria contra a maioria da população; a justiça só atinge os pobres. O Brasil continua uma federação heterogênea; falta uma política verdadeiramente nacional, que se sobreponha aos interesses individuais e regionais. A opinião pública não está organizada nacionalmente; os segmentos mais cultos estão presos a teorias do século passado e a um espírito jurídico incompatível com o fato brasileiro.

O governo da revolução, apoiado nas Forças Armadas, deveria ter agido rapidamente no sentido de regular a vida econômica, sanear a administração do Estado e fortalecer o espírito de nacionalidade. A criação de um partido social-nacionalista teria permitido guiar as massas com mão firme. As forças militares e policiais deveriam ter sido elevadas ao mais alto grau de eficiência, de modo que, combinadas com uma justiça rápida, permitissem à revolução marchar livremente. Como medidas complementares para formar uma nova mentalidade, a educação sistemática do povo e a orientação vigorosa da imprensa deveriam ter sido mais estimuladas.

Pelo que já se pode perceber, a Constituinte trabalha contra a revolução e, assim, teremos de aceitar uma Constituição nos moldes e na essência da de 1891. Se é esse o resultado no campo político-partidário, restam as Forças Armadas. O Exército é o

instrumento de força da Nação, que deve ser empregado na ação política como medida extrema, a bem da salvação pública, quando falham os outros meios. A luta entre as facções regionalistas e o Exército dá continuidade, na República, à Questão Militar; a Constituinte pode agravar esse quadro.

A capacidade militar de um país, nos tempos atuais, depende de suas possibilidades industriais, agrícolas, culturais, de comunicação e outras; a doutrina de guerra abrange a preparação total da Nação. As Forças Armadas devem estar prontas para dar o primeiro combate aos inimigos internos e externos - quando contrariarem os interesses nacionais - e para preparar o resto da Nação para continuar a guerra.

A segunda parte do documento, intitulada “*Política da guerra*”, embora mais estritamente militar, contém algumas passagens de interesse. A guerra é vista como uma fatalidade natural e humana, pois é a força que, na prática, domina os destinos, determina e salvaguarda os direitos. Assim, a melhor defesa é fortalecer o instrumento de ação ofensiva. A chave da preparação é a situação interna, que deve ser minuciosamente examinada:

“O desenvolvimento das idéias sociais preponderantemente nacionalistas e o combate ao estadualismo (provincialismo, regionalismo, nativismo) exagerado não devem ser desprezados, assim como a organização racional e sindical do trabalho e da produção, o desenvolvimento das comunicações, a formação das reservas territoriais e milícias cívicas etc., para conseguir-se a disciplina intelectual desejada e fazer desaparecer a luta de classes, pela unidade de vistas e a convergência de forças para a cooperação geral, a fim de alcançar o ideal comum à nacionalidade”. (Ibid., p. 18)

De acordo com o relato de Góis, Vargas o nomeou ministro da guerra, ainda em janeiro de 1934, para que pudesse pôr em prática as propostas contidas na carta cujas passagens mais relevantes procurei apresentar. (COUTINHO, op. cit., p. 255) Do mesmo período é um outro documento, intitulado “*Problemas do Exército*”, coerente com o anterior, que esclarece e detalha alguns aspectos já focalizados, como mostro a seguir. (GV 34.01.18/2, passim)

A preparação de todo o pessoal deve promover uma mudança de mentalidade, de modo a profissionalizar o Exército. A solução dos problemas que afetam o Exército depende, inicialmente, do poder discricionário que lhe for concedido. A reorganização da força, após a solução das questões mais urgentes, deverá obedecer a um plano progressivo a ser integralmente concretizado em sete anos. No decorrer desse longo trabalho, o Exército deverá tornar-se:

“(,..)uma escola e uma oficina de preparação de todos os meios de defesa da nacionalidade. Conseqüentemente, a essa escola e a essa oficina devem estar ligados todos os outros esforços e atividades da vida coletiva, para haver a coordenação regular no sentido do objetivo comum. A educação (moral, cívica, física e profissional) interessa muito de perto à Defesa Nacional; as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando a prejudiquem, [parágrafo] A economia dirigida fornecerá os recursos materiais à administração pública; e a imprensa e a educação dirigidas fornecerão a mentalidade capaz de disciplinar as gerações sucessivas.”(Ibid. , p. 2)

Na conclusão, Góis Monteiro assinala que:

“num país novo como o Brasil, um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o governo para a educação do povo(. . .); a atividade orientada pela D.N. [defesa nacional] assegura o máximo rendimento às tentativas de soluções de todos os problemas nacionais, visto como, na época moderna, a guerra impõe o aproveitamento máximo de todas as forças vivas da Nação”.(Ibid., p. 9-10)

Logo após o levante comunista de 1935, o ministro da Guerra convocou uma reunião de generais no Rio de Janeiro, para ouvi-los sobre as medidas punitivas a serem

adotadas. Como não houvesse entendimento, o ministro resolveu que cada um justificaria seu voto por escrito. O último documento que utilizo para apresentar a doutrina é a justificativa de voto apresentada, na ocasião, por Góis Monteiro.(COUTINHO, op. cit., p. 274)

Após caracterizar a crise como a mais terrível por que já passou a Nação, Góis prossegue, em tom de crítica exacerbada:

“Ninguém tenha dúvida de que o organismo militar entrou no período pré-agônico, e entre as causas principais da decomposição que se processa velozmente - tenhamos a coragem de confessar - ressaltam a incúria e a inépcia de Chefes, que são o cérebro apodrecendo. Não conheço na História dos Exércitos do mundo nenhum que tenha história tão infeliz e melancólica como a do Exército brasileiro.”(Ibid. , p. 308)

A seguir, situa a crise no contexto político:

“Como primeira contribuição, posso lembrar que a base, o ponto de partida é de ordem institucional, estrutural, e não apenas policial e repressivo. (...) Reconheçamos a priori que a atual Constituição ou se torna inexecutável e violável, ou nos arrastará à perda definitiva. Sem mudá-la ou reformá-la, impossível será garantir o Estado brasileiro e manter em bom ponto as condições da segurança nacional. O Governo é responsável por esta segurança e a ele compete tomar medidas e decisões, das quais seremos simples executantes.”(Ibid., p. 310)

Apresenta, então, os três únicos caminhos que, a seu ver, o governo poderia seguir: o golpe de Estado, o cumprimento da Constituição vigente e a reforma constitucional. A primeira via consistiria em declarar abolida a Carta, até que outra fosse promulgada, ficando o Governo na posse de todo o poder para atender às circunstâncias excepcionais; a solução é considerada perigosa, somente admissível com

a certeza do consenso, que não existe. O segundo caminho significaria a impunidade e levaria à ruína completa. Já o terceiro seria viável, desde que com boa vontade do Governo, da Câmara, do Senado, do Judiciário e outras instituições. (Ibid., p. 311-312)

Até que a reforma constitucional estivesse concluída, o Governo teria plenos poderes, concedidos por uma lei de emergência. Decorreriam, então, duas fases:

“uma destinada à apuração e punição dos crimes e à adoção de medidas preventivas, reguladas pela própria lei de emergência (...) Estas medidas serão de caráter político, militar, social, econômico, policial, judiciário etc. Na segunda fase, se promoverá em toda extensão a nova organização nacional, com rapidez, respeitados os princípios fundamentais da atual Constituição que não colidam com as necessidades da segurança nacional.”(Ibid., p. 312-313)

Essa exposição apresentou os aspectos que considero mais relevantes da chamada "doutrina Góis". A seguir, procuro identificar os fundamentos dessa doutrina, ou seja, as principais influências sob as quais o pensamento de Góis Monteiro progressivamente se estruturou.

CONCLUSÕES

A pesquisa que desenvolvi acerca do Exército brasileiro durante a década de 1930 buscou problematizar a doutrina militar no período, cuja principal característica foi fornecer instrumentos disciplinares e simbólicos para a reorganização da instituição, abalada desde 1922 com a cisão tenentista e, em 1930, com a fragmentação em diversas correntes militares e as suas relações diretas ou indiretas com a Guerra Civil de 1932. Para efetivar a investigação, foi necessário realizar o levantamento da produção historiográfica e das ciências sociais acerca dos militares brasileiros, particularmente o Exército. Verifiquei que os estudos realizados podem ser divididos em dois grupos. O primeiro reúne os trabalhos realizados até a década de 1980, quando apesar da diversidade de abordagens, variando da insistência exclusiva na análise por meio de elementos institucionais e internos até aquelas que concebem o Exército como instrumento de outras classes sociais, o ângulo de pesquisa era político.

Evidentemente, a maior concentração destes trabalhos ocorreu entre os brasileiros na conjuntura histórica da ditadura militar, iniciada em 1964. Tais investigações partiam da premissa que o estudo das Forças Armadas possibilitaria um melhor esclarecimento sobre a natureza das intervenções militares no Brasil, quiçá do regime de 1964. Estes estudos marcaram a configuração de um campo de estudos comum a historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas sociais. Entretanto, as pesquisas mais recentes afastaram-se do ângulo político, preferindo construir os objetos de estudo do campo militar no Brasil, a partir de uma temática cultural inspirada na nova história cultural e também nas contribuições propiciadas pela história das mentalidades, cujos expoentes franceses vinculam-se à história dos *Annales*. Exemplo paradigmático é a edição do livro *Nova história militar brasileira*.

Acredito na pertinência e necessidade dos novos trabalhos executados com abordagens de história social e cultural. Essas iniciativas permitem compreender outras dimensões da vida militar, incorporando outros elementos além dos oficiais e conectando os militares a outros sujeitos históricos. Mas o campo político em relação à ação dos militares não foi esgotado pelas pesquisas anteriormente desenvolvidas. O principal mérito dos estudos pioneiros acerca dos militares subsiste na constatação que as Forças Armadas constituem elemento crucial do processo político brasileiro. Apesar do fim da Guerra Fria e da ditadura militar, ainda não ocorreram adequados

esclarecimentos em relação ao passado recente. No caso do Chile e da Argentina, as Forças Armadas retrataram-se pelos excessos cometidos durante os respectivos períodos ditatoriais. No Chile, o general Pinochet vem sendo responsabilizado na justiça quanto aos crimes cometidos contra a população com consentimento da cúpula militar e do comandante supremo das Forças Armadas e presidente do país. Já no Brasil, as famílias dos mortos por lutarem contra a ditadura militar aguardam informações quanto ao ocorrido com as vítimas. O Exército, notadamente, impede a abertura de arquivos enquanto nega a existência de documentos pertinentes ao esclarecimento do destino das vítimas do regime militar. Portanto, o estudo dos militares sob o ângulo político pode ainda contribuir para o entendimento de vários momentos da história do Brasil.

Durante o trabalho de pesquisa, foi preciso realizar o levantamento das fontes de pesquisa pertinentes a seu objetivo. Junto à diversidade das fontes de pesquisa encontradas como diários, memórias de militares, publicações de militares em revistas e jornais, relatórios do Ministério da Guerra e do estado-maior do Exército, ocorreu um trabalho de crítica às fontes, cuja natureza deve ser questionada. Afinal, a maioria dos relatos oficiais e particulares analisados foram produzidos sob tensões políticas e institucionais, evidenciando o posicionamento de seus produtores. Os próprios trabalhos desenvolvidos por historiadores exigiram esse cuidado, enfatizado com elegância por Michel de Certeau em relação à produção social da história. Portanto, a pesquisa foi executada mediante três critérios: investigar as fontes com cuidado quanto a sua natureza, verificar a historiografia acerca das informações e conceitos pertinentes com atenção para as condições de sua produção, checar as informações obtidas com os momentos de intervenção militar como o tenentismo e a Revolução de 1930.

Os conceitos do Exército como instrumento de uma classe social como a burguesia ou instituição autônoma são refutados a partir da investigação. Trabalhos anteriores confundiam a origem social dos militares do Exército com o conteúdo de classe de sua ação política. Dados obtidos por José Murilo de Carvalho⁶²⁵ mostram que entre 1941 e 1943 os alunos ingressantes na Academia Militar, 4% pertenciam à classe média. É lícito concluir que durante as décadas de 1920 e 1930 os mesmos números são válidos. Embora não pertencessem às camadas mais castigadas pela penúria e miséria material, estavam longe de usufruírem de privilégios. Celso Castro⁶²⁶ aponta com

⁶²⁵CARVALHO (2005:79-80).

⁶²⁶CASTRO (2004:44-51).

propriedade que desde a segunda metade do século XIX, a carreira militar representava uma possibilidade de ascensão social a partir do mérito, motivo de orgulho para os alunos da Escola Militar que alcançavam os mais altos níveis da carreira militar, particularmente no Exército.

Entretanto, Carvalho e Castro apontam a impossibilidade de identificar a ação militar na proclamação da República ou na Revolução de 1930 como correlata à defesa dos interesses da burguesia industrial, das camadas médias ou mesmo como representantes de todo o Exército. Uma característica importante do Exército brasileiro durante o período estudado é a não dependência das oligarquias estaduais, cujo recurso à força repousava nas fortes forças públicas de estados como São Paulo e Minas Gerais. A pesquisa evidenciou três aspectos históricos que possibilitam a compreensão da atuação dos militares do Exército brasileiro: a diversidade interna como fator de interlocução com outras forças sociais; a busca do monopólio da força e do controle da política de defesa nacional; a atuação como agentes portadores da modernidade, particularmente para as correntes militares reformistas.

A divisão em correntes militares com expectativas singulares em relação ao Exército e sua inserção social constitui traço fundamental para a compreensão da instituição. Esta pluralidade de frações possibilitou a outros grupos sociais buscarem o apoio dos militares e permite entender, simultaneamente, a dificuldade de articulação de uma política institucional no período estudado capaz de tornar o Exército interlocutor político fundamental.

Embora muitas das reivindicações dos jovens turcos ou dos tenentes fossem similares, como a exigência de maiores investimentos nas Forças Armadas, particularmente o Exército, a canalização das críticas e demandas foi diferente para cada grupo: o primeiro atuando no ensino e no debate das questões militares; o segundo, via ação militar autônoma com insurreição armada. Contudo, as respectivas ações não lograram a conquista do comando da instituição, impossibilitando antes da década de 1930 o atendimento integral dos anseios dos jovens turcos e tenentes. A predominância no comando do Exército de oficiais identificados com a estrutura de poder da República Velha impedia mudanças mais significativas em relação às demandas apresentadas pelos grupos reformistas, embora as mudanças implantadas no Exército, com a instalação da Missão Militar Francesa, correspondessem parcialmente às propostas dos

jovens turcos.

Significativamente, a concepção do papel do Exército em relação à sociedade afastava os dois grupos de uma aproximação através dos aspectos comuns. Soldado cidadão no caso dos tenentes, soldado profissional contra a intervenção militar no caso dos jovens turcos. Havia ainda militares não plenamente identificados com o regime oligárquico mas desfavoráveis às posições defendidas por tenentes e jovens turcos, cujo exemplo mais explícito é o pensamento de Góes Monteiro. O general Góes Monteiro explicita suas posições após a Revolução de 1930, cuja linha mestra advogava pelo Exército como organização nacional, cuja necessidade primordial repousava no desenvolvimento de uma política específica à instituição. Góes Monteiro defendia a intervenção do Estado-Maior na política e nas lutas mais acirradas acerca da condução do Estado e da sociedade, postulando a política do Exército e não a política no Exército.

A intervenção controladora substituiu a contestação tenentista e o reformismo exclusivamente institucional dos jovens turcos. Esta posição controladora da sociedade e dos militares do Exército via Estado-Maior foi construída durante a década de 1930, adquirindo plenitude institucional e política durante o Estado Novo.

O mérito de Góes Monteiro reside em resolver o principal dilema acerca da participação política do Exército, evitando inclusive sua fragmentação como em 1930. A ação do Exército somente seria legítima sem a quebra da hierarquia e da disciplina. Durante a década de 1930, foram realizadas ações internas para o fortalecimento dos laços entre os oficiais durante os cursos de formação desde o ingresso na Escola Militar. Outras medidas essenciais culminaram no expurgo dos elementos não adequados à nova orientação, cujo momento culminante foi a Intentona Comunista. Portanto, a investigação delineou a organização de um modelo institucional capaz de impedir ações autônomas dos escalões inferiores e favorecendo iniciativas tomadas a partir da cúpula do Estado-Maior, como efetivamente ocorreu em 1935 e 1937. Constituiu-se uma doutrina militar do Exército específica a década de 1930, consistindo em um conjunto de normas disciplinares e de instrução militar que contiveram as rebeliões militares, favorecendo a efetivação da política do Exército mediante a atuação do Estado-Maior.

Evidentemente, a reformulação do Exército adquiriu maior consistência em razão do Estado brasileiro buscar atender as demandas dos militares no período pesquisado.

Traço comum aos grupos militares foi buscar o monopólio da força militar por

parte do Exército. Contestar o aparelhamento militar das oligarquias estaduais mediante as forças públicas significava afirmar a dimensão nacional do Exército em relação à fragmentação do poder e da força entre os estados. Fortalecer o poder federal em relação aos estados permitiria fortalecer o Exército na visão dos militares da instituição, pois apenas uma corporação nacional ensejaria a reformulação do poder e o atendimento dos anseios da nação brasileira.

Provavelmente, este traço foi preponderante para a recomposição do Exército depois de 1930. A Revolução implicou a implosão do Exército. Dividido em diversas correntes, o Exército foi incapaz de impor-se sobre as demais forças sociais. Suas correntes compuseram o governo provisório sob o signo do desgaste e das lutas internas. Em outubro de 1930, como constatado anteriormente, a instituição fragmentou-se em pelo menos cinco grupos, cuja ação não foi preponderante na vitória dos rebeldes ou mesmo na defesa do governo Washington Luís.

Afinal, o comando do Estado-Maior das Forças Armadas, ao promover a deposição do presidente Washington Luís, estava ciente da impossibilidade de resistir aos revoltosos, mas almejava não entregar o poder aos líderes da Aliança Liberal no comando da Revolução.

Entre 1930 e 1945, Getúlio Vargas conduziu de modo hábil sua relação com os militares, particularmente o Exército. O aumento do orçamento destinado a gastos militares incluindo salários e investimentos em equipamentos, se não atenderam plenamente os militares, tornaram sua condição mais satisfatória na comparação com o primeiro período republicano. Expurgos nas fileiras do Exército e reformas foram conduzidas com o apoio de Getúlio Vargas. A busca por um Estado mais ativo na vida política e econômica do país unia Vargas e os militares, cujo papel deveria ser central na gestão e efetivação de uma política nacional capaz de garantir, do ponto de vista militar, a segurança nacional. Por exemplo, a submissão das forças públicas ao Exército foi efetivada, minando as bases do poder oligárquico e possibilitando um novo arranjo político, com a preponderância do poder central.

É evidente que as forças estaduais continuaram a desfrutar do poder, mas perderam em autonomia em comparação ao período anterior a 1930. A arena política nacionalizou-se.

Outras medidas também agradaram as lideranças militares do período como a manutenção dos cursos de formação de oficiais de Estado-Maior e do serviço militar

obrigatório e a ampliação da formação de reservas.

A atuação social como portadores da modernidade também caracteriza atuação das correntes militares reformistas. Os jovens turcos percebiam a modernização do Exército nos aspectos organizacional, bélico e da instrução militar para preservar a instituição e a soberania da pátria. Os tenentistas acreditavam na necessidade de reformar o Exército e o Estado simultaneamente, cuja representação de soberania conjugava modernidade e reforma política e social.

Castro⁶²⁷ aponta com propriedade a identificação entre poder e ação social de vanguarda modernizadora quando militares assumiram o Estado em países como o Japão pós Restauração Meiji (1868) e o império Otomano (1750-1914). Como moderno, o autor relaciona práticas ligadas ao individualismo, à disciplina, à racionalidade, à organização burocrática e ao mérito. A constatação de Castro tem respaldo nas pesquisas desenvolvidas por Michel Foucault e Max Weber, os quais relacionam a disciplinarização e normatização característica da modernidade capitalista como desenvolvidas com ênfase nas organizações militares, cuja necessidade de disciplina burocrática e eficiência bélica tornaram as Forças Armadas um excelente espaço para a aplicação de normas de controle social.

No Brasil, desde a segunda metade do século XIX, a Escola Militar foi o espaço onde parcela da juventude militar elaborava o espírito corporativo, adquiria mentalidade científica e passava a vincular ascensão profissional ao princípio do mérito. Essas características são encontradas nas diversas gerações de oficiais que passaram pela Escola Militar. Seus depoimentos e memórias apontam a instrução militar como o momento mais importante da formação e integração do jovem oficial ao Exército. O idealismo em servir à pátria é correlacionado à vontade de fazer diferença, mostrar aptidão não apenas para a carreira das armas, mas colaborar para um Exército melhor preparado para defender a soberania do país e capaz de reconhecer e promover os indivíduos de maior mérito. Essas características estavam presentes entre os jovens turcos, tenentistas e militares como Góes Monteiro. A reorganização do Exército na década de 1930 não buscou eliminar tais aspectos.

Ao contrário, a percepção do Exército, como elemento dinâmico da modernização brasileira, está presente na consolidação da instituição enquanto interlocutora fundamental do processo político.

⁶²⁷CASTRO (1995).

A instrução militar é fundamental na construção de valores e elementos simbólicos que permeiam o imaginário militar dos integrantes do Exército brasileiro. O culto a Caxias, predominante a partir da década de 1920 na instituição, revela a seleção de elementos simbólicos pertinentes à busca por legitimidade social, coesão e manutenção da ordem interna e externa.

O próprio espaço de instrução, com suas normas e disposições, somadas à interação entre as turmas de militares, fornece material para a integração na instituição. Entretanto, essas interações entre imaginário militar, instrução e integração institucional não corresponde a um processo automático.

Dá a constituição do tenentismo ou a convivência em uma mesma geração de militares de elementos que foram fiéis à hierarquia e outros que a romperam acreditando estar defendendo o próprio Exército contra supostos abusos dos oficiais superiores e das autoridades civis da República. A Escola Militar foi o espaço preferencial para o recrutamento de rebeldes para o tenentismo. Foi focalizada durante a década de 1930 pelo Estado Maior do Exército como essencial para a manutenção da hierarquia conjugada ao melhor preparo dos jovens oficiais.

Em 1937, o Exército estava consolidado como instituição fundamental no processo político brasileiro. Entretanto, a modernização bélica, a melhora na qualidade da instrução militar, o aumento do número de reservas instruídas e o fim das ações militares autônomas não significaram a vitória dos jovens turcos ou dos tenentes rebeldes durante a década de 1920. Muitas das reivindicações de ambos os grupos foram incorporadas à reformulação da instituição iniciada com a vinda da Missão Militar Francesa e prolongada em virtude dos conflitos políticos, até meados da década de 1930. Afinal, foi criado até mesmo um quadro paralelo de oficiais para absorver os integrantes do tenentismo e não prejudicar os fiéis à hierarquia no período e, até mesmo, os oficiais formados na Escola Militar do Realengo após 1922 e 1924.

O soldado-cidadão almejado pelos tenentistas e o soldado-profissional idealizado pelos jovens turcos perderam a disputa para um novo modelo de ação militar e política do Exército, a intervenção moderadora, capaz de consolidar a política do Exército, como a defesa da corporação, a partir da cúpula militar articulada no Estado Maior, conjugada a associação aos elementos no controle do Estado Novo. Afinal, a legitimação da ditadura implanta em 1937, por Getúlio Vargas, não revela uma cúpula militar submissa, mas associada a outras forças sociais e políticas na defesa de seus

interesses e ciosa da necessidade de controlar rigidamente a hierarquia e a disciplina militar para o sucesso das metas do Estado-Maior do Exército. E a história confirma a consolidação desse novo protagonismo militar, ocorrida em 1945. A destituição de Vargas decorre da ação das lideranças militares que o apoiaram em 1937.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. SP: Brasiliense, 1985.

ARARIPE, Gal. Tristão do Alencar. Tasso Fragoso: um pouco de História do nosso Exército. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1960.

BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um revolucionário. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1954.

BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos (memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República: de 1889 a 1930. Rio de Janeiro, São José, 1958.

BENZAQUEN, Ricardo de A. Totalitarismo e revolução. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e revolução brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989.

BURKE, Peter. A escrita da história. Novas perspectivas. SP: UNESP, 1992.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. O movimento de 1932. A causa paulista. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História.

Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

CARONE, Edgard . A Segunda República (1930-1937). São Paulo, Difel, 1973.

CARONE, Edgard. A República Nova (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974.

CARONE, Edgard. A República Velha: instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1971.

CARONE, Edgard. A terceira República. São Paulo, Difel, 1976.

CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgard. O tenentismo. São Paulo, Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados - o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

CASTRO GOMES, Ângela Maria de (coord.). Regionalismo e centralização política.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vítor, KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Celso. A proclamação da República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CASTRO, Celso. A invenção do Exército. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso. O espírito militar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CASTRO, Celso. Os militares e a República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CASTRO, Celso. A proclamação da República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARTIEU, Roger. A História cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d.

COELHO, E. A instituição militar no Brasil. In ANPOCS. BIB. RJ: ANPOCS, 1º Sem. 1985, pp. 5-19.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. A rebelião de 1924 em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1976.

CORSI, Francisco Luís. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: Unesp, 2000.

COSENTINO, Francisco C. Governadores gerais do Estado do Brasil. SP: Annablume, 2009.

COUTINHO, Lourival. O general Góes Monteiro. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955.

CPDOC (org.). A revolução de 30: seminário organizado pelo Centro de pesquisa e documentação do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). As instituições brasileiras da era Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UERJ, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares, e CASTRO, Celso (org.). Os militares e a política na Nova República. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo: 1880-1945. São Paulo: Difel, 1971.

DECCA, Edgar S. de. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEL PRIORE. Mary (org.) Revisão do paraíso. Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DOSSE, François. A história em migalhas. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses - O Estado e a industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRUMMOND, José Augusto. O movimento tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre - São Paulo: Globo-Edusp, 1975, Vol. II

FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FAUSTO, Bóris. Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945. São Paulo: Caderno 10, Cebrap, 1972.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues . Política e segurança. São Paulo, Alfa-Ômega,1974.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Os militares como categoria social. São Paulo:Global, 1979.

FERREIRA, Antonio Celso. Militares e reforma do Estado (1932-1935). São Paulo: USP, 1982.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os militares e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Espina. Tenentismo e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FORJAZ, Maria Cecília Espina. Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930). São Paulo: Editora Polis, 1978.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras: São Paulo. 1989.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma Historia Nacional. In Estudos Históricos, RJ, nº1, 1988, pp. 5-27.

HOBBSAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780. SP: Paz e Terra, 2004.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. vl.10. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

IANNE, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990.

LENHARO, Alcir. A sacralização da política. Campinas: Papyrus/Unicamp, 1986.

LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, J. Minhas memórias provisórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MALTA, Octávio. Os "tenentes" na revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Góes. A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército. Rio de Janeiro: Andersen, S. d.

MOTTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

NOVAIS, Fernando (dir.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.vol III e IV.

PARKER, Geoffrey. The Military Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. 2 vols. Porto: Portucalense Editora, 1971.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. São Paulo: Martins Fontes. 1978.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. 2 vols. Porto: Portucalense Editora, 1971.

PRADO Jr., Caio. Evolução política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1975.

PRESTES, Anita Leocádia. Uma epopéia brasileira. A Coluna Prestes. São Paulo: Moderna, 1996.

PRESTES, Anita Leocádia. Tenentismo pós-30. Continuidade ou ruptura? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SAES, Décio. Classe média e política na Primeira República (1889-1930). Petrópolis:Vozes, 1975.

SAES, Décio. Formação do Estado burguês no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTA ROSA, Virgínio. O sentido do Tenentismo?. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

SCHULZ, John. O Exército na política. São Paulo: Edusp, 1994.

SILVA, Hélio. 1934: A Constituinte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Hélio. A crise do tenentismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SILVA, Hélio. 1931: Os Tenentes no poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Kalina V. O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial. Recife: Pref. de Recife, 2001.

SINTONI, Evaldo. Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964). São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 1999.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um soldado. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, 3vols.

TILLY, Charles. Coerção, capital e Estados europeus (990-1992). SP: Edusp, 1996.

TRINDADE, Hélio. Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1974.

TRONCA, Ítalo A. Agentes da industrialização na República: a prática política dos

militares (1930-1942). São Paulo: USP, 1976.

WEFORT, Francisco C. Classes populares e política. São Paulo: USP, 1968.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na literatura brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, John D. A política do desenvolvimento na era Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

Anais do Exército Brasileiro

Relatórios do Ministério da Guerra.

Revista A Defesa Nacional.

Revista Militar Brasileira

Revista do Clube Militar

Artigos e Capítulos de livros:

BUENO, Beatriz. Desenho o desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In Revista Oceanos, Lisboa: CNCDP, Nº 41, jan/mar 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. "Getúlio Vargas (1883-1954): reexame de alguns mitos". Estudos Cebrap (10), out./dez. de 1974. Editora Brasileira de Ciências Ltda. Págs. 133/140.

PARENTE, Paulo A. L. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. In Revista do IGHMB. RJ: IGHMB, ano 66, n.º 93, 2006, pp. 37-45.

SANCHES, Marcos. A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. In Revista Brasileira de História Militar. Ano I, nº 1, abril de 2010.

TEIXEIRA. Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In Revista A Nação e a Defesa. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59, pp. 53-71.

WEHLING, Arno. A pesquisa da História Militar Brasileira. In Revista DaCultura. RJ: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, pp. 35-38.